



REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

ORGANIZADORES Leonilde Servolo de Medeiros e Marco Antonio S. Teixeira



Coleção: Arquivos, Memória,
Verdade, Justiça e Reparação

Comunicações do 4º Seminário
Internacional o Mundo dos
Trabalhadores e seus Arquivos

VOLUME 3

LEONILDE SERVOLO DE MEDEIROS - MARCO ANTONIO DOS SANTOS TEIXEIRA
Organizadores

REPRESSÃO, RESISTÊNCIA E MEMÓRIA DOS TRABALHADORES DA CIDADE E DO CAMPO

Coleção: Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação
Comunicações do 4º Seminário Internacional
O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos

Volume 3

Rio de Janeiro – São Paulo
2016

Arquivo Nacional

Praça da República, 173 - 20211-350, Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Telefone: (21) 2179-1273 Fax: (21) 2179-1297

E-mail: pi@arquivonacional.gov.br

www.arquivonacional.gov.br

Central Única dos Trabalhadores

Rua Caetano Pinto, 575 – 03041-000, São Paulo - SP - Brasil

Telefone: (11) 2108-9200

E-mail: cut@cut.org.br

www.cut.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R425 Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo / organizadores Leonilde Servolo de Medeiros e Marco Antonio dos Santos Teixeira. – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional ; São Paulo : Central Única dos Trabalhadores, 2016.

223 p. ; il. ; – (Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Comunicações do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, v. 3).

ISBN 978-85-60207-86-2 – ISBN 978-85-89210-63-8

1. Trabalhadores - Memória. 2. Trabalhadores rurais - História.
3. Trabalhadores urbanos - História. 4. Trabalhadores - Repressão. 5.
Trabalhadores - Resistência. 6. Trabalhadores - Ditadura. 7.
Sindicalismo. I. Medeiros, Leonilde Servolo. II. Teixeira, Marco Antonio
dos Santos. III. Série.

CDU 331(091)

CDD 331.09

Presidente da República

Michel Temer

Ministro de Estado da Justiça e Cidadania

Alexandre de Moraes

Diretor-Geral do Arquivo Nacional

José Ricardo Marques

Coordenação do Centro de Referência Memórias Reveladas

Inez Stampa e Vicente Arruda Câmara Rodrigues (coordenadores)

Carla Machado Lopes

Cristiane Santos de Farias

Jucélia Santos Neves

Rodrigo de Sá Netto

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

Vagner Freitas de Moraes

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Godói de Faria

Centro de Documentação e Memória Sindical

Antonio José Marques (coordenador)

Adalto da Silva Carvalho

Dinalva Alexandrina de Oliveira Botasoli

Ivane Loz

Tatiani Carmona Regos

Coordenadores da Coleção

Antonio José Marques e Inez Stampa

Organizadores

Leonilde Servolo de Medeiros e Marco Antonio dos Santos Teixeira

Revisão

Rodrigo de Sá Netto

Projeto Gráfico e Diagramação

Inez Stampa

Capa

Alzira Reis – Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo – Arquivo Nacional

Fotografia da Capa: João Bittar – Cortejo de trabalhadores assassinados em Leme/SP, 1986 - Acervo Cedoc CUT

Promoção

Arquivo Nacional/Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas

Central Única dos Trabalhadores – CUT-Brasil

Organização

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Amorj/UFRJ

Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT

Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp

Centro de Referência Memórias Reveladas – Arquivo Nacional – MR/AN

Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Trappus/ PUC-Rio/CNPq

Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH/UFPeI

Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH/UEPB – Guarabira

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ

Comissão Científica

Ana Maria de Almeida Camargo (Brasil)

Lorena Almeida Gill (Brasil)

Beatriz Ana Loner (Brasil)

Marco Aurélio Santana (Brasil)

Elina Pessanha (Brasil)

Martinho Guedes dos Santos Neto (Brasil)

Heloísa Liberalli Bellotto (Brasil)

Ramon Alberch Fugueras (Espanha)

Inez Stampa (PUC-Rio)

Rodolfo Porrini (Uruguai)

John D. French (EUA)

Sonia Troitiño (Brasil)

Leonilde Servolo de Medeiros (Brasil)

Comissão Organizadora

Antonio José Marques e Tatiani Carmona Regos

Centro de Documentação e Memória Sindical, Central Única dos Trabalhadores

Carla Machado Lopes, Cristiane Santos de Farias, Rodrigo Sá Netto e Vicente Rodrigues

Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas, Arquivo Nacional

Marco Antonio S. Teixeira

Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Apoio

Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - Fenae

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp

Fundação Rosa Luxemburgo

Departamento de Serviço Social da PUC-Rio- DSS/PUC-Rio

Unisoli Turismo

Sindicato dos Químicos de São Paulo

Sumário

Prólogo

Trabalhadores, Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação 09

Apresentação 15

Leonilde Servolo de Medeiros e Marco Antonio dos Santos Teixeira

“Acabou nosso carnaval”: o Golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores do petróleo na Bahia 23

Alex de Souza Ivo

Os sindicatos no período da ditadura, as diferentes formas de resistência e a repressão política contra os trabalhadores 36

José de Lima Soares

Trabalho docente, repressão e resistência pós-1964 55

Moacyr Salles Ramos

Inez Stampa

Greve dos trabalhadores canavieiros em Guariba/SP: repressão e progressos 77

Karoline Marthos da Silva

Mariana Benevides da Costa

Memória social e esquecimentos, repressão e resistência no sul fluminense 95

Ana Paula Poll

A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia. Ações para reparar um crime de supressão de memória 110

Pedro Célio Alves Borges

Marcantonio Dela Corte

Julianna Carvalho de Oliveira

Pablo Lopes

Volkswagen e a Fazenda Vale do Rio Cristalino: memórias das violações no campo	134
Halyme Ray Franco Antunes	
Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro	
Raphael Lopes da Costa	
Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil-militar	152
Iby Montenegro de Silva	
Jeremias e o Trotskismo no campo em Pernambuco (1963-1964)	172
Felipe Gallindo	
O caso do advogado dos trabalhadores rurais Gabriel Sales Pimenta e a injustiça da bala no estado do Pará	197
Mayara Rayssa da Silva Rolim	
Girolamo Domenico Treccani	
Programa do Seminário	214



PRÓLOGO

Trabalhadores, Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação

É com grande satisfação que o Arquivo Nacional e a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil) apresentam a coleção *Arquivos, Memória, Verdade, Justiça e Reparação: comunicações do 4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Esta coleção tem origem no seminário realizado entre os dias oito e dez de junho de 2016, na cidade de São Paulo, com o apoio da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal – Fenaec, da Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, da Fundação Rosa Luxemburgo, do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - DSS/PUC-Rio, da Unisoli Turismo e do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que também sediou o evento.

A organização do evento esteve a cargo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Amorj/UFRJ, do Centro de Documentação e Memória Sindical da Central Única dos Trabalhadores – Cedoc/CUT, do Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista – Cedem/Unesp, do Centro de Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional – MR/AN, do Grupo de Pesquisa Trabalho e Políticas Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Trappus/ PUC-Rio/CNPq, do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas – NDH/UFPel, do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – NDH/UEPB – Guarabira e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referências sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CPDA/UFRRJ.

O Seminário promoveu conferências, palestras e reflexões sobre os arquivos dos trabalhadores e dos movimentos sociais da cidade e do campo, discutindo suas ações, histórias e memórias. Essa quarta edição do evento, adotando como tema central “Memória, Verdade, Justiça e Reparação”, destacou os arquivos e documentos dos trabalhadores e a importância da recuperação, organização e divulgação destas fontes fundamentais para o direito à verdade, à memória e à justiça, em um momento em que a

Comissão Nacional da Verdade tinha concluído suas atividades, com a entrega do relatório final há pouco mais de um ano.

O evento contou com a participação de conferencistas e especialistas de diferentes nacionalidades que debateram, a partir de múltiplas perspectivas disciplinares, questões relacionadas ao universo dos arquivos, da história e da memória dos trabalhadores da cidade e do campo. Constituiu-se, assim, num fórum privilegiado para a troca de informações, incentivando a recuperação e a preservação dos arquivos e da memória dos trabalhadores e de suas organizações.

Durante o evento foi realizado o ato público pelo Dia Internacional de Arquivos, data comemorativa estabelecida pelo Conselho Internacional de Arquivos, órgão da Unesco.

Foram proferidas conferências e palestras ministradas por convidados nacionais e internacionais e foram realizadas quatro sessões de comunicações orais de trabalhos com temáticas de interesse do seminário. Nesta coleção, dividida em três volumes, estão reunidos os trabalhos apresentados nas sessões de comunicações.

O Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos surgiu com o objetivo de debater os documentos mantidos nos arquivos operários, rurais, sindicais e populares, e as particularidades que envolvem o tratamento desses acervos, constituindo-se em um fórum privilegiado para a transferência de informações e de incentivo à recuperação e preservação dos arquivos dos trabalhadores e de suas organizações. Para além desse objetivo inicial, surgiram outros temas que também concernem ao mundo do trabalho e dos trabalhadores, como a necessária discussão sobre o direito à memória e à verdade, diante da Comissão Nacional da Verdade, e a questão da justiça e reparação para os crimes das ditaduras no Brasil e na América Latina.

A divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, em dezembro de 2014, foi um importante avanço no processo brasileiro de redemocratização, significando um marco da luta pela recuperação da memória e da verdade sobre o passado recente do país, condição indispensável para a plena restituição do poder político ao povo brasileiro. Mais do que isso, o relatório, em que pese suas insuficiências e eventuais omissões, foi passo importante para avançar na reparação dos crimes cometidos pela ditadura, em especial

contra os trabalhadores, um dos grupos mais duramente atingidos pelo regime, como também mostraram os relatórios da Comissão Nacional da Memória, da Verdade e Justiça da CUT e o da Comissão Camponesa da Verdade, aprofundando o conhecimento sobre o funcionamento do sistema repressivo estatal e suas vítimas.

Contudo, longe de representar um ponto final, os documentos lançam questionamentos e recomendações que precisam ser discutidos e encaminhados pelo Estado e pela sociedade civil. Neste contexto, e diante do fato de que inúmeras comissões da verdade estaduais, municipais, universitárias, regionais e setoriais ainda estão em atividade, faz-se fundamental o prosseguimento e a intensificação das discussões ligadas à memória, à verdade, à justiça e à reparação. Ademais, é preciso discutir o papel das empresas e dos empresários no apoio e sustentação da ditadura, situação que vem avançando principalmente na Argentina.

Com esse propósito, o *4º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória, Verdade, Justiça e Reparação* foi um espaço voltado para debater a recuperação e a preservação dos arquivos dos trabalhadores e, também, para a discussão desses grandes temas, no Brasil e na América Latina, trazendo à tona a relação entre arquivos e direitos humanos. Reconhecendo as similaridades históricas da região, conferindo a esses tópicos o mesmo peso por todo o continente, foi destacada a importância de se lançar um olhar mais aprofundado sobre os múltiplos processos de redemocratização e a sua interface com o universo dos trabalhadores.

Foram realizadas conferências, mesas redondas e sessões de comunicações, girando em torno de questões pertinentes aos trabalhadores, no ambiente laboral ou cotidiano, e aos arquivos produzidos sobre eles ou pelos próprios, buscando aprimorar o entendimento sobre esse universo e recuperar temas e problemáticas, tornados invisíveis durante a ditadura, que possam contribuir para o avanço da justiça e da recuperação da memória daquele tempo. Além disso, destacou-se a reflexão sobre a organização dos arquivos do mundo dos trabalhadores produzidos na atualidade.

As sessões temáticas, em número de quatro, e que deram origem a esta coleção, trataram de temas atinentes ao eixo central do Seminário. A primeira sessão de comunicações, intitulada *Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo*

teve por objetivo promover o intercâmbio de experiências sobre temas relacionados a estudos, projetos e trabalhos de recuperação, organização, preservação e disponibilização de fundos, coleções e documentos vinculados ao mundo dos trabalhadores da cidade e do campo. Nessa perspectiva, os trabalhos apresentados, abordaram temas referentes às comissões da verdade, movimento sindical, bem como aos movimentos sociais e grupos organizados para a defesa de direitos dos trabalhadores, além de abordagens sobre políticas de implantação de arquivos e centros de documentação em entidades dos movimentos sociais e sindicais, organizações políticas e partidárias, e em órgãos públicos e privados referenciando experiências desenvolvidas em instituições que promovem a organização, preservação e difusão pública de documentação de valor histórico e cultural.

A segunda sessão de comunicações, denominada *Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo* buscou agregar pesquisadores que discutem de forma abrangente as questões abordadas pelas comissões da verdade estabelecidas em diversos países da América Latina no âmbito das diferentes transições democráticas. Dessa forma, trouxe para o debate reflexões sobre os relatórios destas comissões no que tange aos trabalhadores e às reparações a que têm direito. Foram apresentadas pesquisas que discutem os acessos dos trabalhadores à Justiça e suas lutas por direitos, além de trabalhos sobre processos judiciais que demandaram ou deveriam demandar a consulta aos acervos trabalhistas. Os diálogos com pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, que valorizam a interdisciplinaridade para o estudo das classes trabalhadoras e dos processos judiciais a elas referentes também contribuíram para o entendimento da complexidade de tais problemáticas e para a ampliação de possibilidades de respostas.

Já a terceira sessão abordou o tema *Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo*. Contou com a participação de pessoas interessadas em discutir, ouvir e/ou apresentar pesquisas sobre questões que envolvem os diversos tipos de trabalhadores e trabalhadoras no ambiente de trabalho e fora dele, no cotidiano. No que se refere ao ambiente de trabalho, foram discutidas as onipresentes relações de gênero, etnia, raça, sexualidade e as formas de opressão, repressão, discriminação e sociabilidades, envolvendo estas identidades. Quanto ao cotidiano, a partir do entendimento que o trabalhador é também um morador de uma localidade, um membro de uma dada

comunidade, um cidadão, com cultura e hábitos de lazer e vivência próprios, os trabalhos buscaram integrar estas facetas à construção de sua identidade.

Por fim, na quarta sessão, intitulada *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*, as comunicações trouxeram resultados de pesquisas que evidenciem atos de violação de direitos (perseguição, tortura, desaparecimento, assassinato, exílio, agressões físicas e psicológicas, etc.) contra trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade no Brasil e/ou em outros países da América Latina, além de ações de resistência dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, e de atores e entidades parceiras dos trabalhadores (como entidades sindicais, organizações das igrejas, advogados, etc.), as práticas violentas cometidas contra eles, bem como abordou ações coletivas dos que lutavam por terra, moradia, direitos trabalhistas, democracia, etc. Foi debatida também a articulação entre agentes públicos e privados, em especial empresas, na repressão aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e às suas entidades parceiras nas ditaduras no Brasil e/ou em outros países da América Latina.

O seminário, que é aberto a todos que se interessam pelo mundo dos trabalhadores, seus arquivos, sua memória e sua história, foi dirigido a sindicalistas e militantes sindicais, e principalmente, a profissionais com atuação na área de arquivos e centros de documentação operários, rurais, sindicais e populares; a profissionais de arquivos públicos e privados que mantêm sob sua guarda acervos de organizações dos trabalhadores da cidade e do campo; a arquivistas, historiadores, cientistas políticos e sociais, documentalistas, bibliotecários e estudantes.

O público interessado no mundo dos trabalhadores, seus arquivos, sua história e memória, assim como na área dos direitos humanos, justiça e reparação para as vítimas dos crimes da ditadura, era formado por sindicalistas, assessores sindicais, funcionários de arquivos e centros de documentação sindicais, servidores de arquivos públicos que mantêm sob a sua guarda acervos sobre os trabalhadores, arquivistas, historiadores e profissionais das áreas de ciências humanas. Ressalta-se a participação de estudantes e de militantes do campo dos direitos humanos.

A riqueza dos trabalhos apresentados nas sessões de comunicações temáticas logo evidenciou a necessidade de reuni-los em uma publicação, com o objetivo de difundir essas

informações e promover o tão necessário debate sobre os arquivos do “mundo dos trabalhadores”. Nesse sentido, cabe um agradecimento a todos os autores que se dispuseram a converter suas apresentações orais nos textos que ora compõem a presente coleção.

Dirigida a sindicalistas, militantes sindicais, arquivistas, historiadores, documentalistas, bibliotecários, cientistas sociais, juristas, bem como a outros profissionais, pesquisadores e estudantes com atuação na área dos arquivos operários, rurais e sindicais, esta coleção, nos seus três volumes, é um verdadeiro testemunho da importância dos arquivos para a compreensão da história de lutas da classe trabalhadora. E, nesse sentido, é leitura recomendada para todos os que se interessam pelo assunto.

Por fim, registre-se que os artigos apresentam uma pluralidade de visões, interesses e objetos de estudo, o que demonstra a riqueza dos acervos do mundo dos trabalhadores. Duas características, contudo, unem os textos e garantem coesão a esta obra. Por um lado, a temática do direito à memória, verdade, justiça e reparação e sua relação com os trabalhadores que resistiram e foram vítimas de violações de direitos durante o regime exceção, tema ainda candente de reflexões e ações mais efetivas por parte do Estado e da sociedade brasileira. Por outro lado, ressalta a compreensão de que os trabalhadores são sujeitos essenciais da história recente do País. E continuarão a sê-lo.

Rio de Janeiro/São Paulo, dezembro de 2016.

Arquivo Nacional

Central Única dos Trabalhadores

Apresentação

Leonilde Servolo de Medeiros¹

Marco Antonio dos Santos Teixeira²

A presente publicação, *Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo*, volume 3 da Coleção Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Comunicações do 4º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, realizado em São Paulo, em junho de 2016, reúne textos voltados para a reflexão sobre a repressão e a resistência dos trabalhadores da cidade e do campo durante a ditadura civil-militar ou empresarial militar, como preferem alguns pesquisadores do tema. Os autores estão em diferentes momentos de suas trajetórias de formação acadêmica e profissional: são alunos de graduação, mestrado e doutorado, professores e pesquisadores de diferentes universidades, ex-membros de comissões estaduais da verdade ou de organização de anistiados políticos. Também seus campos disciplinares são bastante diversificados: História, Antropologia, Direito, Sociologia, Serviço Social, Museologia, Pedagogia e ligados a universidades de diversas regiões do país. Temos com isso uma pluralidade de olhares que se somam na tentativa de descrever e desvendar aspectos desse período ainda bastante desconhecido entre nós.

Os trabalhos sintetizam pesquisas feitas nos estados da Bahia, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, mas alguns deles tratam de questões que não se circunscrevem a apenas uma unidade da federação. Apresentam um retrato da repressão que atingiu trabalhadores de diversas categorias, como petroleiros, metalúrgicos, assalariados rurais, caiçaras, trabalhadores do corte de cana, professores, além de advogados de trabalhadores rurais e militantes partidários.

Por meio desta coletânea podemos também identificar diferentes fontes que têm sido utilizadas pelos pesquisadores em suas investigações, permitindo perceber como as

¹ Professora do CPDA/UFRRJ, pesquisadora do CNPq e da Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado).

² Doutorando em sociologia no Iesp/UERJ, com bolsa da Faperj.

pesquisas sobre o tema têm sido feitas, tirando lições para novos investimentos, seja refazendo caminhos ou buscando superar insuficiências pela consulta a novas fontes. Como é possível verificar ao longo das páginas que se seguem, foram utilizadas diferentes fontes documentais, derivadas do Arquivo Nacional, de centros de documentação universitários, como é o caso do NMSPP/CPDA/UFRRJ, arquivos sindicais, da imprensa, entrevistas, depoimentos concedidos a comissões da verdade, além da literatura sobre o tema. Trata-se de materiais produzidos por diferentes instâncias do Estado brasileiro, como documentos ministeriais, diários oficiais, legislações, inquéritos jurídicos e documentos gerados por instâncias de representação e defesa de trabalhadores, como sindicatos e a Comissão Pastoral da Terra.

Agrupamos os textos em blocos, procurando aproximar os que tratam de assuntos próximos. O primeiro deles reúne trabalhos relacionados à repressão sobre sindicatos e suas lideranças e apoiadores, tanto no campo como na cidade. Nela temos um panorama da repressão sobre trabalhadores do petróleo da Bahia, metalúrgicos de Contagem/Minas Gerais e de Osasco/São Paulo, docentes de diferentes partes do país e rurais de São Paulo, em diferentes tempos. Alex de Sousa Ivo, em *“Acabou nosso carnaval”: o Golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores do petróleo na Bahia*, destaca a repressão sobre os petroleiros, em especial aos sindicalistas, que haviam declarado, logo após o golpe de 1964, greve geral em defesa da legalidade. O autor chama a atenção para as prisões efetuadas, usando-se tanto embarcações quanto diferentes quartéis de Salvador para reter os trabalhadores; a violência física à qual muitos dos sindicalistas foram submetidos; a forte simbologia resultante da invasão de sedes sindicais e exibição pública de materiais considerados como subversivos. Fica claro na leitura do artigo que muitos trabalhadores organizados tentaram resistir ao golpe e que as forças repressivas atuaram de forma intensa já no imediato pós-golpe para reprimir a ação desses grupos. Este trabalho se soma, portanto, a um conjunto de outros estudos que nos últimos anos vêm chamando a atenção para o fato de que já em seus primeiros momentos a ditadura usou de forma intensa a repressão e a violência. Por fim, destaca-se ainda neste artigo a repressão que se abateu contra os trabalhadores no interior da empresa, no caso, a Petrobras, uma das mais importantes do país. Uma das faces dessa repressão foi a demissão, rescisão de contratos ou imposição de sanções administrativas aos operários.

No artigo seguinte, *Os sindicatos no período da ditadura: as diferentes formas de resistência e a repressão política contra os trabalhadores*, José de Lima Soares trata o tema a partir da experiência dos metalúrgicos de Contagem/MG e Osasco/SP, cujas greves, em 1968, tornaram-se simbólicas da luta contra o arrocho salarial. A repressão foi violenta, com prisões, cassação da direção e nomeação de interventores, sendo uma das razões da decretação do Ato Institucional número 5. O texto aborda também outras situações ocorridas em diferentes momentos, dando destaque à greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1978 e 1979, da qual um episódio marcante foi a morte de Santo Dias da Silva. Destaca-se no texto de Soares a tentativa de pontuar as formas alternativas pelas quais os operários conseguiram se organizar e lutar pelas suas reivindicações no contexto da ditadura, marcado pela intervenção das forças conservadoras no sindicato e por inúmeras outras formas de repressão perpetradas pelo Estado ou mesmo pelas empresas, diversas vezes atuando de forma conjunta para conter a ação dos operários.

Abordando uma categoria bem menos estudada em pesquisas sobre trabalhadores e ditadura, Moacyr Salles Ramos e Inez Stampa, em *Trabalho docente, repressão e resistência pós 1964*, discutem o controle do trabalho docente. Os autores destacam que a repressão não só se voltou para a militância dos professores fora das escolas e universidades, mas também atuou diretamente sobre conteúdos das aulas e métodos pedagógicos, buscando impedir a análise dos problemas brasileiros a partir de referenciais que estabelecessem críticas ao regime. Em paralelo, Ramos e Stampa analisam o recente movimento Escola Sem Partido, apresentando suas principais motivações e práticas. Entre elas, destaca-se a tentativa de controle do conteúdo escolar em nome do que o movimento considera ser uma “neutralidade do ato de ensinar”. A análise de forma conjugada das duas situações citadas acima não se dá por acaso. Para os autores, há correlações entre ambas as situações. Nos dois casos, o que está em jogo é a tentativa de controlar e despolitizar o trabalho docente, determinando o que pode ou não ser ensinado, concluem os autores.

O último texto desse bloco, *Greve dos trabalhadores canavieiros em Guariba/SP: repressão e progressos*, escrito por Karoline Mattos e Mariana Costa, discorre sobre a greve dos cortadores de cana de Guariba/SP, marco na história dos trabalhadores agrícolas temporários do estado de São Paulo e que colocou na mídia a situação de trabalho e a rebeldia dos assalariados rurais de uma das regiões mais industrializadas e modernizadas do

país, já num contexto de redemocratização na primeira metade dos anos 1980. Com base na literatura acadêmica sobre o tema, as autoras destacam o processo de eclosão da greve, relacionada às péssimas condições de trabalho no corte de cana e à perda ou mesmo ausência de diversos direitos ; alguns dos atores que apoiaram a greve, como sindicatos de trabalhadores rurais da região e deputados e lideranças sindicais do ABC paulista; determinadas formas de protesto realizadas pelos trabalhadores; o processo de violenta repressão ao movimento pela polícia do governo do estado de São Paulo, que violou vários direitos dos trabalhadores e de suas famílias; e, finalmente, o desfecho da greve, que culminou na conquista de alguns direitos.

Os dois textos seguintes tratam do apagamento e recuperação de “lugares de memória” ligados ao mundo do trabalho. É o caso do estudo de Ana Paula Poll, *Memória social e esquecimentos, repressão e resistência no Sul Fluminense*, que aponta, partindo das reflexões de Halbwachs e de Pollack, alguns dos mecanismos através dos quais as memórias sociais e os esquecimentos são fixados na história, tendo como foco a análise da transmutação de um centro de tortura do Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa/RJ em parque da cidade. O mesmo tema é abordado por Pedro Célio Borges, Marcantonio Dela Corte, Julianna Carvalho de Oliveira e Pablo Lopes, em *A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia: ações para reparar um crime de supressão de memória*, a partir da discussão, com base nas reflexões de Ricoeur (2007) sobre o “esquecimento obrigatório”, sobre a destruição do Monumento ao Trabalhador, criado em Goiânia em 1959: em momentos diferentes, dois murais que o compunham (1969) e, depois, as estruturas de concreto que o sustentavam (1986). Os autores chamam a atenção para o fato de que a demolição das estruturas de concreto se fez após o fim da ditadura, seguida de uma omissão frente à possibilidade de “reverter o silêncio que se impôs em torno do assunto”. Destacam ainda os recentes esforços de reconstrução do monumento.

Na sequência, dois artigos focam a atuação de empresas no campo. Em *Volkswagen e a fazenda Vale do Rio Cristalino: memória das violações no campo*, Halyme Antunes, Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro e Raphael Lopes da Costa abordam a Fazenda Rio Cristalino, em Santana do Araguaia/Pará, empresa viabilizada por meio de incentivos fiscais do governo federal à Volkswagen e que se notabilizou quer por crimes ambientais, quer por violações a direitos humanos, mantendo trabalhadores em regime de trabalho forçado. Interessante

notar que o tema da repressão por essa mesma empresa é tratada também em outro texto, já mencionado anteriormente, de autoria de José Lima Soares. Tomando como foco o caso do Litoral Sul do Rio de Janeiro, Iby Montenegro de Silva, em *Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil-militar*, trata dos efeitos da construção da Rio-Santos, atraindo investimentos turísticos para o litoral do estado e afetando o modo de vida dos que lá viviam (comunidades caiçaras, de posseiros, ou negras, que por ali ficaram após a abolição da escravidão). A grilagem de terras e a especulação fundiária resultaram na expulsão violenta de milhares de famílias, gerando intensos conflitos.

Finalmente, dois textos discutem a atuação de militantes dos movimentos sociais. No primeiro deles, *Jeremias e o Trotskismo no campo em Pernambuco (1963-1964)*, Felipe Galindo trata da inserção do Partido Operário Revolucionário Trotskista (Port) nas lutas sociais no campo pernambucano, tendo como fio condutor a militância de Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias, assassinado quando liderava uma greve de trabalhadores rurais em Itambé, na Zona da Mata norte do estado, em 1963, portanto, antes mesmo do golpe. O segundo texto, *O caso do advogado dos trabalhadores rurais Gabriel Sales Pimenta e a injustiça da bala no estado do Pará*, de autoria de Mayara Rayssa da Silva Rolim e Girolamo Treccani, tendo como foco o assassinato do advogado sindical Gabriel Pimenta, em Marabá, analisa a questão fundiária no Pará, a grilagem de terras, a violência dela decorrente e o comportamento do Judiciário, considerado como inerte, uma vez que suas atitudes em relação ao processo geraram impunidade.

Desses trabalhos afloram algumas questões importantes. De início, apontamos o fato de que a repressão sobre os sindicatos, dirigentes sindicais, trabalhadores e apoiadores ocorreu em diferentes momentos, mostrando a preocupação do regime em abortar as iniciativas de organização e resistência dos trabalhadores, em distintos níveis, inclusive o uso da livre expressão (como indica o controle da atividade docente destacado nos artigos de Salles e Stampa).

Em relação à repressão, dois fatos chamam atenção no conjunto de trabalhos desta coletânea: primeiro, o fato de que algumas situações repressivas já antecedem o golpe, como é o caso de Jeremias, militante trotskista que atuou politicamente em Pernambuco junto aos trabalhadores rurais e assassinado em agosto de 1963; segundo, a forte repressão

que atingiu as organizações e suas lideranças já nos primeiros dias da nova ordem, como é evidenciado no estudo sobre os petroleiros escrito por Ivo. Essas observações são importantes para atentarmos que a temporalidade da repressão pode ter sido diferenciada conforme o local e o contexto em jogo em cada situação, embora sempre relacionada com os rumos políticos do país.

Mas os textos indicam ainda que os trabalhadores, suas organizações de representação e apoiadores também buscaram resistir ao regime e lutar por melhores condições de vida e trabalho durante a ditadura de diferentes maneiras. Nos estudos apresentados neste volume há descrições e análises que mostram a resistência que se fez de forma organizada por meio de greves, por exemplo, como ilustram as situações de Osasco e Contagem, em 1968, tratadas no artigo de Soares. Mas também por meio de protestos nas praças, paralisações, piquetes etc. Além disso, quando os sindicatos estavam ocupados por interventores nomeados pelo regime e por isso não constituíam espaços de organização e defesa dos trabalhadores, estes se organizaram de outras formas, por meio de comissões de fábrica e grupos de fábrica e interfábricas, algumas delas clandestinas, tal como analisado também por Soares. Ou seja, é importante ter em mente a persistência de ações de contestação pelos trabalhadores, mesmo que elas tenham ocorrido de forma mais esporádica. Para isso, se fazem necessários novos investimentos de pesquisa que permitam conhecer o cotidiano desses grupos e suas maneiras de atuação.

Outro aspecto relevante trazido à tona é a ação das empresas no campo, quer via projetos turísticos, quer por meio de projetos agropecuários fortemente incentivados pelo Estado, deslocando populações, utilizando-se de formas de exploração intensa da mão de obra, desrespeitando a legislação ambiental e trabalhista. Nas grandes indústrias o panorama não é diferente. Como mostra Alex Ivo, dentro da Petrobras, havia uma rede de investigação, repressão e controle, indicando uma outra face da repressão, marcada pela perseguição e demissão de trabalhadores. Essa rede atingiu mais de 10% dos trabalhadores do petróleo da Bahia, considerando apenas o número dos que responderam a algum tipo de inquérito.

Os estudos que se seguem também indicam como a violência patronal e do Estado são conjugadas de formas diferentes, conforme o contexto. No caso de Pernambuco, por exemplo, forças privadas reprimiram os camponeses durante a gestão de Miguel Arraes,

governo que não usava a Polícia Militar contra os trabalhadores e que se posicionava ao lado deles, mas não tinha forças para inibir a ação de milícias e jagunços. Em outras situações, é a omissão do Judiciário que se faz perceber, protelando julgamentos, por exemplo.

Outro aspecto que merece destaque é o uso de delações como instrumento de controle. O tema é abordado tanto por Alex Ivo como por Ana Poll, que chamam a atenção para a rede de informações pré-existente, o que facilitou a captura de dirigentes sindicais e lideranças e, já nos anos 1970, de jovens soldados que acabaram sendo acusados de tráfico de drogas.

No seu conjunto, os trabalhos desta coletânea destacam a importância de se conhecer esse passado para que se evitem repetições no presente e se faça justiça. Como mostram alguns textos, o tema da relação entre trabalhadores e ditadura, longe de estar circunscrito a tempos pretéritos, é atual e se relaciona de forma estreita com acontecimentos presentes. Moacyr Salles Ramos e Inez Stampa, por exemplo, ao tratarem do controle do trabalho de professores durante o período ditatorial, discutem o atual movimento Escola sem Partido, fortemente marcado por uma tentativa de controle pedagógico de docentes. Os autores destacam que, por ser importante para a formação de cidadãos críticos, o trabalho docente foi e continua sendo perseguido.

Já o trabalho de Ana Paula Poll e o de Pedro Célio Alves Borges e colegas tratam de lugares de memória e da necessidade de preservá-los como instrumentos importantes para uma política de memória que tire do esquecimento eventos importantes que marcaram a história da repressão e resistência de trabalhadores no período ditatorial.

Em relação ao tema do mundo do trabalho e ditadura, muito se avançou nos últimos anos, embora ainda se careça de novas iniciativas de pesquisa e de reflexão teórica a respeito. Pesquisas e publicações fizeram com que o assunto antes marginal na agenda se tornasse mais pesquisado e conhecido e se mostrasse bastante complexo. Com a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2011 e subsequentemente das comissões estaduais, municipais, locais e tantas outras, organizadas por entidades diversas, vários pesquisadores que há anos já estudavam o tema e outros tantos novos pesquisadores se voltaram sistematicamente ao estudo desse período. As comissões da verdade parecem, portanto, ter representando um ponto de inflexão na agenda de pesquisa. Um sinal da sua importância é o fato de praticamente todos os trabalhos reunidos nessa coletânea de alguma forma

mencionarem alguma comissão, na maioria das vezes dialogando com os resultados das suas investigações.

Esta coletânea se soma a um conjunto de trabalhos anteriores que vem buscando elucidar esse passado no que diz respeito à repressão e resistência de trabalhadores do campo e da cidade. Entre as iniciativas precedentes destacamos os grupos de trabalhos específicos para tratar das questões dos trabalhadores e trabalhadoras, da cidade e do campo, no âmbito das comissões da verdade; as comissões organizadas por entidades sindicais e movimentos sociais, com participação de pesquisadores acadêmicos, como a Comissão Camponesa da Verdade; dossiês organizados em periódicos científicos, como o da Revista *Mundos do Trabalho* (v. 6, n. 11, 2014); a realização da primeira edição do Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul, em 2015, no Rio de Janeiro; além das edições anteriores do Seminário o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, desta coleção e de tantos outros trabalhos produzidos anteriormente.

Como já apontado anteriormente, apesar dos esforços de pesquisa feitos até aqui, o tema está longe de se esgotar, uma vez que há inúmeras perguntas sem respostas, diversos possíveis caminhos de pesquisa a serem trilhados e inúmeras situações a serem descritas e analisadas sobre as histórias e o papel dos trabalhadores e trabalhadoras na ditadura. Esta coletânea apresenta o esforço de alguns autores para compor esse quadro interpretativo e pretende com isso ampliar o debate e divulgação do tema.

“Acabou nosso carnaval”: o golpe de 1964 e a repressão aos trabalhadores do petróleo na Bahia

Alex de Souza Ivo¹

*Acabou nosso carnaval
Ninguém ouve cantar canções
Ninguém passa mais brincando feliz
E nos corações
Saudades e cinzas foi o que restou²*

Resumo

Este trabalho pretende debater a dinâmica da repressão e perseguição política desencadeada pelas forças golpistas contra os trabalhadores do petróleo na Bahia. As duas entidades sindicais dos petroleiros, em virtude de seu amplo poder de mobilização e pressão, foram as vítimas preferidas dos golpistas no estado da Bahia. Com base na documentação da Divisão de Informações da Petrobras, custodiada pelo Arquivo Nacional, é possível identificar os mecanismos de atribuição de culpa aos operários, com o único interesse de lhes expurgar da empresa.

Palavras-chave: Trabalhadores. Petroleiros. Ditadura.

Como em boa parte do território brasileiro, os primeiros dias de abril de 1964 foram movimentados nas unidades da Petrobras na Bahia. As forças militares responsáveis pela derrubada de Goulart trataram de imobilizar os movimentos sociais identificados com o líder trabalhista e assim espantar qualquer possibilidade de resistência, num movimento de depuração política das áreas consideradas infestadas pelas forças subversivas.

¹ Doutorando em história social pela Universidade Federal da Bahia (bolsista do PDSE – Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, Capes – Proc. nº 99999.010010/2014-09) e professor do Instituto Federal da Bahia – Campus Camaçari.

² “Marcha da quarta-feira de cinzas”, Carlos Lyra e Vinícius de Moraes.

Sindipetro-Ba e Stiep-Ba³, as entidades sindicais que representavam os trabalhadores da prospecção e do refino e destilação do petróleo na Bahia, viveram nos dois anos anteriores à razia daquele mês de abril um período de expansão de prestígio e de crescimento de sua capacidade de mobilização. Não obstante jovens, os dois sindicatos foram exitosos no trabalho de enfrentamentos às questões cotidianas e salariais da indústria do petróleo, ao mesmo tempo em que garantiam a mobilização a favor das causas nacionalistas, tão caras à própria história da Petrobras. A força de ambos permitiu a eleição de seus presidentes para cadeiras do legislativo federal e baiano, bem como garantiu que suas vozes fossem ouvidas em importantes decisões da empresa.

Como nem tudo eram flores, em virtude de sua inserção na luta em defesa das pautas nacionalistas, desde o final de 1962, Sindipetro-Ba e Stiep-Ba passaram a enfrentar uma vigorosa campanha anticomunista. O jornal *A Tarde*, um dos mais importantes órgãos da imprensa local, começou a denunciar aquilo que batizou como “o soviete de Mataripe”. Segundo o jornal, a Refinaria Landulpho Alves havia sido transformada no principal foco de agitação e conspiração comunista da Bahia, fato motivado pela ação sindical e pela conivência da direção da empresa, também ocupada por militantes vermelhos. Essa movimentação da imprensa, diga-se de passagem, não era exclusividade do aludido órgão. Jornais, tanto editados em Salvador quanto em outras capitais do país, publicavam constantes denúncias com esse teor, pelo menos desde fevereiro de 1962, mês posterior à posse do socialista Francisco Mangabeira na presidência da empresa.

Certamente, o avanço da prática sindical baseado na luta por direitos sociais e a forte atuação nos debates políticos sobre os rumos do país foram os motivos da rápida operação militar nas unidades da Petrobras nos primeiros dias de abril de 1964. Ao saber do avanço das tropas golpistas, as principais lideranças sindicais do estado ensaiaram alguns esforços com o objetivo de reverter a situação, mas não obtiveram sucesso. Na tarde do primeiro dia

³ Segundo entendimento do Ministério do Trabalho, prospecção e refino do petróleo eram atividades distintas. Por isso, os trabalhadores do petróleo na Bahia ficaram organizados em duas entidades. O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Petróleo no Estado da Bahia (Stiep-Ba), fundado em novembro de 1957 e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo no Estado da Bahia (Sindipetro-Ba), fundado em junho de 1959. Ver: IVO, Alex de Souza. *Uma história em verde amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo*. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. OLIVEIRA JR, Franklin. *A usina dos sonhos – sindicalismo petroleiro (1954-1964)*. Salvador: EGBA, 1996.

de abril, foi realizada uma assembleia geral na Refinaria de Mataripe, cujo resultado foi a deflagração da paralisação imediata da unidade. Os procedimentos para a suspensão da produção foram imediatos, com retiradas de válvulas fundamentais para o processamento do petróleo.

Tal prática consistia em uma novidade. Os petroleiros, em geral, quando realizavam alguma paralisação, faziam de forma programada, adotando uma série de medidas para garantir a suspensão do trabalho sem causar nenhum dano à empresa. Devido à ameaça real representada pelo avanço das tropas golpistas, urgia uma resposta imediata. Mesmo sob o risco de serem maculada a sua imagem de defensores da empresa, os trabalhadores da Petrobras não hesitaram na sua decisão.

Além disso, os líderes petroleiros sabiam que o enfrentamento ao golpe não deveria ser feito apenas dentro dos muros da empresa, muito menos que isso era uma tarefa somente sua. Por isso, não apenas emitiram comunicado conclamando os próprios colegas de empresa a irem às praças em defesa da permanência do Goulart em seu posto⁴, como também buscaram apoio e articulação com outros segmentos organizados da classe trabalhadora. No mesmo dia, juntamente com mais seis entidades sindicais, Sindipetro-Ba e Stiep-Ba declararam uma greve geral em defesa da legalidade⁵.

As forças golpistas, por sua vez, já esperavam esse tipo de reação e, objetivando conter a resistência dos trabalhadores, colocaram também o seu bloco na rua. No dia 2, o governo do estado, àquela altura já colaborando com o comando da VI Região Militar, enviou tropas policiais à sede do Sindipetro-Ba, situada no centro de Salvador. O temor se espalhou pela cidade e também entre os petroleiros. A quantidade de soldados usados na operação ajudava a fortalecer boatos de que pessoas tinham sido vitimadas. A história logo se espalhou e chegou aos ouvidos de Mário Lima, presidente do sindicato e deputado federal. O líder petroleiro se dirigiu ao prédio do sindicato e, após não conseguir adentrar o local e constatar ser a polícia militar a responsável pela invasão, tentou falar pessoalmente com o governador Lomanto Junior no Palácio da Aclamação, sua residência oficial. Lá foi

⁴ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança da Informação da Petrobras. Inquérito Policial Militar do Terminal Marítimo de Madre de Deus, BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 64.

⁵ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança da Informação da Petrobras. Aos trabalhadores, aos estudantes, às gloriosas Forças-Armadas e ao povo em geral, BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 409.

preso mediante ordem do Secretário de Segurança Pública sob a acusação de atentar contra a segurança nacional ao deflagrar um movimento grevista e ameaçar explodir a refinaria (Ivo in Zachariadhes, 2009). Lima foi levado para o Quartel da Mouraria, sede da VI Região Militar⁶, sendo mais tarde transferido para o Quartel do Barbalho.

Os próprios golpistas sabiam que a prisão do sindicalista poderia insuflar os ânimos dos trabalhadores da Petrobras. Por esse motivo, as forças armadas tomaram providências para evitar novos atos de resistência operária e pôr fim à greve iniciada no dia anterior. Uma companhia de infantaria, já designada anteriormente para se deslocar até a Refinaria de Mataripe, aproximou-se de sua área procurando manter a devida cautela para evitar alguma reação inesperada. Ao perceber a sua chegada, alguns líderes petroleiros tentaram fugir para o Terminal Marítimo de Madre de Deus, mas lá já se encontrava um destacamento da Marinha, que os prendeu em uma corveta.

O restante do trabalho foi relativamente rápido. O tenente-coronel Futuro, comandante da tropa responsável pela tomada de Mataripe, destituiu Ernesto Cláudio Drehmer do cargo de superintendente da unidade – conduzindo-o posteriormente à cadeia – e nomeou o engenheiro João Batista Skinner para o seu lugar. Daí seguiu-se verdadeiras cenas de terror, com prisões, interrogatórios, buscas nas residências dos trabalhadores e nas áreas de atuação da empresa. Com tudo isso, a greve foi perdendo força e, no dia seguinte, Wilton Valença e Osvaldo Marques de Oliveira, respectivamente presidente do Stiep-Ba e tesoureiro do Sindipetro-Ba, assinaram um documento conclamando os trabalhadores da Petrobras a retornarem aos seus postos de trabalho normalmente⁷.

Na verdade, normalidade foi algo difícil de se encontrar naqueles dias. Enquanto os petroleiros baianos eram vítimas dessa ação de força, o desenrolar dos acontecimentos nos principais centros de poder do país não deixavam dúvida que tempos difíceis estavam por vir. Na medida em que era informado sobre o avanço das tropas rebeldes e das adesões que ela ganhava, João Goulart percebia a sua parca possibilidade de resistência. Possivelmente, a notícia da eminência da chegada de uma esquadra estadunidense ao litoral brasileiro foi

⁷ Aos companheiros do petróleo, *Jornal da Bahia*, 4/4/1964.

fator determinante para Goulart optar pelo não enfrentamento armado aos golpistas (Ferreira in Ferreira; Delgado, 2003, p. 391-399).

Goulart decidiu então rumar ao Rio Grande do Sul, único local onde ainda existiam tropas leais ao seu comando. O presidente confiou a Darcy Ribeiro a responsabilidade de comunicar ao legislativo onde ele estava. Este, por sua vez, enviou um ofício ao congresso com essa informação. Mesmo assim, parte dos agentes civis do golpe precisava conferir legitimidade à deposição de Jango, dando ao ato uma suposta aura de legalidade. Para tanto, ignoraram a missiva entregue por Ribeiro e em reunião de emergência, na noite do dia 1º de abril, o Congresso Nacional, sob o comando do senador Auro de Moura Andrade, declarou vago o cargo de Presidente da República, sob a falsa alegação de que Goulart havia saído do país (Moniz Bandeira, 2010, p. 344-345). Mesmo sem nenhum amparo legal e contrariando os ritos previstos pela Constituição, Ranieri Mazzili assumiu a presidência, muito embora o poder estivesse, de fato, em outro lugar.

Quem comandava a política brasileira era um restrito grupo de militares. O autointitulado Comando Supremo da Revolução, em 9 de abril, outorgou o primeiro ato institucional da ditadura. No seu preâmbulo ficava expresso que a legitimidade do novo regime não advinha do povo, nem dos outros poderes da república, mas da autointitulada Revolução (Rezende, 2001, p. 33). Com isso, a necessidade de combate ao comunismo seria justificativa para todas as ações do grupo que se apossara do poder.

O Ato Institucional n. 1, como ficou conhecido, além de estabelecer as prerrogativas de cassação dos direitos políticos dos principais adversários do novo regime, definia os critérios para o emprego de punições contra aqueles que eram acusados de atentar contra a ordem e a segurança nacional. Através do Decreto n. 53.897 de 27 de abril de 1964, os artigos sétimo e décimo do AI-1 foram regulamentados e, com isso, tornou-se possível a formação dos Inquéritos Policiais Militares nos órgãos públicos, empresas estatais e universidades federais (Alves, 2011, p. 68). Em virtude do elevado número de processos abertos, é muito difícil precisar o total de investigados em todo o país nos primeiros meses da ditadura militar. Moreira Alves, por exemplo, estima em cerca de 50 mil pessoas presas somente nos primeiros anos do regime (Idem, p. 68-72).

Muito se escreveu sobre esse momento dramático da história do Brasil, mas ainda carecemos de um olhar mais apurado sobre o tamanho dessa violência sobre a classe trabalhadora e suas entidades de representação. É relevante enfatizar que, muito embora nos momentos posteriores as principais vítimas do governo ditatorial foram estudantes, intelectuais e artistas, muitos deles de classe média, os principais inimigos do regime quando da sua instauração foram os trabalhadores organizados. Sobre os quais pesava nos ombros a acusação de tentar instaurar uma república sindicalista no país, ou então, como muito foi dito no caso específico da Petrobras, construir uma conspiração comuno-peleguista na empresa.

Conforme as palavras de Moniz Bandeira, nos anos de governo Goulart, os sindicatos eram capazes de “influir diretamente sobre o governo”, defendendo uma pauta própria (Moniz Bandeira, 2010, p. 151-152), representando um verdadeiro perigo para parcelas significativas de nossas classes dominantes, pouco habituadas a disputar espaço com aqueles que eles sempre viram como inferiores. Esse misto de temor e incômodo, causando capacidade de mobilização operária, fez ganhar força no seio de parcelas significativas do empresariado brasileiro a defesa da ideia de paz social. Ela consistia, basicamente, na construção de relações harmoniosas entre capital e trabalho, cabendo a este a submissão e a obediência, atitudes tidas indispensáveis para a evolução social e econômica do país (Weinstein, 2000, p. 84-85). Como as estratégias de convencimento e controle ideológicos empreendidas durante o período não foram capazes de atingir esse objetivo, ele deveria ser alcançado através da punição e da violência.

Por essa razão, a repressão contra o movimento sindical foi muito forte. De acordo com Alves, dos 1948 sindicatos, 452 tiveram membros cassados pela operação limpeza (Alves, 2011, p. 84-85). Argelina Figueiredo, em um levantamento baseado nos decretos de intervenção publicados no Diário Oficial da União, identificou que nos sete primeiros anos de ditadura 536 sindicatos foram atingidos pelo arbítrio ministerial. Desse total, somente nos dois primeiros anos do regime, houve 433 intervenções, ou seja, 80,6% dos casos se deram nesse período (Figueiredo in *Dados*, 1978, p. 137).

Talvez nenhuma empresa brasileira tenha vivido essa experiência de forma tão intensa quanto a Petrobras. Primeiro, em virtude de sua importância estratégica para o país e do seu

tamanho. Segundo, exatamente pela relevância adquirida pelo movimento de seus trabalhadores, fato que levou os próprios agentes da repressão a definirem a estatal do petróleo como a empresa “mais trabalhada pelos agentes da subversão”⁸. De todas as unidades da companhia, mereciam destaque aos olhos dos militares as que estavam localizadas na Bahia. A Refinaria de Mataripe, por exemplo, foi definida como “o centro esquerdista, comunista, agitador e subversivo, de maior atuação e mais antigo” da empresa⁹.

Os números gerais sobre a atuação da operação limpeza dentro dos muros da estatal ajudam a elucidar essa questão. A Petrobras possuía, em maio de 1964, cerca de 35 mil trabalhadores em todo o território nacional. Destes, aproximadamente 13.500 homens (38,57%) trabalhavam na Bahia. Em todo o Brasil, cerca de 1.500 petroleiros responderam, em algum grau, às investigações desencadeadas pela repressão. Deste universo, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade, 716 foram indiciados através do Inquérito Policial Militar (IPM) (Brasil, 2014, p.66). Desse total, segundo um parecer da Comissão Geral de Investigações da Petrobras, 192 trabalhadores foram investigados, apenas nas unidades sediadas no estado da Bahia. Pelo menos 137 indiciados foram demitidos. Essa quantidade, evidentemente, pode ser um pouco maior, pois pelo menos seis dessas pessoas investigadas, quando da redação do relatório, ainda não haviam tido o seu destino definido pelos agentes da repressão e pelas autoridades da empresa¹⁰.

Na Bahia, é possível dizer que a maior parte dos esforços da repressão em 1964 foram voltados para os trabalhadores de um modo geral e, mais especificamente, contra os petroleiros. No início de junho, a VI Região Militar encaminhou ao Conselho Permanente de Justiça Militar o pedido de prisão preventiva de 45 pessoas. Deste total, 36 eram funcionários da estatal e mais quatro deles eram ferroviários¹¹. De acordo com dados do Consulado norteamericano em Salvador, dos 281 servidores públicos ou de empresa estatais

⁸ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança da Informação da Petrobras. Plano de Ação Psicológica – Petrobras, BR AN. RIO HF.0.AVU-03, fl. 301.

⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança da Informação da Petrobras. Relatório de Pessoal - RLAM, BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 420.

¹⁰ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança da Informação da Petrobras. Parecer da Comissão Geral de Investigações-Petrobras relativo a empregados da Bahia, BR AN. RIO HF.0.AVU-01.

¹¹ 45 presos políticos na VI RM, *Jornal da Bahia*, 7 e 8/6/1964.

que foram punidos por força do Artigo 7º do AI-1, 190, ou seja, quase dois terços, atuavam na estatal do petróleo¹².

Se os números gerais dos processos e punições impressionam, importante também é verificar como todo esse conjunto de ações foi conduzido. Suas características principais foram a violência e o arbítrio, marcas deixadas já nos primeiros dias da ação militar e impossíveis de serem dissimuladas, mesmo com o constante discurso que procurava enfatizar as raízes democráticas do movimento responsável pela deposição de Goulart. Conforme enfatizou Alves, desde o princípio do novo regime era impossível escamotear o mal-estar ocasionado pela defasagem entre a linguagem da legitimação e a realidade da opressão (Alves, 2011, p. 33-34).

Os encarceramentos de trabalhadores do petróleo tanto em embarcações quanto em diferentes quartéis da cidade de Salvador, a violência física a qual muitos deles foram submetidos e a forte simbologia desempenhada pela invasão das sedes sindicais com a exibição de materiais supostamente subversivos, não deixavam dúvidas quanto ao que estava acontecendo. Segundo Oliveira Junior, as ações praticadas contra os presos políticos na sede do 19º Batalhão de Caçadores fizeram seus próprios artífices associá-las à sangrenta noite de São Bartolomeu (Oliveira Jr, 1996, p. 200).

Não obstante todas essas evidências, os agentes da ditadura insistiam em dar às suas ações um verniz de legalidade, certamente interessados em garantir o mínimo de legitimidade para o governo em fase de instauração. Por isso, seguindo o estabelecido pela legislação, a Petrobras constituiu em 11 de maio de 1964 a sua Comissão de Investigações, composta por Thório Benedro de Souza Lima, Cláudio da Silva Freire e Cândido Álvaro de Gouveia.

O documento de criação da comissão estabelecia as bases fundamentais do processo de investigação e das punições que se avizinhavam. Os trabalhadores implicados em supostos crimes deveriam ser enquadrados em três categorias de faltas: A – aqueles que agiram em consonância com a ideologia comunista, praticaram atos subversivos ou

¹² Aerograma do Consulado Americano em Salvador para o Departamento de Estado, datado de 9/12/1964. Referência: pol18braz12-09-64ª-42xr_3, disponível em: <<http://library.brown.edu/openingthearchives/?lang=pt>>.

participaram de greves contra a empresa; B – os funcionários que cometeram atos de desonestidade ou de “graves irregularidades administrativas”, diretamente ou por conivência; C – aqueles que por “inaptidão, incapacidade ou tibieza no desempenho de suas funções” prejudicaram de alguma forma a empresa. Os trabalhadores considerados culpados poderiam ser demitidos por justa causa, ter o seu contrato de trabalho rescindido ou então seriam submetidos a sanções administrativas de acordo com a conveniência da empresa¹³. Dos 137 demitidos, 16 foram considerados “justa causa”, 12 pertenciam ao chamado “grupo Capuava”¹⁴, dois pediram demissão, dois abandonaram o emprego e 105 tiveram seu contrato de trabalho rescindido¹⁵.

No decorrer dos procedimentos de investigação, grande peso era dado às impressões e às palavras dos militares responsáveis pelo comando das unidades da Petrobras desde os primeiros dias do golpe. De um modo geral, as suas recomendações em relação ao destino dos investigados eram tomadas como palavras finais. Seus métodos, contudo, não eram necessariamente os mais seguros. Ademais, conforme sugere Alves, a concepção de inimigo interno, prevista na Doutrina de Segurança Nacional e posta em prática nas investigações dos IPM's, teve um peso relevante nos atos que consistiram em graves violações dos direitos humanos durante a ditadura. Os agentes da repressão se sentiam revestidos por uma aura de defensores da pátria. Eles entendiam que seus atos eram fundamentais para manter o país livre dos seus inimigos e com isso não viam problema nenhum em aplicar a chamada lógica da suspeição, cujos pressupostos transformavam todos em suspeitos em culpados até que fosse provado o contrário (Alves, 2011, p. 47-48).

Os condutores das investigações na Petrobras, em geral tenentes e coronéis do Exército, além de demonstrarem profunda ignorância em relação às atividades com o petróleo, usavam critérios muito pouco objetivos em suas análises. Não havia nenhuma regra fixa de comprovação das acusações. Era muito comum o apelo ao senso comum ou o

¹³ CPDOC-FGV, Ordem de Serviço 40/64, AL p cg 1964.01.30 – I-113.

¹⁴ O grupo Capuava era composto por certa quantidade de operários que, em novembro de 1963, realizaram uma greve na Refinaria de Capuava em São Paulo. Demitidos pela administração da empresa, ficaram empregados provisoriamente em diversas unidades da Petrobras, aguardando a encampação das refinarias privadas para retornarem aos seus postos de trabalho. A ditadura considerou sua situação ilegal e dispensou os trabalhadores sem nenhum tipo de indenização.

¹⁵ Seis ainda aguardavam decisão final e 49 foram absolvidos.

tão famoso “ouvi dizer” para atribuir culpa a algum dos investigados. O pífio espaço reservado nas fichas de interrogatório para as justificativas por escrito dos investigados demonstra que os esforços de defesa seriam, em geral, de pouca serventia.

Para ficar apenas em um exemplo das inúmeras arbitrariedades cometidas, o coronel Fernando Soares Futuro, encarregado do controle militar da Refinaria de Mataripe, deu provas de sua completa soberba ao definir alguns operários investigados como meros débeis mentais. Mesmo quando optava pela absolvição de algum trabalhador, o militar não deixava dúvidas sobre a sua visão de mundo. Ao interrogar o operário Alcides Aragão dos Santos, o coronel Futuro decidiu o destino do trabalhador, garantindo sua permanência na empresa, ao constatar sua condição de trabalhador através de “seu aspecto rude e mãos calosas”¹⁶. Esse episódio, mais do que benevolência com um trabalhador dedicado, explicita a concepção que os golpistas tinham dos militantes políticos, ou seja, os comunistas eram pessoas pouco afeitas ao trabalho duro, viviam na folga, apenas a tramar seus planos contrários aos interesses da pátria.

Em outras ocasiões os investigadores voltaram a demonstrar essa suposta benevolência com os trabalhadores de menor instrução. Porém, esse aparente espírito de proteção aos mais fracos não consegue disfarçar a realidade: os militares duvidavam da capacidade de agir por conta própria de boa parte daqueles trabalhadores que há pouco tempo exigiam direitos sociais e participação política. Eles eram tidos, na verdade, como “inocentes úteis”¹⁷. Pessoas facilmente susceptíveis à manipulação dos comunistas, sem grande capacidade de ter iniciativa própria, mas importantes para engrossar o caldo da subversão. Mesmo sem serem considerados uma grande ameaça, ao menos para servir de exemplo, boa parte dos supostos inocentes úteis foram demitidos da empresa.

Esse fato não foi facilmente digerido sequer pela cúpula das unidades da estatal na Bahia. Em relatório enviado à direção da Petrobras, o general Thório Benedro de Souza Lima relatou o esforço por ele empreendido para explicar aos chefes locais que mesmo homens

¹⁶ Prontuário de Alcides Aragão dos Santos. Brasil, Arquivo Nacional (AN). Fundo: Divisão de Segurança da Informação da Petrobras, REF: BR AN. RIO HF.0.PTR-2447, fl. 4.

¹⁷ Sobre a formulação dos investigadores sobre essa categoria, ver: SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

“considerados católicos, crentes ou com princípios doutrinários contrários à ideologia comunista” tiveram alguma responsabilidade no alegado processo de subversão na empresa e, portanto, foram justamente punidos.

Se, entre os chefes, o incômodo com as demissões era focalizado somente em relação aos trabalhadores sem envolvimento direto com os sindicatos, para os trabalhadores da empresa essa sensação se estendia às punições impostas aos principais líderes sindicais do período anterior ao golpe. No mesmo relatório citado acima, o general Souza Lima conta que participou de um curso de formação de líderes, ministrado pelo Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal (CENAP) onde muitos dos participantes disseram não acreditar nas acusações contra Wilton Valença e Mário Lima¹⁸. Segundo os trabalhadores, os dois dirigentes sindicais agiam em defesa da empresa e em benefício dos trabalhadores¹⁹.

Entretanto, como era evidente, nem todos viam os sindicalistas com bons olhos. Por isso, os próprios agentes da repressão desejaram o crescimento da onda de delações. Em um documento intitulado “Retrospecto”, datado de 6 e 7 de maio de 1964, alguém envolvido nas ações de investigação reivindicou a chegada à Bahia da “operação limpeza oficial”, pois com ela seria possível identificar mais comunistas, uma vez que “os cooperadores passarão a acreditar na ação”²⁰. Não causa nenhum espanto o fato de muitos empregados da Petrobras terem se apresentado voluntariamente para prestar informações que pudessem colaborar com as prisões e condenação dos homens envolvidos com o movimento sindical. As razões poderiam ser muitas: vingança pessoal, valores anticomunistas e também a possibilidade de obter algum tipo de benefício individual.

Talvez um caso em especial sintetize todas essas razões. O arquiteto Themístocles Campos Aragão, desde o princípio, demonstrou grande interesse em colaborar com as forças golpistas. Ele apontou, sem grande pudor, quem era comunista, quem andava envolvido em desordem ou quebra de hierarquia e até mesmo se arriscou a formular análises sobre o perfil psicológico de cada um dos acusados. Sua dedicação não escapou aos olhos dos

¹⁸ Presidentes do Stiep-Ba e Sindipetro-Ba, eleitos deputado estadual e federal, respectivamente. Ambos foram demitidos da empresa em 1964.

¹⁹ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança da Informação da Petrobras. Relatório do General Thório Benedito de Souza Mendes encaminhado a Adolpho Roca Dieguez, referente à sua viagem à Bahia para tratar das investigações acerca das atividades “subversivas”, datado de 7/12/1964, BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 40.

²⁰ CPDOC-FGV, Retrospecto, AL p cg 1964.01.30 I-107.

militares que elogiaram sua “espontaneidade atuante”, na ocasião em que executou pessoalmente, junto com dois funcionários de sua confiança, parte dos trabalhos de averiguação em curso²¹. Os bons serviços prestados por Aragão não foram recompensados apenas com palavras. Em 9 de abril de 1964, poucos dias após o início dos expurgos na estatal, com a refinaria tomada por tropas militares, ele foi designado pela nova administração para o cargo de chefe da Divisão de Relações Industriais²².

Informações como as prestadas por ele somaram-se às fichas elaboradas pelo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, que já possuía dossiês de centenas de petroleiros. Decerto, estavam lançadas as bases de uma complexa rede de investigações e controle político, mais tarde estendida para outras empresas nacionais e estrangeiras, conforme a própria Divisão de Informações da Petrobras se vangloriaria posteriormente. Em maio de 1964 o presidente da estatal entrou em contato com a sua diretoria executiva, solicitando autorização para o pagamento de Cr\$ 1.655.700,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e cinco mil e setecentos cruzeiros) para cobrir custos das investigações, especificamente para a confecção de um “fichário-individual-confidencial”, importante para a companhia e para a segurança nacional. O presidente previu ainda a continuidade dos trabalhos e, portanto, pretendia pedir autorização ao Conselho de Administração para manter, até quando fosse necessário, o pagamento dos serviços, estimados em um milhão e meio de cruzeiros mensais²³.

Assim, com a área aparentemente limpa, os militares, juntamente com seus apoiadores e colaboradores civis, se sentiram menos ameaçados pela força dos trabalhadores. O triunfo do seu projeto parecia inevitável. A ameaça, contudo, ainda existia. Por isso, a vigilância foi ficando cada vez mais estreita e novos atos violentos e arbitrários nunca foram descartados. Contudo, eles não eram os únicos que agiam. Os trabalhadores ainda acreditavam em sua organização política e em sua entidade sindical, e por isso não demoraram muito tempo a dar trabalho aos golpistas.

²¹ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança da Informação da Petrobras. Relatório Refinaria Landulpho Alves – Mataripe, BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 431.

²² Mataripe Social, *Jornal da Bahia*, 16/9/1968.

²³ Correspondência da Presidência da Petrobras à Diretoria Executiva da Empresa. AL p cg 1964.01.30 I-99.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2011.

ARQUIVO NACIONAL, Inquérito Policial Militar do Terminal Marítimo de Madre de Deus. In: Brasil. (AN). *Divisão de Segurança da Informação da Petrobras*, BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 64.

_____. Aos trabalhadores, aos estudantes, às gloriosas Forças-Armadas e ao povo em geral. In: Brasil. (AN). *Divisão de Segurança da Informação da Petrobras*, BR AN. RIO HF.0.AVU-02, fl. 409.

BRASIL – Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Vol II)*. Brasília, CNV, 2014.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano (Volume 3): o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Intervenções sindicais e o ‘novo sindicalismo’. In: *Dados*, n. 17, Rio de Janeiro, 1978.

IVO, Alex de Souza. *Uma história em verde amarelo e negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

_____. Uma ‘revolução’ contra o ‘comuno-peleguismo’: o golpe de 1964 e o sindicalismo petroleiro. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010, 8ª Edição revista e ampliada.

OLIVEIRA JR, Franklin. *A usina dos sonhos – sindicalismo petroleiro (1954-1964)*. Salvador: EGBA, 1996.

REZENDE, Maria José. *A Ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Editora da UEL, 2001.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. *Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez, 2000.

Os sindicatos no período da ditadura, as diferentes formas de resistência e a repressão política contra os trabalhadores

José de Lima Soares¹

Em memória de Waldemar Rossi, Santo Dias, Cleodon Silva, Vito Giannotti e Carlúcio Castanha, verdadeiros baluartes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e da luta contra a exploração capitalista e a Ditadura Civil-Militar.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central, analisar os sindicatos durante o período da ditadura, bem como as diferentes formas de luta que se desenvolveram no Brasil contra a repressão política que se impôs contra os trabalhadores. Partimos da premissa de que os trabalhadores, mesmo com os sindicatos sob a tutela do Estado e submetidos ao controle do peleguismo, cumpriram um papel importante, buscando se organizar nos locais de trabalho, muitas vezes até na clandestinidade, no sentido de construir a unidade de classe contra a exploração capitalista e o arrocho salarial. Tudo isso, em uma conjuntura política difícil, em que os militantes, sindicalistas, estudantes, eram perseguidos, presos, torturados, exilados e mortos.

Palavras-chave: Sindicatos. Ditadura. Resistência dos trabalhadores. Repressão..

¹ Foi trabalhador metalúrgico e atuou na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, tendo sido preso diversas vezes por suas atividades políticas. Anistiado político em 2008. Formou-se em sociologia e política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Fez mestrado na Unicamp na área de trabalho e sindicalismo e doutorado e pós-doutorado em sociologia pela UnB. É professor de sociologia do Instituto de História e Ciências Sociais da UFG/RC, autor dos seguintes livros: *Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria* e outros Ensaios (CRV, 2014); *Ensaios de Sociologia do Trabalho* (Editora Ciência Moderna, 2011); *O PT e a CUT nos anos 90: Encontros e Desencontros de Duas Trajetórias* (Fortium, 2005). E-mail: odijas@uol.com.br

Introdução

Historicamente, desde suas origens, os sindicatos sempre cumpriram um papel importante na luta pela organização e mobilização dos trabalhadores. Foi assim na Europa, nos Estados Unidos da América e até mesmo em alguns países do oriente, como o Japão. Em vários países da América Latina, a luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista, por melhores condições de vida e de trabalho. Ou seja, os sindicatos surgiram como organismo elementar de frente única dos trabalhadores para enfrentar a opressão e a exploração da força de trabalho. No Brasil, não foi diferente. Aqui, os sindicatos surgiram no começo do século XX, sob a influência e orientação do movimento anarquista, anarco-sindicalista e de militantes socialistas. Foi a partir desse espírito de luta que o movimento sindical emergiu com base na unidade e luta dos trabalhadores, sempre buscando construir um sindicalismo livre e independente do patronato e do Estado.

Essa fase pioneira do sindicalismo ficou conhecida pela sua combatividade e pelas grandes greves que realizou, sobretudo a greve geral de 1917, entre outras. Em 1922, é fundado o Partido Comunista do Brasil, em sua grande maioria composto por ex-anarquistas. Daí é possível verificar o peso do movimento anarco-sindicalista no Brasil. Assim, até 1930, o movimento sindical segue existindo de forma autônoma e independente do patronato e do Estado. Tudo irá mudar com ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Daí em diante, surgirá um sindicalismo atrelado diretamente ao Estado, o que caracteriza, sem dúvida, uma grande derrota para os trabalhadores, já que Vargas, ao criar e regulamentar algumas leis trabalhistas, instituiu novas leis sindicais e desencadeou uma forte repressão sobre as lideranças dos trabalhadores (Giannotti, 2007). Na verdade, o sindicalismo varguista excluía qualquer forma de participação efetiva da classe operária. Mas os trabalhadores não aceitaram essas medidas de forma passiva e reagiram como puderam. Surge aí o sindicato de Estado no Brasil (Boito Jr., 1991).

Azis Simão (1966), em *Sindicato e Estado*, chama a atenção para a ruptura que se estabeleceria na história do movimento sindical brasileiro em 1930, tendo como elemento central a participação ativa do Estado, dentro de um panorama estrutural marcado pela arregimentação da força de trabalho vinda do campo com o incremento da mobilidade interna e da industrialização. Simão afirma que no período anterior a 1930 os sindicatos se

encontravam constituídos somente como instituições legítimas perante seus membros, tornando-se assim alvos permanentes e frágeis diante da ação coercitiva dos patrões e do Estado, portanto sem conseguir se integrar plenamente à sociedade global. Os sindicatos de trabalhadores seriam então associações instáveis, “frequentemente desorganizadas pela repressão policial e reorganizados por grupos revolucionários”.

Autores como Albertino Rodrigues (1979), Marcelo Badaró (2003), Boito Jr. (1991), Azis Simão (1966), Ricardo Antunes (1992), Vito Giannotti (1992; 2007), Ruy Braga (2012) e José Soares (2014) entendem que, a partir dos anos de 1930, os sindicatos tiveram seu direito de existência submetido ao Estado, de modo que os sindicatos não oficiais foram praticamente dizimados por meio da perseguição e extradição de seus líderes. A partir da criação do Ministério e da Justiça do Trabalho, o Estado passa a ter o controle sobre os conflitos entre patrões e empregados, sobre a luta reivindicativa e o direito de greve. O modelo de sindicato implantado por Vargas foi concretizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, durante o Estado Novo, frequentemente tomada como uma cópia da Carta Del Lavoro de Mussolini ².

Em 1930, com a entrada de Getúlio no poder, instaura-se uma política de industrialização em que é criada a “lei de Sindicalização” n. 19.770 (imposto sindical), na qual o controle e repressão impediam a participação dos estrangeiros nas direções, controlavam-se as finanças dos sindicatos, além de proibir suas atividades políticas e ideológicas. Nessa época, era imposto para a classe trabalhadora filiar-se ao sindicato oficial, desestruturando os sindicatos autônomos existentes e também desarticulando a luta de classes, tornando o sindicato oficial um órgão assistencialista. “Mas isso não impediu que as lutas operárias, sociais e sindicais se desenvolvessem amplamente durante os anos 1930-64” (Antunes, 2007, p. 290).

Não há dúvida que diversas passagens da CLT consistem em traduções da Carta Del Lavoro do modelo mussoliniano; a estrutura corporativa dos sindicatos no Brasil, entretanto,

² No sindicalismo anterior à década de 1930, prevalecia a organização anarcosindialista, trazida pelos imigrantes do sul da Europa, onde prevaleciam as ideias anarquistas. No episódio da incorporação dos organismos sindicais ao aparelho estatal, após a Revolução de 1930, tais organizações extraoficiais foram severamente reprimidas, com a prisão, tortura, morte e extradição de seus principais membros, além da criação de leis que dificultavam a inserção de tais sujeitos na participação dos sindicatos oficiais recém-implantados. Ver RODRIGUES, J. Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979, (parte I).

é dotada de algumas características bastante peculiares. O caráter atípico do caso brasileiro em contraste com os demais modelos de sindicatos corporativos implantados ao longo da história está no fato de que estes sucumbiram junto aos regimes que os implantaram, enquanto no Brasil tal estrutura conserva seus aspectos essenciais há mais de oito décadas, mostrando-se inabalável às diversas transições de governos e regimes. A estrutura sindical varguista mostra-se única em longevidade, pois é dotada de um caráter elástico que permite sua adaptação às adversidades históricas (Boito Jr., 1991).

A tese do “sindicalismo de Estado” é defendida por Boito Jr. (1991). Para esse autor, a estrutura sindical brasileira é uma instituição integrada ao Estado capitalista graças a alguns mecanismos legais e organizativos que se reproduzem em função de determinada ideologia. A integração ao Estado possibilita que o sindicato possa viver distante dos trabalhadores ou – em casos extremos e que são muitos – até separado da sua base. A dependência do sindicato diante do Estado tem como contrapartida sua independência diante dos trabalhadores. Quais são os principais mecanismos dessa estrutura sindical? O seu elemento central é a necessidade de que o Estado – seja por intermédio de um Ministério, seja por intermédio do judiciário – reconheça uma organização como sindicato para que essa organização possa funcionar como tal, isto é, para que possa negociar condições de trabalho e salário com o empregador. Outros elementos importantes da estrutura são a unicidade sindical, por intermédio da qual a representação sindical oficial é concedida em regime de monopólio para um sindicato representar um determinado segmento dos trabalhadores numa determinada base geográfica, e a capacidade legal, que o Estado outorga ao sindicato, de ele impor contribuições aos trabalhadores associados e não associados. O reconhecimento oficial do Estado é o elemento de base da integração, sem ele os demais não poderiam existir. Contudo, a unicidade sindical e as contribuições compulsórias são elementos muito importantes de controle do aparelho sindical pelo Estado. É esse tipo de estrutura que, como já disse, integra o sindicato ao Estado e, num mesmo movimento, afasta-o dos trabalhadores (Boito Jr., 1991; 1999).

A partir do golpe de 1964, os sindicatos sofreram intervenção policial ou foram ocupados pelos pelegos e interventores, homens de confiança da ditadura civil-militar. Esses sindicatos, que poderiam cumprir um papel importante em prol das lutas dos trabalhadores, controlados pelo peleguismo, passaram a defender os interesses dos patrões. Um exemplo

clássico, entre tantos outros, podemos citar Joaquim dos Santos Andrade (o Joaquinzão), do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, além de agente da ditadura, ainda entregava para a polícia os militantes da oposição e elaborava as famosas “listas sujas” (“negras”) para os patrões, impedindo que os trabalhadores de oposição conseguissem emprego nas fábricas.³

Com a queda de Vargas a estrutura sindical foi mantida e as democracias populistas, que governaram o país de 1950 a 1964, apoiaram-se nela para conquistar o apoio necessário das massas. Com o advento do golpe militar em 1964, para surpresa daqueles que supunham tal episódio como o fim da estrutura sindical populista, ela mais uma vez moldou-se aos interesses do governo, permitindo que os militares botassem freios na movimentação sindical que então afluía no cenário político nacional. Com o fim do regime ditatorial e o processo de transição para o governo civil, a estrutura sindical permaneceu intacta em seus aspectos primordiais, conservando, inclusive, os ajustes efetuados pelos governos militares no âmbito das leis trabalhistas: ou seja, a Constituição Cidadã de 1988 conservou a base da estrutura do sindicalismo de Estado.

A forte repressão política dos militares e os interventores não conseguiram impedir que alguns sindicatos, ao contar com o apoio das comissões de fábrica, grupos de fábrica, conseguissem mobilizar os trabalhadores e se organizar para a greve contra o arrocho salarial. Foi o caso de Contagem e Osasco, em 1968. A greve de Contagem, em março de 1968, contou com a presença de nada menos que dois mil trabalhadores durante a criação do Comitê Intersindical Anti-arrocho em Minas Gerais e deixou clara a disposição de luta da classe operária mineira. Poucos dias depois eclodiu em Osasco, um dos principais centros industriais do estado de São Paulo, o primeiro grande movimento de resistência dos operários à política econômica do regime. A greve dos metalúrgicos, em 1968, foi um marco na luta contra a ditadura instaurada em 1964.

³ Em 1964, com o golpe de Estado e o advento da ditadura militar, houve repressão ao movimento Sindical. A economia do país teve expansão para o exterior, o que trouxe problemas para a classe trabalhadora: o rebaixamento dos salários, a superexploração do trabalho e a alta jornada de trabalho (Maciel, 2004). “De modo sintético, pode-se dizer que o movimento operário e sindical no pré-64 foi predominantemente reformista sobre a hegemonia forte do PCB, que aceitava a política de aliança policlassista entre o capital e o trabalho. Mas foi também um período de grandes lutas sociais e grevistas” (Antunes, 2007, p. 291).

Em meados de 1967, as eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem foi vencida por uma chapa de esquerda, ligada ao extinto Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), que defendia as lutas apoiadas nas comissões de fábricas, além de se manifestar contra o regime militar. Por determinação do regime, essa diretoria foi cassada pela Delegacia Regional do Trabalho antes mesmo de tomar posse, sendo substituída por uma junta interventora formada por sindicalistas conhecidos como “pelegos”.

A diretoria cassada manteve a atividade junto às bases metalúrgicas e, na campanha salarial de 1968, levou adiante a reivindicação de 25% de reajuste. Como parte dessa estratégia de radicalização, em 16 de abril de 1968, esses sindicalistas promovem a ocupação da siderúrgica Belgo-Mineira, em Contagem, iniciando uma greve que paralisa as atividades dos 1.200 trabalhadores da fábrica.

Apesar de o direito de greve estar suspenso pela lei 4.330 de junho de 1964, os patrões oferecem uma contraproposta de 10% - oferta que, em si, já contrariava a política salarial do regime. A proposta é recusada pela comissão de empresa, e o impasse fica estabelecido. A greve não apenas continuou como se expandiu. No terceiro dia, a paralisação atingia a Mannesmann, SBE, Belgo de João Monlevade, Acesita, paralisando cerca de 20 mil trabalhadores.

Numa atitude insólita, o então ministro do trabalho, coronel Jarbas Passarinho, compareceu a uma assembleia dos grevistas em Contagem para exigir a volta imediata ao trabalho. Segundo o sociólogo Roque Aparecido da Silva, um dos líderes da greve dos metalúrgicos de Osasco em 1968, Jarbas Passarinho teria dito aos grevistas contagenses: “Se as condições se agravarem, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformar em cadáveres”.⁴

Mesmo com a declaração ameaçadora, os trabalhadores metalúrgicos não se intimidaram. Passarinho, contudo, não ficou só nas ameaças. Em cadeia nacional de rádio e

⁴ Cf. *A história contada pelos protagonistas*. Teoria e Debate Especial 1968, maio/2008. Em cadeia nacional de rádio e TV, Jarbas Passarinho declarou “o início da guerra” contra os operários mineiros. A Cidade Industrial foi tomada por 1.500 policiais, o sindicato fechado e aproximadamente vinte lideranças presas. Foram proibidas assembleias, aglomerações operárias, panfletagens e as empresas começaram a convocar os trabalhadores sob ameaça de demissão por justa causa.

televisão conclamou "o início da guerra" aos operários contagenses, desencadeando uma forte repressão contra os grevistas. No dia 24 de abril de 1968, militares ocuparam a Cidade Industrial, proibiram as assembleias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos.

De acordo com os protagonistas do movimento paredista, a repressão forçou os trabalhadores a abandonarem, gradativamente, o movimento. A greve, entretanto, era tão forte, e havia alcançado tamanha repercussão nacional, graças à solidariedade despertada entre as entidades classistas, que os empresários mantiveram a proposta de 10% de reajuste dos salários.

Assim, no dia 1º de maio de 1968, com os operários ainda em greve, o general-presidente Costa e Silva autorizou o reajuste salarial pondo fim ao movimento. Todavia, o regime militar tentou descaracterizar a vitória dos metalúrgicos de Contagem apresentando o reajuste como uma concessão do governo a todos os trabalhadores brasileiros. Entretanto, diz Roque Aparecido da Silva “o tiro saiu pela culatra, visto que os trabalhadores de todo o país perceberam que esse aumento tinha sido fruto da greve dos metalúrgicos mineiros”.

A greve dos metalúrgicos de Contagem foi a primeira grande manifestação das classes trabalhadoras brasileiras, sob o regime militar, contra o arrocho salarial e pela democracia. Entre 1950 a 1964, o Brasil caminhava para a urbanização, com a mudança do polo dinâmico da economia do campo para as cidades. Como fruto da expansão democrática propiciada pelos governos JK, Jânio Quadros e João Goulart, ocorre em todo o país um expressivo crescimento dos movimentos sociais reivindicativos. O movimento estudantil estava em plena atividade com a liderança da UNE, formam-se sindicatos, associações de classe e partidos políticos de orientação socialista. Em Minas, com a Cidade Industrial em processo de implantação e crescimento, surge um campo fértil para a eclosão desses movimentos trabalhistas.

A fim de tentar retomar o controle do movimento paredista, o ministro do trabalho, coronel Jarbas Passarinho, tentou de várias formas conter o movimento, apelando para que os líderes sindicais explicitassem aos trabalhadores o perigo daquelas medidas. Na verdade, com essa política de ameaça e intimidação, Passarinho pretendia impedir, a qualquer custo, a continuidade da greve.

Foram tentativas fracassadas de intimidação e contenção do movimento, que só se expandia, somando quase 20 mil operários grevistas. A persistência dos trabalhadores provocou uma violenta reação do governo. A polícia militar ocupou as ruas de Contagem reprimindo qualquer tentativa de assembleias e aglomerações operárias. Os patrões aproveitaram para convocar os trabalhadores nas suas próprias casas, sob a ameaça de demissão sumária e por justa causa. Mesmo nesta tensão os operários resistiram ainda alguns dias. Tal demonstração de força e coragem incentivou organizações que se opunham à ditadura, alimentando o sonho de liberdade e justiça social.

De acordo com Rossi (2013), ainda em outubro de 1967, no estado de São Paulo mais de 40 dos principais sindicatos criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). O Movimento, criado para pressionar o governo a acabar com o arrocho salarial, programou a realização de cinco concentrações, até o dia 1º de maio de 68. Neste cenário, José Ibrahim, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, conclamou os operários a realizarem uma manifestação autêntica no 1º de maio de 1968. Após diversos conflitos o MIA foi dissolvido, tendo sido criada uma comissão para se ocupar da organização do 1º de Maio.⁵

A partir da organização de duas “chapas” de oposição sindical metalúrgica, no ano de 1967, em São Paulo e Osasco, com a vitória oposicionista de Osasco, o sindicalismo começou a reagir às medidas intervencionistas, autoritárias e arrochantes do governo militar. Em Osasco, com base na Comissão de Fábricas da Cobrasma e a organização de base em outras empresas daquele município, a direção sindical toma a frente na luta contra o arrocho salarial e consegue envolver vários sindicatos e movimentos oposicionistas da Grande São Paulo, que, juntos, criaram o MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho). Seu momento mais forte se deu pelo 1º de Maio de 1968, com ampla manifestação da Praça da Sé, ocasião em que a massa enfurecida rejeitou a presença do governador “biônico”, Roberto de Abreu Sodré, expulsando-o do palanque. Tendo derrubado e incendiado o palanque, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade gritando “palavras de ordem” contra a ditadura e suas medidas autoritárias (Rossi, 2009; 2013).

⁵ A resistência operária entre os anos 1968/1990. 07 de Novembro de 2013. Waldemar Rossi. Disponível: <http://www.correiciudadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1745&Itemid=79>.

Tal fato levou a repressão a agir com muito rigor e violência, derrotando o movimento grevista, promovendo a cassação da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, prendendo vários dos seus membros e impondo a morte da Comissão de Fábrica ⁶. Em Contagem, na Grande Belo Horizonte (MG), não foi diferente. Prisões, cassação da direção e nomeação de interventores. Essa fase teve como seu ponto alto a decretação do AI-5 (Ato Institucional n. 5) que cassou os direitos civis e políticos de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. A ditadura militar jogou água nas chamas do movimento operário brasileiro, mas não conseguiu extinguir suas brasas, que foram se propagando clandestinamente dentro de centenas de fábricas de São Paulo e seus arredores. O Ato Institucional n. 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu inúmeras ações arbitrárias de efeitos duradouros, que acabaram refletindo diretamente sobre a classe trabalhadora brasileira.⁷

A repressão atingiu tanto os militantes de esquerda que atuavam na guerrilha urbana e rural, como no caso do Araguaia, como os sindicalistas, militantes operários, como Luiz Hirata, Olavo Hansen, entre tantos outros.

Luiz Hirata foi preso pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Dops-SP, em 26 de novembro de 1971. Morreu em 20 de dezembro de 1971 como consequência das torturas a que foi submetido ao longo de três semanas. Heládio José de Campos Leme, preso político no Dops-SP, conviveu ali com Luiz Hirata cerca de duas semanas. Ficaram na mesma cela. Acompanhou, dia a dia, o agravamento do seu estado de saúde, testemunhando que ele voltava dos interrogatórios carregado pelos policiais. “Era Heládio quem carregava Luiz

⁶ Ver: Marta Rovai, *Osasco 1968 A greve no masculino e no feminino*. Salvador: Pontocom, 2013. COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo, Annablune, 2003. Ver ainda ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. *Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil*. In: *Mediações*, v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/Dez. 2007.

⁷ O golpe de Estado resultou em uma ditadura civil-militar que elegia a classe trabalhadora como principal inimigo. A ideologia do “inimigo interno” e a Lei de Segurança Nacional (LSN) são expressões no campo ideológico e jurídico desta escolha, pois os alvos destes mecanismos eram os movimentos populares e, principalmente, o movimento operário. Este grande controle repressivo veio acompanhado de forte intervenção na área sindical e trabalhista. O objetivo era impedir qualquer resistência da classe trabalhadora, porque o crescimento dos lucros das grandes empresas e multinacionais se assentava também na redução de direitos dos trabalhadores e na redução do seu poder de compra. Ou seja, em uma maior exploração da força de trabalho que, por sua vez, só foi possível graças a um regime de terror. A perseguição, repressão, prisão, tortura e assassinato se tornaram política de estado.

até o sanitário da cela”. Seu rosto ficou tão inchado que ele não podia abrir os olhos. Chegou um momento em que ele não mais urinava nem comia: foi quando o levaram, quase inconsciente.⁸

Em 16 de dezembro, quatro dias antes da morte, Fleury tentou justificar as lesões provocadas pelas torturas. Para isso, chamou ao Dops o legista Harry Shibata, que se tornaria tristemente célebre a partir de 1975 por assinar o laudo que tentou legitimar a farsa do suposto suicídio de Vladimir Herzog no DOI-Codi-SP. Prontamente, Shibata atendeu ao pedido e produziu um laudo de corpo de delito onde sustenta a estapafúrdia versão que lhe foi ditada pelo delegado torturador: Luiz Hirata havia colidido com a traseira de um ônibus quando tentava a fuga, em alta velocidade, correndo a pé. O legista considerou, então, “de bom alvitre remoção ao Hospital das Clínicas para socorro e providências médicas”.⁹

Pode-se imaginar o estado físico em que se encontrava Luiz Hirata, a ponto de suscitar uma justificativa tão inverossímil como essa: Luiz Hirata teria simplesmente atropelado um ônibus ao tentar fugir. O laudo com as recomendações do legista Harry Shibata foi elaborado às 9:15h, mas Fleury levou o preso ao Hospital das Clínicas somente 11 horas depois. De acordo com a documentação oficial, Luiz Hirata morreu nesse hospital no dia 20 de dezembro de 1971.

Manoel Fiel Filho foi preso em janeiro de 1976 por dois agentes do DOI-Codi, na fábrica, sob a acusação de pertencer ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte à sua prisão, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manuel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias. Porém, de acordo com colegas, quando preso, usava chinelos sem meias.

Quando os parentes conseguiram a liberação do corpo para ser enterrado, verificou-se que apresentava sinais evidentes de torturas, principalmente na região da testa, nos pulsos

⁸ Filho de imigrantes japoneses e agricultores, paulista de Guaiçara, na região de Lins, Luiz Hirata estudava agronomia na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, em Piracicaba. Em 1969 precisou abandonar os estudos, no quarto ano, por perseguição política: era militante da Ação Popular. Em 1971, antes de ser preso e assassinado sob torturas, era um dos cinco coordenadores do movimento de oposição sindical metalúrgica de São Paulo, ao lado de Waldemar Rossi, Cleodon Silva, Vito Gianotti e Raimundo Moreira. Cf. Direito à memória e à verdade – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (p. 193-194).

⁹ *Ibidem*, p. 193.

e no pescoço. No entanto, o exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, simplesmente confirmava a versão oficial do suicídio. As circunstâncias de sua morte são muito semelhantes às de Alexandre Vannucchi Leme e Vladimir Herzog. As evidentes torturas provocaram o afastamento do general Ednardo d'Ávila Melo, ocorrido três dias após a divulgação de sua morte.

Em ação judicial movida pela família, a União foi responsabilizada pela tortura e pelo assassinato. Segundo relato de sua esposa, no dia seguinte de sua prisão, um sábado, às 22 horas, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à sua casa e, diante dela, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: “O Manuel suicidou-se. Aqui estão suas roupas”. Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário morto. Sua mulher então teria começado a gritar: “Vocês o mataram! Vocês o mataram!”.¹⁰

1979: a greve dos metalúrgicos de São Paulo – o assassinato de Santo Dias

No primeiro dia da paralisação, 28 de outubro, as subsedes do sindicato, abertas para abrigar os comandos de greve, foram invadidas pela Polícia Militar, que prendeu mais de 130 pessoas. Sem o apoio do sindicato e com a intensa repressão policial, os metalúrgicos passaram a se reunir na Capela do Socorro, na Zona Sul da cidade de São Paulo - a região de maior concentração de operários da categoria. No dia 30, Santo Dias, como parte do comando de greve, sai da Capela do Socorro, para engrossar um piquete na frente da fábrica Sylvânia e discutir com os operários que entrariam no turno das 14:00h¹¹.

De acordo com Vicente Ruiz (Espanhol): Viaturas da PM chegam e Santo Dias tentava dialogar com os policiais para libertar um companheiro preso. A polícia agiu com brutalidade e o PM Herculano Leonel atirou em Santo Dias. Ele foi levado pelos policiais para o Pronto Socorro de Santo Amaro, mas já estava morto. O corpo de Santo Dias só não "desapareceu"

¹⁰ Manoel Fiel Filho - Operário metalúrgico morto em 1976 pela ditadura militar. Vivia na capital paulista desde os anos 1950. Tinha trabalhado como padeiro e cobrador de ônibus antes de se tornar operário metalúrgico, quando passou a exercer a função de prensista na Metal Arte, no bairro da Mooca, aos 19 anos.

¹¹ Ver depoimento do ferramenteiro Vicente Espanhol em: *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) - OSM-SP (Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo) – Projeto Memória, 2014, p. 185-186.

por conta da coragem de Ana Maria, sua esposa. Ela entrou no carro que transportava seu corpo para o Instituto Médico Legal, apesar de abalada emocionalmente, e mesmo pressionada pelos policiais a descer, não cedeu.¹²

Divulgada a notícia de sua morte pelos vários meios de comunicação, seu corpo seguiu para o velório na Igreja da Consolação. No dia 31 de outubro, 30 mil pessoas saíram às ruas da capital para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário, pelo livre direito de associação sindical e de greve e contra a ditadura.

Em 8 de abril de 1982, o policial militar Herculano Leonel, autor do disparo que matou Santo Dias, é condenado a seis anos de prisão pelo Conselho de Sentença da Primeira Auditoria Militar do Estado de São Paulo. A sentença é anunciada depois de mais de 20 horas de julgamento. Mas, em 16 de dezembro de 1983, pouco mais de um ano após a condenação, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo decreta a absolvição do policial, em decisão unânime. Assim, o caso foi encerrado, não cabendo recurso.

Antes de ser assassinado, Santo estava trabalhando como motorista de empilhadeira na empresa Metal Leve S/A. Santo era membro da Pastoral Operária de São Paulo, da Zona Sul, das Comunidades de Base de Vila Remo representante leigo perante a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), membro do Movimento contra o Custo de Vida, candidato a vice-presidente da Chapa Três de Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP).¹³

¹² Ibidem.

¹³ Sua morte comoveu o país e, no dia seguinte, compareceram cerca de 30 mil pessoas que se reuniram em frente à Catedral da Sé (Centro de São Paulo). Ali, houve a missa de corpo presente, celebrada pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Havia tanta gente que o espaço da Catedral ficou pequeno. A maioria ficou do lado de fora, gritavam consignas e depois as pessoas foram de ônibus para o Cemitério do Campo, em Santo Amaro para o enterro do Santo. Na noite anterior, ao sair do Dops, onde me encontrava preso com outros companheiros, passando pelo sindicato, tive a oportunidade de conversar com os companheiros Santo e Waldemar Rossi, que buscavam informações sobre a greve. Foi a última vez que encontrei o companheiro Santo. No dia seguinte, estávamos em um grande piquete na Zona Oeste (Lapa/Água Banca), quando soubemos de seu assassinato. Foi uma comoção geral e, ao mesmo tempo, uma radicalização dos trabalhadores que ali estavam e logo ocuparam os vagões do trem em direção à Estação da Luz e, em seguida, ocupamos a Praça da Sé.

A participação do patronato junto ao aparato repressivo da ditadura

De acordo com as denúncias e documentações colhidas, a participação e colaboração da Volkswagen com o aparelho repressivo da ditadura se deu tanto em nível de apreensão e tortura de operários nas dependências da empresa quanto através de espionagem (elaboração de listas de trabalhadores suspeitos) e doações de carros e recursos aos militares.

Hoje, já dispomos de farta documentação que comprova o envolvimento de centenas de empresas que tiveram participação direta ou indireta com o aparato repressivo da ditadura militar. Inicialmente acreditava-se que a participação dessas empresas se resumia a um número reduzido, incluindo o grupo Ultragas, liderado pelo empresário dinamarquês Henning Boilensen.¹⁴

Durante o ato de entrega da representação, o ex-deputado federal e relator da Lei da Anistia, Modesto da Silveira, fez uma fala emocionada sobre os inúmeros presos políticos que defendeu como advogado durante a ditadura militar. Reforçando a importância da documentação elaborada para a representação, afirmou que já é passada a hora de imputar as empresas multinacionais que financiaram as ditaduras latino-americanas.

Já o ex-ferramenteiro Lucio Bellentani, em curto depoimento aos procuradores Pedro Machado e Marlon Weichert, relatou sua prisão no interior da empresa:

Trabalhei na Volkswagen entre 1964 e 1972. Naquele ano, uma noite estava fazendo meu trabalho de manutenção dos equipamentos na sala de prensas, eram aproximadamente 23 horas, quando senti alguém encostar uma metralhadora nas minhas costas [...] Vi o chefe

¹⁴ Ver o documentário *Cidadão Boilensen*, de Chaim Litewski, Brasil, 2009. O avanço conquistado pelas comissões da verdade acabou confirmando o envolvimento de empresários com a repressão, o que torna pertinente o resgate de informações e documentos esclarecedores dessa ligação. O caso de Henning Boilensen era bem particular. Afinal, o empresário não só apoiou financeiramente o golpe e as atividades de repressão, como também participava de sessões de interrogatório e tortura na sede da Oban, conforme relata o ex-dirigente do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Jacob Gorender: “Ele, pessoalmente, frequentava a Operação Bandeirante, ia ver os presos e assistia às sessões de tortura”. Há, ainda, outro trecho do filme em que o narrador evidencia essa ligação dele com a repressão: “Boilensen vivia cercado de personalidades policiais e militares; pessoas que, sabemos, estavam envolvidas com a tortura e o Esquadrão da Morte. Entre ele, Sérgio Fleury, grande amigo de Boilensen”. A Duratex, ligada ao banco Itaú, empresa na qual trabalhei, entre 1978 e 1979, aparece na lista das envolvidas com o aparato repressivo.

da segurança da empresa, o coronel Adhemar Rudge, parado lá, com uma arma na mão. Aí me levaram para o departamento pessoal, e já começaram a me bater. Depois me levaram para o Dops, onde fui torturado durante 47 dias. Enquanto isso, minha esposa ia todos os dias para a firma procurar por mim, e eles diziam que não sabiam de nada. Só quando ela resolveu reivindicar meu seguro de vida é que a Volkswagen a mandou para o Dops, falaram que eu poderia estar lá.¹⁵

Na contextualidade desse quadro, uma importante vanguarda dos trabalhadores continuou na luta fazendo surgir as Oposições Sindicais, que logo se espalharam por todo país, colocando-se como verdadeira alternativa às direções conciliadoras e ao velho peleguismo. Pretende-se demonstrar, neste trabalho, que as Oposições Sindicais desempenharam um papel de suma importância, não apenas na luta contra o arrocho salarial e a velha estrutura sindical, mas também no sentido de organizar e mobilizar os trabalhadores contra a exploração capitalista e pelo fim da ditadura militar. Defendemos, ainda, a tese de que outras formas de resistências se constituíram nas fábricas e/ou locais de trabalho, às vezes, clandestinamente, como os grupos de fábrica, embriões de comissões de fábricas e, até mesmo, as Interfábricas que reuniam, por exemplo, um conjunto de trabalhadores de várias regiões da cidade de São Paulo.

Do ponto de vista metodológico, tomamos como ponto de partida e de chegada de nossa pesquisa a concepção materialista da história e o método dialético, que procura explicar que o real também exerce outras funções em relação ao conhecimento teórico, que não só o critério de verdade. Estabelece limites ao desenvolvimento do conhecimento a partir dos estágios do desenvolvimento humano, conforme se pode deduzir da história da ciência universal.¹⁶

¹⁵ Cf. Verena Glass. *MPF recebe denúncia contra Volkswagen por participação em repressão a operários*. 23 de setembro de 2015. FacebookTwitterTelegramPrint. *Multinacional é acusada de coautora em prisões, tortura e espionagem contra seus funcionários durante ditadura cívico-militar*. Disponível em: <http://rosaluxspba.org/mpf-recebe-representacao-contra-volkswagen/>

¹⁶ Utilizamos o termo resistência no sentido das relações conflituais existente na sociedade capitalista, marcada por antagonismos de classes. A resistência como resposta à dominação, como ruptura com a hierarquia da fábrica, como construção da solidariedade entre os próprios trabalhadores. O termo resistência pode ainda ser pensado como trabalho, como rotina diária, encarando o cotidiano como espaço de alienação, mas também

As greves de 1978 se iniciaram com a paralisação na Scania de São Bernardo do Campo. Começou um ciclo de greves que tomou conta de todo o ABC paulista quase simultaneamente. Com o passar dos meses essa onda grevista se espalhou pelo país atingindo outras categorias de trabalhadores. A onda de greves de 1979 se dá em outro nível. Não só pelo seu tamanho e força, mas também por ter sido preparada antecipadamente no congresso metalúrgico de Lins onde votaram uma campanha salarial unificada. As greves de 1979 não iniciam espontaneamente como a anterior e sim de forma consciente. A força dessa onda grevista pode ser observada pelas gigantescas assembleias que reuniam 60, 70 e até 110 mil pessoas. Os piquetes nas fábricas e nos pontos de ônibus eram feitos com milhares de trabalhadores. Além do próprio ABC paulista, a greve metalúrgica se estendeu para cidades do interior do estado como São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Santa Bárbara d'Oeste, Jundiaí e Campinas.

Considerações finais

Na esteira de Mészáros (2009), entendemos que o método não se justifica só pelos pressupostos metodológicos, metodologia pela metodologia, análise pela análise, mas pela função social que exerce junto com a teoria, a determinação social do método. Este percurso é ilustrado por Althusser (1979) por meio da metáfora da cebola, segundo a qual retirando as rodela, o conhecimento pode atingir o núcleo essencial, sendo, pois, a essência atingível pelo processo de abstração. O processo correto de produzir conhecimento é de outra natureza. Portanto, o caminho é feito do real pensado para o real concreto, que é descrito como síntese das múltiplas determinações (Marx, 1989). Através do método dialético, pretendemos demonstrar como os trabalhadores procuraram construir seus instrumentos históricos de resistência contra o capital, colocando abaixo a ditadura militar e passando a uma fase da luta que permitiu o surgimento das mobilizações, das grandes greves do final dos anos de 1970, 1980 e 1990, e o surgimento do chamado “novo sindicalismo” e, por conseguinte, o coroamento de novas conquistas históricas importantes, nos âmbitos político, social e econômico.

como local privilegiado para a desalienação, na medida em que é pleno de conflitos, espaço para a expressão da dominação e para a manifestação da rebeldia, lugar onde se dão as transformações sociais.

Com isso, chegamos a algumas conclusões: em primeiro lugar, não há saída para os jovens e nem para os trabalhadores fora da sua livre organização; que a transformação da sociedade se coloca como uma possibilidade histórica; que não bastam as condições objetivas favoráveis à transformação social, também são necessárias as condições subjetivas; que se faz necessário a construção de um instrumento histórico capaz de operar as transformações necessárias à constituição de uma nova sociabilidade; que esse instrumento de luta não existe e que é tarefa da humanidade criá-lo se quiser construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. Parafraseando o filósofo István Mészáros (2002), é necessário avançarmos rumo a uma alternativa “para além do capital” e de sua lógica destrutiva; e, por fim, que a construção de outro mundo é possível, se quisermos nos livrar da barbárie que tanto ameaça o planeta.

Durante os 21 anos de ditadura militar ocorreram nada menos do que 1.565 intervenções em sindicatos. Uma média de 75 intervenções por ano ou seis a cada mês! Isso demonstra que foi um período marcadamente sombrio para o sindicalismo, para a liberdade sindical e muito mais para os trabalhadores.

O sindicalismo de Estado se perpetuou com a ditadura civil-militar (1964-85), e seguiu existindo no processo de redemocratização do país e até mesmo nos governos ditos de esquerda, de Lula a Dilma. O sindicalismo atual conserva resquícios das políticas ditatoriais, do Estado Novo (1937-1945) e da ditadura militar, bem como elementos invariantes desta estrutura contribuem para a conservação e o aperfeiçoamento dos objetivos buscados por tais políticas no presente momento.¹⁷

Hoje, no limiar do século XXI, a classe trabalhadora conseguiu alguns importantes avanços no campo sindical. Com isso, os trabalhadores construíram suas centrais sindicais, avançaram na luta contra a estrutura oficial, corporativista, realizaram importantes greves por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho e lutaram contra a ditadura militar. O final da década de 1970 e começo da década de 1980 foram, sem dúvida, anos promissores para o movimento sindical, para o novo sindicalismo, como querem alguns. As

¹⁷ Para uma análise crítica do novo sindicalismo, ver os seguintes trabalhos: ANTUNES, R. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991; RODRIGUES, I. J. (org.) *O novo sindicalismo – vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes, 1999. SANTANA, M. A. e RAMALHO, J. R. (orgs.) *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

greves do ABC paulista - que depois se esparramaram por todo país, envolvendo várias categorias - fizeram renascer novas perspectivas para o movimento sindical brasileiro. Mas, somos da opinião que, mesmo tendo avançado significativamente nas suas conquistas trabalhistas, e no que diz respeito à democratização da estrutura sindical, as bases fundamentais, que servem de sustentáculo dessa estrutura, ainda se mantêm de pé (Soares, 2011).

O movimento sindical, incluindo a CUT e o “novo sindicalismo” e até mesmo a esquerda organizada, não foram capazes de destruir a velha estrutura oficialista. Com a implantação do ajuste neoliberal, no final de 1980 e início 1990, houve a precarização do trabalho e, conseqüentemente, o enfraquecimento do sindicalismo. O sindicato passa a encontrar dificuldades impostas pelo ajuste neoliberal, pois os partidos que influenciavam os sindicatos (alguns de esquerda) passaram a ceder ao ajuste. Com isso, os sindicatos vão perdendo a capacidade de mobilizar e conscientizar os trabalhadores de suas respectivas categorias. Mesmo assim o sindicato continua sendo um mediador entre classes, apesar das mudanças ocorridas na contemporaneidade. Dessa forma, os sindicatos precisam encontrar alternativas para conquistar a confiança dos trabalhadores para que os mesmos possam tomar consciência do seu papel dentro do sindicato e, assim, o sindicato se fortaleça e busque melhorias de direitos para o trabalhador.

Referências

ALTHUSSER, Louis et al. *Para ler o capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 35-45.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios. In: *Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos?*, 11/2007, ed. 1, Crisálida Livraria e Editora, p. 288-306, 2007.

_____. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista (As greves de 1978-1980)*. São Paulo: Ensaio, 1988.

_____. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. A CUT entre o classismo e a socialdemocracia. In: NETO, S. & GIANNOTTI, V. *Para onde vai a CUT?* Campinas: Scritta, 1993.

BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário: A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978 -1980)*. São Paulo: IIEP, 2010.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BRAGA, Ruy. *A política do precariado – Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo: Annablune, 2003.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Maud X, 2007.

_____. *O que é estrutura sindical*. São Paulo: Col. Primeiros Passos, Círculo do Livro, 1992.

GLASS, Verena. MPF recebe denúncia contra Volkswagen por participação em repressão a operários 23 de setembro de 2015. Multinacional é acusada de coautora em prisões, tortura e espionagem contra seus funcionários durante ditadura cívico-militar. Disponível em: <<http://rosaluxspba.org/mpf-recebe-representacao-contravolkswagen/>>.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas). *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: OSM-SP (Oposição Sindical Metalúrgica – São Paulo) – Projeto Memória, 2014. 202 p.

JACOME RODRIGUES, Iram. *Comissão de fábrica e trabalhadores na indústria*. São Paulo: Cortez, 1990.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem – Da ditadura militar à nova República (1974-1985)*. São Paulo: Xamã, 2004.

MARX, Karl. Contribuição para a Crítica da Economia Política. In: *Os pensadores*, Abril Cultural, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MÉSZÁROS, Istvan. Método em uma época histórica de transição, cap. 8. *Estrutura Social e Formas de Consciência - A determinação social do método*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. *Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição*, São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

RODRIGUES, J. Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1979.

ROSSI, W. A resistência operária entre os anos 1968/1990. 07 de Novembro de 2013. <http://www.correiodocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1745&Itemid=79>.

ROSSI, W; GERAB, W. J. *Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1966.

SOARES, José de Lima. *Sindicalismo no ABC Paulista: reestruturação produtiva e parceria e outros ensaios*. Curitiba: CVC, 2014.

Trabalho docente, repressão e resistência pós-1964

Moacyr Salles Ramos¹

Inez Stampa²

Resumo

O artigo trata do controle do trabalho docente durante o período ditatorial. Para tal, realizamos revisão bibliográfica e utilizamos documentos do Sistema Nacional de Informação, apresentando casos de professores perseguidos. Constatamos que, durante a ditadura, o controle não se restringia apenas à participação política dos professores fora das instituições de ensino, mas agia diretamente sobre os conteúdos das aulas e os métodos pedagógicos, buscando impedir a análise dos problemas brasileiros a partir de referenciais que estabelecessem críticas ao regime. Realizamos, também, analogia com o movimento Escola sem Partido que tenta instituir novamente censura aos professores, motivada por interesses conservadores.

Palavras-chave: Ditadura militar. Trabalho docente. Escola sem partido.

Introdução

No início de julho de 2016, uma professora de sociologia do Colégio Estadual Professora Maria Gai Grandel, da cidade de Curitiba, Paraná, foi afastada de suas atividades laborais por abordar Karl Marx em suas aulas³. O caso repercutiu nacionalmente, gerando

¹ Mestre em educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), graduado em pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Atua como pedagogo na Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mramos@id.uff.br

² Assistente social e socióloga, professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, do qual é coordenadora. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Servidora do Arquivo Nacional, onde coordena o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas. E-mail: inestampa@ig.com.br

³ Maiores informações sobre o fato podem ser encontradas nos seguintes sites: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/07/11/murilo-cleto-o-afastamento-da-professora-que-abordou-marx>>

indignação entre docentes e discentes. Os alunos da professora afastada organizaram um ato em favor de seu retorno que “viralizou”, isto é, teve ampla difusão na Internet. Além disso, como produto das aulas, os alunos gravaram um vídeo no qual, através da paródia de uma música de sucesso, usam termos como “mais valia”, “exploração”, “ideologia” e “proletários”.

Por peculiares que pareçam ser casos como o citado, estes não são mais raros no cenário nacional, principalmente a partir do recente advento do movimento Escola sem Partido, que busca criminalizar o trabalho docente crítico, principalmente de orientação marxista, postulando pela “neutralidade do ensino”. Esse movimento dá-se num contexto de recrudescimento de forças sociais conservadoras, que buscam amordaçar os professores, tornando-os meros reprodutores de saberes convenientes ao desenvolvimento do sistema capitalista, tanto em sua base econômica quanto política, e sempre de acordo com uma perspectiva que busca manter a posição periférica Brasil na produção de conhecimento global. Conseqüentemente, o trabalho docente tem se desenhado fortemente como um espaço de disputa por hegemonia e, nessa disputa, é preciso lutar contra os intelectuais do capital, que procuram organizar os currículos, definir conteúdos e até métodos de ensino, gerando esvaziamento intelectual do magistério.

Nessa direção, este artigo tem como proposta, a partir do cenário político contemporâneo, alimentar o debate sobre o controle do trabalho docente durante a ditadura militar brasileira, que vigorou de 1964 a 1985, constituindo-se como um período conturbado da história nacional, pois a censura contra os políticos, intelectuais, comunicadores, imprensa, artistas e educadores possuía marcantes efetividade e amplitude. Tudo que fosse ligado à difusão pública de conteúdos era devidamente verificado, censurado, cortado e proibido, de acordo com os interesses ditatoriais. Assim se dava no tocante aos livros, telenovelas, peças de teatro, músicas e, até mesmo, às aulas ministradas nas escolas e universidades.

No entanto, a luta contra a ditadura de fato ocorreu, principalmente junto aos trabalhadores e jovens, através de uma grande diversidade de movimentos, inclusive

revelou-a-verdadeira-face-do-escola-sem-partido/> e
<<https://www.brasildefato.com.br/2016/07/08/professora-da-rede-publica-e-afastada-ao-abordar-marx-em-sala-de-aula/>>. Acesso em 3 jul. 2016.

estudantis, sendo que estes ganharam força em 1968, e também junto aos professores universitários e demais trabalhadores, inclusive os de chão de fábrica, através das suas organizações, ocorridas no próprio local de trabalho, ainda que incipientes.

Com o Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968, foi decretado o recesso do Congresso Nacional, despindo-se o regime da máscara de legalidade que até então penava em sustentar. O AI-5 permitiu que o presidente da República pudesse cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos de qualquer cidadão que se mostrasse insatisfeito com o regime militar, além de corroborar com o confisco de bens e a suspensão da *habeas corpus*.

Durante o período, a tortura foi utilizada como método covarde e vil pela ditadura militar brasileira. Deixou sequelas irreparáveis tanto naqueles que foram impiedosamente torturados, como também nas famílias que não souberam mais notícias dos seus entes que foram brutalmente retirados do seu convívio, sem nenhuma explicação. Segundo Maria Helena Moreira Alves, “a tortura cria um efeito demonstrativo capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política” (1985, p. 205).

Assim, criou-se uma cultura do medo pela qual se coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. Essa cultura tinha três componentes psicológicos: o silêncio imposto à sociedade pela rigorosa censura; o profundo sentimento de isolamento naqueles que sofriam diretamente a repressão ou exploração econômica; e o sentimento de total desesperança que passou a prevalecer na sociedade (Alves, 1985, p. 205-206).

Nesse contexto, era preciso controlar toda a produção de conhecimento, o que colocou a prática docente sob suspeita. É para exemplificar como o trabalho docente passou a ser controlado de modo sistemático durante a ditadura militar e alimentar o atual debate acerca do tema, que apresentamos documentos do acervo do Sistema Nacional de Informações (SNI), custodiados pelo Arquivo Nacional, onde está instalado o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas.

O trabalho docente como espaço de luta e de resistência

Investigar os mecanismos de resistência docente no período do regime militar é de suma importância não apenas para uma releitura da história da profissão docente no Brasil, mas, principalmente, como prova de que parte desses profissionais lutou avidamente contra a ditadura instaurada em 1964. Trata-se, de modo amplo, de propor novas leituras da luta dos trabalhadores nesse período, esclarecendo que, apesar da existência de cooptados, houve resistência e não apenas passividade generalizada, pois, conforme indica Santana (2014), há uma ideia distorcida de que os trabalhadores, imobilizados, nada fizeram durante a ditadura.

O golpe de 1964 desencadeou uma onda de repressão e de perseguição aos trabalhadores. Evitar manifestações nas ruas, nas fábricas e, de modo geral, a organização dos trabalhadores, era uma necessidade para manter a hegemonia ditatorial. No entanto, havia ainda outras tarefas urgentes: controlar as ideias, impedir a circulação do pensamento marxista, construir nos sujeitos uma visão de mundo que tomasse a ditadura como o único e melhor caminho para o Brasil “grande, próspero e pacífico”, esvaziando o debate político.

A necessidade de reprimir as ideias direcionou os olhares da repressão para as instituições escolares, especificamente para a prática docente, desde o ensino primário até o ensino superior. O magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional, pois se configurava como espaço de circulação e construção de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial. Assim, qualquer sinal de resistência ou crítica docente ao golpe era classificado como atividade subversiva e, conseqüentemente, culminava em violação de direitos humanos, perseguições, constrangimentos, demissões, desaparecimentos e até mortes.

Na ocasião, o trabalho docente não era avaliado de acordo com o conhecimento, o comprometimento e o desempenho dos profissionais, mas sim por critérios exclusivamente ideológicos, excluindo-se dos quadros de diversas universidades professores que porventura apresentassem inclinação política à esquerda. Um exemplo disso pode ser visto no documento abaixo, em que o reitor Jesuíta Mac-Dowell da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) justifica a demissão de docentes por motivo ideológico.

CONFIDENCIAL

013409

81

INFORME Nº 0112/31/AC/81

DATA : 16 JAN 81
ASSUNTO : DEMISSÃO DE PROFESSORES DA PUC/RJ.
REFERÊNCIA :
ORIGEM : SC-2
AVALIAÇÃO : E-2
DIFUSÃO : SC-1 - CH/UNI
ANEXO :

1. Em reunião realizada, em 13 JAN 81, na PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA (PUC), do RIO DE JANEIRO, o seu Reitor JESUÍTA MAC-DOWELL declarou: "a dispensa dos mestres deu-se por motivo de ordem ideológica, e não submeti a minha decisão aos órgãos de deliberação da UNIVERSIDADE, porque o regimento interno da PUC me faculta poderes de demitir qualquer funcionário quando tratar de assuntos excepcionais".

2. Os mestres que foram demitidos da PUC são elementos com antecedentes políticos conhecidos, quase todos dos militantes de partidos esquerdistas. Tais demissões deverão refletir em sérios problemas para a PUC, pois alguns professores católicos que estudaram na FRANÇA, BÉLGICA e outros países da EUROPA, estão solidarizando-se com os demitidos.

PARA DIFUSÃO EXTERNA.
ESTE DOCUMENTO DEVERÁ
TER SEU TEXTO DESCARACTERIZADO.

Fonte: Arquivo Nacional, SNI. AC_ACE_13409_81. Informe n. 0112/31/AC/81, de 16 de janeiro de 1981.

Fatos como o ocorrido na PUC-Rio deram-se num contexto social de "caça aos subversivos", com demissão, perseguição, prisão, tortura e desaparecimento de diversos militantes docentes e alunos. Além disso, vários reitores foram substituídos por outros indicados pelos militares a fim de garantir o controle dos processos pedagógicos. É possível afirmar que, com algumas exceções, os docentes tornaram-se uma categoria de oposição ao

regime militar, isso tanto pelo crescimento de integrantes dessa categoria, como pelo arrocho salarial que perdurou todo o regime (Ferreira Jr.; Bittar, 2006).

O controle dos insubordinados se inseria num conjunto de estratégias que pretendia garantir a construção de uma imagem de eficiência, legitimidade, defesa da família, alinhamento cristão e segurança no governo militar, ou seja, tratava-se de um projeto de conformação em torno dos benefícios da ditadura (Rezende, 2013). Sabe-se que foram utilizadas estratégias tais como a infiltração de alunos “olheiros” nas aulas, gravação de aulas, cooptação de docentes e gestores. A missão era denunciar aos órgãos de inteligência e de repressão qualquer crítica ao regime ditatorial ou que se pautasse no referencial marxista, associado diretamente ao “perigo comunista”.

É exatamente por se alinhar a esse referencial que uma professora da Universidade de Brasília (UNB) foi considerada subversiva. O informe n. 1587–A4-CIE de 12 de julho de 1983, do Ministério do Exército, tem como assunto “Pregação doutrinária esquerdista na UNB”. Trata-se de uma acusação feita à professora de sociologia da educação Isaura Belloni Schmidt⁴.

Afirma-se que a professora faz pregação contestando o governo militar e analisa os problemas educacionais brasileiros sob a ótica marxista. Tal prática pedagógica, no caso, é intencional e pública, pois a mesma também declara ser de esquerda.

Consta que em uma de suas aulas a professora Isaura fez um comentário acerca do movimento comunista de 1935⁵, tratando seus sujeitos como heróis e não como subversivos, o que desagradou os agentes do SNI. Outra resistência da docente foi que, diante de uma greve dos professores da UNB, considerou o movimento louvável, o que foi entendido como tentativa de aliciamento de alunos para que se solidarizassem aos docentes em greve.

⁴ Atuou como professora da Faculdade de Educação da UNB, destacando-se na área de avaliação institucional. Faleceu em 25 de outubro de 2010, aos 66 anos de idade.

⁵ Também conhecido como Intentona Comunista, teve como base a Aliança Nacional Libertadora (ANL) sob a liderança de Luís Carlos Prestes. O movimento foi considerado ilegal em 1935, porém conseguiu agregar muitos opositores do governo, resultando em levantes contra Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Natal e Recife. Brutalmente reprimido, o movimento foi central para justificar o endurecimento de Vargas contra seus opositores e ainda um crescente massacre a todo o que se diz comunista, que se reflete nos dias atuais (Pandolfi, 2004).

Segue o documento:

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
GABINETE DO MINISTRO

BRASÍLIA, DF, de 12 JUL 1983 de 10

INFORME N.º 1587 5/102-A4-CIE

1. ASSUNTO: PREGAÇÃO DOUTRINÁRIA ESQUERDISTA NA UnB - 3.3.4.2.
2. ORGÃO: CIE
3. AVALIAÇÃO: A-1
4. DESTINAÇÃO: AC/SRE e OSI/MEC
5. DEFINIÇÃO ANTERIOR: -
6. REPRODUTIBILIDADE: -
7. ANEXO: -

AGÊNCIA CENTRAL

014602 13 JUL 83

PROTOCOLO

1. A professora ISADORA BELLOMI SCHMIDT, em suas aulas de Sociologia na Universidade de BRASÍLIA (UnB) - Departamento de Teoria e Fundamentos - Disciplina de Sociologia da Educação, vem sistematicamente, fazendo pregação de natureza contestatória ao Governo, e de caráter subversivo, enfocando os problemas educacionais brasileiros sob a ótica marxista, dizendo-se, inclusive, "de esquerda".

2. Recentemente, em aula, ao comentar o movimento comunista de 1935, considerou os revoltosos como heróis e não subversivos.

3. Por ocasião da greve de professores, exaltou o movimento, tentando aliciar alunos para que estes ficassem solidários aos docentes da UnB.

TODA PESSOA QUE TOMAR
CONHECIMENTO DESTA DOCUMENTO
É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO
DESTE DOCUMENTO EM SEUS ARQUIVOS

CONFIDENCIAL

Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Informe n. 1587-A4-CIE de 12 de julho de 1983, do Ministério do Exército.

Passemos agora a um dossiê. O encaminhamento secreto n. 049, do SNI, datado de 4 de março de 1969, tem por objetivo apresentar dados complementares para serem acrescentados à ficha individual n. 52/ST/19, de José do Patrocínio Gallotti⁶.

José do Patrocínio Gallotti é descrito como professor de história do pensamento econômico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além disso, ele era desembargador aposentado do Tribunal de Justiça e advogado.

O professor é acusado de ser o mais antigo comunista de Florianópolis, como também uma pessoa encantada pelas doutrinas marxistas e leninistas. Esse “encantamento” foi percebido através das palestras ministradas por ele. Além disso, pesa a acusação de influenciar a formação política dos alunos e a sua participação em alguns manifestos, inclusive para a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). É curioso notar que uma característica da personalidade desse professor, possivelmente por incomodar os que o investigavam, é descrita nesse documento: ele era irônico.

Na sequência, o documento apresenta histórico no qual estão registradas algumas informações sobre a militância do professor, como o resultado de um inquérito instalado na UFSC após 1964.

O inquérito foi aberto, pois José do Patrocínio participou, dentre outros encontros, de reuniões da Frente Operária Estudantil Popular, como também do Encontro de Solidariedade a Cuba, o que foi constatado por meio de perícias grafotécnicas. Conclui-se que o professor não poderia continuar no exercício do magistério por ter ferido os princípios do Ato Institucional, estando, portanto, sujeito às sanções da Lei de Segurança Nacional⁷.

Por fim, indica-se que o professor já havia sido preso, acusado de atividades subversivas, logo após do golpe de 1964, ficando recolhido no quartel de Florianópolis de 19 de abril a 25 de junho do mesmo ano.

Segue o dossiê.

⁶ Destacou-se na luta contra o regime ditatorial e na defesa das causas nacionalistas, opondo-se a interferência norte americana no Brasil. Faleceu em 15 de julho de 1985, aos 77 anos.

⁷ Decreto-lei 898, de 29 de setembro de 1969.

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

ENCAMINHAMENTO n.º 049/SNI/ ACT / 69
(SC.1 /ST 19.2 / 012)

001840

DATA : 04.03.69 Exemplar n.º 01
ASSUNTO : COLETA DE DADOS= FICHA INDIVIDUAL
REFERÊNCIA : Enc.º n.º 30/SNI/ ACT/69, de 02.02.69
DISTRIBUIÇÃO : SNI/ AC.

Esta Agência encaminha o seguinte: Dados para organização de documentos complementares sobre o cidadão JOSE DO PATROCÍNIO GALOTTI, Professor de História do Pensamento Econômico da Faculdade de Ciências Econômicas da U.F.S.C., a fim de serem anexados à Ficha Individual n.º 52/ST/ 19, objeto do encaminhamento n.º 30/SNI/ ACT/69, de 7.2.69, para efeito de aplicação de Ato Institucional n.º 5.

.....

Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Encaminhamento secreto n. 049, do Sistema Nacional de Informação (SNI), datado de 4 de março de 1969, p. 1.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
SNI/NAFL

CÓPIA

CONFIDENCIAL

"DESSÊ DO DOUTOR JOSÉ DO PATROCÍNIO GALLOTTI"

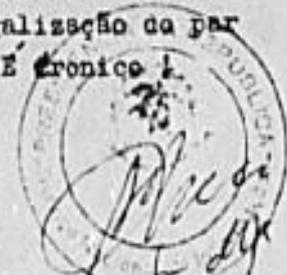
- Desembargador Aposentado do Tribunal de Justiça
- Professor Universitário da UPSC
- Advogado.

ANEXOS: - Ficha Individual - 2.5.1 -

- Extrato do Prontuário
- Extrato de Documento do Inquerito da Reitoria da UPSC.

CONCEITO GERAL:

- É atualmente o mais antigo comunista de Florianópolis; obcecado pelas doutrinas marxistas, leninistas, etc., são a tônica de suas palestras; procura influenciar suas ideias entre os estudantes com quem conversa; em outras épocas assinou e tomou parte em todas os Manifestos, Abaixo-assinados pelo Petroleo é nosso, Areias Monásticas, Legalização do partido comunista Brasileiro (PCB), etc...etc... É crônico.



Fonte: Arquivo Nacional SNI. Encaminhamento secreto n. 049, do Sistema Nacional de Informação (SNI), datado de 4 de março de 1969, p. 2.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
Agência de Curitiba

CÓPIA

PRONTUÁRIO N.º _____

NOME JOSE DO PATROCINIO GALLOTTI

ENDEREÇO Avenida Trompowsky nº Florianópolis - SC

PROFISSÃO Desembargador Aposentado do TJSC e Professor Universitário (UFSC) Advogado. ESTADO CIVIL Casado

FILIAÇÃO Laudelino Galotti e de Julieta Piazza Galotti

NASCIMENTO _____
Data Cidade Estado País

DATA	FONTE	HISTÓRICO
		<p><u>NOTA:</u> - FATOS REGISTRADOS POR ESTE SNI-NAFL A PARTIR DE SUA CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO EM 10/10/1968.</p> <p>- Da conclusão do Inquerito in taurado na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), após 1964 na sua CONCLUSÃO, registra o seguinte: no respectivo Relatório:</p> <p>" a) - Além do acima exposto, segundo declarações de ADI VIEIRA FILHO, o Professor José do Patrocínio Gallotti, tomava parte em reuniões da Frente Operária Estudantil Popular, estando presente por ocasião da última reunião realizada em 31 de março p. passado, ocasião em que foi redigido violento manifesto de caráter subversivo.</p> <p>" b) - Convém notar desde já, que figuram no processo, perícias "gráfo-técnicas que identificam a assinatura do Professor José do Patrocínio Gallotti, no Encontro Nacional de Solidariedade à Cuba e da defesa do princípio de auto-determinação dos povos, bem como na lista de editores que pleiteavam a volta à legalidade do Partido Comunista.</p> <p>- Conclusão: 1º) que o Professor José do Patrocínio Gallotti não pode continuar no exercício da cátedra já que por seus atos e atitudes, feriu os princípios do Ato Institucional</p>

Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Encaminhamento secreto n. 049, do Sistema Nacional de Informação (SNI), datado de 4 de março de 1969, p. 3.

SECRET

CONFIDENCIAL

PRONTUÁRIO N.º

(Continuação)

DATA	FONTE	HISTÓRICO
	Relação de elementos fichados na DOPS/SC	<p>2)- que, por suas atividades, incorreu nos atos e sanções previstos na Lei de Segurança Nacional.</p> <p>- De uma relação de elementos fichados na DOPS/SC, consta o seguinte:</p> <p>"Preso por atividades subversivas e recolhido ao Quartel da PMSC em Florianópolis, onde reside, de 29.04.64 a 25.06.64. Responde a IPM que está na Auditoria da 5ª Região Militar e foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional."</p>



Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Encaminhamento secreto n. 049, do Sistema Nacional de Informação (SNI), datado de 4 de março de 1969, p. 4.

CONFIDENCIAL

PRÉSIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA CENTRAL



ENCAMINHAMENTO Nº 4 / 69 / SNI / AC
(SC-1/002)

DATA : 11 de março de 1 969
ASSUNTO : Professor JOSÉ DO PATROCÍNIO GALOTTI
REFERÊNCIA : Enc. nº 049/SNI-AC, de 04 Mar 69.
DISTRIBUIÇÃO: SNI/ARJ.

000124

Esta Agência encaminha o seguinte: Dono do cidadão JOSÉ DO PATROCÍNIO GALOTTI, Professor da Universidade Federal de Santa Catarina e documentos anexos, solicitando anexar o que mais constar sobre o referido cidadão, bem como a devolução da documentação resultante à esta Agência Central.

157

76 1240

Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Encaminhamento secreto n. 049, do Sistema Nacional de Informação (SNI), datado de 4 de março de 1969, p.5.

O trabalho pedagógico abriga tanto aspectos metodológicos como políticos, e ambos estão atrelados a uma ou mais vertentes filosóficas, inseparáveis da produção e da função social do conhecimento. É por isso que “a filosofia expressa o modo como os homens de uma época e particularmente da sociedade dividida em classes concebem sua relação com o mundo” (Vázquez, 2002, p. 51), ou seja, a produção e a difusão do conhecimento não se dão fora do conjunto das relações sociais que regem uma sociedade. Neste sentido, é impossível que existam ideias autônomas, sem matriz ideológica. Toda e qualquer ideia provém de um processo histórico real que é condicionador e possibilitador do processo teórico. É neste sentido que ensinar não é apenas tratar de conteúdo e objetos, mas um processo que “se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes” (Freire, 2006, p. 26).

O trabalho docente, compreendido como necessário para a formação de cidadãos comprometidos com as questões de seu tempo, pressupõe constante tomada de posição e reflexão sobre a realidade. Assim, diante do conhecimento ensinado/aprendido, há duas posições extremas: entender como o mundo é e manter tudo na forma em que está ou contestá-lo e lutar para a sua transformação (Vázquez, 2002, p. 52).

No entanto, durante o golpe militar, o posicionamento docente frente às questões políticas e sociais, quando não era de acordo com os interesses dominantes, transformava-se em desafio inaceitável ao regime, que caracterizava o professor como um doutrinador subversivo. Esse foi o caso do professor de sociologia da Universidade Vale dos Sinos (Unisinos), André Forster. Vejamos um documento confidencial acerca desse professor:

CONFIDENCIAL



08820

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
GABINETE DO GOVERNADOR
ASSESSORIA DE INFORMAÇÕES

SNI - APA
Protocolo Sigiloso
N.º 1046
Em 14 MAR 1977

ARQ-ST-119
N.º 268/18.03.77

Porto Alegre, RS, 14/MARÇO/1977

1. Assunto : ANDRÉ FORSTER - Professor da UNISINOS.
2. Origem : ASSINFO/GAB/GOV/RS - (S-299)
3. Avaliação :
4. Referência :
5. Difusão anterior :
6. Difusão : APA/SNI - E2 III Ex - DPF/SR/RS - DCI/SSP/RS
7. Anexo :

INFORMAÇÃO N.º 05/77 / ASSINFO/GAB/GOV/RS.

O Sociólogo ANDRÉ FORSTER, Professor da Cadeira de Sociologia Aplicada, do curso de Administração de Empresas da UNISINOS, em aula proferida no dia 10 MAR 77, à noite, no Ginásio da Paz em P.ALEGRE, a pretexto de falar sobre conceitos básicos de Sociologia, que seria o assunto que deveria ser abordado em aula, - passou a fazer comentários sobre o regime brasileiro.

Comentando a saída do ex-ministro Severo Gomes do Ministério, disse que o mesmo saiu por apresentar divergências com os demais ministros da área econômica, que representam os interesses dos grandes grupos econômicos, multinacionais, etc. ...

Classificou o regime brasileiro de "fascista", pois impõe normas de conduta a todos os brasileiros. Sendo que aqueles - que não se conformam em seguir estas regras, são classificados como agitadores e subversivos.

Fez um histórico da vida sindical brasileira, dizendo que de 1930 a 1945 os sindicatos eram controlados pelo Governo, através dos "pelêgos" (líderes sindicais que rezavam pela cartilha do Governo). Que a partir de 1953 os sindicatos passaram a representar as legítimas aspirações do operariado nacional, culminando com a fundação da CGT. Esta situação durou até 1964 quando os sindicatos foram novamente impedidos de funcionar livremente.

segue ...

GG-108



Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Informação n. 05/77/ASSINFO/GAB/GOV/RS, de 14 de março de 1977. APA_ACE_8820_84.

08820



(Continuação da INFORMAÇÃO Nº 05/77 ASSINFO/GAB/GOV/RS.)

Ridicularizou o lema da Bandeira Nacional "ORDEM e -
PROGRESSO", dizendo que ordem é para os que estão embaixo, os -
marginalizados, e progresso para os que estão em cima, os grupos
dominantes da sociedade brasileira.



O desfeitor é responsável pela
manutenção do selo deste documento.
(art. 62-Des. 60.417/57 regulamenta para
salvaguarda de assuntos sigilosos - CAS)

ANDRÉ CECIL FORSTER

Res atual - AV BASTIAD 111 Ap 7 - P. Alegre

Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Informação n. 05/77/ASSINFO/GAB/GOV/RS, de 14 de março de 1977. APA_ACE_8820_84.

É importante lembrar que o controle do trabalho docente que vigorou durante a ditadura militar não se deu apenas nas universidades, mas também em escolas de ensino primário e secundário. Abaixo temos um informe que traz à cena uma escola estadual do Rio Grande do Sul, e no qual são descritas matérias ministradas com “molde subversivo”.

- CONFIDENCIAL -

883377

SNI - APA
 Protocolo Sigiloso
 Nº 4306
 Em 21 / NOV / 1968

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL
 SI/

PROC-312/RS
 A R Q - SR - 119
 Nº 1391/21/11.78

PORTO ALEGRE RS 16. NOVEMBRO 78

1. ASSUNTO:..... FIDENE - IJUI/RS
2. ORIGEM:..... DPF/RS
3. AVALIAÇÃO:..... B-2
4. DIFUSÃO:..... CI/DPF-SNI/APA-DCI/GSP/RS-B2/III Ex-A2 COMAR V-DCI/SR/RS
5. DIFUSÃO ORIGEM:..... -
6. ANEXO:..... -
7. REFERÊNCIA:..... -

- INFORME Nº 33-051/78/SI/SR/DPF/RS -

1. No dia 21 OUT 78 - Sábado a tarde - os alunos da ESCOLA ESTADUAL RUI BARBOSA de IJUI/RS, receberam aulas de recuperação no prédio da FIDENE em Ijuí/RS. Observa-se que a referida escola possui espaço físico suficiente, portanto, não necessita de instalações de outro estabelecimento.
2. A presença dos estudantes foi obrigatória e as aulas tiveram a duração de oito (8) horas, para efeito de currículo.
3. Na ocasião foram apresentados aos alunos, Cadernos de Trabalho da matéria de OSPB, onde estavam incluídas diversas questões tais como:
 - O QUE É LEI FALCÃO?
 - O QUE FOI O PACOTE DE ABRIL?
 - O QUE É AI/5?
 Na matéria de MORAL E CÍVICA, foram feitas críticas a eleição do novo presidente do Brasil - Gen João Batista Figueiredo.
4. As matérias ministradas foram nos moldes subversivos, pelos professores da FIDENE, entre eles MARIO OSÓRIO MARQUES (Frei Matias), DANILO LAZAROTTO e ELIEZER MOREIRA PACLECO (candidato a Deputado Estadual pela legenda do MDB).
5. A iniciativa da realização das aulas na FIDENE foi dos Vices Diretores do Colégio Estadual Rui Barbosa: IRINEO SANTOS, LIGIA MARIA WERLANG e ORLANDINO ROBERTO.

- CONFIDENCIAL -



Fonte: Arquivo Nacional, SNI. Informe n. 33-051/78/SI/SR/DPF/RS, de 16 de novembro de 1968. APA_ACE_8337_84.

Diante dos documentos apresentados, é possível questionar se seria possível assumir neutralidade no ato de ensinar? Para os autores deste artigo, a resposta é direta: não. No entanto, a tomada de posição deve ser respeitosa e considerar que todo posicionamento tem como pano de fundo uma ou mais ideologias, inclusive a do pensamento do próprio professor. Buscar a neutralidade não seria uma postura possível, pois é um posicionamento falacioso, mas procurar apresentar as visões pessoais num contexto de múltiplas visões e leituras é se relacionar honestamente com seus alunos.

Nesse contexto, não pode o professor estar limitado durante a aula, pois ali também ele exerce sua função social e política. Trata-se de compreender a educação como processo contraditório, podendo servir como dominação, mas, também, como instrumentalização da classe trabalhadora para disputar a direção política. Esse campo de disputa tem sido aproveitado por diversos sujeitos individuais e coletivos que buscam interferência no currículo escolar, seja por meio do “apadrinhamento de uma escola” ou através da formação continuada dos professores.

Portanto é importante repensarmos a relação conhecimento-reprodução-transformação dentro do que pretende o Movimento Escola sem Partido, que, conforme consta em seu site oficial, surgiu a partir de uma articulação entre pais e alunos supostamente “preocupados” com “o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras”. Essa contaminação também é chamada de “doutrinação”.

No site do movimento, é possível encontrar orientações de como identificar um professor doutrinador, bem como acompanhar as palestras e a aprovação de leis que buscam criminalizar a prática docente no Brasil em nome da neutralidade do ato de ensinar, que deve estar presente desde a educação básica até o ensino superior. Segundo os organizadores desse movimento:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo (Nagib, Movimento Escola Sem Partido).

O referido movimento tem reacendido os debates sobre o trabalho docente em diversas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e também na Câmara dos Deputados. Nesta está em tramitação o projeto de lei 867/2015 (Brasil, 2015), cujo autor é o deputado Izalci Lucas Ferreira, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Na realidade, o que é chamado de “doutrinação política” refere-se a qualquer abordagem teórica crítica que questione a realidade social, como, por exemplo, as que utilizam vertentes marxistas, gramscianas, dentre outras. O que se pretende é transformar o professor num mero transmissor de informações consagradas pelo conservadorismo, desenvolvendo um trabalho esvaziado política e intelectualmente.

Nessa empreitada, pretende-se rever e “adequar” os livros didáticos, os paradidáticos, as avaliações para o ingresso nas universidades e os concursos públicos para o magistério. Além disso, as secretarias de educação deverão manter um canal de denúncias, a fim de identificar “desvios” pedagógicos por parte dos docentes. Mesmo não estando a maior parte das leis (ainda) em tramitação, o movimento Escola sem Partido já dispõe de um site em que são organizados diversos materiais e estratégias para denunciar um “professor doutrinador”. Vejamos a orientação sobre como denunciar um professor:

Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. Acima de tudo, verazes. E esperem até que esse professor já não tenha poder sobre vocês. Esperem, se necessário, até sair da escola ou da faculdade. Não há pressa. Quando estiverem seguros de que ninguém poderá lhes causar nenhum dano, DENUNCIEM a covardia de que foram vítimas quando não podiam reagir. Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública (Escola sem partido- Planeje sua denúncia).

É preocupante o clima hostil que pode ser criado a partir dessas “dicas”. Primeiramente, consideramos ser importante que qualquer conflito entre professores e alunos seja solucionado através do diálogo. Caso o diálogo inicial não obtenha sucesso, há instâncias colegiadas nas universidades e escolas, por meios das quais os problemas podem ser resolvidos ou minimizados. A relação pedagógica é uma relação de confiança e não de construção de ciladas. O cenário apresentado parece recuperar e atualizar princípios do período ditatorial vivido em nosso país, em que o trabalho docente se tornou atividade perigosa e, portanto, vigiada.

Considerações finais

Diante da complexidade do atual momento político brasileiro, em que a direita se endurece e a esquerda não consegue estabelecer estratégia e ação efetiva de resistência, toda análise deve ser muito cuidadosa. No entanto não há dúvidas de que, apesar do estigma criado de desqualificação docente e do descrédito social da carreira, o trabalho docente foi e continua sendo central para a formação de cidadãos críticos. Isso em parte explica a perseguição aos docentes travada no período ditatorial, como também a que se vem observando nos dias atuais, através de interferências dos organismos internacionais, da centralização das decisões efetivada nas secretarias de educação e por movimentos, como o Escola sem Partido, que não é neutro, mas tem interesses políticos e ideológicos. Nesse sentido, é o trabalho docente, assim como a educação, um espaço/processo contraditório e de luta de classes, ou seja, de disputa por hegemonia.

A influência marxista para análise dos problemas sociais, tão temida desde os tempos ditatoriais, faz com que o ato de ensinar busque a raiz das desigualdades sociais, para além das aparências fenomênicas. Nessa direção, grande é a responsabilidade das universidades, espaço em que a maior parte dos docentes é formada, e da escola básica, em que a maior parte dos formados trabalha - por essa razão, o controle pedagógico das instituições de ensino, pretendido pelo movimento Escola sem Partido, também tem objetivos para o ensino superior.

Se as propostas desse movimento forem aprovadas, limitarão a abordagem de diversas disciplinas do currículo escolar, principalmente história, filosofia e sociologia. Assim, esse debate é necessário, bem como a criação de estratégias efetivas para o enfrentamento da questão.

Convém ainda dizer que, para os autores deste trabalho, o problema das escolas públicas brasileiras e do trabalho docente não tem relação com a doutrinação ideológica, mas sim com a precarização das condições de estudo e de trabalho. No entanto, essa questão convenientemente sequer entra no rol de luta do Movimento Escola sem Partido e de seus signatários.

Por fim, cabe registrar os debates que se intensificam na Câmara dos Deputados, nas assembleias legislativas e em diversas câmaras de vereadores, onde o movimento Escola sem Partido propugna “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”. Tudo indica que os defensores de tal proposta pretendem, na verdade, controlar e despolitizar o trabalho docente, determinando o que pode ou não ser ensinado, tal como no período ditatorial.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARQUIVO NACIONAL. APA_ACE_8820_84.pdf. Informação n. 05/77/ASSINFO/GAB/GOV/RS, de 14 de março de 1977. SNI. _____. APA_ACE_8337_84.pdf. Informe n. 33-051/78/SI/SR/DPF/RS, de 16 de novembro de 1968. SNI.

_____. Encaminhamento secreto n. 049, do Sistema Nacional de Informação (SNI), datado de 04 de março de 1969. SNI. _____. Informe n. 1587-A4-CIE de 12 de julho de 1983, do Ministério do Exército. AC_ACE_13409_81. pdf. Informe n. 0112/31/AC/81, de 16 de janeiro de 1981. SNI.

_____. Informe n. 1587-A4-CIE de 12 de julho de 1983, do Ministério do Exército. SNI.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n. 876 de 2015*. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília (DF), 2015. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>>.

Acesso em: 14 jun. 2016.

ESCOLA SEM PARTIDO. *Planeje sua denúncia*. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>. Acesso em 24 jun. 2016.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Cedes - Centro de Estudos Educação e Sociedade*, v. 27, n. 97, p. 1159-1179, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. *Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa* 3ª edição. São Paulo: Paz e terra, 2006.

NAGIB, Miguel. *Escola Sem Partido - quem somos*. Disponível em: <<http://www.escolasempartido.org/quem-somos>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. In: *Os grandes marcos da história política*. V. 2. Rio de Janeiro: BNDES, 2004. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_gv/llparte.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Editora EUel, 2013.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Em Pauta*, n. 33, p. 85-96, 1º semestre de 2014.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia e Circunstâncias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Greve dos trabalhadores canavieiros em Guariba/SP: repressão e progressos

Karoline Marthos da Silva¹

Mariana Benevides da Costa²

Resumo

O estudo constitui recorte de pesquisa desenvolvida sobre a marginalidade do trabalhador do corte manual da cana-de-açúcar, junto ao Núcleo de Pesquisa O trabalho além do Direito do Trabalho: dimensões da clandestinidade jurídico-laboral, coordenado pelo Prof. Dr. Guilherme Guimarães Feliciano, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O objetivo deste trabalho é perscrutar as violações de direitos humanos perpetradas contra os trabalhadores rurais ocorridas durante a Greve de Guariba, São Paulo, em especial as perseguições e punições que eles suportaram e os respectivos efeitos das mesmas, seja sobre outros levantes ocorridos, seja sobre a realidade cotidiana dessa categoria profissional.

Palavras-chave: *Jus Resistentiae*. Greve de Guariba. Trabalhadores rurais..

Introdução

Mais do que direito humano fundamental, o *jus resistentiae* talvez seja um comportamento inato ao ser humano, uma reação natural a situações de opressão ou de exploração acentuadas e continuadas; talvez seja mais: um comportamento inato a

¹ Advogada. Mestranda em direito do trabalho e da seguridade social na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Especialista em direito do trabalho e direito processual do trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa O trabalho além do trabalho: dimensões da clandestinidade jurídico-laboral.

² Advogada. Especialista e mestranda em direito do trabalho e da seguridade social na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa O trabalho além do trabalho: dimensões da clandestinidade jurídico-laboral.

indistintos seres vivos, como reação a situações que lhes sejam ou lhes pareçam ser ameaçadoras. A historiografia, especificamente, a par de qualquer sofisticação, tecnologia ou designação jurídica, inscreve-o, desde tempos imemoriais.

Na pegada, desde as civilizações da Antiguidade Oriental, há relatos de protestos individuais e coletivos, por parte dos trabalhadores, para fazer face a certas condições de trabalho, reclamando por outras. Por exemplo, o registro de uma greve, por assim dizer, realizada por construtores das pirâmides e templos egípcios, já no século XII A.C., quando demandavam pagamento de salários atrasados³.

Na chamada Antiguidade Clássica, a marcha de Spartacus, o lendário gladiador, escravo de Roma, que, insurgindo-se contra a República, iniciou um levante acompanhado de mais de 70 homens, para encerrá-lo, somente dois anos depois, liderando um verdadeiro exército, com cerca de quarenta mil rebeldes, exército esse que se moveu por toda a Península Itálica, ameaçou seu poderio, derrotou várias legiões romanas, até sucumbir perante Marco Licínio Crasso (Stoithard, p. 49-59).

Nas idades Média e Moderna, a atração de protestos pela organização produtiva em glebas e corveias, quando verificados excessivos rigores patronais. Registra-se, a propósito, o caso da Ile de Ré, citado por Armando Boito Júnior, com remissão a Maurice Dobb, no qual os trabalhadores servis daquela localidade deserdaram coletivamente seus postos de trabalho, devido à severidade senhorial.

A Idade Contemporânea, a seu tempo, iniciou-se de forma revolucionária, com o *jus resistentiae* dos burgueses, subsistindo aos nobres e aos membros do clero europeu, e, consigo, ela trouxe a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, em cujo art. 2º lê-se: “a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”⁴ (g.n.).

³ De acordo com a reportagem do sítio eletrônico *History* os trabalhadores egípcios já faziam greve no século XII a. C. Conheça os 11 fatos que você provavelmente não sabia sobre o Antigo Egito. Disponível em: <<http://www.seuhistory.com/noticias/conheca-os-11-fatos-que-voce-provavelmente-nao-sabia-sobre-o-antigo-egito>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

⁴ Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo. Declaração dos direitos do homem e do cidadão. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0->

Foi o início da formatação jurídica do modo de produção capitalista, o qual, também incipiente, para se legitimar e consolidar seu processo de dominação, inaugura o processo de captura, apropriação e domesticação dos fatos sociais pelo direito, conforme leitura crítica do mesmo (Pasukanis, 1989, p. 28).

No Brasil, resistiram os indígenas à escravidão e os negros africanos e seus descendentes, que, muito embora pessoalmente subordinados a essa forma pré-capitalista de produção e juridicamente reificados, desenvolveram, em seu cotidiano, meios de resistência, no mais das vezes, individuais, é bem verdade, a julgar pelas dificuldades de associação entre os mesmos, divididos pelas distintas unidades produtivas, que, como regra, albergavam 15 a 20 escravos (Boito Jr.)⁵.

Essas reações individuais, por completude, consistiam no trabalho mal feito, em agressões físicas e verbais a seus senhores, no seu eventual assassinato, na destruição deliberada de seus bens (Boito Jr.), na precipitação de pragas, maldições, mandingas e feitiços, no descaminho de filhas donzelas (Macedo, 2010), enfim.

Nada disso, porém, impediu a ocorrência tópica de rebeliões coletivas (Boito Jr.), como a ocorrida no Engenho Santana dos Ilhéus, onde os negros, em conjunto, abandonaram os postos de trabalho, para só retornar se cumprido um “tratado de paz”, no qual estabeleciam condições de trabalho diferenciadas das originais.

A partir daí, na linha da evolução histórica, irrompe o capitalismo, que, como modo de produção, organiza diversamente as forças produtivas, reunindo-as, a princípio, nos porões fabris e permitindo que elas se reconhecessem e se identificassem como classe social, qual seja, então, a classe operária. Em consequência disso, sobrevieram as primeiras greves, já em acepção moderna, como movimentos de paralisação coletiva do trabalho, organizados pelos trabalhadores e, depois, por suas entidades representativas, para fins específicos de negociação das condições de trabalho e do estabelecimento documentado de direitos e garantias relativos às mesmas.

cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>. Acesso em: 15 jul. 2016.

⁵ Armando Boito Jr. Informa que grandes unidades de produção cafeeira chegaram a contar com quatrocentos escravos, os quais, decerto, já segundo Darcy Ribeiro, na obra “O povo brasileiro”, deviam se submeter às diferentes técnicas de estranhamento encetadas pelos respectivos senhores.

O *jus resistitiae*, como se vê, integra substancialmente o fato social das greves, fato esse, primeiro, vedado e criminalizado, depois, consentido, até, finalmente, ser juridicizado e apontado como direito fundamental do ser humano trabalhador, sendo, desde então, pelas notas características do direito, enquanto instituição socioeconômica, limitado em seu exercício, face à relatividade que se atribui aos direitos subjetivos de cariz social.

No Brasil, o direito de greve se encontra assentado no artigo 9º e parágrafos 1º e 2º da Constituição Federal de 1988⁶, onde integra o rol dos direitos fundamentais sociais.

É nessa perspectiva hodierna, então, que se desenrolará a presente reflexão, a qual, pelas limitações próprias deste espaço, tem o desiderato central de apenas sobrevoar a história da greve de Guariba, seu acontecimento e os legados deixados para a categoria profissional dos cortadores manuais de cana-de-açúcar. Tudo, insista-se, de forma bastante breve e sucinta, tendo em vista a complexidade natural dos processos históricos, que, decerto, não nascem do nada.

E, abordar a construção histórica dos eventos paredistas de Guariba e região, nos meados dos anos de 1980, é tarefa que exige um pouco mais de tempo e de espaço, a julgar, pela necessidade de relatar a expansão da cultura sucroalcooleira na região, o desenraizamento do homem do campo, a sua transformação em trabalhador subordinado e cortador de cana-de-açúcar, a atuação político-religiosa da Comissão Pastoral da Terra na localidade, a construção e a atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, a sua cooptação pelo poder público, enfim.

Nessa medida, a opção metodológica foi a de um mero sobrevoou, um pairar alto, para que se dê apenas uma ideia do que foi tal levante e de como ele ignorou a contextura sócio-política conservadora e ditatorial, que ainda vigia na época de sua ocorrência. Esta brevíssima pesquisa utilizou somente fontes bibliográficas, operando com simples recortes históricos. Ela constitui excerto de estudo mais robusto sobre a marginalidade do cortador manual de cana-de-açúcar, que se desenvolve junto ao Núcleo de Pesquisa O trabalho além

⁶ Art. 9º: É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.

do direito do trabalho: dimensões da clandestinidade jurídico-laboral, no Departamento de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universidade de São Paulo.

Os direitos dos trabalhadores do campo

Muito embora tenha sido um país majoritariamente exportador de *commodities* agrícolas, as condições de trabalho no setor agropecuário brasileiro nunca foram benignas e respeitadas, faltando-lhes, ainda hoje, a devida fiscalização estatal para a plena obediência aos direitos que os trabalhadores possuem e que, na atualidade, pela conjugação do art. 7º, da Constituição Federal de 1988, com a lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973, podem ser assim sintetizados:

- Relação de emprego garantida contra a despedida arbitrária;
- Salário mínimo;
- Décimo-terceiro salário;
- Jornada de trabalho de 8h diárias e 44h semanais;
- Intervalo intrajornada, conforme usos e costumes da região;
- Intervalo interjornada de 11h;
- Repouso semanal remunerado;
- Férias remuneradas, acrescidas de 1/3;
- Hora noturna com duração de 52' e 30'';
- Adicional Noturno equivalente a 25% da remuneração normal;
- Desconto de até o limite de 20% pela ocupação da morada;
- Auxílio Alimentação;
- FGTS;
- Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;
- Rescisão contratual equivalente a 40% do FGTS;
- Seguro-Desemprego;
- Sindicalização e representatividade sindical;
- Negociação coletiva;

- Proteção legal contra os riscos à saúde e segurança do trabalhador;
- Aposentadoria por idade com menos cinco anos, relativamente aos trabalhadores urbanos, por conta de condições de trabalho mais duras, do maior desgaste físico e da exposição a intempéries e outros fatores de risco à saúde humana.

No início do século XX, no entanto, após quase quatrocentos anos de escravidão, os trabalhadores rurais, mesmo tendo direito à organização sindical prevista no decreto n. 979, de 1903, viviam abandonados no campo, sem qualquer tutela normativa, à mercê das oligarquias latifundiárias e improdutivas. Até o ano de 1963, mesmo após a edição da CLT, tal foi a situação jurídico-trabalhista dos obreiros rurais, que não possuíam quaisquer direitos específicos e concretos, nada obstante a Constituição de 1946 lhes estendesse – de forma meramente nominal, já que considerada não autoaplicável – os direitos à chamada indenização de antiguidades e à estabilidade decenal.

Por meio da lei n. 4.214, de 2 de março de 1963 (Estatuto do Trabalhador Rural - ETR), o governo João Goulart, pela primeira vez na história pátria, equiparou os direitos entre trabalhadores urbanos e rurais, mas, no curso da ditadura civil-empresarial-militar, dita lei foi revogada, mediante edição da lei n. 5.889, de 8 de junho de 1973.

O Estatuto do Trabalhador Rural⁷, a propósito, regulamentou direitos individuais, direitos coletivos, direitos processuais e direitos previdenciários dos obreiros no campo, sem contar a abordagem da fiscalização trabalhista. Todavia, com o golpe civil-empresarial-militar de 1964 e o regime ditatorial então imposto, a referida legislação careceu de aplicabilidade e eficácia, afinal, o comprometimento dos governantes, de então, era refratário a toda e qualquer equação social.

Para uma ideia mais acurada desse fato, a intervenção a seguir:

⁷ Segundo Anita Brumer, o ETR instituiu a obrigatoriedade do pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais e criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FAPTR, depois, denominado de FUNRURAL. Na prática, a cobertura previdenciária aos trabalhadores rurais não se concretizou, pois os recursos (financeiros e administrativos) necessários à sua efetivação não foram previstos na legislação. In *Previdência social rural e gênero. Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan/jun, 2002, p. 50-81. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-4>. Acesso em: 15 jul. 2016.

O golpe militar veio a representar a imediata destruição das mais importantes conquistas realizadas pelos trabalhadores. Significou o fim do direito de greve, das associações de camponeses e da estabilidade no emprego através da criação do FGTS; a anulação da Lei de Remessas de Lucros e da nacionalização das refinarias de petróleo; o impedimento de todas as formas de organização popular. Iniciaram-se intervenções policiais nos sindicatos, prisões de líderes sindicais, cassações de direitos políticos, enfim, sistematizava-se a repressão. Era o desmantelamento, pela violência, de todas as organizações populares e a sujeição dos quadros intelectuais e da classe média que pudessem significar qualquer oposição ao regime ditatorial (Mendonça; Fontes, 2006, p. 5-6).

No caso especial da matéria previdenciária, no interregno entre o ETR e a Lei do Trabalhador Rural, sobrevieram atos normativos, com vistas a discipliná-la, relacionando os direitos de regência a um papel meramente assistencial do sindicato. Nesse sentido, a Portaria n. 395, de 17 de julho de 1965 (Brumer), que cuidou do processo de fundação, organização e reconhecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais, esclarecendo o seu significado e o de empregador rural, para fins de sindicalização (Brumer).

Outrossim, o decreto-lei n. 276, de 28 de fevereiro de 1967, que transferiu para o comprador a obrigatoriedade de recolher a contribuição de 1% sobre os produtos rurais, como, também, reduziu o plano de benefícios previsto no ETR à prestação de assistência médico-hospitalar aos trabalhadores rurais (Brumer). Na mesma senda, o decreto-lei n. 789, de 27 de agosto de 1969, que apresentou a noção de módulo rural (Brumer).

Em 1969, o FAPTR (Fundo de Assistência Previdenciária ao Trabalhador Rural), previsto no ETR, passou a se chamar FUNRURAL e, vinculado a ele, em 1971, foi lançado o PRORURAL, que disciplinou a aposentadoria de tais trabalhadores e lhes ampliou os serviços de saúde, conforme convênios e considerações da entidade sindical rural de que faziam parte, as quais, inclusive, passaram a ser equipadas e a receber subsídios mensais para a prestação dessa assistência (Brumer). A propósito, o decreto-lei n. 1.166, de abril de 1971, falou sobre enquadramento e contribuição sindical (Brumer).

E, no particular, oportuno arremate de Anita Brumer, textualmente:

O PRORURAL previa: aposentadoria por velhice ou por invalidez para os trabalhadores maiores de 70 anos de idade, no valor de meio salário mínimo, pensão de 70% da aposentadoria, auxílio-funeral, serviços de saúde, incluindo assistência médico-cirúrgico-hospitalar, tratamento odontológico e serviço social em geral.

O corte manual da cana-de-açúcar

Com esse panorama legislativo, na realidade dos fatos, as relações de trabalho no campo anteriores à Constituição de 1988, assim como ocorria na primeira metade do século XX, permaneceram mais com direitos nominais do que com direitos reais e, na história específica dos cortadores de cana-de-açúcar, independentemente da região produtora em que atuassem, se no Nordeste tradicional, ou na nova fronteira do oeste paulista, a dominação sobre eles sempre foi recrudescente. Eis uma decorrência, socialmente naturalizada, da cultura escravista dos produtores sucroalcooleiros, responsáveis históricos pela formação original da sociedade brasileira e de algumas de suas características, tais como o patriarcalismo, a tirania, o exclusivismo, o elitismo, o escravismo, o racismo, o machismo, a misoginia, entre outras.

E, em meados da década de 1970, com a crise internacional do petróleo e com a criação do Proálcool pelo governo brasileiro, como medida de combate àquele abalo energético, os espaços de cultivo da cana-de-açúcar se ampliaram bem, passando-se a exigir dos trabalhadores responsáveis pelo seu corte, cada vez mais, maior produtividade.

No contexto, herdeiros socioeconômicos e culturais dos escravos de outrora, os trabalhadores do plantio e do corte manual da cana-de-açúcar sempre atuaram mal instalados fisicamente, com baixa remuneração, sob o regime do salário por produção, mal alimentados pela boia-fria, submetidos ao *truck system*, endividados, sem equipamentos adequados, sem proteção contra intempéries e peçonhas, sem adequado controle de jornada, enfim. Com a expansão territorial do plantio, eles também passaram a migrar, interna e sazonalmente, do Nordeste para o Sudeste, suportando, além de tudo, contratos

de trabalho precários, agenciamento dos “gatos”, transporte inseguro (Rocha, 2007), mais endividamento e, até, discriminação por serem, por assim dizer, “paraíbas”.

Na Zona da Mata pernambucana, já alertou – em manifestação acadêmica algures – uma das autoras deste estudo, o conjunto desses fatores socioeconômicos culminou na identificação e divulgação, nos âmbitos nacional e internacional, isto, já no limiar dos anos de 1990, do chamado “homem-gabiru”, fruto da pobreza extrema e do desdém da cultura sucroalcooleira para com seus trabalhadores.

Igualmente, esse mesmo agrupamento de fatores também ocasionou, no interior de São Paulo, em meados do ano de 1984, o chamado Levante de Guariba, o qual, ver-se-á, no item a seguir, foi bastante peculiar.

A Greve de Guariba

Guariba é uma cidade situada na região de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, a 365 km da Capital, onde, desde a década de 1950, de forma paulatina e muito bem sucedida, segue se desenvolvendo a cultura da cana-de-açúcar, a qual, por sua vez, envolve a realização de diferentes atividades e demanda farta mão-de-obra. Uma dessas tarefas, sabe-se por demais, é o corte manual da cana.

Para realizá-lo, até o recente advento da mecanização das lavouras canavieiras, a cidade se enchia de trabalhadores migrantes (Mancini), os quais, de regra, acomodavam-se em sua periferia, em casinhas alugadas ou pensões, cujos valores, nessas épocas, encareciam. O dia-a-dia de trabalho, já se viu, era duríssimo, sujeito a condições miseráveis, inumanas (Rocha, 2007) e sob constante pressão para o aumento de produtividade, seja por parte dos patrões, seja por parte dos próprios empregados, cujo ganho, na área, já se viu, faz-se por produção.

Assim, esse cotidiano implacável e de penúria, quanto às condições de vida e de trabalho, acrescido da dupla jornada de trabalho que alcança toda mulher trabalhadora, da alteração patronal unilateral do número de ruas do canavial a serem cortadas por cada trabalhador, majorando-as, sem a devida contrapartida salarial, e, por fim, da elevação da tarifa municipal do consumo de água potável (Mancini), tudo isso, em seu conjunto, fez com

que, desgostosas, cansadas e com espontaneidade, algumas mulheres fossem as primeiras a deixar de trabalhar (Mancini), dando início à chamada Greve de Guariba, no dia 15 de maio de 1984 (Rocha, 2007).

Nesse sentido, a dicção de Mancini, *ipsis litteris*:

Já sufocados (sic) pelas péssimas condições de trabalho acima referidas, as primeiras a se rebelarem e resolverem paralisar o corte da cana e saírem em protesto foram as mulheres, que além do trabalho estafante no campo, tinham que cuidar da casa e dos filhos. Quando a greve estourou não havia sindicatos, políticos ou outras lideranças na sua organização. Por isso, na época, foi por muitos chamada de espontânea.

Penteado (1995, p. 26), a seu turno, faz outro relato acerca do começo dessa greve, atribuindo-o à convocação de um cortador de cana que, no dia anterior (14 de maio de 1985), parou de trabalhar, incitando os demais a imitá-lo. Aceitando, estes ameaçaram “cortar no facão” todo aquele que não aderisse à parede. As mulheres cortadoras pararam de pronto e, com seus batons, improvisaram os primeiros cartazes de reivindicação dos direitos ali reclamados (Penteado, 1995, p. 26).

A propósito, as palavras a seguir, também literalmente:

[...] A jornada do dia mal começara quando o grito de um trabalhador assustou seus companheiros: ‘Parem!’ Chega de morrer de fome! Nós só vamos voltar a trabalhar quando voltar as cinco ‘ruas’ e derem um salário melhor. [...]

O primeiro trabalhador a cruzar os braços, e mais três companheiros, percorreram o canavial para organizar a paralisação. Sabiam que em outros canaviais próximos muitos ainda cortavam cana (Penteado, 1995, p. 26-28).

De um ou de outro modo, deu-se o início do chamado Levante de Guariba, que durou cerca de quatro dias e paralisou cerca de dez mil trabalhadores de diferentes usinas da cidade, alcançando, inclusive, regiões circunvizinhas.

Quanto à causa imediata do levante, não há polêmica, ela sempre foi atribuída às miseráveis condições de vida e de trabalho, representadas, naquele momento, pela elevação do número de ruas do canavial, para cada cortador, sem qualquer reflexão pecuniária. A lavra de Maria Antonieta G. Penteado (1995, p. 27), mais uma vez, faz precisa síntese da situação:

Com as '7 ruas' aumentou o esforço do trabalhador porque ele deveria caminhar sete fileiras de cana, e não mais cinco, para amontoá-las. O cortador despendia, então, maior esforço físico; além disso levava mais tempo para cortar uma certa quantidade de cana, diminuindo sua produção diária. Portanto, o salário real pago foi reduzido em média entre 20% e 25%, porque o salário semanal ou mensal do trabalhador era calculado de acordo com a quantidade de cana cortada na jornada diária.

De resto, a Greve de Guariba foi mesmo espontânea, nascida sem lideranças, nem organização, ou intervenção de qualquer entidade sindical representativa dos trabalhadores que, sobrecarregados e já fatigados com a exploração que os abatia, manifestaram naturalmente seu *jus resistentiae*. Foi um quadro de "tudo, ou nada", não lhes importando, inclusive, a contextura militar-ditatorial do governo federal da época.

Aqueles homens e mulheres estavam apenas cansados de tamanha exploração e, para expressarem o cansaço, reuniram-se em sucessivos protestos e piquetes, que tomaram as ruas centrais de Guariba, mais especificamente a Avenida Antônio Albino, a Rua Sampaio Vidal e a Rua Feres Sadalla, todas nas imediações da Igreja Matriz São Mateus (Penteado, 1995, p. 30).

No primeiro dia de greve, os trabalhadores invadiram e destruíram a sede citadina da Sabesp e saquearam o supermercado Santo Antônio Claret, pertencente a um ex-agenciador de trabalhadores (Penteado, 1995, p. 34). Saque e invasão se justificaram, face ao simbolismo das dificuldades diárias, do *truck system* encetado por empregadores, em conluio com os comerciantes de víveres, da falta de infraestrutura nos bairros periféricos, enfim. No dia seguinte, os piquetes e manifestações alcançaram as principais vias de acesso

à cidade e nada foi capaz de deter os trabalhadores, nem mesmo os bloqueios policiais. Os conflitos foram, então, inevitáveis (Penteado, 1995, p. 36).

Atrasados, relativamente aos fatos, até porque desconectados de certos anseios dos trabalhadores, chegaram alguns sindicatos de trabalhadores rurais da região, estes, convocando uma assembleia geral para o dia 16 de maio, às 7:30h, no Estádio Domingos Baldán (Penteado, 1995, p. 43). E, esclarecendo essa atuação sindical, constam as explicações do Presidente do STR de Bebedouro/SP, Sr. José Nunes do Nascimento:

Os trabalhadores já estão cansados de esperar pela decisão dos patrões e por isso decidiram por si só, sem participação de entidade sindical, paralisarem suas atividades e estão dispostos até a partirem para atitudes mais violentas se as reivindicações não forem atendidas (Penteado, 1995, p. 42).

Essa assembleia ocorreu, foi presidida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara, Sr. Hélio Neves, militante do Partido Comunista do Brasil, e contou com a presença de mais de três mil trabalhadores, além da presença de deputados e lideranças sindicais da região do ABC paulista, que se deslocaram para Guariba, em apoio aos cortadores de cana grevistas. Nela, foi eleito um “Comando de Greve” (Penteado, 1995, p. 46), saindo uma pauta de reivindicações, composta de 19 itens (Penteado, 1995, p. 45).

Entre outras, eram reivindicações capitais (Penteado, 1995, p. 45): a) controle da produção mediante recibo, para saberem quanto ganhariam no fim do mês; b) aumento do preço do corte da cana; c) horas extras no período de transporte; d) ferramentas de trabalho gratuitas; e) assistência médica; f) pagamento dos dias parados por causa de doença.

De outro lado, além da chegada tardia dos sindicatos regionais, a manifestação dos cortadores de cana-de-açúcar também suscitou forte reação do estado de São Paulo, que mandou, para a localidade, contingentes policiais lotados no Batalhão de Araraquara e de Ribeirão Preto. Estes chegaram armados para uma operação de guerra, com revólveres, metralhadoras e cassetetes, e, uma vez em Guariba, atacaram trabalhadores e transeuntes, não lhes importando conhecer as razões do protesto, senão reprimi-lo fortemente (Penteado, 1995, p. 35-36).

Avançaram sobre homens, mulheres, velhos e crianças e, não satisfeitos com as investidas realizadas nos logradouros públicos, invadiram residências de obreiros, agredindo-os, injuriando-os e acusando-os, assim como a seus familiares, de serem os responsáveis por aquele levante, como, também, pelos “crimes”, que, diziam, foram cometidos contra a Sabesp e contra o mencionado supermercado.

Mais uma vez, o relato de Penteado (1995, p. 35-36):

A Polícia Militar não hesitou. Invadiu as residências, delas arrancando os trabalhadores, que, sob golpes de cassetetes, ameaçados pelas metralhadoras dos policiais, também foram presos e indiciados por furto. Dessa vez, a força policial venceu os trabalhadores grevistas.

Quanto aos trabalhadores, mesmo vencidos numa ou noutra escaramuça, lutaram bravamente, a ponto de afiançar seja a realização da assembleia convocada, sejam as negociações dali derivadas, seja o acordo final da greve. E, sobre o aguerrimento obreiro no “campo de batalha”, expõe Penteado, mais uma vez, que:

Muitos tiros atingiram os trabalhadores. Feridos, o sangue escorrendo pelo corpo, mesmo assim, os trabalhadores avançavam sobre os policiais e, como se não fosse nada, continuavam seus atos de protesto (Penteado, 1995, p. 36).

Até hoje, o número de mortos e feridos é desconhecido, confirmando-se apenas uma morte (Mancini), a do Sr. Amaral Vaz Meloni, metalúrgico recém-aposentado, que contava com 46 ou 47 anos de idade e que tomou um tiro na testa. Ele era um mero observador dos acontecimentos locais, encontrando-se na escadaria do estádio de futebol. Foi socorrido por uma cortadora de cana que, segundo relatos (Mancini), anos depois, movida pela impotência daquele resgate, teria estudado enfermagem.

O Sr. Meloni foi velado em sua própria casa, na rua Dez de Abril (Mancini), à qual acorreram inúmeros trabalhadores para a despedida daquele que, desde então, ficou conhecido como o “Mártir de Guariba” (Mancini). Apesar dessa morte, as autoridades policiais nunca apuraram devidamente a autoria, atribuída apenas a uma “bala perdida” (Mancini).

Todavia, o número de vítimas também é divergente. Reportagens (Chiovetti) falam em cerca de 40 feridos e três baleados, um, vítima de tiros nos pés e em um dos braços; outro, vítima de tiro numa das pernas; havendo uma mulher que recebeu um tiro no pé. Outros⁸ indicam 19 feridos ao todo, com 14 baleados, no entanto, a falta da devida investigação impede o conhecimento exato desse capítulo da história guaribense. Do lado da Polícia Militar, a única “baixa” registrada foi a de um cachorro pastor alemão, atingido no pescoço, por uma foice (Mancini).

E, desse cenário, extrai-se que a repressão policial à greve de Guariba deixou um rastro de violação aos direitos humanos dos trabalhadores, seja no âmbito individual, quanto aos chamados direitos fundamentais de primeira dimensão, seja no âmbito coletivo, quanto aos direitos fundamentais de segunda dimensão.

Entrementes, foi violado o mais elementar dos direitos, qual seja, a vida, tendo em vista o falecimento do Sr. Vaz Meloni. Foram ofendidas, outrossim, a intimidade e a integridade física de inúmeros obreiros, agredidos com cassetetes, revólveres e metralhadoras, inclusive dentro de suas próprias casas, a par dos procedimentos processuais adequados para tanto e do comando das autoridades judiciárias competentes.

Profanaram-se, ainda, os direitos dos trabalhadores se insurgirem contra a injustiça materializada em seu dia-a-dia laboral, de se organizarem coletivamente, de se expressarem, de reivindicarem melhores condições de vida e de trabalho e de terem uma investigação integral e imparcial da parede que ali tomou lugar.

O deputado Newton Lima, do Partido dos Trabalhadores, a propósito, por esse rol consequências, denominou a aludida greve de “O massacre de Guariba” (Mancini).

De toda maneira, no dia 17 de maio de 1984 (Penteado, 1995, p. 67), a Greve de Guariba foi encerrada com um acordo firmado no Sindicato Rural de Jaboticabal (Mancini), já que, como dito mais de uma vez, os trabalhadores guaribenses ainda não contavam com entidade sindical própria.

⁸ Memórias da Ditadura. Trabalhadores rurais. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

Neste acordo, premidos por uma ação incendiária dos trabalhadores, que atearam fogo em vários talhões de canaviais (Penteado, 1995, p. 54), os usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar sucumbiram e atenderam às várias reivindicações obreiras, quais sejam, ilustrativamente (Mancini): a) CTPS assinada; b) décimo-terceiro salário; c) fiscalização do pagamento por produção; d) transporte seguro e gratuito; e) fornecimento gratuito de ferramentas e equipamentos de proteção individual; f) pagamento por dias parados devido a doenças e imprevistos (chuva e falta de transporte, por exemplo); g) férias, na “forma da lei”; h) indenização no final da safra; i) retorno ao antigo processo de trabalho, com cinco ruas; j) aumento dos preços da tonelada da cana cortada (Penteado, 1995, p. 70).

Conclusão

É manifesto que a Greve de Guariba constitui marco singular na história dos cortadores de cana-de-açúcar do estado de São Paulo e, quiçá, de todo o Brasil. Cuida-se de importante momento de luta, como, também, de importante momento de delação das péssimas condições de vida e de trabalho que lhes eram impostas. O levante de per si, a insurreição, a falta de intimidação frente à possibilidade seja do desemprego, seja de outras formas de repressão patronal, tudo isso demonstra quão gigantesca era a fadiga daqueles obreiros.

Eles suportaram, até não mais poderem; até gritarem, levantarem-se, resistirem.

Assim, embora acusados pelas autoridades da época como sendo vândalos, turba ou criminosos (Penteado, 1995, p. 220), os trabalhadores grevistas, no momento da paralisação, quando ela tomou o cenário da imprensa nacional, puderam denunciar o quadro de miserabilidade, exploração e de dominação em que trabalhavam, denunciando, igualmente, os responsáveis diretos pelo cenário, quais sejam, os respectivos patrões.

E tanto isso é verdade que quase todos os termos acordados para o fim daquele levante já se encontravam prévia e legalmente positivados nas normas de regência do trabalho rural no país, as quais apenas careciam de eficácia, devido à cultura escravista do empregador rural brasileiro, sobretudo, do produtor sucroalcooleiro, que, na história *sub occuli*, só chegou às negociações entabuladas a partir do comportamento incendiário dos

trabalhadores⁹. Até aí, não fosse essa incisiva pressão laboral, não haveria concessões patronais.

Logo, mesmo atuando dentro dos marcos teóricos do capitalismo, com uma pauta de demandas meramente reformista, a realidade dos integrantes daquela categoria profissional foi deveras agitada, chacoalhada mesmo, verificando-se um saldo positivo.

Por exemplo, os trabalhadores saíram íntegros da greve, com autoestima e moral elevadas, identificando-se com seus pares, unidos entre si, de forma a reconhecerem, ainda que intuitivamente, a necessidade prática da luta entre as distintas classes sociais, para a superação dos abusos cometidos pela classe rica, em favor de si própria e em desfavor dos pobres. E tal se comprova com as greves que voltaram a ocorrer nos anos seguintes, tanto em Guariba, quanto em cidades circunvizinhas, deixando entrever a consciência prática desses trabalhadores, quanto a sua própria força.

Outra consequência significativa foi a organização sindical desses mesmos obreiros, que começou a se efetivar, a partir de então, dando azo ao surgimento de novas lideranças rurais, de novas entidades representativas dos obreiros rurais e de normas coletivas mais benéficas, quiçá, para além das previsões legais, tudo isto acrescido da oposição a representações sindicais vetustas e enquadradas num sistema adverso aos trabalhadores.

A Greve de Guariba também chamou a atenção do país para a dura realidade impressa àqueles cortadores, semiescravos, em pleno final do século XX. Disto, por sua vez, derivaram um sem número de estudos acadêmicos sobre o corte manual da cana-de-açúcar, além de obras literárias e, até, artísticas, como, por exemplo, algumas novelas televisivas. Como resultado desse interesse paralelo sobre o assunto, vai se construindo, até os dias de hoje, uma jurisprudência favorável a esses obreiros, com expresse auxílio de tais reflexões.

E, sobre ter acontecido com um pano de fundo ditatorial, neste ponto, salvo melhor juízo, encontra-se a consideração de maior valor acerca dessa greve, porquanto evidenciar que, independentemente do regime político de dada localidade, se autocrático ou democrático, quando o povo se reúne e se levanta, seja para uma revolução, seja para uma

⁹ Segundo Penteadó, os usineiros não quiseram negociar e só o fizeram depois que atearam fogo em diversos canaviais na noite do dia 16 para o dia 17 de maio (p. 53).

reforma, tudo sucede da forma como ele, o povo, determina, tendo sido assim na Guariba de 1984, como foi na Paris de 1871¹⁰ e na Petrogrado de 1917¹¹.

De fato, a Greve de Guariba foi uma jornada importante. Não resolveu, contudo, todos os problemas da categoria profissional que a encetou, nem, tampouco, impediu o processo de reorganização do patronato, inclusive com eventual cooptação de lideranças e de entidades sindicais laborais, de maneira que, cerca de 20 anos depois, já se encontrava um cenário de recuo, com considerável contingente de cortadores de cana atuando em condição análoga à escravidão. Isto, na mais importante cadeia produtiva agrária do país, que, a propósito, é o maior produtor sucroenergético do mundo.

A Greve de Guariba não pode ser esquecida, mas sua pauta de luta deve, sim, ser vencida, superada, rumo à efetiva extinção dessa forma inumana de trabalho, inclusive, com acolhimento previdenciário e assistencial dos trabalhadores e trabalhadoras que a realizam, ao invés de seu abandono e marginalização, esta, formadora dos exércitos de reserva e, portanto, tão conveniente e vantajosa ao capitalismo.

Por oportuno, *suum cuique tribuere*.

Referências

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>> Acesso em: 15 jul. 2016.

BOITO JR. Armando. *Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores*: nota para uma teoria da ação sindical. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo7404boito.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 15 jul. 2016.

¹⁰ Nesse ano, em 18 de março, na capital da França, instaura-se a chamada Comuna de Paris, que foi o primeiro governo operário da história.

¹¹ Ano da Revolução Russa, que derruba definitivamente o Czar Nicolau II.

BRUMER, Anita. *Previdência social rural e gênero*. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-4> Acesso em: 15 jul. de 2016.

CHIOVETTI, Simão Pedro. *Fim do corte manual de cana*: Guariba, maio de 84, onde tudo começou. Disponível em: <<http://www.orplana.com.br/novosite/informa.php?not=1301>>. Acessado em junho de 2016. Acesso em: 15 jul. 2016

DUDH. *Declaração Universal dos Direitos do Homem*. Disponível em: <www.dudh.org.br> Acesso em: 15 jul. 2016.

HISTORY. *Conheça os 11 fatos que você provavelmente não sabia sobre o Antigo Egito*. Disponível em: <<http://www.seuhistory.com/noticias/conheca-os-11-fatos-que-voce-provavelmente-nao-sabia-sobre-o-antigo-egito>> Acesso em: 15 jul. 2016.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Coleção a obra prima de cada autor, v. 308. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MANCINI, Paulo. *Guariba – 30 anos da greve que mudou a vida dos ‘bóias-fria’ no Brasil*. EcoDebate - Cidadania & Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/08/21/guariba-30-anos-da-greve-que-mudou-a-vida-dos-boias-fria-no-brasil-por-paulo-mancini/>> Acesso em: 15 jul. 2016.

MEMÓRIAS DA DITADURA. *Trabalhadores rurais*. Disponível em: <<http://memoriasdeditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. *História do Brasil recente: 1994-1992*. 5 ed. São Paulo: Ática, 2006.

PASUKANIS, Eugeny B. *A teoria geral do direito e o marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PENTEADO, Maria Antonieta G. *Estratégia da fome: trabalhadores e trabalhadoras da cana*, maio de 1984 (Movimentos sociais em São Paulo). Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

PEREIRA, Leone (org.). *CLT: Consolidação das Leis do Trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012.

ROCHA, Fernanda Ludmilla Rossi. *Análise dos fatores de risco do corte manual e mecanizado da cana-de-açúcar, segundo referencial de Promoção à Saúde*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2007.

STOTHARD, Peter. Espártaco Terror de Roma. *Revista La aventura de la Historia*. Año 13, n. 153.

Memória social e esquecimentos, repressão e resistência no sul fluminense

Ana Paula Poll¹

Resumo

Esse trabalho propõe refletirmos sobre os mecanismos através dos quais as memórias sociais e os esquecimentos são fixados na história. E o faz a partir da análise de um caso específico: a transmutação de um centro de tortura em parque da cidade. O Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa, Rio de Janeiro, antigo centro de tortura e repressão, sobretudo, de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, tornou-se “Parque da Cidade”. Um centro de repressão que desde 1964 até sua extinção agiu de forma arbitrária. Os trabalhadores que iniciaram uma greve de resistência no interior da usina após a deflagração do golpe foram presos e alvos de violência nas dependências do batalhão.

Palavras-chave: Trabalhadores. Memória. Volta Redonda. Ditadura.

A lei n. 12.528 instituiu a Comissão Nacional da Verdade e foi sancionada em 16 de maio de 2012, passados 24 anos da promulgação da Constituição Cidadã, início da retomada da democracia no Brasil. Nos dois anos de trabalhos subsequentes, a Comissão Nacional da Verdade, as comissões estaduais e municipais somaram esforços para investigar graves casos de violação de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 no país. As comissões iniciaram suas atividades objetivando, tanto tempo depois, esclarecer casos de morte e desaparecimentos, bem como o envolvimento de agentes do Estado em atentados terroristas e em graves violações de direitos humanos. Além disso, pretendiam identificar as redes de financiamento, estrutura e funcionalidade da repressão política, identificar centros clandestinos e oficiais de repressão, tortura e outras violações.

¹ Professora da Universidade Federal Fluminense/Instituto de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ICHHS).

A simples existência dessas comissões, somada aos seus objetivos e às ações conduzidas para alcançá-los, têm fomentado a existência de uma verdadeira ‘batalha da memória’. Essa disputa, iniciada há algumas décadas através das associações de parentes e vítimas das violações, ganhou foro privilegiado, outorgado pelo Estado, e notoriedade através da mídia.

Essa batalha envolve as memórias dos atores sociais diretamente e indiretamente afetados pelas violações de direitos humanos, ocorridas durante a ditadura militar, e a ‘memória oficial’. Essa última encontrou na Lei da Anistia (1979) e na sua interpretação pelo Supremo Tribunal Federal, um símbolo importante para fixar na história uma espécie de perdão às violações e aos violadores, a despeito de tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Utilizando como fonte o depoimento dos que foram vítimas da repressão política, as comissões da verdade priorizaram os marginalizados, também chamados de ‘subversivos’, e, assim, ressaltaram a importância do que Pollak (1989) chamou de memórias subterrâneas. Essas, como também são parte constitutiva da vida social, opõem-se à ‘memória oficial’. No caso brasileiro, como em outros analisados por Pollak, a emergência das memórias subterrâneas tem produzido o confronto com a memória nacional. A oposição em relação à memória nacional, de caráter coletivo e, sobretudo, organizado, produz um desses raros momentos em que temos a oportunidade de alterá-la.

Ao oferecer um espaço para a emergência das memórias subterrâneas, as comissões da verdade forneceram a oportunidade para reescrevermos a história nacional. As memórias subterrâneas, que por razões variadas foram silenciadas, ganharam um canal de legalidade e legitimidade a partir do qual travam uma verdadeira disputa: a verdade sobre os fatos ocorridos durante o regime de exceção no Brasil.

Esses conflitos acerca da memória social e seus desdobramentos têm grande relevância para os atores envolvidos e, também, para o mundo acadêmico que, desde Simmel (1983), observa atentamente os conflitos sociais e seu papel na constituição da vida em sociedade.

Deste modo, esse trabalho propõe refletirmos sobre os mecanismos através dos quais as memórias sociais e os esquecimentos são fixados na história. E o faz a partir da análise de um caso específico: a transmutação de um centro de tortura em parque da cidade.

O 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa foi o principal centro de tortura do sul fluminense. Contudo, o local é igualmente importante para a historiografia nacional, pois, a resistência dos trabalhadores, liderados pelo sindicato dos metalúrgicos, ao golpe civil-militar planejou interromper o funcionamento da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional. O movimento operário de resistência ao golpe ocupou a rádio emissora da CSN para transmitir a “Cadeia da Legalidade” e foi desmantelado pelo “Plano de Segurança da Usina” que com o apoio repressivo das forças militares do 1º Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa (BIB) coibiu a resistência. Desde então, as prisões arbitrárias (ou ameaças de prisões) de trabalhadores da CSN tornaram-se frequentes e nos anos subsequentes o BIB tornou-se o mais importante centro de tortura do sul do estado do Rio de Janeiro. Na década de 1990 foi ressignificado, transformando-se em ‘Parque da Cidade’.

Sobre a Memória Coletiva

Em seu diálogo com a sociologia durkheimiana, Maurice Halbwachs (1997 [1950]) destaca a força da memória coletiva ressaltando não só sua estabilidade, mas também sua duração. A partir dessa perspectiva, a memória coletiva é, praticamente, uma instituição social. E sua ‘materialidade’ é definidora de padrões de sociabilidade para um determinado grupo de indivíduos, reforçando o sentimento de pertença ao grupo e, simultaneamente, definindo os indivíduos e as práticas alheios a ele, os *outsiders*.

É deste modo que Halbwach (1997 [1950]) destaca o caráter positivo da memória coletiva; ela funcionaria como uma espécie de amálgama, fomentando a coesão social. E, sob essa chave analítica, o fomento ocorre através de uma adesão afetiva ao grupo, promovida pela memória comum, memória compartilhada pelos indivíduos. Observa-se que, sob essa perspectiva, a ação coercitiva é secundarizada.

Como evidencia Pollak (1989), Halbwachs (1997 [1950]) é herdeiro da tradição europeia do século XIX. Nela, assim como na obra de Halbwachs, “a nação é a forma mais

acabada de um grupo. E a memória nacional é a forma mais completa de memória coletiva” (Pollak, 1989, p. 3). Mas, a despeito de uma análise que priorizou a estabilidade e a continuidade contidas na memória coletiva, Halbwachs (1997 [1950]) não deixou de pontuar o caráter seletivo da memória, pois, para o autor, o processo de construção da memória coletiva exige a sua conciliação com as memórias individuais. Para Pollak (1989), Halbwachs (1997 [1950]) já assinalava o caráter problemático contido no processo de construção da memória coletiva. Disputas ou, minimamente, negociações seriam necessárias para a conciliação entre as memórias individuais nesse processo de coesão social que conduz à memória coletiva.

No entanto, é preciso admitir, as disputas e os conflitos só ganharam alguma atenção nos círculos acadêmicos após as publicações de Simmel (1983), no início do século XX, sobre a ‘Sociologia do Conflito’. Com o autor, as disputas e os conflitos foram interpretados como partes constitutivas da vida em sociedade, assim como a cooperação. Contudo, as ‘memórias em disputa’ só tiveram projeção no universo acadêmico em função de análises sociais que passaram, após a segunda metade do século XX, a privilegiar cenários de conflitos em detrimento da, até então, frequente preocupação com a estabilidade e continuidade das instituições sociais. Os estudos de história oral (Pollak, 1987) foram muito expressivos para fazer emergir narrativas não consensuais acerca da história, sobretudo aquelas que não figuravam na memória nacional.

Esse trabalho é sobre memórias e esquecimentos. Trataremos a memória coletiva sobre a ‘perspectiva do conflito’ seguindo o caminho deixado por Pollak (1989). Deste modo, entendemos que há negociações em seu processo de elaboração. Assim, novos fatos e situações podem rearranjar o jogo político e redefinir as forças em disputa, o que possibilita a reelaboração da memória coletiva e, também, reescrever a história.

Para evidenciar o processo de negociação entre a memória coletiva e as memórias subterrâneas, numa flagrante situação de rearranjo das cartas políticas, vamos explorar duas situações de observação distintas. A primeira, uma visita guiada a um antigo centro de tortura, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) do Exército do Brasil, situado em Barra Mansa/RJ. A visita foi conduzida por ex-detentos (e parentes) que foram arbitrariamente presos e sofreram torturas nas dependências do antigo batalhão. A segunda, os

depoimentos públicos concedidos à Comissão da Verdade de Volta Redonda – Dom Waldyr Calheiros por aqueles que foram torturados no antigo BIB e em outros espaços onde a repressão política no Brasil violou os direitos humanos, além de fonte documental, notadamente publicações da imprensa nacional de 1973.

Contudo, é preciso primeiramente familiarizar o leitor acerca da história de criação do antigo Batalhão (BIB), em Barra Mansa. Familiarizá-lo com a relação entre esta instituição militar, a CSN e os depoentes na Comissão da Verdade de Volta Redonda, em geral, ex-trabalhadores da CSN e seus parentes. Indivíduos ligados à resistência operária ao golpe militar de 1964.

O Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa e a CSN

A década de 1940 foi um marco para a mudança dos rumos econômicos do Vale do Paraíba no Sul Fluminense, notadamente para Volta Redonda, até então distrito de Barra Mansa. A região nacionalmente conhecida pela produção de café, nos séculos XVIII e XIX, e pela produção leiteira na década de 1930, se converteria rapidamente na maior produtora de coque, ferro-gusa e aço do país. Uma produção estratégica para o projeto desenvolvimentista daquele período. A criação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) foi um projeto ousado que fez surgir uma cidade industrial nas margens do Rio Paraíba, num distrito rural de Barra Mansa, precisamente na fazenda Santa Cecília.

Em meio à construção da siderúrgica, a cidade de Volta Redonda foi erguida e trabalhadores chegaram de várias localidades para ocupar postos de trabalho. Os arigós, como ficaram conhecidos, vieram dos estados de Minas Gerais, São Paulo e de outras regiões do antigo estado da Guanabara.

A fundação da CSN, num enclave eminente rural como aquele, era o símbolo da proposta de desenvolvimento construída nas décadas que marcaram a reforma burocrática do Estado. O Brasil deveria abandonar sua ‘vocação rural’ e ingressar numa nova era, a da industrialização. O local escolhido era perfeito para marcar essa transição.

A proposta de modernização do Brasil deveria começar pela substituição de um modelo econômico carcomido pelas rela es patriarcais dos grandes latifúndios, por outro

‘bem diferente’. Ao invés da grande propriedade rural e suas relações pessoalizadas que transbordavam para esfera pública, reforçando, a cada nova década, uma enorme confusão entre o público e o privado (Holanda, 1995 [1936]), o Brasil apostava na sua modernização. A industrialização, a vida urbana e a reforma burocrática do Estado simbolizavam um anseio, pelo menos de alguns setores da classe dirigente do país, de romper com o passado. Contudo, essa ruptura seria, quando muito, parcial. Na verdade, como ruptura não passou de uma mera pretensão. O que observamos foi a manutenção do controle sobre os movimentos sociais, o autoritarismo e a falta de protagonismo da população nesse processo de modernização (Carvalho, 2012).

Chamada de modernização autoritária, ela marcou de forma indelével as relações de trabalho na indústria nascente. A implantação da CSN é só um capítulo dessa longa história. As relações de trabalho construídas no processo de implantação da siderúrgica de Volta Redonda (e ao longo de sua trajetória) são apenas um dos muitos exemplos de como se deu a transposição das relações de trabalho do campo para a indústria durante o êxodo rural que caracterizou a década de 1950 e as duas décadas subsequentes. O Brasil objetivava alcançar os símbolos da modernidade norte-americana e europeia, contudo, encontrávamos aqui um terreno social e político muito diverso daquele onde a racionalização dos valores morais, do Estado, da empresa privada e do restante da vida cotidiana se deu (Weber, 1982). Era também muito distante de locais onde a luta continuada pela consolidação e ampliação de direitos civis, políticos e sociais já estava implantada. No Brasil, em 1940, nos raros lugares em que esses direitos existiam, eles eram incipientes e frágeis, e as décadas subsequentes só revelaram que a modernização em curso teria que conviver com a supressão dos, já escassos, direitos políticos e civis, inclusive com a supressão de direitos humanos.

O breve preâmbulo à história do Brasil e de sua relação com o Vale do Paraíba Sul Fluminense, notadamente os municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, tem apenas a pretensão de familiarizar o leitor com o cenário de grande relevância para esse trabalho, pois a construção da CSN e de tudo que ela representava, em termos de ‘modernização’, aconteceu concomitantemente à implantação do 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército do Brasil a exatos 9,4 km da siderúrgica. A intrincada relação entre a CSN e o 1º BIB de Barra Mansa está contida na gênese e implantação simultânea das duas instituições. O controle da produção de coque, de ferro-gusa e aço, estratégica para o Brasil, mas,

sobretudo o controle dos trabalhadores, dos movimentos sociais e sindicais, oriundos da experiência da industrialização e da recém-consolidada legislação trabalhista, orientou a relação entre a siderúrgica e o batalhão.

Essa relação estreitou-se ainda em meados de 1964, já que Volta Redonda e o movimento operário não ficaram alheios à polarização das forças sociais que culminaram no golpe de Estado. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda era, naquela ocasião, combativa e vinculada ao CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). Para os militares isso representava, à época, uma ‘ameaça à segurança nacional’. Assim, havia articulação entre a direção da usina (civil) e a repressão (militar) nos momentos que antecederam ao golpe, já esperado pelas forças sociais apoiadoras. Documentos do IPM-CSN, assim como os depoimentos dos ex-operários à Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda, revelam a articulação que coibiu e anulou os efeitos da greve de resistência ao golpe na CSN.

Em entrevista, Mauro Mariano, engenheiro e diretor industrial da CSN em 1964, relata sua conduta para inocular a resistência dos trabalhadores.

Parei a tentativa de greve, tomei várias providências. Proibi a entrada na Usina dos elementos subversivos que nós tínhamos identificado. Mande cortar tudo que era telefone. Negócio de greve é comunicação. Greve só pode se desenvolver se houver comunicação, de rádio, de telefone, de pessoas. Mande ocupar a rádio... eles tinham ocupado antes, mas mandei a polícia lá e eles saíram. Volta Redonda não podia se comunicar com o Rio, com nenhuma parte. Estava tudo em nossas mãos, eu tinha que dar autorização. Eu nunca fui general, mas tive que agir como um. Tinha toda estratégia preparada (Pimenta, 1989).

Após o golpe, a relação entre a CSN e o 1º BIB intensificou-se, assim como o controle sobre os trabalhadores. Imediatamente, a diretoria da estatal solicitou a ampliação do efetivo do batalhão e também a fixação de residência para sargentos e oficiais nas imediações da usina. Nesse período, e nos anos subsequentes, prisões arbitrárias e sessões de tortura realizadas ali, além de perseguições políticas que resultavam em demissões

sumárias, eram expedientes comuns. Mesmo com a implantação da ASI, assessoria de segurança e informação, em 1977, diretamente ligada à presidência da CSN, o 1º BIB manteve-se, durante todo o período militar, peça chave no controle e repressão dos trabalhadores da usina.

No entanto, a proposta desse trabalho não é compreender os detalhes dessa relação, mas levantar algumas perspectivas a partir das quais se pode entender como o local que sediou esse antigo centro de repressão e tortura, o batalhão, foi transformado em 'Parque da Cidade'. Não há, hoje, qualquer registro que indique a ocorrência da supressão de direitos civis, políticos e humanos naquele local. A administração pública municipal, por meio de seus canais de comunicação, não fez ou faz qualquer menção ao antigo Batalhão de Infantaria Blindada e às mortes e torturas ocorridas em suas dependências.

Batalhão de Infantaria Blindada de Barra Mansa – prisões arbitrárias, torturas e mortes

O histórico é longo e os detalhes estão sendo recuperados, sobretudo, através dos depoimentos das vítimas e de seus parentes. E não pretendemos aqui descortinar os detalhes da relação entre a CSN e o antigo batalhão na condução das arbitrariedades. É preciso destacar, no entanto, que a experiência do golpe em Volta Redonda e a resistência dos trabalhadores na usina e em seus arredores (Bedê, 2010) demonstravam a existência de um sistema de informação e controle que unia as duas instituições públicas. Demonstravam, sobretudo, a eficiência desse sistema, pois, imediatamente após ter sido anunciada a deposição de João Goulart e iniciada a movimentação dos trabalhadores da CSN em prol da resistência ao golpe (pretendiam paralisar as atividades na usina), o sistema de informação e controle já havia mapeado os atores políticos que organizavam a resistência entre os trabalhadores (Bedê, 2010). As prisões ocorridas no BIB, em abril de 1964, evidenciaram a eficiência na produção de informações e no controle sobre os trabalhadores.

Entretanto não foi nesta ocasião que o antigo Batalhão de Infantaria Blindada ganhou as páginas dos principais veículos de comunicação impressos do país, entre eles a revista *Veja*, o jornal *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*. Foi em 1973 que o 1º Batalhão de Infantaria Blindada tornou-se notícia na região e parou nos maiores jornais e revistas do

país. O motivo da notoriedade era um IPM que acusava militares por mortes e torturas ocorridas nas dependências daquele batalhão.

Paradoxalmente, o eficiente sistema de informação que reunia civis e militares no controle dos trabalhadores, destacado acima, não era capaz de produzir evidências acerca do suposto tráfico de drogas em suas dependências, no início da década de 1970. Sem evidências sobre o suposto tráfico, os alegados suspeitos foram, então, torturados e mortos. Contudo, as famílias jamais reconheceram a ligação dos jovens soldados com o tráfico e afirmam que os jovens foram mortos por se recusarem a compactuar com as sessões de tortura, morte e descarte de corpos, perpetradas nas dependências do batalhão.

A partir de 1968, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional n. 5, o AI-5, tornaram-se frequentes as sessões de tortura no BIB e estreitou-se sua ligação com outros órgãos de repressão do Estado, como destacado nos depoimentos concedidos à Comissão da Verdade de Volta Redonda.

Em 1973, o batalhão de Barra Mansa ganhava as páginas dos principais veículos de comunicação impressa do país, notadamente pelo seu protagonismo nas sessões de tortura que conduziram à morte quatro jovens soldados. A imprensa noticiou, em janeiro de 1973, a condenação de oficiais do antigo BIB. Em plena ditadura militar (entre 1971 e 1973), durante os ‘anos de chumbo’, a corporação e vários oficiais envolveram-se em denúncias de tortura e morte que culminaram com a instauração de um Inquérito Policial Militar; a investigação e o julgamento ocorreram sob sigilo. Foi em 1973 que o Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria do Exército iniciou o julgamento no qual foram indiciados o tenente-coronel Gladstone Pernassetti Teixeira, o capitão Dálgio Miranda Niebus, o 2º tenente R/2 Paulo Reinaud Miranda da Silva, os 3º sargentos Ivã Etel de Oliveira, Rubens Martins de Sousa e Sidnei Guedes, os cabos Celso Gomes de Freitas Filho e José Augusto Cruz e os policiais Nélson Ribeiro de Moura e Iranides Ferreira. Todos os acusados foram condenados após longo julgamento. A repercussão das condenações foi tão grande que o 1º Batalhão de Infantaria Blindada foi desativado no mesmo ano e, em suas dependências, instalou-se o 22º Batalhão de Infantaria Motorizada.

Como nossa reflexão é sobre memórias e esquecimentos, cabe ressaltar que as motivações alegadas pelos oficiais para a execução dos atos brutais de tortura que

conduziriam à morte quatro soldados, todos com apenas 19 anos de idade: Geomar Ribeiro da Silva, Roberto Vicente da Silva, Wanderlei de Oliveira e Juarez Monção Viroti, ganharam um espaço privilegiado nos meios de comunicação e fixaram-se como memória oficial. Assim, o caso dos soldados mortos no BIB, ao invés de revelar publicamente o que já era sabido desde a década de 1960, serviu antes para fixar, através de um perigoso recurso discursivo, na imprensa nacional, uma memória oficial sobre a ação do Exército.

Assim, os vários episódios de violação dos direitos humanos ocorridos nas dependências do BIB, antes e após a década de 1970, em geral cometidos contra operários e opositores do regime militar, a despeito das experiências das vítimas, encontraram na memória oficial a segurança que serviria para amalgamar a vida social e para reforçar a máxima: Brasil ame-o ou deixe-o.

A ligação das torturas e mortes ocorridas no BIB com o suposto envolvimento dos quatro soldados no tráfico de drogas, nas dependências do batalhão, havia se tornado pública e sedimentou-se na memória coletiva, num processo de enquadramento das memórias (Pollak, 1989) conduzido pelo Estado e por outras forças da sociedade civil, como a imprensa nacional.

O parágrafo publicado na revista *Veja*, em 31 de janeiro de 1973, sob o título *Oficiais Punidos* torna evidente a força da dominação exercida, através da imprensa, para garantir a hegemonia de um discurso que se fixaria na memória coletiva, na memória nacional. As vozes das vítimas e de seus parentes seguiram silenciadas.

Desde as primeiras notícias, há um ano, sabia-se de acontecimentos muito graves no quartel do Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, RJ. E uma nota do serviço de relações públicas do Exército, divulgada em meio à boataria que falava em chacina e massacre, serviria apenas para confirmar o que se propalava. Através dela, confirmava-se que, investigando tráfico de tóxico entre seus subordinados, alguns oficiais ‘agiram de maneira condenável e deformada, provocando a morte de soldados’, a nota informava: ‘Foi determinado o máximo de rigor na sua apuração’ (Revista *Veja*, 31 de jan. 1973).

Sob o título *Justiça exemplar*, o *Jornal do Brasil* também se manifestou acerca do caso.

O envolvimento de praças, no tráfico e no uso de entorpecentes, no 1º Batalhão de Infantaria Blindada, em Barra Mansa, determinou a apuração dos fatos no âmbito militar. O Grupo encarregado da missão excedeu os limites e praticou violências que, uma vez chegadas ao conhecimento dos comandos superiores, determinaram a apuração rigorosa das responsabilidades. O episódio encerrou-se agora com a condenação dos que transpuseram os limites, numa punição de caráter exemplar pela Justiça militar, não deixando dúvida de que, quando fatos dessa natureza chegam ao conhecimento superior, são apurados e os culpados não se livram da punição (Jornal do Brasil, 24 de Jan. 1973).

O episódio do assassinato dos soldados no batalhão, sua repercussão, mas, sobretudo, o controle sobre o que poderia ser dito sobre o caso tiveram papel relevante na construção da memória coletiva acerca do batalhão de Barra Mansa e do que ocorria em suas dependências. O episódio e as fronteiras entre o dizível e o indizível deixaram evidente a disputa pela memória coletiva. Assim como também era evidente a conjuntura política e a força do Estado atuando no controle da vida social em conhecida associação com um segmento bastante expressivo da sociedade civil.

Por meio desse processo de enquadramento das memórias (Pollak, 1989) encontramos uma chave interpretativa para compreender como um espaço que abrigou um antigo centro de informação, de controle sobre os trabalhadores da CSN e de tortura e morte, foi transformado em 'Parque da Cidade' sem causar nenhum tipo de estranheza ao entorno, à população local.

Enquadramento das Memórias

Não se tratava apenas do controle do Estado sobre os meios de comunicação, o processo de enquadramento das memórias e a fixação de uma memória oficial, sobre o

batalhão de Barra Mansa e a conduta dos oficiais especificamente, mas também sobre o período militar, contou com a força de outras dimensões da vida social.

O cenário econômico da década de 1970 é um excelente exemplo. Apesar do forte endividamento contraído pelo Estado durante esta década, responsável pela elevação de juros a níveis estratosféricos na seguinte, esse período ficou conhecido como a década do ‘milagre econômico brasileiro’. Essa era uma força que inegavelmente atuava sobre as memórias dissidentes, conduzindo-as ao silêncio, a uma existência subterrânea.

A vitória na Copa do Mundo de futebol, o tricampeonato, para a ‘pátria de chuteiras’, não poderia haver evidência mais contundente de que tudo ‘ia muito bem’. Como retratou a imprensa, os maus oficiais eram ‘punidos’, a ‘justiça era exemplar’. Admitia-se a existência de conduta violenta, chamadas de ‘abusos’ ou ‘excessos’ pelo Exército ou órgãos do Estado. Mas, assim que tais condutas fossem identificadas pelos ‘comandos superiores’, seriam ‘exemplarmente punidas’, como destaca a imprensa da época.

A crescente industrialização, a migração do campo para cidade e, com ela, a relativa melhoria das condições de trabalho compunham o cenário em que, em nome do Estado e da pátria, eram conduzidas graves violações de direitos humanos, além de perseguições políticas e demissões sumárias, ‘politicamente justificadas’.

Com o golpe militar e na década subsequente, sobretudo aqueles que estavam diretamente envolvidos com ações políticas e sindicais utilizavam os discursos reticentes e mesmo o silêncio de forma estratégica.

Em *Memórias do Esquecimento*, Flávio Tavares, vítima de tortura durante o regime militar descreve a angústia e os conflitos pessoais durante os anos em que viveu no exílio, tentando superar através do esquecimento os horrores da prisão. O silêncio e os ‘esquecimentos’, para aqueles que, dominados, viveram a experiência das violações perpetradas pelo Estado, são elaborados, entre outras razões individuais, pela ausência da escuta. Pela ausência de indivíduos ou instituições com quem pudessem compartilhar não apenas sua história, mas também o sentido de sua história, sua perspectiva ou seu ponto de vista sobre ela. O silêncio e os ‘esquecimentos’ evitam, assim, os mal-entendidos e, sobretudo, evitam a possibilidade de nova punição pelo que se diz e pelo que se pensa.

É exatamente através da observação das fronteiras que separam o que se pode dizer do que não pode ser dito que conseguimos identificar as memórias subterrâneas e, também, a memória nacional, assim como o conflito latente entre elas. Deve-se destacar que a memória nacional é, antes de tudo, uma memória coletiva organizada. Nela está contida a história que o Estado ou grupo majoritário pretendem impor e manter.

Alguns depoimentos dados à Comissão da Verdade de Volta Redonda (2014) evidenciam esse silêncio estratégico.

Eu só pude dar essa entrevista há um ano atrás porque ela tinha falecido [mãe da depoente]; foi um pouco depois. Eu tinha pena do sofrimento dela, eu não fazia nada que ela não queria. Nunca mais pude fazer nada. Minha vontade era continuar na luta. Você acha que eu não queria ter continuado? Nunca, nunca; eu sempre me achei covarde, eu não podia ter parado ali. Mas aí eu ia fazer infeliz uma pessoa que já tava tão infeliz. Eu não tinha mais esse direito. Fiquei uma pessoa anônima, não quis mais estudar. Eu já fazia cursinho pré-vestibular, aí não quis fazer mais nada, porque eu achava que nada que eu fizesse ia valer a pena, sabe? Nada.

O trecho acima transcrito também revela a possibilidade de se distinguirem, no cenário político e social, conjunturas favoráveis à emergência dessas memórias subterrâneas, silenciadas, esquecidas. Além das particularidades que marcaram a história das famílias em episódios de violência física e psicológica, era preciso superar, também, o momento do silêncio e dos 'esquecimentos'. Era preciso ter escuta, era preciso que houvesse aqueles dispostos a ouvir. Dispostos a compreender o sentido daquelas experiências pela perspectiva daqueles que não tornaram suas memórias hegemônicas.

A gente sabe que você é um guardião da memória não só sua como da sua classe de companheiros. Tem uma memória de classe não é memória sua individual e essa memória de classe que nós precisamos dela...

Era preciso haver espaços e discursos como o acima transcrito para ver emergir as memórias subterrâneas, as memórias daqueles que foram silenciados pela história. Espaços como os propiciados pelas comissões da verdade fazem emergir os discursos subterrâneos e podem propiciar a reelaboração da memória coletiva.

Considerações Finais

As comissões da verdade oportunizaram a emergência das vozes silenciadas por vários anos. Elas também permitiram análises como essa, acerca do processo de enquadramento das memórias. Compreender em profundidade os detalhes do trabalho de enquadramento que conduz ao silêncio e ao esquecimento acerca das práticas de tortura e morte ocorridas nas dependências do BIB de Barra Mansa levaria mais tempo e uma análise mais cuidadosa do trabalho que as comissões da verdade estão realizando. De qualquer forma, essa reflexão nos oferece a possibilidade de compreender como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e como podem também ser reconstruídas.

Ao trabalharmos com a história oral, com a análise das trajetórias de vida, com as memórias individuais (as subterrâneas) podemos notar os limites do enquadramento. Podemos observar como a existência de novas conjunturas, especialmente políticas, podem abrir espaços para que as contradições entre a memória oficial do passado e as lembranças pessoais das vítimas e de seus parentes possam emergir.

Referências

BEDÊ, Edgard D. A. T. *Formação da Classe Operária em Volta Redonda*. Volta Redonda: Nova Gráfica e Editora - VR, 2010.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil, o longo caminho*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire Collective*. Paris: Éditions Albin Michel, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

PIMENTA, Solange Maria. *A Estratégia de Gestão : fabricando aço e construindo homens*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte/MG, UFMG, 1989.

POLLAK, Michael. Pour un Inventaire. In: *Cahiers d'Histoire du Temps Présent*. Paris, n. 4, 1987, p. 17.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SIMMEL, G. A natureza Sociológica do Conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). *Simmel*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC editora, 1982.

A destruição do Monumento ao Trabalhador em Goiânia. Ações para reparar um crime de supressão de memória

Pedro Célio Alves Borges¹

Marcantonio Dela Corte²

Julianna Carvalho de Oliveira³

Pablo Lopes⁴

Resumo

O Monumento ao Trabalhador existiu em Goiânia de 1959 a 1986. Nele havia dois murais montados em pastilhas: “O mundo do trabalho” e “A luta dos trabalhadores”. A destruição da obra dá-se partir de 1969, quando o Comando de Caça aos Comunistas passa piche fervido nos murais. Sob o clima de medo e terror, as autoridades não protegem nem recuperam as pastilhas. Posteriormente, as estruturas de concreto que sustentavam os murais também foram eliminadas. Com o passar do tempo configurou-se o que Paul Ricoeur conceituou como “esquecimento obrigatório”. Em 2015 sindicalistas, pesquisadores e artistas locais iniciam mobilização pela reparação do crime e reconstrução do monumento.

Palavras-chave: Memória. Política de memória. Monumento ao Trabalhador. Goiânia. Ditadura.

Pesquisa conexa ao movimento desencadeado em 2015 em Goiânia, para reivindicar a reconstrução do Monumento ao Trabalhador, revela o quão nocivos podem se tornar os efeitos do “esquecimento obrigatório” (RICOUER, 2007) na memória social de grupos

¹ Professor na UFG e membro da Comissão da Memória, Verdade e Justiça em Goiás.

² Presidente da Associação de Anistiados Políticos de Goiás e membro da Comissão da Memória, Verdade e Justiça em Goiás.

³ Acadêmica de Museologia, UFG.

⁴ Acadêmico de Ciências Sociais, UFG.

específicos e de comunidades inteiras. Decorridas três décadas do ato que consumou a destruição do monumento, a sistematização de dados, depoimentos e documentos conduz à constatação de que aquela obra de arte, com a simbologia nela detida, foi suprimida da memória coletiva dos goianienses. A quase totalidade do universo pesquisado simplesmente desconhece que o monumento um dia fez parte da paisagem urbana de Goiânia. Como se ele nunca tivesse existido! Algo semelhante à consolidação de um legado da ditadura de 1964, na forma de *silenciamento da história* (RICOUER, idem).

Estendendo essa perspectiva, não soa exagerado inferir que as lideranças locais – no governo, na cultura e nos sindicatos – e a opinião pública democrática da cidade, tenham validado ao longo do período que chega à segunda década do século XXI a versão inscrita em 1969 pelo Comando de Caça aos Comunistas, o CCC, como a história definitiva daquela parte do centro de Goiânia. As exceções para essa inferência, já registradas alhures, estão reiteradas nos tópicos adiante⁵.

A proposta do presente artigo realça que, enquanto permanecer, a coonestação silenciosa e resignada destes segmentos continuará incrustada nas características da comunidade política por eles formada.

Hoje, a consciência democrática e os textos de história das artes e da cultura em Goiás não citam o monumento vitimado pela intolerância dos que se compraziam na ditadura. De igual forma, os registros sindicais abstêm-se de incluí-lo nas iconografias das lutas sociais na capital. Em alguns casos, a omissão é involuntária e provém de mera desinformação. Noutros casos, trata-se de omissão deliberada, que se reproduz ao longo dos anos, sob os compassos do descaso e da indiferença. Nos dois motivos a lacuna historiográfica culmina no esquecimento, no avesso da memória.

Para colaborar na superação desta lacuna, de início recorreremos a um referencial teórico que concebe as definições da memória social inseridas em campos de forças, travando disputas constantes para produzir versões e os meios de torná-las legítimas. Em

⁵ Os acontecimentos e conjunturas relacionados à destruição do Monumento ao Trabalhador foram apresentados primeiramente no Seminário do Núcleo de Estudos do Patrimônio-UFG, em 04/09/2014. Depois, no XII Congresso Afro-Luso-Brasileiro (Lisboa, 02/02/2015) e na UnB (12/06/2015). Em 2016, o tema foi levado a dezenas de auditórios sindicais e acadêmicos (da UFG, PUC-GO e UniAnhanguera) e a eventos como a II Mostra de Arte Urbana do Centro Oeste.

seguida, percorremos a facticidade da existência e da destruição do monumento, coadunada a uma compreensão ético-política cujo norte é a construção da democracia. A última parte traz momentos do debate público em Goiânia que evocam o tema do Monumento ao Trabalhador, sugerindo uma leitura dos argumentos e posturas adotadas pelos atores envolvidos nas controvérsias entre a reconstrução e a sua tendência contrária, de protelar, desencorajar e evitar ações nesse sentido.

A hipótese que unifica a interpretação nestas seções, afirma a contínua fragilidade da política de memória por parte da sociedade local e seus governos.

A teoria

A tipologia de Paul Ricoeur para classificar os movimentos de formação da memória coletiva traz vantagens evidentes sobre outros esforços da teoria social quando aludimos à memória política, em particular nos estudos de formações sociais saídas de experiências traumáticas vividas em regimes ditatoriais.

Um pressuposto decisivo de Ricoeur sustenta que “as anotações sobre o esquecimento constituem o anverso daquelas que dizem respeito à memória; *lembrar-se é em grande parte não esquecer.*” (*Idem* - p. 451 / grifamos)⁶. O autor requalifica esse antagonismo lógico, aglutinando, por analogia, as dimensões da memória às do esquecimento: a memória impedida (*mémoire empêchée*), a memória manipulada (*mémoire manipulée*) e a memória obrigada (ou esquecimento obrigado - *oubli comande*).

Um alerta é feito para que não se espere, da analogia feita, correlações simétricas entre os elementos de um e outro plano. Aqui nos interessa a tipologia resultante destas conexões, delineadas para enxergar as gradações nos “usos e abusos da memória e do esquecimento”, que ocorrem de acordo com a singularidade dos processos político-sociais. Segue rápida síntese de cada tipo.

⁶ Os detalhes desta analogia encontram-se nos capítulos em que o autor caracteriza as modalidades da memória (Cap. 2 / Parte I: “A memória exercitada: abusos” - p. 71 a 104) e as modalidades do esquecimento (Tópico III – Capítulo 3, Parte III: “O esquecimento” – p. 451 a 466). (*Idem*, *ib.*).

A “memória impedida” lida com o impedimento ao exercício da lembrança no nível patológico-terapêutico. Nesse nível fala-se de memória “ferida” ou “enferma” e nele avultam-se dificuldades quanto ao valor operatório do conceito, face às necessidades de transpor exercícios de memória do plano analítico ou individual para o plano da memória coletiva. Em razão de que o tema da supressão e esquecimento do Monumento ao Trabalhador enquadra-se nesse segundo plano (memória coletiva), fica inviável recorrer ao repertório de memória “ferida”, “enferma” ou “impedida”, pois trabalharíamos no máximo com os componentes do “inconsciente por recalque”, o que exigiria recorrer a sofisticadas abordagens da abordagem psicanalítica, algo longe das finalidades propostas a este artigo.

“Memória manipulada” é o nível das situações concertadas de instrumentalização da memória. Ricoeur assinala que “nesse nível mediano as noções de abuso de memória e abuso de esquecimento são as mais pertinentes”. Nele predomina o “uso prático”, de manipulação da memória, um recurso intrínseco ao exercício do poder em busca de legitimação⁷.

Nos contextos das ideologias os discursos e ações para construir a legitimidade do poder desenvolvem-se com nitidez especial. Eles atuam como “mediações simbólicas da ação”, que incorporam a manipulação da memória aos meios com que se produz aceitação aos sistemas de autoridade. Conforme a estratégia ou o interesse, quase sempre tais meios recorrem a narrativas que prezam tanto o excesso quanto a insuficiência de lembranças. Aí nasce o caráter “inelutavelmente seletivo” das narrativas, uma poderosa chave de interpretação quando se adota a funcionalidade da articulação entre memória e esquecimento. A síntese clara desta parte do modelo de Ricoeur leva à seguinte afirmação direta: “pode-se narrar de outro modo, suprimindo, deslocando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação, assim como os contornos dela”. (Idem, *ibidem* - p. 455).

No terceiro nível de Ricoeur, a “memória obrigada” e o seu respectivo oposto, o “esquecimento comandado”, trazem para a compreensão o tema do “dever da memória”. Este nível às vezes confunde-se com os elementos de “manipulação da memória”, acima

⁷ Ricoeur aproxima sua noção de instrumentalização da memória à categoria weberiana de “racionalidade segundo um fim”, oposta à “racionalidade segundo um valor”, e aos elementos de Habermas para conceituar “razão estratégica”, em contraste com a “razão comunicacional”. (*Id, Ib.* - p. 93-94).

nomeada, porém com a especificidade de orientar para que as narrativas de apelo à memória ultrapassem os impulsos de distorção da realidade. Nele, além de reconhecer que as versões sobre um acontecimento são necessariamente produzidas ou parciais, visa-se instituir no discurso um ponto de vista ético-político comprometido com a noção de “verdade firmada em valores”. Ou seja, a buscada *verdade* sobre o passado não se submete (ou melhor, não deveria se submeter) à lógica das versões vencedoras. Se houver essa submissão, o “dever de memória” acaba saindo da agenda e por dois motivos não se realizará: primeiro porque ficará isolado do “dever de justiça”; segundo, porque a abdicação de buscar a verdade implicará na aceitação passiva do mais forte aspecto da versão dos vencedores que é o “esquecimento comandado” ou “obrigatório”. Em geral, essa aceitação ocorre em forma de “esquecimento institucional” através das leis de anistia. (A partir deste ponto, utilizaremos neste artigo somente a forma *esquecimento obrigatório*).

Outras considerações a respeito da “memória obrigada-*esquecimento obrigatório*” poderiam vir a encorpar a compreensão (e as justificativas) das demandas pela reconstrução do Monumento ao Trabalhador. Contudo, uma breve referência aos três níveis da memória-esquecimento faz-se suficiente para orientar a exposição adiante, pois eles ressaltam tanto as relações matriciais entre “dever de memória” e “dever de justiça”, quanto a mediação de ambas pela “ambição veritativa” – expressão de Ricoeur para “busca da verdade”. *Verdade* que, não obstante enfatizar o caráter seletivo das narrativas, é distinguida de *versões*, estas últimas construídas e disseminadas pela força do poder e suas vicissitudes.

Podemos justapor esse instante do texto às formulações de Bourdieu sobre o requisito da força legítima para se produzir versões e significados legítimos aos processos sociais. Noutras palavras, os relatos de tempos precedentes adquirem ordenamento e validação pública de acordo com a legitimidade ou o poder dos que os pronunciam nos períodos posteriores ao de sua ocorrência (BOURDIEU, 1989).

Seguindo essa linha, a luta pela reconstrução do Monumento ao Trabalhador transcorre em um campo de forças em disputa. As chances para seu êxito são dependentes, em medidas decisivas, da legitimidade com que se conseguir aproximar a percepção dos dias de hoje aos acontecimentos passados e aos significados nela evocados. Trata-se de construir argumentos e recursos discursivos para serem defrontados com narrativas antagônicas, que

antes eram hegemônicas, mas que permanecem nos contextos posteriores à superação das condições de sua hegemonia. O esquecimento (deliberado ou inconsciente, revelado na indiferença com o assunto) constitui a grande arma para essa permanência.

Por fim, a assertiva usual nos estudos de memória de que “o passado é indestrutível” ajuda a carrear consistência teórica a esta reflexão sobre a trajetória do Monumento ao Trabalhador e ao movimento nela vincado. Há um explícito alinhamento dessa perspectiva aos esforços de renovação teórica que atribuem centralidade às *políticas da memória*, quando se trata de pensar as democracias nos contextos transnacionais ou globais. Seus expoentes, como Huyssen, ressaltam o papel das comissões da verdade para que as sociedades, ou as partes do seu corpo político mais feridas durante os regimes de terror, superem as dificuldades para empreender uma memória dos acontecimentos de maneira apaziguada (RICOEUR, 2007; HUYSSSEN, 2014).

Sobre destruição, esquecimento e política da memória

Poucas experiências sociais relacionadas à ditadura militar de 1964 em Goiânia ilustram a fragilidade de uma política da memória na cidade com a precisão e ênfase retidas no episódio do Monumento ao Trabalhador. O episódio não apenas reflete a profundidade dos efeitos do *esquecimento obrigatório*, mas chama atenção especial para a acomodação das forças democráticas locais a esses efeitos.

À indiferença e ao descaso vigentes à época da destruição corresponde a posterior supressão da memória e o prosseguimento na recusa de reconhecer e reparar o crime. Para nomear de fragilidade da *política da memória* adotamos uma compreensão do longo prazo, que procura na extensão do tempo a operação de categorias do entendimento (ELIAS, 1994). O objetivo é desmistificar o equívoco dos que resumem a história de destruição do monumento à ação da ditadura. A visão do longo prazo nos permite enxergar que o roteiro da destruição prossegue com a democracia institucional já consolidada: de um lado, constata na demolição das estruturas de concreto a insensibilidade tecnocrática; de outro, indica que a inicial acomodação evolui para omissão patente face à tarefa de reverter o

silêncio que se impôs em torno do assunto. Nenhuma destas duas condições vincula-se à ditadura brasileira iniciada em 1964.

A destruição

De início, a destruição do Monumento não ocorreu de um só golpe. A primeira agressão aos dois murais de Clovis Graciano, montados em mosaico, ocorreu em 1969, executada pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Depois, outros ataques e omissões se delongaram por 17 anos, até chegarem a 1986, quando houve a demolição dos dois cavaletes de concreto que sustentavam as obras e ainda permaneciam na praça “como peças de lembrança e denúncia”⁸.

A operação de demolir, finalizada no período democrático, complementa as motivações de intolerância do CCC. Não deixam na paisagem da Praça do Trabalhador vestígios ou ruínas do monumento. Desde então, o silêncio e o descompromisso estendem no tempo a supressão da história.

1986 é o ano das eleições à Assembleia Nacional Constituinte e ao cargo de governador, pela segunda vez no ciclo de reconquista das franquias democráticas pelos brasileiros. Um ano antes fora instalado o governo de transição, sob os auspícios do movimento popular de 1984, por eleições diretas a presidente da República. Em Goiás, a campanha eleitoral de Henrique Santillo caminha para tranquila vitória, para suceder o governo de Iris Rezende⁹.

Foi em meio ao fervor das mobilizações democráticas daquele ano que o último componente do Monumento ao Trabalhador veio abaixo, em nome de uma discutível proposta de estender a Avenida Goiás, para o norte da cidade. Os dois jogos de colunas erguiam-se em frente à estação ferroviária, a uma distância aproximada de 80 metros. Aventou-se à época, que o novo trecho da avenida prosseguiria em linha reta, para passar por baixo do prédio da estação. Apesar de relativamente recente (30 anos), hoje já se torna

⁸ Tomamos emprestada a frase do artista plástico Amaury Menezes, que em 1969 participou de mobilização para defender o monumento e deparou-se com a indiferença do então prefeito Iris Rezende.

⁹ Durante a campanha eleitoral o vice-governador Onofre Quinam já substituíra Iris Rezende na chefia do governo estadual, que havia se afastado para tornar-se ministro da Agricultura no Governo Sarney.

difícil localizar os registros precisos que permitam identificar a autoria da proposta e, menos ainda, da ordem para demolir as colunas¹⁰.

Assim posto, o entendimento completo da destruição do monumento passa por agregar à repressão e à intolerância políticas, datadas em 1969, a omissão e o descompromisso com os símbolos das lutas da classe trabalhadora e a insensibilidade tecnocrática, ambas vigentes em governos eleitos dentro das normas democráticas. Juntando os atos e posturas destes diferentes planos de significados, poderemos então unificar uma compreensão para as seguintes dimensões da eliminação de um lugar de memória e identidade em Goiânia: porque o Monumento ao Trabalhador foi destruído? Porque naquela época nada foi feito em prol de sua recuperação, restauração ou defesa? E, ainda na segunda década do século XXI, porque continua a decisão de não reconstruí-lo?

Ademais, é possível também compreender os motivos para que a eliminação do Monumento ao Trabalhador, e as respectivas consequências, devam ser abordados através de perspectiva multidisciplinar e política. Em primeiro lugar, o tema da reconstrução do Monumento ao Trabalhador insere na agenda pública o resgate da formação urbana de Goiânia, como registro e interpretação dos acontecimentos passados e presentes. Em seguida, o viés da política pública de reconhecimento e reparação, na perspectiva dos direitos humanos e da democracia. Terceiro, a concepção do espaço urbano como espaço de realização da vida comunitária, cuja violentação incide sobre os próprios vínculos comunitários. Às autoridades instituídas, compete evitar a concretização de ameaças nesse sentido. Quando não o conseguir, prover a própria comunidade de decisões e recursos para a imediata correção dos males causados. Em quarto lugar, os alertas para os aspectos do patrimônio, no sentido de que compete à gestão da cidade manter permanente “exame da relação memória-história / memória-preservação” (SANTOS, 1997).

¹⁰ A pesquisa não conseguiu situar com precisão a data e a autoria da ordem de demolição. O prefeito à época, Daniel Antonio, entrevistado pelos autores em dezembro/2015, afirma que o ato ocorreu no período dos meses finais de 1985 aos primeiros meses de 1986. Ele garante também que a decisão para demolir ficou fora da alçada do prefeito à época (não lembra se ele ou seu sucessor, Joaquim Roriz), pois o controle das obras ficou com o governador Iris Rezende. Ao final, a extensão da Avenida Goiás passou pela lateral direita da estação ferroviária, em nada implicando na destruição das colunas do Monumento.



O Monumento ao Trabalhador era ladeado por dois espelhos d'água, que emprestavam magnitude e leveza ao espaço da praça em que foi erguido. (Acervo de Hélio de Oliveira – Foto de 1970)



Vista aérea da Praça do Trabalhador, em Goiânia, com o monumento ao centro. A destruição do monumento inicia-se em 1969 por ação do Comando de Caça aos Comunistas e, depois, prossegue através da omissão dos administradores municipais (Acervo de Hélio de Oliveira – Foto de 1962)

Política da memória x esquecimento

Os debates contemporâneos sobre novas democracias e direitos humanos alimentam o contexto teórico e político que contrapõe, como noções antagônicas, *políticas da memória* e *esquecimento*. (POLLAK, 1989; BRITO, 2009; BRAGATO; PAULA, 2011; ARAÚJO; FICO; GRIN, 2012).

Política da memória compõe um eixo essencial das justiças de transição em sociedades que, buscando fortalecer a democracia, comprometem-se em esclarecer e reparar os graves crimes contra os direitos humanos cometidos por agentes dos regimes ditatoriais em nome do Estado¹¹. Lembrar as atrocidades do passado deriva de vontade política para instituir marcas institucionais voltadas a impedir o esquecimento. Os incentivos à lembrança tornam-se mecanismos de alcance da verdade sobre aqueles crimes e conformam as políticas da memória. Compete tanto à sociedade quanto aos governantes viabilizar estes mecanismos e manter a sua efetividade.

As *políticas da memória* respondem a duas ordens de demandas preliminares. Por um lado, definir os fatos e referências do passado a serem valorizados nos códigos para o futuro, com sentido normativo ou ético-político. Por outro, inscrever essas escolhas no plano de medidas institucionais. Em ambas há a premissa de mobilizar recursos e buscar a propagação estratégica (na cultura da comunidade) dos meios requeridos nos enfrentamentos e lutas com posturas e conceitos antagônicos, que também se pretendem afirmados e valorizados.

As *políticas da memória*, nesse sentido, “são parte integral do processo de construção de várias identidades coletivas sociais e políticas, que definem o modo como diferentes grupos sociais veem a política e os objetivos que desejam alcançar no futuro” (BRITO, 2009).

Portanto, *política da memória* conforma-se como um campo de opções, diferindo de memória espontânea e de preservação da memória “em geral”. Estas remetem ao passado e às tradições – qualquer passado, qualquer tradição – como instâncias abstratas ou não necessariamente ligadas a contextos sociais presentes. Seus objetos especificam-se através

¹¹ A produção em língua portuguesa sobre justiça de transição está bem representada e/ou anunciada na *Revista de Anistia e Justiça de Transição*. (BRASIL, 2009).

de retorno a experiências vividas, um retorno livre dos impulsos do pensamento, em mecanismo semelhante “aos nos nossos sonhos” (RICOEUR, 2007). *Política da memória* difere também, e mais ainda, dos usuais apelos retóricos e retumbantes bradados por autoridades descomprometidas com posturas de esclarecimento e reparação de erros inscritos na trajetória da comunidade política.

Trata-se, numa *política da memória*, de lembranças estimuladas (ou provocadas) para especificar o que do passado deve ser lembrado e, nele, eleger termos para emular o discurso democrático requerido no presente.

As comissões da verdade, nos países em que foram criadas, converteram-se na forma institucional de maior clareza e efetividade em relação aos compromissos com políticas da memória (HUYSEYN, 2014).

No estado em Goiás, atos típicos de esclarecimento e reparação aos crimes da ditadura emergiram de maneira pontual e descontínua, sem constituírem políticas de memória. Noutras palavras, não compunham agendas visíveis de elaboração política, ciclos decisórios e efetiva dotação orçamentária. Os atos de maior evidência com este sentido vicejaram no âmbito do governo estadual, que a partir de 2001 concede “reparação econômica, de caráter indenizatório”, aos perseguidos pelo regime de 1964 que tiveram reconhecida a condição de anistiado político (GOIÁS, 2001)¹², e em 2014 institui a Comissão Estadual de Memória, Verdade e Justiça Deputado José Porfírio de Souza. Por parte da Prefeitura de Goiânia, houve um momento isolado de política de memória, na gestão do prefeito Pedro Wilson (2001-2004), que construiu na cidade o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos durante a Ditadura de 1964 e implantou estudos para avaliar a reconstrução do Monumento do Trabalhador.

Paralelas a estas iniciativas, as Comissões de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores de Goiânia, além de projetos de parlamentares, registram iniciativas de *política da memória* que se encerram sem produzir consequência institucional ou efeitos de opinião pública.

¹² O governo estadual inicia a indenização dos anistiados políticos em Goiás através da lei n. 14.067, de 26 de dezembro de 2001. Posteriormente vieram regulamentações e complementos (Decreto n. 5.563, de 08/03/2002; Decreto n. 5.951, de 27/05/2004; Decreto n. 6.000, de 25/08/2004; decreto n., de 18/11/2004; decreto n. 6149, de 23/05/2005).

Apenas três instituições da sociedade civil regional mantiveram constância e ativismo em prol de políticas da memória, embora também com repercussão limitada a poucos espaços além dos de suas redes de associados: a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Regional, o Sindicato dos Jornalistas de Goiás e a Associação de Anistiados Políticos de Goiás – Anigo.

Dois registros remanescentes do Monumento ao Trabalhador

A singular figura dos cavaletes de concreto que integraram o Monumento ao Trabalhador hoje pode ser observada em dois locais públicos da cidade. Uma no prédio da Câmara de Vereadores, ao lado da praça em que por 26 anos esteve o monumento, e, outra, no Parque Mutirama, cerca de quinhentos metros deste local.

Na Câmara dos Vereadores, os cavaletes compartilham o tema central de amplo quadro fixado numa parede do primeiro piso. A composição da imagem de Gomes de Souza e Maranhão Cavalcante parece intencionalmente embaçada, como em cenas de filmes que evocam difusamente o passado. Outro propósito da obra pode ter sido o de oferecer ao apreciador silhuetas incompletas das colunas; mais sugerir do que afirmar a anterior existência. O monumento não aparece inteiro, apenas revela as suas partes típicas. Esta presunção sobre a intencionalidade dos artistas é reforçada quando comparamos o monumento com os outros dois componentes da pintura, a torre da estação e a Maria Fumaça. A torre emerge ao fundo da pintura, com o *art déco* e o relógio estilizados, mas igualmente imprecisos, enquanto a Maria Fumaça invade o primeiro plano da tela, mantendo a posição original em frente ao monumento, quando eram enxergados desde a Avenida Goiás.

No entanto, com alguma dose de licença artística, os três elementos estão superpostos na tela e vazando-se, descompromissados de retratar as dimensões e a localização do antigo conjunto no espaço da praça. Sobressai no quadro, sobretudo, a funcionalidade dos três como elo visual para reavivar a lembrança dos que conheceram a arquitetura do monumento e para decifrar a citação do local.

Passa longe de ser coincidência a localização do quadro no lado leste do prédio da Câmara. Se, ao apreciá-lo de frente, o olhar vazasse a tela e a parede, seria possível avistar, a 150 metros, o exato lugar onde esteve o Monumento, no centro da Praça do Trabalhador. O cenário obtido da janela ao lado do quadro na mesma parede confirma esta impressão, pois nele destacam-se as belas palmeiras imperiais, substitutas do antigo ocupante suprimido.

A outra marca do Monumento ao Trabalhador pode ser vista junto à linha do “Trenzinho de Ferro” no Parque Mutirama. Lá estão os dois cavaletes, em tamanho menor, defrontados como estiveram na construção original. O circuito do Trenzinho foi redecorado em 2012, quando da recuperação do parque, para homenagear as cidades do sudeste goiano, situadas ao longo da linha da estrada de ferro a Goiás, onde chegou nas primeiras décadas do século XX. A proposta de simular pontos de parada do Trenzinho em “cada cidade” trouxe de volta a imagem do artefato destruído.

Fincada nos dois lados da linha férrea, esta imagem pode atizar a curiosidade das crianças e dos demais passageiros. Cada construção reúne cinco colunas, com um metro e 70 centímetros de altura. Na peça original eram oito colunas com altura de sete metros. Os 13 metros e 80 centímetros de comprimento em que estavam montados os painéis de Clovis Graciano, na representação do Mutirama medem um metro e meio.

No entanto, a ausência de referência aos desenhos (montados em pastilhas no espaço original) é o que mais chama a atenção, tornando incompleta a louvável função educativa que inspirou a representação do monumento naquele local. Ao modo ali sugerido, as chances de preservação da memória, ativando engrenagens da história coletiva, acabam irrealizadas. Falta a parte que conferia essência e significado à obra, em sua época. Além disso, não há qualquer dizer ou figura que narre o destino imposto ao monumento, nem informa sobre a continuidade da sua supressão até os dias atuais.

Nenhuma palavra é inscrita a respeito dos dois amplos painéis de Clovis Graciano “O mundo do trabalho” e “As lutas dos trabalhadores”. Este silêncio – já um efeito da desinformação, ao que parece – auxilia a manipulação da memória através do abuso em sua seletividade. Ajuda a silenciar a história.

No espaço de concreto plano grudado às colunas está o nada. As colunatas acabam convertidas em objetos fetichizados, corpos sem alma, equivalentes de um computador sem a placa mãe. Assim desprovida do essencial, a peça do Parque Mutirama inspirada no Monumento ao Trabalhador enquadra-se enormemente na possibilidade de resultar em uma metonímia precária.

Após esta breve apreciação dos dois registros, cabe retornar às indagações de fundo, que alimentam a hipótese de trabalho exposta no início: o que significou a construção desse monumento na Praça do Trabalhador? Porque tão duradouro silêncio sucede a sua destruição? Por qual motivo, além da teimosia tola e obtusa, é mantida a recusa em reconstruí-lo? Que oportunidade terão os que não conheceram o monumento para se informarem, se os dois únicos registros disponíveis sonégam a parte que lhe conferia substância estética e simbólica?

As respostas para tais indagações simples e diretas somente serão encontradas em reflexão que admita a fragilidade marcante, praticamente a ausência, de uma *política da memória* em Goiânia. Na próxima seção apresentamos pesquisa sobre os efeitos desta marca na consciência coletiva dos goianienses.

Figurações do esquecimento obrigatório

Abrimos o artigo com a hipótese geral centrada na gravidade dos efeitos do *esquecimento obrigatório* sobre a memória da comunidade política como um todo. Aproximando-a da trajetória do Monumento ao Trabalhador, bifurcamos esta noção em hipóteses de trabalho articuladas às ações por sua reconstrução. Dessa forma, foi elaborado um instrumento de coleta de opinião com eixos na *política da memória* (eixo teórico) e na detecção de uma renitente permanência do silenciamento da história por parte das autoridades públicas no séc. XXI (eixo empírico).

Foram empreendidos dois levantamentos de opinião entre maio de 2015 e março de 2016. Um deles auscultou as percepções dos “produtores de discursos e imagens e políticas de Goiânia” (FEATHERSTONE, 1995; BORGES, 2011), termo equivalente a “elites políticas”,

expressão usual na linguagem popular e na literatura tradicional das ciências sociais¹³. O outro trabalhou com amostragem de um público da cidade formado por pessoas com idade mínima de 40 anos e residindo em Goiânia ao menos desde 1985 (um ano antes da demolição), dessa forma em condições de aludir ao Monumento ao Trabalhador – de citá-lo, ou de lembrá-lo – como um lugar “nitidamente político” de Goiânia¹⁴.

Em meio a 11 indagações de cada formulário sobre tópicos de memória, três foram introduzidas para detectar o lugar das referências políticas da cidade na hierarquia das percepções dos entrevistados. Salvo as exceções expressas em percentuais ínfimos, os dois universos pesquisados demonstram desconhecimento a respeito da construção outrora edificada na Praça do Trabalhador. O grande público de massas demonstra desconhecer, mesmo, que o nome daquela praça é tributário da presença do monumento no seu espaço central. Sobre o significado e a simbologia do monumento, nem pensar!

As marcas do esquecimento já se revelam no meio dos “produtores de opiniões e imagens políticas”. Quando instados a indicar uma “Grave lacuna nos registros e monumentos oficiais da cidade”, os entrevistados desse segmento não incluem na linha de frente das suas percepções e demandas o episódio do Monumento ao Trabalhador ou a sua eventual reconstrução. O maior incômodo que mencionam vem da “falta de informações sobre os monumentos existentes” e da “precária sinalização turística na cidade”. Secundariamente, eles acusam o parco tratamento dado à memória da cidade (a memória em geral) no interior das políticas culturais. O mais próximo da compreensão de uma *política da memória* a que chegam aparece no diagnóstico de faltar uma “homenagem aos operários da construção de Goiânia”. Pleito que, contudo, mostra-se destituído do simbolismo impregnado ao antigo monumento. Não passaram de duas as remissões feitas a ele, com tons de denúncia e reparação próprios da *política da memória*.

Os “efeitos do esquecimento” alcançam maior profundidade e consistência nas respostas do grande público para a mesma pergunta, colhidas em terminais, parques verdes

¹³ Aqui não interessa adentrar nas controvérsias acadêmicas em torno dessa terminologia, a nosso ver sem relevância para a operacionalização da pesquisa.

¹⁴ Os dados citados vêm da pesquisa *Contrastes políticos e culturais na metrópole regional*, desenvolvida na UFG sob o cadastro n. 38.933. Foram entrevistados 15 produtores de discursos e imagens políticas em Goiânia e 288 pessoas do público ampliado, em quatro parques (Bosque dos Buritis, Lago das Rosas, Pq. Vaca Brava e Pq. Flamboyant) e três terminais de transporte coletivo (Pça. da Bíblia, Pça. A e Bandeiras).

e outros locais públicos de Goiânia¹⁵. Somente 3,1% da amostra citam o Monumento ao Trabalhador e 1,3% lembra “os que lutaram contra a ditadura”, totalizando 4,5%. Um quadro de alheamento e dispersão da chamada vontade coletiva é desenhado mesmo quando se trata de problemas de preservação “em geral”. As chamadas “não-respostas”¹⁶ predominam em 32,3% dos entrevistados. Fora estes dois grupos, as indicações que sinalizam uma memória (“em geral”) positiva esparrama-se num mosaico de 35 alternativas ou tipos que fragmentam a percepção comum, chegando a 62,3% do total. Aqui, similar ao verificado com as elites, entram propostas para “homenagem aos operários pioneiros da cidade” (4,8%) e de construir um “centro de tradições goianas, com culinária, catira, folia, etc.” (12,5%). Lacunas também citadas são as de um “monumento aos grandes escritores Bernardo Elis, Cora Coralina, Carmo Bernardes, etc.”; e de “um lugar antigo do bairro em que mora [o entrevistado]” (as duas com 9,7%, cada). Na sequência, propostas de “homenagem a JK” e de um “centro para os nordestinos, igual ao do RJ” (4,1% em cada).

Diante da solicitação para citar “Um monumento político da cidade”, os ícones instalados na Praça Cívica (a Estátua de Pedro Ludovico Teixeira, o Monumento a Goiânia [os “Três Negrões”, na linguagem popular] e o *art déco* dos prédios) e a própria Praça preenchem as percepções coletivas nos dois segmentos de entrevistas. A reunião das lembranças a estes monumentos alcançou 46% do total das respostas. Vem depois, com 15,6%, a Estátua do Anhanguera. Outros monumentos mereceram cada um uma citação isolada dos entrevistados. É relevante ressaltar que um em cada cinco entrevistados (20,1%) não consegue lembrar-se ou citar um monumento político da cidade.

As respostas às duas indagações acima foram emitidas para questões abertas (que deixam o entrevistado livre para elaborar, sem oferecer alternativas ou estímulo de respostas). Uma única questão para resposta estimulada aparece ao final do formulário: nela é apresentada uma imagem do Monumento ao Trabalhador para o/a entrevistado identificá-la ou nomeá-la. A alguns produtores culturais e políticos esta indagação não foi feita, por se tratarem de agentes diretamente relacionados à história do monumento. O dado a registrar é

¹⁵ Trata-se do “conhecimento comum”, na denominação de Freud para falar da consciência dos que não têm arte nem ciência e que aqui utilizamos com sentido antagônico ao de produtores de cultura e política.

¹⁶ Tecnicamente, em pesquisa de opinião “não-resposta” resume a situação em que o entrevistado não expressa uma resposta ao tema ou pergunta feita. O termo engloba posições como “São sei”, “Não tenho opinião a respeito”, “Não lembro”, etc.

que praticamente a metade deste segmento, não vinculada ao monumento, declarou-se completamente desinformada sobre a obra de arte e a edificação que marcou a Praça do Trabalhador dos anos 1950 até a década de 1980.

Se o *esquecimento obrigatório* ou impositivo, iniciado na ditadura e que hoje prossegue através da ativa recusa da reconstrução, alcançou esse estágio no meio de “produtores culturais e políticos”, os seus efeitos no grande público são mais amplos e aprofundados. Não passa de 5,9% o percentual dos entrevistados (17 em 288) que mantêm na memória a figura do monumento e consegue nomeá-la com precisão, inclusive mencionar corretamente o seu significado. (Repetindo, a amostra da pesquisa foi constituída de pessoas com o mínimo de 40 anos e ao menos 30 anos residindo em Goiânia). Outra parcela de entrevistados (7,3% ou 21) declara possuir lembrança vaga do Monumento ao Trabalhador e revela noções imprecisas sobre o seu significado. Também têm lembrança vaga, outros 9,0%, porém estes declaram não fazer a menor ideia a respeito da figura que lhes foi mostrada durante as entrevistas. Resta o grande contingente que retrata a supressão completa da história: 77,7% de entrevistados afirmam taxativamente não se lembrar do monumento e sequer identificam a sua imagem.

O movimento pela reconstrução do Monumento

Os esforços pela reconstrução do Monumento ao Trabalhador acontecem descontínuos no tempo e na efetividade institucional. Dois momentos relevantes, em 1990 e em 2003, precedem as movimentações retomadas em 2015, em que se insere a realização desta pesquisa. Seguem breves linhas para estes três momentos.

Em 1990, a Câmara de Vereadores de Goiânia manifesta-se a respeito do tema, em resposta à ação do vereador Pastor Rusemberg, que a encaminha juntamente com a proposta de retirar a Estátua do Anhanguera da Praça do Bandeirante. As justificativas do vereador Rusemberg, cujo mandato vinculava-se aos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus, moveram-se desarticuladas dos grupos sociais com potencial de angariar força de convencimento e legitimação às duas teses. Mesmo isolada nos debates de plenário e na opinião pública, a “autorização para a reconstrução do Painel/Monumento da Praça dos

Trabalhadores” é aprovada pela Câmara e incluída no Artigo dez das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município (GOIÂNIA, 1990).

A mesma Lei Orgânica oficializa o nome “Praça do Trabalhador” para aquele sítio. No uso popular, essa denominação vinha de antes, devido à existência do Monumento ao Trabalhador no espaço central da praça, desconhecendo os documentos oficiais da cidade, onde vigia o nome “Praça Americano do Brasil”. Observe-se que a Lei Orgânica “autoriza”, mas não determina a reconstrução. O texto deixa a cargo da vontade política das administrações municipais posteriores o atendimento ou não do texto. Notoriamente, nenhuma delas assumiu a tarefa.

Após a promulgação da Lei Orgânica segue-se um período de silêncio até 2003, quando o prefeito Pedro Wilson Guimarães atende reivindicação de ativistas de esquerda e institui um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da reconstrução. Três meses depois de criado, o GT da Prefeitura apresenta relatório com consistente arrazoado jurídico e político demonstrando a viabilidade da reconstrução, que incluía anexos fartos de imagens (fotos da obra destruída e reconstituições virtuais), croquis de arquitetura e plantas urbanísticas para a praça (GOIÂNIA, 2003).

A recomendação da imediata reconstrução do monumento vem acompanhada de orçamento para as obras, com três propostas de custo, que variaram de 204.505,65 reais a 320.430,65 reais. Otimistas, os membros do GT sugerem a data de inauguração do monumento, que esperavam ver reconstruído, para primeiro de maio de 2004.

Outra vez a reconstrução não é efetivada e passam-se mais 12 anos de dissolução da memória e consolidação do esquecimento. Em maio de 2015 a questão reaparece nos debates da Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça, que aprova moção de solicitar ao governador do estado e ao prefeito de Goiânia a reconstrução do Monumento ao Trabalhador. A partir daí, sucedem-se artigos e reportagens na imprensa local, além de reuniões que estimulam a aproximação de sindicalistas, pesquisadores e intelectuais da cidade ao tema.

Ao lado da mobilização de opinião pública, o Movimento pela Reconstrução do Monumento ao Trabalhador projeta o encaminhamento da reivindicação para quatro

instâncias do poder público: o Governo Estadual, a Prefeitura, a Câmara de Vereadores e a Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Além de observar os requisitos administrativos pertinentes ao processo decisório, a estratégia visa que a reconstrução reproduza simbolicamente a ação dos anos 1950, em que o governador José Feliciano e o prefeito Jaime Câmara, juntos, patrocinaram a construção do monumento.

Vereadores e Governo Estadual, responderam positivamente. Prefeito e IPHAN adotaram posturas de “protelar, omitir-se e desencorajar a reconstrução”, ao modo enunciado na Introdução deste artigo.

Os vereadores Djalma Araújo (Rede), Elias Vaz (PSB) e Paulo da Farmácia (Pros) convocam Audiência Pública da Câmara para debater a reconstrução do Monumento. A eles se junta posteriormente a vereadora Cristina (PSDB). A realização da audiência, em 6 de abril de 2016 propicia uma notável ampliação de contatos e apoios ao movimento. Entidades civis que até aquele instante não haviam assinado a carta-reivindicação e personalidades expressivas comparecem e explicitam adesão. Nesta relação destacam-se os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental em Goiânia (Geraldo Coelho e Elizabeth Caldeira Brito) e o artista plástico Amaury Menezes.

O governador Marconi Perillo recebe os coordenadores do movimento em audiência no dia dez de maio e, ao lado de declarar simpatia à causa da reconstrução, assina o compromisso de destinar R\$ 1.118.000,00 (um milhão cento e dezoito reais) do Governo Estadual para concretização da obra.

No decorrer dos encontros públicos e do crescente noticiário gerado pelo movimento, a Prefeitura de Goiânia e o IPHAN, órgãos incumbidos de emitir autorizações legais para a reconstrução do Monumento ao Trabalhador, não se pronunciaram. Insistente omissão que, até o momento (meados de 2016), implica na efetiva recusa da demanda. Essa postura causa estranhamento a tantos quanto se inteiram do assunto e deixam perplexos, em particular, os correligionários do prefeito Paulo Garcia que integram o movimento pela reconstrução. “Um governo do PT tem a obrigação moral de reconstruir o monumento”, foi a síntese de

uma reportagem local para a expectativa, frustrada, dos que aguardavam a adesão do prefeito à reconstrução (CARDOSO, 2016).

A equipe de Paulo Garcia marca, desmarca e remarca audiência solicitada pelos coordenadores do movimento, evitando recebê-los. Em ocasiões propícias para tratar do tema (entrevistas e pronunciamentos), o seu chefe não se refere à demanda para reconstrução do Monumento. Na Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, em abril, brilhou a ausência do Executivo Municipal em meio a dezenas de instituições presentes. Nenhuma autoridade do Gabinete ou da Secretaria de Cultura comparece. Mal-estar agravado quando o secretário municipal de Direitos Humanos e Políticas Afirmativas (o ex-prefeito Pedro Wilson) registra sua participação na audiência como engajamento pessoal pela reconstrução e que, ali, ele não representava a prefeitura.

A superintendente do IPHAN, Salma Saddi, destaca-se na audiência pública como autora do único pronunciamento a não advogar a reconstrução do Monumento ao Trabalhador. Segundo suas palavras, ela procura evitar que alguma iniciativa de intervenção na Praça do Trabalhador venha a prejudicar a tramitação de projeto de reurbanização do local, da Prefeitura e IPHAN, no âmbito do Programa PAC-Cidades Históricas, do Governo Federal. O projeto foi apresentado em 2013 e nos dias da audiência estava em vias de obter aprovação final para a liberação da verba. “Depois de atendidos vários pedidos de adequação técnica, uma nova alteração [a inclusão do Monumento], poderia colocá-lo em risco”¹⁷.

Independente do crédito conferido à razão pragmática do administrador, postulada pela superintendente do IPHAN (e também pelo prefeito Paulo Garcia, conforme justificou o secretário de cultura, em ocasião posterior), restou sem explicação – e assim permanece – a ausência da obra de reconstrução do monumento neste projeto de 2013. Da mesma forma, fica obscura, mesmo como estratégia, a inércia da prefeitura (do prefeito e auxiliares vinculados ao tema), no debate sobre o Monumento ao Trabalhador. A omissão de ambos resulta em brutal reforço do *esquecimento obrigatório*, visto que, se a ideia-força do movimento é a reconstrução, do ponto de vista político ela agrega distintos conteúdos,

¹⁷ Palavras de Salma Saddi na Audiência Pública da Câmara de Vereadores (06/04/2016). O evento foi gravado na íntegra pelo serviço de documentação da Casa e pelos autores deste artigo.

como: 1) o reconhecimento e reparação de um crime da ditadura contra Goiânia; 2) a efetiva recuperação de obra de arte amputada da cidade; e 3) a postura política diante de símbolos da classe trabalhadora nas narrativas da história e da memória social.

No vácuo de opinião e ação da prefeitura, surge em setembro de 2015 outro projeto de intervenção na Praça do Trabalhador, patrocinado por empresários vizinhos ao local. Na oportunidade, este projeto chamou atenção principalmente em função do seu objetivo de converter em estacionamento uma extensa área da Praça, a pretexto de reordenar a Feira Hippie.

Ao comentá-lo, o prefeito Paulo Garcia escuda-se em paradoxal aparência de imparcialidade: “Se a cidade não quiser [o projeto], o que eu duvido, a gente não assina o convênio” (O POPULAR, 2016). Resposta que, ademais de omitir o projeto da própria Prefeitura em andamento no PAC-Cidades Históricas, evita tocar no mais grave aspecto inerente àquele espaço público, ou seja, a ausência de alguma sugestão relativa ao Monumento ao Trabalhador também no projeto dos empresários.

Em evidente acomodação da autoridade pública aos efeitos do *esquecimento obrigatório*, o prefeito supostamente dissimula transferir a decisão para a cidade: “Se a cidade não quiser...”. Mais do *que* acomodação, despautério e aposta na dissolução da memória goianiense: no projeto dos empresários cabe o atenuante de que os técnicos que o executaram poderiam mesmo desconhecer a história do monumento¹⁸; no projeto da Prefeitura-IPHAN a questão é de simples concepção e escolha por manter o monumento no limbo do esquecimento, eloquente exemplo de *memória manipulada*, ao modo definido no tópico anterior.

Considerações finais

Em resumo, para que o Monumento ao Trabalhador seja reconstruído, falta apenas a vontade política dessas duas instâncias: a Prefeitura e o IPHAN. Sindicalistas, artistas e

¹⁸ A possibilidade de desinformação sobre o Monumento ao Trabalhador foi sugerida durante reunião da Congregação da Faculdade de Arquitetura da PUC-GO, em 01 de fevereiro de 2016. À ocasião, os professores aprovaram por unanimidade, apoio à reconstrução do Monumento ao Trabalhador. Encontrava-se presente nas discussões o autor do projeto, prof. Jesus Cheregati.

pesquisadores da cidade de Goiânia já explicitaram no debate público a sua opinião e vontade, declaradamente favoráveis, através das instituições civis ou como atores de trajetórias substantivas na cultura política local. A imprensa da cidade ensejou cobertura generosa aos atos e significados enfeixados na reconstrução. O governador Marconi Perillo também se mostrou solidário e politicamente sensível às questões atinentes à *política da memória*, inclusive anunciando verba para a reconstrução do monumento.

Para finalizar, realçamos uma indagação e uma aposta.

Que motivo(s) leva(m) Prefeitura e IPHAN a se oporem à reconstrução? Opor-se não constitui o problema em si, nem talvez o mais intrigante, pois em último caso, preenche o direito de livre opinião. Intrigante e inaceitável são a omissão e o silêncio da autoridade pública nos debates do tema, que, ao fim e ao cabo, somente reforçam o esquecimento da covarde destruição iniciada na ditadura.

Em contrário, fica o alento de que a validade democrática das *políticas da memória* decorre das dinâmicas da própria democracia. Uma delas o calendário político-eleitoral, do qual emerge a possibilidade de que em breve prazo a interlocução com a cidade volte a ser um valor caro ao Executivo, pois eleições municipais deveriam acontecer poucos meses adiante, ainda em 2016. Outra dinâmica, o estímulo à força criativa e reveladora da argumentação, de onde se nutre a noção de que o esclarecimento do passado esclarece também as atitudes de tergiversação no presente, fazendo superar aqueles que as tomam por regra de conduta.

Portanto, no caldo de cultura da democracia e dos direitos humanos o movimento pela reconstrução do Monumento ao Trabalhador deve prosseguir e insistir com sua demanda perante os novos titulares dos órgãos competentes.

Referências

ABREU, Vandr . Falta obra que d  nome ao local. In: *O Popular*. Cad. 1, p. 8. 10/03/2016 - <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/falta-a-obra-que-d%C3%A1-nome-%C3%A0-pra%C3%A7a-do-trabalhador-1.1049721> – Colhido em 10/05/2016.

ARAÚJO, Maria Paula; FICO, Carlos; GRIN, M nica (orgs.). *Violência na história: memória, trauma e repara o*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BORGES, Pedro Célio A. *Produtores de imagens e discursos políticos em Goiás*. Comunicação apresentada na Mesa Redonda Opinião Pública, Campanha e Voto, do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – Belo Horizonte, Brasil, 04 a 06 de maio de 2011.

_____. Hegemonia e Supressão da Memória Política - estudos de lugares e imagens urbanas em Goiânia. In: Anais do II Seminário do Núcleo de Estudos Antropologia, Patrimônio... (NEAP) *O Trabalho da Memória e Processo de Patrimonialização*, p. 10. Goiânia: PPGAS-UFG/ABA, 2014.

_____. *Formação urbana e supressão da memória – o caso do Monumento ao Trabalhador, em Goiânia*. Palestra proferida na Semana de Sociologia da UnB, em 12/06/2015.

_____. Reparar um crime contra Goiânia. In: *O Popular*, p. 7. Goiânia: Organização Jaime Câmara, 27/02/2015 – 2015b.

_____. Entre a dignidade e a indiferença. In: *O Popular*, p. 7. Goiânia: Organização Jaime Câmara, 06/12/2015 – 2015c.

_____. DELA CORTE, Marcantonio. *Destruição do Monumento ao Trabalhador, em Goiânia: um caso de história silenciada e supressão de memória política*. XII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO - GT-52: Urbanidades disputadas. Lisboa: Comissão Organizadora Conlab, 2015.

BORGES, Rogério. Resgate da história e Opiniões divergentes. In: *O Popular / Magazine*, p. 1-3, 16/03/2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRAGATO, Fernanda F.; PAULA, Luciana A. A memória como direito humano. In: *Relatório Azul*, 2011, p. 129-141. <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00920611/document>>. Colhido em 28 de junho, 2016.

BRASIL. *Revista de Anistia e Justiça de Transição*. Ministério da Justiça: Brasília, 2009.

BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e política de memória: uma visão global. In: BRASIL, 2009 (op. cit.), p. 56-83.

CARDOSO, Helvécio. Uma luta por espaço e tempo. In: *Diário da Manhã / DMRevista*, p. 5, 05/05/2016 - Colhido em <<https://impresso.dm.com.br/edicao/20160505/pagina/29>>.

DELA CORTE, Marcantônio Pela Restauração do Monumento aos Trabalhadores. *Diário da Manhã*, 11/05/2003.

DIAS, Elder. 1º de Maio - Goiânia e sua (falta de) memória: a saga para reconstruir o Monumento ao Trabalhador. In: *Jornal Opção* (Edição 2.130), p. 14-15. Goiânia: 1 a 7/05/2016 - <<http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/goiania-e-sua-falta-de-memoria-saga-para-reconstruir-o-monumento-ao-trabalhador-64949/>>. Colhido em: 15/05/2016.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Uma história dos costumes* (v. 1). Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

FEATHERSTONE, MIKE. *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Ed. Nobel, 1995.

GOIÂNIA, Câmara Municipal. *Lei Orgânica do Município de Goiânia*. 1990.

_____. Prefeitura. *Monumento ao Trabalhador – Estudos para reconstrução: Relatório*. Goiânia: Grupo de Trabalho (criado pelo decreto n. 1.805, de 24/06/2003), setembro-2003.

GOIÁS, Governo Estadual. *Lei n. 14.067 – 26/12/2001*. Gabinete da Governadoria: Goiânia, 2001.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio, 2014.

LOPES, Pablo. Memória-esquecimento. O descuido com símbolos da história. *Diário da Manhã*, p. 13. Goiânia, 13/01/2016. <<http://www.dm.com.br/opiniaio/2016/01/memoria-esquecimento.html>>.

O POPULAR. *O projeto é bem feito, mas deve ser analisado*. (Reportagem), 21/09/2016, p. 3. Colhido em <<http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/o-projeto-%C3%A9-bem-feito-mas-deve-ser-analisado-1.950413>>.

POLLAK, Michael. Memória. Esquecimento. Silêncio. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro: CPDOC.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Afonso Carlos M. dos. Entre a destruição e a preservação: notas para o debate. In: SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jayme. *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ / IPHAN, 1997 – p. 15-27.

Volkswagen e a Fazenda Vale do Rio Cristalino: memórias das violações no campo

Halyme Ray Franco Antunes

Maria Sebastiana Barbosa Pinheiro

Raphael Lopes da Costa¹

Resumo

O presente trabalho faz um relato crítico dos fatos ocorridos na Fazenda Vale do Rio Cristalino, pertencente à empresa Volkswagen, nas décadas de 1970 e 1980, neste que deveria ser um empreendimento modelo de criação de gado, mas que acabou se revelando um ponto de violações ambientais e de direitos humanos. Buscou-se desenvolver a narrativa a partir de três perspectivas: os incentivos fiscais fornecidos à empresa para o desenvolvimento do projeto, o desastre ecológico, que se caracterizou em virtude da queima de dez mil hectares para a formação de pastagem, e a utilização da mão de obra escrava na fazenda.

Palavras-chave: Vale do Rio Cristalino. Volkswagen. Incentivos fiscais. Desastre ecológico. Trabalho escravo. Amazônia.

Contexto de violações no Pará e a fazenda da Volkswagen

O caso da Fazenda Vale do Rio Cristalino é apenas um dos relatos de violações ocorridas no período da ditadura civil-militar que teve lugar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985. O cenário dos acontecimentos que circundam o caso em questão pode ser visto em outras diversas situações de violações de direitos, conforme pode ser observado nos relatos do *Relatório da Comissão Camponesa da Verdade* (2015).

¹ Graduandos do curso de direito da Universidade Federal do Pará. halymefranco@gmail.com

A Fazenda Vale do Rio Cristalino foi um imóvel rural pertencente à empresa Volkswagen do Brasil nos anos de 1973 a 1986 que ficou marcado por vários casos e relatos de violações de direitos em três frentes: fiscal, ambiental e trabalhista. Antes de entrar em detalhes sobre a fazenda e seu projeto de desenvolvimento, e depois mais especificamente a essas frentes supracitadas, deve-se analisar o contexto em que o Estado brasileiro se encontrava nos anos em que situaremos este caso.

Nessa perspectiva, o período ditatorial civil-militar foi marcado por uma política de desenvolvimento de infraestrutura do país, na qual se observou uma grande quantidade de construção de estradas, hidroelétricas e instalações de empresas de capital internacional, dentre outros avanços de estrutura.

O governo militar, de modo geral, tinha em mente a modernização do país como um todo, isso, lógico, incluía a região amazônica, que era vista como uma área economicamente subpovoada (Acker, 2014, p. 13-33). Além disso, temia-se a ameaça comunista na região, uma vez que, neste período, o conflito entre guerrilheiros e militares estava em pleno afloramento no Araguaia, o que causava certa insegurança para estes, em virtude da época de bipolaridade pela qual o mundo passava, sendo, pois, a ameaça comunista uma constante preocupação do governo.

Deste modo, uma das regiões mais visadas pelo projeto de desenvolvimento do Brasil foi a Amazônia, mais especificamente a Amazônia Legal². Foi então que se desenvolveu nessa área o projeto de criação de bois que era visto, ao mesmo tempo, como forma de desenvolvimento econômico para a região, além de uma estratégia política de colonização, já que tais projetos atrairiam um grande contingente de trabalhadores.

Nesse contexto, a Fazenda Vale do Rio Cristalino, localizada no município de Santana do Araguaia, com uma área de aproximadamente 140.000 hectares, foi fruto de uma das várias alianças entre o governo militar e as empresas privadas para a modernização do Brasil. Por meio de um programa de incentivos fiscais, a empresa Volkswagen do Brasil

² Definição estabelecida naquele tempo como forma de delimitação de uma região de planejamento público e estratégia de desenvolvimento massivo, que correspondeu a quase 60 % do território brasileiro, lei n. 5.173/66 combinada com a lei complementar n. 31 de 1977.

trouxo, para a Região Norte do país, um projeto diferente daquele que normalmente desenvolvia: a criação, melhoramento e matadouro de bois geneticamente modificados.

Segundo o próprio administrador da fazenda, o Sr. Friedrich Brügger, o projeto seria bem-sucedido, pois desenvolvia a criação de bois erados³ destinados à venda para abate, a produção de reprodutores e matizes puros de origem para incorporação aos rebanhos da fazenda e venda e a engorda de bois magros (Buclet, 2005).

Este projeto envolvia uma grande estrutura. A criação de bois era monitorada por meio de tecnologias avançadas e, até mesmo, técnicos estrangeiros foram trazidos para residir no local de desenvolvimento do projeto, para que, dessa forma, fosse criada a fazenda modelo do futuro. Todo esse projeto foi desenvolvido com o suporte total da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que, ademais de incentivos fiscais, trabalhou conjuntamente com a empresa para promover a instalação da fazenda, bem como fez um forte programa de publicidade do empreendimento recém-instalado.

O projeto como um todo tinha uma visão de altíssima organização, na qual estava prevista, para muito além de apenas implementar uma fazenda para a exploração agropecuária, a instalação de uma verdadeira “cidade suporte” para os que ali residissem. Também, toda a produção visionária do empreendimento se alicerçava no constante apoio tecnológico e científico de universidades estrangeiras.

Neste passo, também foi prevista a construção de uma rede rodoviária que permitisse o trânsito interno na fazenda, bem como o acesso externo.

Os 450 trabalhadores ali empregados gozariam de uma vida com assistência social, educacional e sanitária, para eles e suas respectivas famílias, o que fugia do padrão social da realidade daquela localidade, e que levou os empreendedores do projeto a se vangloriarem.

Assim, em 20 de dezembro de 1974 as atividades agropecuárias previstas começaram a ser implantadas, bem como o início das violações de direitos que ali ocorreram.

Em um primeiro momento, o empreendimento foi louvado não só em âmbito nacional, como também internacionalmente. Na Alemanha, país de origem da empresa Volkswagen

³ Aqueles prontos para o abate.

do Brasil, a Fazenda Vale do Rio Cristalino foi vista como um futuro modelo promissor para investimentos internacionais.

Entretanto, o projeto rumou para o fracasso a partir do momento em que se constatou que o modo para a abertura de grandes pastos foi a queimada maciça da mata amazônica. Esse foi o pontapé inicial para descoberta de várias outras violações de direitos. Culminando, assim, no fracasso do empreendimento, e na conseqüente venda do imóvel rural para outra empresa.

Após sofrer muita pressão por meio da sociedade, tanto no referente às violações ao direito ambiental, quanto pelas denúncias de trabalho análogo ao escravo, a empresa Volkswagen do Brasil resolveu vender a fazenda, que foi arrematada, em 1986, pelo grupo Matsubara do Paraná.

Já em 1997, foi arrematada por Eufrásio Pereira Luiz, que era dono de uma concessionária de veículos no estado de São Paulo, e pagou vinte milhões de reais pela fazenda. Tudo parte de uma estratégia para ganhar dinheiro. Após arrematar a fazenda, ela pagou o equivalente a 22.300 reais às lideranças do Movimento Brasileiro dos Sem-Terra (MBTS)⁴, para que o movimento invadisse a terra, e assim ele pudesse sofrer um processo de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual lhe rendeu exatamente quarenta milhões de reais (Mañano Fernandes, 200, p. 211-212).

Diante disto, ressalta-se aqui a importância de se falar sobre um caso como este, e lembrarmos que este foi apenas um dos vários ocorridos no período ditatorial.

Este caso não foi abordado pelas pesquisas da Comissão Camponesa da Verdade, entretanto ele se encaixa na esfera de importância, visto que envolve violações de direitos dos camponeses praticadas com a conivência do Estado que, naquele período, estava sob um governo ditatorial.

⁴ "O Movimento Brasileiro dos Sem-Terra foi criado a partir da divergência entre lideranças sem-terra que estavam acampando no Distrito Federal. Algumas dessas lideranças concordavam com o apoio e articulação do Partido Socialista Brasileiro (PSB), por outro lado, outras lideranças achavam que a autonomia do movimento deveria ser priorizada. Logo, o grupo de famílias que priorizava uma relação independente de partido foi o embrião do MST-DF, o outro grupo que concordava com o apoio e influência do PSB formou então o MBST" (Mañano Fernandes, 2000, p. 211-212).

Como abordado no relatório da Comissão Camponesa da Verdade, o exercício da memória serve-nos como uma ferramenta, que, para além de apenas nos ajudar como reconstituição do passado, irrompe o presente fazendo ressurgir no agora as marcas do ontem, possibilitando, assim, ação e reivindicação de justiça (Comissão Camponesa da Verdade, 2014). Também nos auxilia na revelação, ainda que tardia, dos verdadeiros protagonistas da história, e aqui, mais especificamente do período ditatorial, os trabalhadores e trabalhadoras, que foram por vezes esquecidos nos processos de reparação do Estado.

A partir de então, passamos a discutir os aspectos de violações que circundaram o caso em questão, para que assim possamos refletir e desvelar os vários desrespeitos de direitos ocorridos.

Incentivos fiscais e a colaboração do Estado para as violações ocorridas na fazenda

O primeiro aspecto do empreendimento a ser analisado é a questão dos incentivos fiscais fornecidos à Companhia Vale do Rio Cristalino para desenvolver o projeto de criação de gado.

Assim, conforme dito anteriormente, nas décadas de 1960 e 1970 o Estado brasileiro enfrentou um período ditatorial, durante o qual o governo considerava a Amazônia como uma área subdesenvolvida e atrasada, devido a sua infraestrutura precária e a falta de capitais produtivos capazes de desenvolvê-la e integrá-la ao restante do país. Concomitante a isso, o mercado de terras e consumidores do Sul e Sudeste já estava saturado, e os empresários dessas regiões e principalmente as multinacionais precisavam expandir seus negócios e seus mercados.

Essa era expectativa do governo brasileiro, em termos da abertura da economia ao capital estrangeiro: expansão e consolidação do parque industrial brasileiro e a ampliação do mercado interno. Para isso a Amazônia não poderia permanecer como uma ilha, isolada da economia nacional. Em parte, pela sua extensão territorial (mais da metade do território nacional) e, em parte, pela abundância de

recursos naturais que, sem dúvidas, atrairiam novos e promissores investimentos de capitais estrangeiros e nacionais, solidários e em cadeia (Loureiro, 2014, p. 70).

Na contramão do objetivo do governo militar de modernizar e integrar a economia da Amazônia à brasileira, por intermédio do capital privado nacional ou internacional, vinha o receio das grandes empresas em investir nessa região que à época era conhecida, em virtude de sua economia extrativista e regional, como o terceiro mundo do Brasil ou inferno verde. Nesse contexto, surgiu a tentativa de desenvolver a região amazônica por meio do oferecimento de incentivos fiscais a grandes empresários e grupos econômicos com vistas a integrar a Amazônia ao restante do país.

A política de incentivos fiscais adotada durante este período originou-se do que o governo militar brasileiro convencionou chamar de Operação Amazônia. De acordo com Violeto Loureiro (2014), a referida política consistia em uma série de instrumentos de atração de capitais, nacionais ou internacionais, e de acesso fácil às terras e outros bens da Amazônia.

O intento da Operação Amazônia era o de demonstrar aos investidores do capital privado as vantagens de se investir na região amazônica e incentivá-los a nela investir. Baseada em instrumentos como a lei 5.174/66, que concedia isenção de até 50% do imposto de renda devido para empresas que investissem na Amazônia, e na criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, órgão responsável por incentivar e aprovar projetos de interesse nacional na região, a Operação Amazônia deu início ao processo de internacionalização e ampliação da concentração fundiária na Amazônia, com a justificativa incrementar a economia local e desconstruir o estereótipo que existia sobre a região.

Mal o Congresso aprovou a Operação Amazônia, começou uma campanha propagandística, conclamando os brasileiros a rejeitar duas imagens que haviam coexistido até então nas representações da floresta tropical: de um lado, a “região pitoresca digna de um tema literário”, e de outro, o “inferno verde” temido pelos seres humanos (Acker, 2014, p. 16 et seq.).

Para o sucesso da Operação Amazônia, era necessário atrair um empreendimento modelo que demonstrasse os benefícios de se investir na região. O empreendimento eleito para tal fulcro foi a Companhia Vale do Rio Cristalino, um projeto agropecuário idealizado pela Volkswagen do Brasil que consistia na instalação de uma fazenda para criação de gado no município de Santana do Araguaia, sudeste do Pará.

O controle acionário da Companhia Vale do Rio Cristalino era exercido pela empresa automobilística Volkswagen do Brasil S/A a qual detinha 73.80% das ações da sociedade. O objeto social da Companhia era a exploração da atividade agropecuária, podendo beneficiar e industrializar produtos originários da carne bovina, explorar matadouros e frigoríficos, dedicar-se ao reflorestamento, ao beneficiamento de madeira e à exploração de produtos dela derivados⁵.

O objetivo da empresa automobilística alemã com o projeto era produzir uma raça de gado de qualidade única no mundo, por intermédio do uso da tecnologia mais avançada disponível à época como, por exemplo, sensores térmicos para monitoramento da temperatura dos bovinos e das pastagens, oferecimento de uma superestrutura para os seus funcionários com escola, casa, refeitórios, áreas de lazer e convênios com universidades alemãs de grande prestígio científico.

Com esse intuito, de acordo com a denúncia do deputado federal Arnaldo Schmitt do Partido Popular de Santa Catarina (PP-SC)⁶, a Companhia Vale do Rio Cristalino se instalou, em 1973, no município de Santana do Araguaia, sudeste do Pará, onde adquiriu 140.000 hectares de terra ao preço de 101,23 cruzeiros⁷ o hectare perfazendo o investimento total de 14.108.456,80 cruzeiros. Além disso, sabendo da política de incentivos fiscais da Operação Amazônia, a Volkswagen, em 1974, submeteu o seu projeto a análise da SUDAM

⁵ Denúncia do deputado federal Arnaldo Schmitt do Partido Popular proferida na Câmara dos Deputados em 07/08/81. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

⁶ Partido Popular (PP) era um partido político brasileiro criado em 12 de fevereiro de 1980. Foi extinto após sua convenção nacional ter determinado a incorporação ao PMDB em 1981.

⁷ O decreto-lei n. 1, de 13/11/1965 (DOU de 17/11/1965), regulamentado pelo decreto n. 60.190, de 8/2/1967 (DOU de 9/2/1967), instituiu o Cruzeiro Novo (NCr\$) como unidade monetária transitória [...]. A Resolução n. 144 do Banco Central do Brasil, de 31/3/1970 (DOU de 6/4/1970), do Conselho Monetário Nacional, restabeleceu a denominação Cruzeiro (Cr\$) que vigorou até 28/02/1986 quando a unidade monetária, por meio do decreto-lei n. 2.283 de 27/2/1986 (DOU de 28/2/1986), passou a ser o Cruzado (Cz\$). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

para ser aprovado por esta autarquia e tê-lo qualificado como projeto de interesse nacional, o que qualificaria a empresa a usufruir de incentivos fiscais.

Ainda com base na denúncia do deputado supracitado, em 20 de dezembro de 1974, a SUDAM aprovou o projeto apresentado pela empresa alemã e concedeu à mesma isenção fiscal de 119 milhões de cruzeiros, incluído a isenção de imposto de renda. Considerando que a época um dólar comercial correspondia a 7,435 cruzeiros, o governo militar brasileiro abriu mão de cerca de 17 milhões de dólares em favor de um investimento totalmente privado. Note-se, também, que a primeira isenção fiscal oferecida pelo governo militar brasileiro foi suficiente para cobrir o preço das terras adquiridas pela empresa, sendo assim a Volkswagen foi agraciada com a doação de 140 mil hectares de terras na Amazônia.

Em 25 de setembro de 1978, dois anos após ter queimado cerca de dez mil hectares de floresta para dar lugar a pastagens e provocado o maior incêndio que o mundo já viu, a Companhia Vale do Rio Cristalino recebeu mais 124.502.111,00 cruzeiros de incentivos fiscais. Considerando que, à época um dólar correspondia a 19,25 cruzeiros, o governo militar brasileiro abriu mão de uma receita de 6.454.655,11 dólares em favor do empreendimento da Volkswagen.

Em 27 de junho de 1980, a SUDAM concede mais 82.409.241,00 cruzeiros de incentivos fiscais à fazenda da Volkswagen. Considerando que, à época, um dólar correspondia a 52,315 cruzeiros, a Volkswagen recebeu cerca de 1.575.401,28 dólares de incentivos fiscais.

No ano de 1981, a SUDAM concede novo incentivo fiscal ao empreendimento no valor de 755.758.000,00 cruzeiros. Considerando que em agosto do referido ano um dólar correspondia a 103 cruzeiros, a Volkswagen recebeu aproximadamente 7.337.456,00 dólares.

No total, a Companhia Vale do Rio Cristalino recebeu 32,4 milhões de dólares em incentivos fiscais. O referido valor demonstra uma relação público-privada que apenas corroborou para reproduzir um *status quo* das relações de trabalho locais baseado na desumanidade das condições de trabalho, e ampliou o processo de concentração fundiária

por meio da consolidação do capitalismo no campo, o que proporcionou um aumento dos conflitos por terra na Amazônia que repercutem até hoje.

As violações ambientais

Outro aspecto fundamental para entender o caso é que para dar início à criação de bois na fazenda Vale do Rio Cristalino fazia-se necessário ter uma vasta área de pasto, de tal forma que, dos quase 140 mil hectares de terras, a empresa precisaria desmatar ou derrubar uma boa parcela da mata amazônica.

Isto foi feito, gerando, assim, o primeiro grande escândalo que envolveu este empreendimento.

Em 1976, o satélite Skylab detectou uma vasta área desmatada no meio da Amazônia o que fez com que os cientistas da Agência Espacial Americana (NASA) entrassem em alerta e emitissem um comunicado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que até então não sabia o que estava acontecendo naquela região do país.

Foi constatado que o clarão na floresta era na região onde se encontrava a fazenda da Volkswagen, e que o desmatamento não havia sido autorizado pelo então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Ambiental (IBDF), o qual calculou que foi destruída uma área de 9.300 hectares, o que resultou em uma multa para a empresa que somava de 150 a 200 mil cruzeiros.

A empresa contestou a multa alegando que o desmatamento já estava previsto no projeto inicial que havia sido autorizado pela SUDAM (Pinto, 2013). O IBDF continuou alegando que o empreendimento não havia sido licenciado, apesar disso a empresa Volkswagen do Brasil nunca pagou, deixando assim um grande passivo ambiental.

Entretanto, a grande questão que paira sobre o caso é como a empresa conseguiu desmatar uma grande quantidade de floresta em um tempo relativamente pequeno. O Jornalista Lúcio Flávio Pinto (2015), em seu artigo *Volks: lá e cá*, ventila a hipótese do uso de um poderoso agente químico, com alto poder de combustão, chamado de Napalm ou Agente Laranja que foi um dos instrumentos utilizados pelos Estados Unidos na guerra do

Vietnã. Apesar de haver uma repercussão geral em relação aos efeitos extremamente nocivos do produto em pessoas, especula-se que a empresa lançou mão desse meio para eliminar a mata, a despeito da presença de trabalhadores no local. O jornalista compara também ao Projeto Jari, que na mesma época desmatou uma quantidade de floresta parecida, só que usando peões em número bem maior, os quais eram empregados fazenda. Sendo assim, conclui, só a utilização de um potente inflamável para conseguir tal feito.

Por fim, a descoberta do considerável passivo ambiental tomou grandes proporções, e chegou até a ser reportada em uma sessão do Congresso Nacional pelo senhor Nösser Almeida, à época deputado federal. Internacionalmente também houve comoção, a revista inglesa *The Economist* classificou o ocorrido como o “holocausto na Amazônia”. Na Alemanha, país original da empresa Volkswagen, o incêndio foi extremamente criticado pelos ecologistas, com apoio de membros do Partido Verde da Alemanha.

A utilização do trabalho análogo ao de escravo

O último elemento que constitui o caso da fazenda da Volkswagen foram as denúncias de utilização de mão de obra escrava na propriedade, passando-se, assim, à análise deste terceiro aspecto.

A questão do trabalho escravo ganhou grande visibilidade nas primeiras décadas do século XXI (Pedroso, 2011) através de jornais, telenoticiários, redes sociais, campanhas promovidas por ONGs, dentre outros meios. Esse espaço adquirido se deve em grande parte aos esforços que a sociedade vem empregando no sentido de combater o trabalho escravo contemporâneo. Assim, o resgate de casos emblemáticos, como o da fazenda Vale do Rio Cristalino, faz-se importante para que possamos entender a conjuntura atual em que o trabalho escravo se configura e planejar o futuro com vistas a erradicar esse problema social.

O Araguaia Paraense, onde se localizava a fazenda da Companhia Vale do Rio Cristalino (CVRC), atraiu, entre os anos de 1966 e 1975, diversos investimentos de grandes empresas interessadas em explorar as riquezas naturais da região. Como consequência disso, a

utilização do trabalho executado sob coerção, que já era presente na Amazônia⁸, intensificou-se, atingindo dezenas de milhares de pessoas nas décadas de 1970 e 1980 (Figueira, 2004), especialmente em razão da ausência do Estado para regular as relações de trabalho.

Na fazenda Vale do Rio Cristalino, desde 1977, já havia relatos de casos de violência contra trabalhadores. Porém, a situação só ganhou visibilidade em 1983 quando começou a emergir denúncias, feitas por um grupo de trabalhadores sazonais, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, de que a Companhia Vale do Rio Cristalino se utilizava de trabalho escravo nas atividades desenvolvidas na sua fazenda (Acker, 2014).

É importante esclarecer que o trabalho escravo contemporâneo pode ser compreendido como a antítese do trabalho decente, sendo que este último é definido como aquele que respeita os direitos mínimos do trabalhador, preservando, assim, a sua dignidade (Brito Filho, 2011).

Em uma primeira análise, o projeto inicial apresentado pela Volkswagen era exemplar. A empresa se orgulhava de oferecer diversos serviços para seus empregados, como assistência médica, odontológica, educacional, alimentar, espiritual e recreativa (Buclet, 2005), ou seja, é notória a presença do trabalho decente.

Uma parte dos trabalhadores, os que trabalhavam regularmente na fazenda, efetivamente gozava dos serviços oferecidos pela Companhia. No entanto, além dos empregados regulares, a Volkswagen fechava contratos com empresas de arroteamento as quais atraíam cerca de mil trabalhadores sazonais para fazer a derrubada da floresta, sendo os principais aliciadores, os chamados “gatos”, Chicô e Abílio. Esses trabalhadores acusaram, após fuga da fazenda, os gatos das seguintes práticas: cativoiro, ameaças, violência e mentiras sobre as futuras condições de trabalho durante o recrutamento.

⁸ No final do século XIX, durante o ciclo da borracha, houve a utilização da mão de obra escrava de nativos e nordestinos que eram atraídos para a região da Amazônia em busca de melhores condições de vida, para trabalhar na extração do látex exportado para o restante do mundo. Como afirma Valena Jacob Chaves Mesquita: “Nessa época, quando grandes levas de homens adentravam na floresta, no verão, para extrair o látex da borracha, passavam longas horas de trabalho na selva e eram vítimas da malária e do endividamento permanente na cantina, onde adquiriam seus mantimentos. Esses elementos os deixavam em estado de sujeição perene. A prática do aviamento os submetia à condição análoga à de escravo” (2011, p. 113).

O empreiteiro Chicô já era conhecido na região por aliciar trabalhadores sazonais para diversas fazendas do sul do Pará, tendo sido detido diversas vezes, entre os anos de 1980 a 1995, pela prática de vários crimes, dentre eles a utilização de mão de obra análoga à de escravo, em pelo menos vinte fazendas em cinco municípios paraenses. A partir de 1974 começou a ganhar fama de violento e implacável, e a simples menção de seu nome já era o suficiente para impor medo entre os trabalhadores (Figueira, 2004).

Ainda sobre a situação dos empregados na fazenda, Buclet (2005) cita o seguinte depoimento, colhido de arquivos do GPTEC (Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo), que retrata as condições que eram submetidas os trabalhadores na fazenda:

“Meu nome é Manuel. Sou natural de Couto Magalhães, Estado de Goiás. Sou solteiro. Tenho 22 anos. Em abril de 1981, vim trabalhar na fazenda Vale do Rio Cristalino, da Volkswagen. No serviço de derrubada. O empreiteiro [o “gato”] de nome Walte prometeu pagar 7.000,00 o alqueire. Chegando lá começamos a trabalhar. A água que tinha para beber era de um poço, água muito suja, com mosquito em cima. Logo todos pegamos a maleita, a febre. Como não estava me sentindo bem, na metade da derrubada resolvi vim embora. Eu e mais 16 companheiros fomos procurar o pagamento. Eles não quiseram pagar. Quando a gente tava na estrada apareceu o Walte e o seu cunhado de nome Chicô armados e obrigaram nós a voltar para continuar a trabalhar. Depois disso é que a coisa ficou preta mesmo para o nosso lado. Tinha vez da gente ser obrigado a entrar para fazer derrubada direto de terreno que no dia anterior tinha sido queimado. E a gente trabalhando naquele lugar quente ainda, e com malária em cima. Fui obrigado a trabalhar todos os dias, mesmo domingo, não tinha descanso. Só no mês de setembro de 1981 é que eu mais seis companheiros conseguimos vim embora. Viemos sem receber nada pelo nosso serviço. E muito doente. Eu tava só um restinho.”
Conceição do Araguaia, 06 de julho de 1983 (GPTEC, V. 6, p. 38).

As condições descritas no depoimento tornam evidente o desrespeito aos mínimos direitos dos trabalhadores empregados pela CVRC. Enquanto alguns poucos tinham excelentes condições de trabalho, outros muitos eram submetidos a situações características do trabalho análogo ao de escravo, quadro este descrito no depoimento e que pode ser observado até nos dias de hoje em denúncias.

Apesar do fato de que, na época, o Brasil já era signatário da *Convenção n. 29 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório*⁹, da Organização Internacional do Trabalho (Abramo; Machado, 2011), observamos a prática na fazenda Vale do Rio Cristalino de tudo aquilo que o país se propôs a erradicar.

A *Convenção n. 29* estabelece a proibição geral da prática do trabalho forçado, no qual se inclui o trabalho escravo¹⁰, em todas as suas formas. Para esta convenção, o trabalho forçado vai além dos baixos salários e das condições precárias de trabalho. Sobre o assunto:

De acordo com a definição da Convenção n. 29 da OIT e de outros instrumentos internacionais correlatos sobre escravidão, práticas análogas à escravidão, servidão por dívidas ou condição servil, trabalho forçado representa grave violação de direitos e restrição da liberdade humana (Abramo; Machado, 2011, p. 61).

Assim, podemos verificar claramente a presença do trabalho forçado na Fazenda Vale do Rio Cristalino, pois, além das péssimas condições de trabalho e da notória falta de higiene às quais eram submetidos os trabalhadores, encontramos também a violação de direitos quando estes eram obrigados a trabalhar durante todos os dias da semana, mesmo doentes, além do emprego da violência para forçar o empregado a fazer a derrubada da mata.

A restrição da liberdade humana encontra-se mais evidente com a prática do sistema de aviamento, utilizada para restringir a locomoção do trabalhador em virtude da dívida contraída. O sistema de aviamento ou barracão é aquele no qual o trabalhador é induzido a contrair dívidas com o empregador, sendo impedido de deixar o local de trabalho em razão do débito. Esse endividamento pode ocorrer através de aval do empregador para abertura

⁹ O Estado brasileiro ratificou a *Convenção n. 29* em 1957.

¹⁰ O trabalho forçado se diferencia do trabalho escravo na medida em que este se configura pelo trabalho degradante aliado ao cerceamento da liberdade (Organização Internacional do Trabalho, 2006).

de crédito em estabelecimento comercial de sua escolha. Nestes estabelecimentos, o trabalhador é compelido a comprar fiadamente todo produto de que necessite, dando como garantia para saldar a dívida a remuneração a ser auferida pelo trabalhador. Ocorre que tal remuneração ou não é paga ou é paga de forma irregular, sem obediência aos prazos legais e em valores inferiores aos realmente devidos, o que torna a quitação da dívida praticamente impossível (Ministério do Trabalho e emprego, 2001).

No caso da Fazenda Vale do Rio Cristalino, observou-se esse sistema de barracão conforme se depreende de relatório emitido pela Delegacia de Polícia de Conceição do Araguaia em 22 de julho de 1983 (Arquivos da CPT) o qual descreve que havia cantinas no local que forneciam gêneros alimentícios, roupas, utensílios domésticos e de trabalho aos empregados, devendo estes produtos ser pagos ao final do mês. Porém, alguns peões assumiam dívida superior ao seu salário, resultando em insolvência. Em virtude disso, esses trabalhadores eram proibidos de sair da fazenda e, caso fossem capturados durante uma fuga, eram amarrados e espancados pelos “fiscais” do gato.

Ilustrando essa questão da fuga e os castigos empregados, há um relato de um trabalhador, nos arquivos da CPT, no qual certo “peão” tentou fugir, porém foi capturado por Chicô que o espancou na frente dos demais, em seguida mandou que Abílio o matasse. Abílio matou o empregado com um tiro no pescoço e, posteriormente, jogou o corpo em uma gruta na qual, segundo o depoimento, era comum jogar corpos de trabalhadores mortos pelos gatos.

Outro fato importante que merece ser mencionado, por estar presente no caso aqui analisado, é que a incidência de trabalho escravo está relacionada principalmente em atividades que envolvem a derrubada da mata. Evidência disso é a presença da pecuária nas duas primeiras “listas sujas”¹¹, divulgadas pelo governo federal, configurando a atividade de 80% das empresas listadas (Organização Internacional do Trabalho, 2006). Isso ocorre em razão de que o trabalho escravo foi, e continua sendo, muito utilizado para ampliar a

¹¹ A “lista suja” é uma relação de empregadores flagrados na utilização de mão de obra escrava, criada em 2003 pelo governo federal para dar transparência às ações do poder público no combate ao trabalho escravo. A divulgação da “lista suja” havia sido suspensa, em dezembro de 2014, pelo Superior Tribunal Federal, porém, em maio deste ano, o governo federal assinou nova portaria interministerial que recriou o cadastro de empregadores flagrados com mão de obra análoga à de escravo (Repórter Brasil, 2016). Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br>>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

agropecuária na Amazônia, tendo em vista que torna os custos menores e o trabalho mais rápido de ser feito. A abundância de mão de obra nessas regiões, resultante da pouca oferta de emprego e terras, torna a população local mais vulnerável a esse tipo prática.

Por fim, infelizmente, o caso da fazenda Vale do Rio Cristalino não foi o único que envolveu a utilização da mão de obra escrava. Ricardo Rezende Figueira (2004) relata que esta era (e ainda é) uma prática comum nas fazendas paraenses, em especial no sul do Pará. Centenas são os casos de trabalhadores que foram arregimentados pelos gatos, com promessas de salários e condições dignas, mas que se descobriram em meio a uma grande mentira, e que, na realidade, o que lhes tinha sido reservado era uma série de episódios violentos e condições de vida tão indignas que, muitas vezes, até o gado criado na fazenda recebia melhor tratamento do que àquele dispensado ao trabalhador.

Diante desse cenário, tivemos, no século XXI, alguns avanços no combate ao trabalho escravo. A alteração da tipificação do artigo 149 do Código Penal foi um deles. A antiga redação do referido dispositivo era muito simples, levando a um número de condenações praticamente inexistente. Com a finalidade de identificar melhor a ocorrência do trabalho análogo ao de escravo, houve uma alteração do tipo, em dezembro de 2003, a qual listou uma série de atos que são verificados quando um trabalhador não tem sua dignidade respeitada, como a jornada exaustiva, as condições degradantes, o trabalho forçado, não reduzindo o conceito de trabalho escravo somente à restrição da liberdade.

Outra conquista nesse sentido foi a aprovação, em 2014, da PEC do trabalho escravo, a qual prevê o confisco de propriedades que se utilizam de trabalho escravo, destinando-as a programas de moradia urbana ou à reforma agrária.

No entanto, apesar desses avanços, a bancada ruralista aprovou, em 2015, a proposta para excluir do artigo 149 a jornada exaustiva e as condições degradantes de trabalho. A exclusão desses elementos representa um claro retrocesso em relação a tudo aquilo que já foi conquistado no combate ao trabalho escravo, isso pelo fato de que a nova redação reduziria o crime praticamente à restrição da liberdade, quando, na verdade, transformar o trabalhador em escravo é retirar-lhe a dignidade, o que pode ser feito de outras formas além da retirada do direito de locomoção.

Para não permitir tais retrocessos e, principalmente, para que ninguém mais tenha a sua condição de ser humano desprezada, a sociedade precisa se unir para erradicar essa ferida que é o trabalho análogo ao de escravo. Trazer à tona relatos como o caso da fazenda da CVRC é apenas um passo, entre tantos que estão sendo dados, o qual se faz importante para que possamos entender a conjuntura atual em que o trabalho escravo se configura e planejar o futuro com vistas a erradicar esse problema social. Nesse sentido, o direito à memória e à verdade tenta cumprir seu papel de lembrar para não esquecer e não repetir os erros do passado.

Conclusão

Diante dos fatos analisados, a relação simbiótica que existiu entre o governo militar e a Companhia Vale do Rio Cristalino foi o reflexo de uma política adotada no período que tinha como base a atração de capital estrangeiro para a região amazônica, com a justificativa de desenvolver a região, mas que se revelou um fracasso do ponto de vista econômico, social e ambiental.

Como o caso da fazenda da Volkswagen, existiram inúmeros outros durante a ditadura, nos quais grandes empresas recebiam terras praticamente de graça para atender ao objetivo de “desenvolver” e ocupar a região, mas que, na verdade, só gerava mais conflitos locais em virtude do desconhecimento (ou da pouca importância que davam) em relação aos que ali já habitavam ou sobre o tipo de empreendimento que seria desenvolvido.

Tais efeitos nefastos lançam-se até os dias atuais no contexto da região que é conhecida pela disputa de terras, grilagem, assassinatos no campo, violações do meio ambiente, presença de trabalho escravo, dentre outros. Assim, o resgate de casos de violações, como o da Fazenda Vale do Rio Cristalino, faz-se de extrema importância no sentido de que nos ajuda compreender o contexto atual para que não compactuemos mais com abusos cometidos por governos autoritários ou grandes empresas com vistas a construir uma sociedade mais justa.

Referências

- ABRAMO, Laíz; MACHADO, Luiz. O Combate ao Trabalho Forçado: um desafio global. In: NOCCHI, Andrea Sant Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves. (org.). *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- ACKER, Antoine. O Maior Incêndio do Planeta: como a Volkswagen e o regime militar brasileiro acidentalmente ajudaram a transformar a Amazônia em uma arena política global. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 13-33, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução n. 144 de 31 de março de 1970*. Disponível em: <www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 14 de setembro de 2016.
- BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. Trabalho Escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes; GALVÃO, Edna Maria. (org.). *Privação de liberdade ou atentado à dignidade: escravidão contemporânea*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.
- _____. Trabalho com Redução à Condição Análoga à de Escravo: análise a partir do trabalho decente e de seu fundamento, a dignidade da pessoa humana. In: NOCCHI, Andrea Sant Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves. (org.). *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- BUCLET, Benjamin. Entre a tecnologia e escravidão: a aventura da Volkswagen na Amazônia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social*. PUC – Rio, n. 13, 2005.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO D. TOMÁS BALDUINO – *Acervo CPT Nacional*. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.
- COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. *Relatório Final: Violações de Direitos no Campo – 1946-1988*. Brasília: Dex-Unb, 2015.
- Denúncia do deputado federal Arnaldo Schmitt do Partido Popular proferida na Câmara dos Deputados em 07/08/81. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 3. ed. Belém: Cultural Brasil, 2014.
- MANÇANO FERNANDES, Bernardo. *A formação do MST no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MESQUITA, Valena Jacob Chaves. A Utilização de Mão de Obra Escrava na Colonização e Ocupação da Amazônia: os reflexos da ocupação das distintas regiões da Amazônia nas relações de trabalho que se formam nestas localidades. In: NOCCHI, Andrea Sant Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves. (org.). *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo*. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/>>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

OIT. *Convenção n. 29 sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório*. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Trabalho Escravo no Brasil do Século XXI*. 1. Ed. Brasil: 2006. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 02 de maio de 2016.

PEDROSO, Eliane. *Da Negação ao Reconhecimento da Escravidão Contemporânea*. In: NOCCHI, Andrea Sant Pastous; VELLOSO, Gabriel Napoleão; FAVA, Marcos Neves. (org.). *Trabalho escravo contemporâneo: o desafio de superar a negação*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

PINTO, Lúcio Flávio. *Volks: lá e cá*, 2015. Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2015/10/28/volks-la-e-ca/>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

_____. *Volks na Amazônia: destruição*, 2013. Disponível em: <<https://br.noticias.yahoo.com/blogs/cartas-amazonia/volks-na-amaz%C3%B4nia-destrui%C3%A7%C3%A3o-155248413.html>> Acesso em: 10 de maio de 2016.

REPÓRTER BRASIL. *No último dia, governo lança portaria que recria “lista suja” da escravidão*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/>>. Acesso em: 18 de abril de 2016.

ROUILLÉ, André. *A Fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. *Fotojornalismo: Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa*. Porto: Imprensa da Universidade do Porto, 2002.

Os conflitos por terra no litoral sul fluminense (1964-1985): um aspecto da ação do setor empresarial na ditadura civil-militar

Iby Montenegro de Silva¹

Resumo

A partir da análise bibliográfica e documental, a pesquisa Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988) mapeou os conflitos fundiários ocorridos no Rio de Janeiro no período do regime civil-militar, constatando que muitos deles foram consequências da implementação de projetos de desenvolvimento pelo regime, que derivou no crescimento das atividades industriais e de serviços. Os conflitos ocorridos no litoral sul fluminense são exemplos disso. Com foco nestes conflitos, a presente comunicação debate a outra face do que foi a repressão exercida pela ditadura: a repressão em função dos interesses empresariais.

Palavras-chave: Conflitos agrários. Rio de Janeiro. Ditadura.

Introdução

O regime autoritário marcou a história do Brasil, sobretudo, pelas suas ações repressivas, sendo a mais conhecida a cometida contra os “subversivos da ordem”: estudantes, sindicalistas, trabalhadores urbanos e rurais, religiosos, que foram mortos, torturados e presos ao serem classificados pelo governo como pessoas perigosas à segurança nacional, ou seja, como parte de organizações de propagação das ideias comunistas no país.

¹ Mestre em ciências sociais pelo CPDA/UFRJ. Foi bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica da Faperj no Projeto Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988).

Contudo, o governo também atuou contra os críticos aos seus planos desenvolvimentistas. Resumidamente, o regime buscou aprofundar a modernização da indústria e dos serviços no país, visando com isso atender aos interesses de empresas multinacionais. Para tal, também fez uso da violência, muito embora esse aspecto da ditadura seja menos visível nas pesquisas sobre o período.

A pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*² mapeou e analisou os conflitos fundiários ocorridos no Rio de Janeiro naquela época e constatou que muitos deles foram consequência da implementação de projetos de desenvolvimento promovidos pelo governo ditatorial. Os conflitos ocorridos no litoral sul fluminense³ são exemplares: nesta região, os projetos de desenvolvimento derivaram na chegada de uma multiplicidade de empresas turísticas, resultando no despejo das populações locais de suas moradias e de seus trabalhos agrícolas.

Esses indivíduos não só foram expulsos, como foram reprimidos e violentados, além de terem sido marginalizados quanto às decisões sobre a reconfiguração socio-espacial em curso. As ações de despejo e repressão em grande medida foram feitas por agentes privados que agiram em nome das empresas. Também foram feitas por policiais e outros representantes do Estado, que agiam em razão dos projetos que ali chegavam.

O principal destes projetos foi a estrada Rio-Santos, construída ao longo da década de 1970. Sua construção foi um dos primeiros trabalhos desenvolvido pela Empresa Brasileira de Turismo (Embratur): o Plano de Aproveitamento Turístico (Projeto Turis) foi criado para o reordenamento territorial de todo o litoral sul fluminense e norte paulista com vista a indústria do turismo. Ao cabo, o Projeto legitimou uma reordenação espontânea da região, a partir da especulação imobiliária e da apropriação das terras por pretensos proprietários.

No entanto, houve resistência das populações locais em permanecerem nas suas terras. Seguiu-se uma luta pelo direito à terra e também pelo direito à identidade: o costume, a tradição e a memória dos povos que viviam a gerações no litoral sul fluminense

² Voltada para auxiliar os trabalhos da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro.

³ Região que abriga os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty.

se viram ameaçados diante de uma reforma territorial promovida pelo Estado (na qual não cabia os ‘remanescentes do passado’ ou os ‘resistentes ao progresso’).

É observando o processo de implementação dos projetos de desenvolvimento no litoral sul fluminense e o perfil das empresas e empresários que ali chegaram nesta época, bem como as suas ações repressivas, que apresentaremos neste artigo uma reflexão sobre a relação do Estado com o empresariado no regime ditatorial brasileiro e as maneiras pelas quais os trabalhadores do campo resistiram.

Os projetos de desenvolvimento e a eclosão dos conflitos por terra no litoral sul fluminense: breve histórico

O Brasil passou por um intenso processo de industrialização e por diversas ações no sentido da sua modernização econômica⁴. Ao passo disso, questões sociais, como a agrária, também adquiriram peso substantivo (Medeiros, 1989). Também cresceu a força dos movimentos sociais.

Após a renúncia de Jânio Quadros⁵, o país submergiu numa crise econômica e política⁶. Assumiu o vice-presidente João Goulart, que baseou seu mandato numa agenda política

⁴ No início do século XIX, o espaço físico e o poder social econômico brasileiro encontravam-se concentrados nas grandes propriedades rurais, voltadas, sobretudo, para os mercados internacionais (Garcia; Palmeira, 2001). A mudança se deu da metade para o final deste século, quando a produção de insumos começou a se dar fora dos domínios do setor agropecuário, originando novas formas de relacionamento entre o setor e os consumidores: crescentemente se deu a formação da agroindústria moderna, ou seja, empresas que agregam investimentos de processamento em escala industrial de um produto a uma rede de fornecedores de bens agrícolas, com parâmetros definidos (Garcia; Palmeira, 2001). Com o golpe de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas ao poder, nasceu um novo tipo de Estado, consolidando um padrão de desenvolvimento baseado nos setores urbanos e industriais da economia, voltado para atender um mercado interno em franca expansão (Szmrecsányi, 1996). Contudo, este novo Estado manteve a relação entre o capital agrícola e o industrial.

⁵ No início da década de 1960, a convergência de classes populistas no poder e a forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais divergentes, que haviam surgido durante a concentrada industrialização da década de 1950, propiciada por Juscelino Kubitschek: eram os interesses das empresas multinacionais e as classes trabalhadoras industriais (Dreifuss, 2008). Os interesses multinacionais achavam-se em proeminência econômica no final do período de Juscelino Kubitschek e durante a administração de Jânio Quadros, e, “Para evitar os controles do Congresso e a pressão popular, os interesses multinacionais e associados estimularam a criação de uma administração paralela, a qual provia a representação exclusiva de tais interesses.” (p. 46-47) Enquanto isso, as classes trabalhadoras fizeram do Congresso uma plataforma cada vez mais eficiente para a expressão dos seus interesses em oposição direta ao bloco oligárquico industrial. Sob pressão, Jânio Quadros “...tentou resolver as contradições do regime através de uma manobra ‘bonapartista civil’”, a sua renúncia (Fausto, 2008).

reformista: em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, João Goulart anunciou uma série de projetos de mudanças na estrutura do país, como nas áreas agrária, econômica e educacional. Tais reformas foram amplamente apoiadas pelos movimentos sociais, no entanto, e em grande medida em razão da intensidade da pressão pelas reformas, houve o golpe de Estado, dando início ao período ditatorial. O golpe de 1964 teve um caráter militar explícito, porém, sinalizou aos setores empresariais que estes poderiam participar das tomadas de decisão do Estado (Dreifuss, 2008). A colaboração do setor civil com os militares se deu na presença de elites civis em postos de planejamento da política econômica.

No plano estadual, a industrialização do Rio de Janeiro passou pela construção de empresas estatais⁷ começando a receber uma significativa quantidade de migrantes de diferentes pontos do país (principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba). Também houve uma intensa mobilidade interna da população. Eram trabalhadores rurais vindos das zonas decadentes da cafeicultura ou contingentes atrás de empregos urbanos.

No litoral sul fluminense, a reordenação espacial voltada para a industrialização ocorreu nos anos 1950 e 1960. Concentrou-se basicamente nos municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba. Antes disso, essas localidades não sofreram grandes modificações sócio-espaciais: desde a decadência das grandes fazendas de cana e café no século XIX, permaneceram habitadas por comunidades originárias destas antigas fazendas - descendentes de escravos e caiçaras⁸ -, além dos índios guaranis.

⁶ A inflação entre 1959 e 1960 superou os 30% ao ano. Frente a isso, Jânio Quadros optou pela estabilização da economia através da desvalorização cambial, da contenção dos gastos públicos e da expansão monetária (Fausto, 2008). Com isso os subsídios para a importação de trigo e petróleo foram reduzidos, provocando uma elevação substantiva no preço do pão e dos combustíveis. Ainda, o então presidente contraiu empréstimos nos Estados Unidos, com o apoio do presidente americano Kennedy, que via em Jânio um caminho para o impedimento da entrada do comunismo na América Latina (Fausto, 2008). Na segunda metade do ano de 1961, Jânio passou a afrouxar as medidas de contenção financeira. “Nesse mês de agosto, com um gesto, pôs fim ao seu governo” (p. 440).

⁷ Como a Fábrica Nacional de Motores (1939), a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Fábrica Nacional de Alcalis (1943).

⁸ São populações cuja miscigenação – europeu, índio e escravo – frutificou numa maneira particular de ser, que vai desde a sua forma de festejar até a sua linguagem. Também estas populações possuem casas específicas, localizadas nas praias e serra do litoral, e uma produção que combina a pesca coletiva, o extrativismo e a agricultura, voltada quase que exclusivamente para a sua própria subsistência. Este modo de vida se explica, segundo Diegues (2005), pelo desenvolvimento de técnicas e conhecimentos derivados da combinação dessas

Para Ribeiro (2007), o marco do início do processo de mudanças no litoral sul fluminense foi a construção dos estaleiros da Verolme, na Baía de Jacuecanga em Angra dos Reis, na década de 1950. Foi quando a região foi ocupada por galpões de armazenagem, grandes barcos para recepção, reparo e construção de navios. Paralelamente, houve uma expansão urbana. Já na década de 1970, também em Angra dos Reis, foi instalada a Central Nuclear. Ainda nesta década foram instaladas explorações de carvão por metalúrgicas.

Ao longo dos anos 1950 e 1970, Angra dos Reis foi se tornando um polo industrial, de influência sobre outros municípios, como Paraty. Iniciou-se, simultaneamente a esse processo, uma corrida de trabalhadores para os estaleiros (Pacheco, 2010). Com isso, o município passou a ter uma economia relativamente diversificada e uma organização social bem distinta da que se tinha anteriormente.

Especificamente no período civil-militar, Angra dos Reis foi declarada área de Segurança Nacional, através do decreto-lei n. 72, em julho de 1969. Isso se deu porque o governo federal já previa a implantação da Usina Nuclear ali: a lei era voltada para capitais e municípios determinados pelo governo como de interesse nacional. Com a lei, os moradores passaram a não poder mais escolher pelo voto o seu prefeito, que passou a ser indicado pelo presidente da República. Ao que consta na pesquisa de Ribeiro (2007), a inclusão de Angra dos Reis como área de Segurança Nacional atendeu a solicitação de um grupo de proprietários que faziam parte da Associação Comercial local. Ainda para o autor, neste tempo também houve a cassação das lideranças políticas e sindicais.

No que se refere a Paraty, em 1947 o seu Código de Obras foi alterado, visando a delimitação de um bairro histórico, prevista no Decreto de Tombamento Estadual. Porém, só em 1966 a cidade foi tombada como Monumento Nacional. Almeida (1997) enfatiza que esta iniciativa era vista como necessária, pois, no início da década de 1960, Paraty já estava exposta à especulação imobiliária e à devastação florestal, diante da promessa da construção de uma estrada que ligasse o Rio de Janeiro a Santos, cortando todo o litoral sul fluminense. A razão da construção da Rio-Santos era servir de via de comunicação entre as

descendências e da combinação destes conhecimentos com a natureza local: a Mata Atlântica e seus microecossistemas (Diegues, 2005)

indústrias do litoral sul fluminense e do norte paulista e de permitir a entrada do turismo na região.

O jornal *Gazeta de Angra* apresenta diversas matérias sobre a construção de estradas nos anos 1960 no litoral sul fluminense, sendo exemplo a construção da BR-6, promovida pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) no ano de 1966, para ligar Angra dos Reis a Paraty. Em 21 de agosto de 1966, o jornal noticia a visita do governador da Guanabara, Francisco Negrão de Lima, e sua comitiva ao local onde passaria a estrada. Após o evento, o DNER acelerou a execução dos serviços de terraplanagem da área, argumentando-se que “o traçado da rodovia pioneira foi considerado pelos técnicos que a visitaram como um dos mais bonitos do Brasil.” (p. 1). No dia 10 de maio de 1967, o *Gazeta de Angra* publica uma matéria sobre a visita da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Flumitur) à Angra dos Reis, feita entre os dias 29 e 30 de abril deste ano. A instituição visitou “as classes empresariais e seus representantes” para traçar planos e tomar providências para o desenvolvimento turístico da região sul fluminense.

Ao mesmo tempo em que tais visitas eram feitas, estudos de viabilidade técnica e econômica para a construção da Rio-Santos foram realizados pela empresa Sondotécnica, contratada pelo DNER. O estudo foi analisado por Pacheco (2010), e, segundo sua avaliação, o entendimento da Sondotécnica para a construção da Rio-Santos baseava-se na importância da rodovia para a segurança nacional, dada a presença das indústrias de interesse nacional em Angra dos Reis, mas também a sua importância para o bem estar social, em face da numerosa presença de praias, ilhas e matas existentes.

A construção da Rio-Santos se deu ao longo da primeira metade da década de 1970, sendo aberta ao tráfego em 1975. Foi neste período que a região do litoral sul fluminense sentiu de maneira contundente os impactos das mudanças sociais e ambientais que atravessara desde 1950. Também foi o período em que a área sofreu com mais intensidade a apropriação de suas terras pelo setor empresarial, com a chegada de um grande contingente de agentes públicos e privados do setor turístico (Pacheco, 2010; Santos Filho, 2008).

Como salientado, a construção da estrada foi um dos primeiros trabalhos de ordenamento territorial desenvolvido pela Embratur. A Rio-Santos fez parte do Projeto Turis, criado em 1970 para o reordenamento territorial do litoral contido entre Santa Cruz, no Rio

de Janeiro, e Santos, em São Paulo. Elaborado pela empresa francesa Scet Internacional, a pedido da Embratur, o Projeto Turis objetivava uma organização territorial do litoral fluminense e paulista inspirada em modelos de desenvolvimento turístico franceses: Côte d'Azur, Languedoc-Rousillon e Côte d'Aquitaine. Além de ordenar o território, o Projeto também tinha por meta nivelar a tecnologia brasileira em turismo às tecnologias estrangeiras mais especializadas na matéria, para com isso realizar planos futuros de aproveitamento turístico (Fratucci, 2005).

A Embratur balizava a concepção governamental de progresso e unia diretrizes para atividades da 'indústria do turismo' ao interesse governamental de desenvolvimento econômico. Um dos sentidos dado pela Embratur ao desenvolvimento turístico foi a abertura da possibilidade para que o poder público pudesse desapropriar áreas de interesse para atividades turísticas: em 31 de janeiro de 1973, o decreto n. 71.791 dispôs sobre as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo, ficando para a Embratur a tarefa de celebrar os convênios com os municípios.

Em 1972, áreas do litoral sul fluminense foram consideradas prioritárias para a reforma agrária pelo decreto n. 70.986, contudo, a resolução n. 413 expedida pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTur) tornou a faixa litorânea entre Mangaratiba e Bertioga, de até um quilômetro após o eixo da Rio-Santos, como Zona Prioritária de Interesse Turístico. A mudança de planos deu espaço para a eclosão de conflitos de terra em diversos pontos do litoral, como são exemplos os conflitos ocorridos em São Roque, Barra Grande e Taquari e em Campinho da Independência, todos em Paraty.

Para o Projeto Turis, o esperado era que a estrada atendesse à densificação ocupacional das localidades consideradas de interesse turístico, dentro "dos padrões ditados pela natureza e pela realidade nacional", conforme a revista *Rodovias*⁹ (p.41). Ainda, "O princípio metodológico fundamental do projeto visa a alinhar as contingências que induzem a um planejamento lógico, em nível global, às tendências empresariais particulares" (p. 41).

Os elaboradores do Projeto Turis tinham certeza das consequências negativas que a construção da rodovia e o desenvolvimento turístico trariam para a região, no que diz

⁹ Produzida pelo DNER. A revista encontra-se sem data. Apenas a reportagem foi encontrada no acervo da Biblioteca Municipal de Angra dos Reis por mim, em dezembro de 2015.

respeito à preservação ambiental (Siqueira, 1989). Contudo: “Reconheciam também que sua implantação era meta prioritária no governo federal, então em plena época do ‘Brasil Grande’”¹⁰ (p. 62). Apesar de todo o planejamento pelo Turis, o mesmo, ao cabo, declarou a vocação turística do litoral sul fluminense e legitimou sua reordenação espontânea, a partir da especulação imobiliária e da apropriação das terras por pretensos proprietários, feita através do uso da repressão física e psicológica aos moradores locais, com fins na sua expulsão (Guanziroli, 1983; Almeida, 1997; Ribeiro, 2007). Conjuntamente, iniciou-se uma intensa e desordenada devastação ambiental em todo o litoral, como aponta Siqueira (1989).

Os conflitos e violências foram denunciados pelos documentos sindicais, pastorais e pelos moradores. Os conflitos se deram pelas ações ilegais das empresas na apropriação das terras, denominadas “grilo”. Fratucci (2005) salienta que mesmo depois de iniciada a construção da Rio-Santos, o desenvolvimento turístico da região continuou a ocorrer de modo espontâneo e agressões ao ambiente continuaram. Em razão deste descontrole, no período entre 1970-1980 tanto o governo nacional quanto o estadual investiram em ações de preservação florestal. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) passou a atuar na região para garantir o patrimônio ambiental do litoral. Conjuntamente, diversas unidades de preservação foram criadas¹¹.

Para tanto, foi feita a desapropriação das terras afetadas¹². No entanto, alguns destes parques foram objeto de questionamentos quanto à sua instituição e demarcação. Exemplo disso foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina, que sofreu uma alteração na extensão de seu território em 1972, pelo decreto de n. 70.694, reduzindo sua abrangência. Segundo

¹⁰ Na década de 1970, o PIB do Brasil cresceu (11,7% em 1972). A crescente fase de altas taxas de crescimento do PIB do país se consolidou em 1979, quando também ficou apelidada de ‘milagre econômico’.

¹¹ Uma das áreas criadas foi o Parque Nacional da Serra da Bocaina, instituído pelo decreto federal n. 68.172 de 04/02/1971, com 130 mil hectares. Outra foi o Parque Estadual de Paraty-Mirim, em 1972, a partir do decreto estadual n. 15.927. Além desses parques, na Ilha Grande, a Praia de Aventureiro teve uma de suas partes transformada em Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, em 1981; em Paraty, foi criada a Área de Preservação Ambiental do Caiuruçu, em 1983; também foi criada a Área de Proteção Ambiental de Tamoios, em 1986.

¹² O Parque Estadual de Paraty-Mirim, por exemplo, foi composto por terras – Fazendas Paratimirim e Independência- antes desapropriadas para colonização agrícola pelo decreto estadual n. 6.897 de 1960. Em 1972, o Estado do Rio de Janeiro criou o Parque, porém, por intermédio da lei n. 7.220 de 19 de julho de 1973, suas terras foram doadas à Flumitur. Em 1976, por meio do decreto estadual 996, este Parque Estadual passou a ser “Área Estadual de Lazer de Paraty-Mirim”, destacando a área para o aproveitamento turístico.

Almeida (1997) não foi consumada a totalidade da área porque constavam irregularidades na venda de quatro fazendas no Município de São José do Barreiro, onde se situa a sede do Parque, e uma em Paraty, justamente uma parte envolvida num conflito entre caiçaras e a *holding*¹³ Atlantic Community Development Group for Latin America (Adela) - Brazilian Canadian Corporation (Brascan), em Trindade.

É derivação da abertura da Rio-Santos a eclosão dos diversos conflitos por terra no litoral sul fluminense no período ditatorial. E o impacto da construção da rodovia é associado por Ribeiro (2007) ao surgimento de um questionamento dos projetos de desenvolvimento feitos pelo Estado no litoral.

Isso porque o Estado tinha noção da devastação social e ambiental que a estrada causava à região, entretanto, não quis largar de mão a lógica desenvolvimentista e o atendimento aos grupos empresariais, industriais e turísticos. Desta forma, os conflitos por terra ocorridos no litoral sul fluminense se deveram à maneira pela qual o Estado ditatorial agiu com relação às críticas feitas ao reordenamento 'desordenado' que se processava, como também à maneira pela qual o mesmo agiu com relação aos povos que nestas terras viviam: se omitiu quanto à existência destas populações, bem como não escutou as denúncias¹⁴ de violências feitas pelos sindicatos de trabalhadores rurais locais, organizações pastorais ou mesmo por pessoas sensíveis às suas demandas; ao mesmo tempo, permitiu a repressão pelo setor empresarial, quando não agiu em favor dela.

O perfil do setor empresarial turístico e suas ações para a apropriação das terras do litoral sul fluminense no período ditatorial

A implementação de projetos de desenvolvimento como o Projeto Turis e a construção da estrada Rio-Santos mostra que não podemos entender o regime político que se

¹³ Cabe resumidamente dizer que, no plano internacional, a concentração econômica ao longo de todos os anos pré-golpe, também se deu em nível financeiro e realizou-se através de um processo de integração entre empresas. A essa agregação de empresas, unidas em razão de negócios em comum, deu-se o nome de *holding*.

¹⁴ Feitas através de ofícios, jornais, revistas, documentários. Ver a pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*.

configurou entre os anos de 1964-1985 como regido por segmentos militares autônomos: o regime também seguiu diretrizes dadas por civis, preponderantemente o setor empresarial.

Os projetos supracitados foram feitos com claras diretrizes voltadas para a entrada do setor turístico na região, fato que ocasionou o descontentamento de parcelas das populações que ali residiam, sobretudo frente à pressão para a saída de suas terras. Importa dizer que tal pressão em grande medida provinha do empresariado do turismo, que tinha um perfil particular de ação para a apropriação das terras: fizeram uso do aliciamento, a fim de convencer aos trabalhadores a saírem de suas casas e roças, e da repressão física e psicológica, para expulsar os moradores que permaneciam em suas terras.

A ação penal número 866/73, de Amauri Pinto de Castro Monteiro Júnior, Carlos Vitor Alves Delamônica e Elza de Lima Monnerat, do acervo do Brasil: Nunca Mais, traz pistas sobre como operou a ação de apropriação das terras pelo empresariado turístico no litoral. Na ação há uma discussão referente aos conflitos fundiários em Paraty em razão da Rio-Santos, baseada numa matéria publicada pela revista *Veja*¹⁵, em novembro de 1972. A discussão chama a atenção para as violências dos empresários contra as populações locais e afirma que elas se davam num contexto de disputas de interesses entre “grupos das classes dominantes” que estariam ocorrendo por detrás do projeto governamental.

A reportagem da *Veja* apresenta como foi a entrada do turismo na região, a partir da narração da chegada de alguns empresários. Duas trajetórias narradas são as de Maria Dutra e de Gibrail Nubile Tannus, que disputavam a região do Sono, em Paraty. Esta localidade se encontra junto à divisa com São Paulo e destaca-se pela beleza, situada numa bacia entre a antiga Fazenda Laranjeiras e a localidade de Trindade.

Maria Dutra era filha de criação do general Idálio Sardenberg, ex-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Era chamada de “Maria Brasa” porque mostraria “... que nem sempre os negócios eram feitos apenas com viagens de traineiras e sob o manto da justiça” (Veja, 01/11/1972, p. 65). Consta na revista que Maria Dutra viu o rancho que levantava na praia da Bexiga ser incendiado, sendo esta uma das ações repressivas dos demais

¹⁵ O fato do projeto da Rio-Santos ter sido noticiado pela *Veja*, uma revista de alcance nacional, mostra a importância que o assunto tinha naquela época, como projeto de um ‘Estado empresarial’ para a região. A *Veja*, publicação da Editora Abril, fazia edições sobre grandes projetos de engenharia da ditadura, em tom de apoio (Campos, 2014).

empresários aos seus empreendimentos. As disputas de Maria Dutra com outros empresários mostram que entre a classe empresarial também havia disputas e conflitos, dado o grau da especulação. Mostram também que entre eles se praticava a violência, muito embora em níveis bem diferentes daquela praticada contra os pescadores e agricultores.

Gibrail Nubile Tannus, o outro empresário apresentado pela *Veja*, era presidente da Engenheiros Associados S/A (Easa), empresa de produção de componentes eletrônicos, como transmissores de radiodifusão e transformadores, situada em São Paulo. Há diversos relatos de ações repressivas exercidas por ele aos moradores da Praia do Sono, e também da Praia Grande Cajaíba, próxima à primeira, e que igualmente abrigava centenas de caiçaras. Para se apropriar da área, Gibrail Nubile Tannus utilizou a prática do aliciamento, convencendo os agricultores a assinarem contratos de comodatos. Argumentava que assim eles teriam a posse da terra em seus nomes. Contudo, com as assinaturas, o empresário, na verdade, passava a posse das terras para si, posto que o agricultor se reconhecia como comodatário e dava ao empresário o status de patrão, e, logo, de proprietário.

Quando os moradores da Praia do Sono e da Cajaíba resistiam a assinar os contratos, Gibrail Nubile Tannus utilizava ações de repressão, como a queima das casas, a inviabilização da sua produção e reprodução social através do cercamento das áreas e da soltura de gado. Segundo o empresário, suas ações se justificavam uma vez que os trabalhadores atuavam à revelia dos contratos assinados. Para Cavalieri (2003), com esse argumento, o empreendedor forjava uma cobertura legal às suas ações.

De um modo geral, a investida dos empresários que agiram na região do litoral sul fluminense na expulsão das populações de suas posses se deu à semelhança daquelas feitas por Gibrail Nubile Tannus. Contudo, a ação repressiva não foi apenas desencadeada por indivíduos que eram ou se diziam representantes de empresas ou empreendimentos, mas pelas próprias corporações.

O conflito ocorrido em Trindade é exemplo disso. Como exposto, ele foi deflagrado entre os caiçaras e a *holding* Adela - Brascan, no começo da década de 1970. O grupo se interessava pela construção do Condomínio Laranjeiras: com a perspectiva de abrigar 70 mil turistas, o empreendimento visava a construção de três hotéis, um camping, dois clubes e um grande centro cultural, com salas para seminários e festivais de música e teatro.

Jair da Anunciação¹⁶, ao refletir sobre os impactos do conflito em Trindade em sua vida cotidiana, disse: “Então, acontece o seguinte: a gente abandonou a pesca de alto-mar. Porque eu trabalhava num barco de Santos. Eu passava um mês, dois meses no mar, pescando” (entrevista concedida a Iby Montenegro de Silva, em 30/11/2014). O medo de ficar longe da família por conta da presença de jagunços¹⁷ da Adela-Brascan em Trindade mudou brutalmente a rotina de trabalho e a sociabilidade da população local: muitos abandonaram suas casas e roças por não resistirem às ameaças constantes e isso fez com que diminuíssem em muito a prática do mutirão, quando a comunidade opera conjuntamente nos afazeres, seja de cultivo, domésticos ou religiosos.

Além da Adela-Brascan, outro exemplo de empresa que agiu violentamente é a White Martins S/A, que na década de 1970 atuou contra os moradores da localidade de São Gonçalo, em Paraty. Aproximadamente em 1936, a área foi comprada pela empresa, que tentou estender cada vez mais seu território. Muitas pessoas, ainda naquela época, fizeram um contrato com a companhia, reconhecendo-a como proprietária e pagando uma pequena renda. Outros não assinaram o contrato.

Por ocasião da construção da Rio-Santos, a White Martins alegava ser dona das terras, mesmo sendo a sua titulação da área de origem duvidosa: era acusada de tentar se apoderar de terras públicas. Ainda assim, a empresa buscou expulsar os moradores locais, “sendo que algumas vezes portavam metralhadoras”¹⁸. Siqueira (1984) aponta que a empresa chegou a contratar um policial carioca, que bateu nos posseiros, desrespeitou-os e acabou matando dois deles, o lavrador Amâncio Bonifácio da Cruz e seu filho Vitório. Esse policial era Ciro Machado, que se dizia sargento reformado da Polícia Militar. E “quando os jagunços são denunciados ou processados, a Cia. simplesmente os substitui como fez no caso do Ciro Machado”¹⁹.

¹⁶ Jair da Anunciação foi uma das lideranças na resistência contra a Adela-Brascan.

¹⁷ Termo encontrado nos documentos sindicais e de organizações apoiadoras dos trabalhadores; também encontrado em jornais, para designar aqueles que executaram a ação de repressão contra os trabalhadores do campo.

¹⁸ NMSPP/CPDA/UFRRJ, Fetag/RJ. Relatório sobre os problemas dos posseiros de Paraty, 15/10/1981.

¹⁹ Idem.

É importante ressaltar que, antes da chegada das empresas e dos empresários ao litoral sul fluminense, havia certa esperança entre as populações locais de que a abertura da estrada seria um benefício, uma vez que garantiria a eles um menor tempo de viagem às cidades. No entanto, a carta da Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro (SDLB)²⁰ intitulada “Reflexões sobre a Rio-Santos e os problemas criados a partir dela”, afirma:

Comunidades inteiras de pescadores foram prejudicadas. Ao invés de lhes trazer as facilidades do transporte e da vida moderna, vieram tratores das próprias companhias construtoras da rodovia e os especuladores imobiliários, companhias agroindustriais cuja indústria era o turismo, e que trazem consigo a destruição da própria mercadoria que vendem, ou seja, a beleza e um modo de vida característico da região, seu equilíbrio ecológico. Tantos os tratores como especuladores nunca respeitaram os direitos seculares de posse das comunidades caiçaras: enxotaram-nos simplesmente, para as favelas das cidades mais próximas, pagando-lhes um mínimo equivalente pelo valor de suas posses, levando-os a marginalização social e cultural (SDLB, 09/1978).

Segundo os relatos dos antigos moradores, é um exemplo de empresa que levou as populações locais à marginalização social e cultural o *resort* Porto do Bracuhy, que chegou à área de Santa Rita do Bracuí nos anos 1970. Situada em Angra dos Reis, era uma antiga fazenda de café que no século XIX havia pertencido ao comendador José de Souza Breves²¹.

Narrativas dos moradores de Santa Rita do Bracuí sobre o conflito²² revelam uma relação desta população com a terra que passa pela representação coletiva da história das

²⁰ Uma sociedade criada pelos estudantes que frequentavam a praia de Trindade e os caiçaras locais, para juntos atuarem contra a Adela-Brascan. No processo conflitivo, a Sociedade contou com o apoio do advogado Sobral Pinto, através do advogado representante de seu escritório, Jarbas Penteado. A SDLB não só atuou em Trindade, mas também em outras praias de Paraty que sofreram conflitos semelhantes, como a Praia do Sono.

²¹ Ele e seu irmão, Joaquim de Souza Breves, eram donos de diversas fazendas na região do litoral sul fluminense, como uma em Marambaia, utilizada como ponto de observação para ter o domínio do mar e como local para o desembarque de africanos que iam servir de escravos de fazendas da região (Bragatto, 1996). Após a proibição do tráfico de escravos, o local ficou sendo usado para desembarque clandestino.

²² Encontradas em relatos coletados pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/UFF) e pela pesquisa Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro

lutas travadas nos anos 1970 -1980 e pela sua origem, remetida ao tempo da escravidão. Na fala de Manoel Moraes²³, encontradas no documentário *Velhas lutas, jovens histórias*, temos:

Sou descendente da escravidão. Meus bisavós foram escravos. E o José Breves de Souza, ele era dono dessas fazendas aqui. Aqui tudo. E antes de morrer ele fez uma 'dalva' para o pessoal que era escravo da fazenda. E nós vivemos até hoje na fazenda, apesar de muita grilação. Tem grilação destas terras batendo aí, querendo roubar. A Bracuhy mesmo, esse porto, a Bracuhy

Além da fala acima, os documentos que tratam do conflito e a dissertação de Bragatto (1996) mostram relatos de que as terras da fazenda do Comendador Breves foram doadas por ele à padroeira da localidade, Santa Rita: havia sete imagens dela e uma continha dentro de si os documentos que comprovariam a posse das terras aos ex-escravos e seus descendentes de três gerações²⁴. Tendo isso como prova, após a morte do Comendador Breves antigos escravos da fazenda passaram a viver no local, sem perturbações de grande escala. No entanto, pelas narrativas coletadas por Bragatto (1996), “nenhum dos acontecimentos é chamado de conflito e a nenhum deles foi atribuída a importância dada ao ocorrido durante os anos 1970” (p. 112). A autora refere-se à perda de parte das terras para a Companhia Porto de Bracuhy.

O início deste acontecimento se deu nos anos 1960, quando Correia, então presidente da “sociedade civil de proteção dos lavradores”²⁵, propôs à população local a regularização das terras herdadas pelos antigos escravos da Santa Rita do Bracuí. Também propôs que a cada dez alqueires de terras legalizadas três ficariam para a associação. Muitos aceitaram. Dois anos depois, nenhuma terra tinha sido legalizada (Bragatto, 1996). Segundo José

(1946-1988); também no documentário *Velhas lutas, jovens histórias*, do observatório jovem da UFF e em jornais da época, encontrados na Biblioteca Municipal de Angra dos Reis.

²³ Liderança que atuou no conflito de Santa Rita do Bracuí.

²⁴ Em 15 de janeiro de 1877, José de Souza Breves havia feito um testamento em que assinava a doação em regime de usufruto das terras aos escravos que nelas trabalhassem. O testamento foi registrado no cartório de Pirai em 1879, ano da morte do comendador.

²⁵ A pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* não conseguiu maiores informações sobre a organização.

Adriano da Silva, que foi entrevistado pela Bragatto, Correia era um grileiro e tinha influenciado Antonio Azevedo – de apelido Âmbar – a fazer o pedido de usucapião das terras da fazenda.

Âmbar era comerciante e, conforme a autora, tinha certo prestígio econômico junto aos demais moradores. Também exercia certa liderança. Em 1967, ele entrou com ação de usucapião sobre 32 alqueires de terra, onde havia famílias, e a vendeu para Renato Xavier, dono da Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. Com isso, passou a fazer contratos com os antigos moradores para apropriação das terras da fazenda, por valores irrisórios. Muitos deles aceitaram o contrato, por medo de perder tudo que tinham.

No jornal angrense *A Maré*, de dezembro de 1980, há uma carta escrita por Manoel Moraes, que explicita a situação dos moradores após a chegada da Empresa Incorporados Bracuhy:

Hoje, depois da Rio-Santos, aparecem pessoas que se dizem donos, através da inteligência e do corpo de advogados conseguem enganar os posseiros, dizendo que são donos da terra e por aí oferecem a indenização dizendo que se a pessoa não aceitar sairá sem direitos. E isso que aconteceu na Fazenda Santa Rita do Bracuhy (p. 3).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 os moradores da Fazenda Santa Rita foram ameaçados de expropriação pela Empresa Incorporados Bracuhy Administração, Participações e Empreendimentos Ltda. O empreendimento tinha por objetivo construir na região da antiga fazenda um condomínio de luxo, o Porto do Bracuhy, e, para tal, houve a colocação de cercas de arames, a soltura de gado nas lavouras dos trabalhadores e o desvio de leito do rio Bracuhy, impedindo os moradores de terem acesso à água.

O processo de expropriação foi “até do nome”, afirmam depoimentos de moradores, coletados por Bragatto (1996). O nome da fazenda e de Santa Rita virou o nome do empreendimento e da imobiliária que vendia os terrenos na área ocupada pelo complexo turístico. Para Deodata, uma antiga moradora, “... isso tudo foi uma tentativa de confundir o

povo, acabaram tirando as pessoas do lugar, roubaram das pessoas o lugar, mas primeiro roubaram o nome” (Bragatto, 1996, p. 40).

De modo geral, Siqueira (1984) sintetiza o que ocorreu às comunidades do litoral sul fluminense com a chegada do setor empresarial as suas terras:

Nesses vinte anos, os caiçaras que conseguiram sobreviver em suas terras descobriram um fenômeno novo em sua sociedade: os que foram para a cidade receberam dela somente o pior, a favela, a periferia infecta, a marginalização. E o preconceito que o ‘homem da cidade’, o ‘branco civilizado’ tem em relação a eles. Aurélio Buarque de Hollanda, no seu Dicionário da Língua Portuguesa, registra o consenso capitalista sobre o caiçara. Para quem só vê o lucro e a ganância como a grande finalidade de vida, o caiçara com sua maneira calma de ser, com sua mística e sua visão de mundo, é o mesmo que ‘vadio, preguiçoso e indolente’.

Essa experiência amarga e sofrida lhes ensinou uma lição: a de que é preciso se mobilizar para enfrentar não somente os grupos econômicos nacionais interessados em suas terras, mas até mesmo os poderosos *holdings* internacionais que vêm nesse litoral o paraíso do lucro.

E nessa luta dos caiçaras pela posse da terra e manutenção de sua identidade e cultura, o apoio que outros setores possam lhe dar é de fundamental importância. Pois o que aconteceu com os indígenas, os primeiros posseiros nestas terras brasileiras, se repete com os caiçaras: genocídio (Siqueira, 1984, p. 16-17)

Considerações finais

Percebe-se que, além da repressão sofrida, as populações locais também se viram lutando pela permanência da sua forma de ser, sua sociabilidade, sua mística, sua visão de

mundo. A resistência também contribuiu para esse tipo de permanência: além do direito à terra, esta foi uma luta por identidade.

No documentário *Velhas lutas, jovens histórias* tanto os antigos moradores de Santa Rita do Bracuí, quanto os jovens e atuais moradores, associam as lutas da década de 1970 a um processo de construção de identidades: as narrativas revelam heranças de tradições construídas ao longo de gerações, e mostram que a existência dos conflitos fez construir entre eles símbolos de luta pela permanência na terra e pela reprodução social.

É exemplo disso a forma como os moradores de Santa Rita do Bracuí se referem ao jongo²⁶. O Relatório Histórico-Antropológico sobre Santa Rita do Bracuí, que registra a definição dos moradores como remanescentes de quilombo, afirma que a ancestralidade desta população, bem como suas reivindicações, encontra-se relacionada à opressão histórica sofrida pelo grupo, pelo tráfico de escravos e pela expropriação de seus territórios tradicionais. Dentre os marcos definidores de sua identidade étnica e cultural, o grupo afirmou ser o jongo uma construção de uma expressão histórico-cultural como outras expressões simbólicas e sociais, feitas em torno da terra e da memória ali construída.

Essa visão de processo histórico relacionada à luta pela terra e pela identidade é reiterada por Délcio Marques, filho de moradores atingidos pelo conflito ocorrido em Itapinhoacanga, Angra dos Reis, e participante da Pastoral da Juventude nos anos 1980 (órgão que esteve junto às lutas dos trabalhadores do campo no município):

A gente começou a perceber que o jongo foi ganhando no Bracuí uma dimensão interessante. Isso foi legal. A criançada entrou, e os mais velhos retornaram. (...) Foi um momento que eu não consegui viver; falar do jongo com o orgulho que eles falam hoje. Angra hoje, a galera sempre convida para fazer um jongo. Você tem essa coisa de falar do jongo muito dentro dos espaços. Mas, assim, numa caminhada difícil para caramba. Mesmo o jongo tendo ficado parado esse tempo todo, ele era muito presente na fala das pessoas, nas lembranças. (Entrevista de Délcio Marques para o documentário *Velhas lutas, jovens histórias*)

²⁶ O ritmo, também conhecido como caxambu, é de origem africana, chegando ao Brasil junto com os negros de origem bantu, trazidos como escravos para trabalhar nas fazendas de café do Vale do Rio Paraíba.

Ele também se remete ao tempo ditatorial, quando muitos agricultores foram morar nas periferias de Angra dos Reis e Paraty. Em entrevista feita pela pesquisa *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, ele afirma que a sociabilidade existente nos antigos espaços rurais – festas e ritos religiosos - encontrou dificuldades para se perpetuar nestes novos ambientes, seja pela dispersão dos antigos moradores nas distintas favelas, seja pelo preconceito dos ‘novos’ moradores (veranistas e pessoas vindas de outras regiões) às suas formas de ser.

Além da resistência por identidade que desembocou na construção de símbolos de luta, ressalta-se também no processo conflitivo ocorrido no litoral sul fluminense o surgimento de sujeitos políticos²⁷. O termo “caičara” foi acionado como uma categoria política, para nominar os nativos da zona costeira que resistiram em suas terras ante a sua apropriação pelo empresariado. Ainda hoje o termo é usado para caracterizar estes mesmos moradores, frente aos conflitos atuais ou no sentido de marcar um turismo diferente ao atual: um turismo regido pelas comunidades, ou, como é denominado, um turismo de base comunitária e de caráter tradicional. Na outra ponta, o termo “grileiro” foi (e é) utilizado para designar agentes externos que se instalaram (e ainda o fazem) na região, dizendo-se proprietários das terras, utilizando-se de violência para tanto.

Os termos não surgiram espontaneamente, mas lado a lado com um processo de organização política das comunidades, mediada por pessoas (estudantes, advogados, padres) e por instituições (como é o caso da CPT, da Pastoral da Juventude, da Fase, dos STRs de Angra dos Reis e de Paraty).

Referências

ALBUQUERQUE, Marcos C. Cavalcanti de. Estrutura fundiária e reforma agrária no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 7, n. 3, Jul./Set. 1987.

²⁷ O uso dos termos assemelha-se ao uso dos termos *posseiros* e *grileiros*, encontrados por Grynszpan (1987). O autor estudou os conflitos por terras ocorridos na Baixada Fluminense entre os anos de 1950 e 1960, e constatou que ao mesmo tempo em que uma grande atividade de loteamento ocorreu na Baixada Fluminense, trabalhadores rurais foram despejados. Essas ações provocaram ações de resistência, dando surgimento a categorias políticas: o termo *grileiro* foi utilizado para designar aqueles que se apropriavam de terras dos trabalhadores, que, por sua vez, passaram a se identificar como *posseiros*.

ALMEIDA, Mariza Costa. *Concepções de Natureza e Conflitos pelo Uso do Solo em Parati-RJ*. Dissertação de Mestrado submetida ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1997.

BRAGA, Maria Christina de Almeida. *A luta pela terra em Trindade. Aconteceu, trabalhadores rurais no Brasil 1981*. Rio de Janeiro: CEDI, Especial 13, 1983.

BRAGATTO, Sandra. *Descendentes de Escravos em Santa Rita do Bracuhy: Memórias e Identidades na luta pela terra*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Um território: Comunidade Remanescente de Quilombo de Santa Rita do Bracuí. Territórios Negros*, v.4, n.16, 2004.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2010.

CAVALIERI, Lucia. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia/Universidade de São Paulo, 2003.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Anna (org.) *Enciclopédia Caiçara: falares caiçaras – volume 2*. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2005.

FAUSTO, Boris. *Historia do Brasil*. 13ª Ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

FRATUCCI, Aguinaldo César. *A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970*. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício e BADIN, Luciana (org.) *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GARCIA, Afrânio; PALMEIRA, Moacir. *Rastros de casas grandes e de senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro*. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro: 1950-1964*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Contribuição à Reflexão sobre o Processo de Produção de um Espaço Regional – O Caso de Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.

GUAZZELLI, Dante Guimaraens; TORRES, Mateus Gamba. *O Estado era a lei: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil- militar brasileira (1964-1979)* Acervo, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, Jan./Jun. 2014.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO Milton (org.) *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOORE JR., Barrington. Injustiça. *As bases sociais da desobediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Delma Pessanha. Mediação social e mediadores políticos. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

NOVAES, Regina Reyes. Contag e CUT: Continuidades e rupturas da organização sindical do campo. In: BOITO, Armando *et al* (orgs.). *O sindicalismo brasileiro nos anos oitenta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Processos e transformações no litoral sul fluminense. *Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro*, 2010. Disponível em: <<https://aarj.wordpress.com/2010/10/31/texto-processos-e-transformacoes-no-litoral-sul-fluminense-maria-emilia-lisboa-pacheco/>>.

RIBEIRO, José Rafael. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Democracia: SAPE, a difícil trajetória do movimento ambientalista em Angra dos Reis*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia/Instituto de Geociências/Universidade Federal Fluminense, 2007.

SANTOS FILHO, João. Ditadura militar utilizou a Embratur para tentar ocultar a repressão, a tortura e o assassinato. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 7, n. 84, 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/084/84jsf.pdf>>.

SIQUEIRA, Priscila. *Genocídio dos caiçaras*. São Paulo: Massao Ohno – Ismael Guarnelli Editores, 1984.

_____. Os caiçaras e a Rio/Santos. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação Seade, v. 3, n. 4, p. 62-64, out./dez. 1989. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v03n04/v03n04_12.pdf>.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Jeremias e o Trotskismo no campo em Pernambuco (1963-1964)

Felipe Gallindo¹

*Aquele que foi já não pode mais não ter sido: doravante, esse fato misterioso,
profundamente obscuro de ter sido é o seu viático para a eternidade.*

Paul Ricouer – A memória, a história, o esquecimento.

*Me enterrem com os trotskistas
Na cova comum dos idealistas
onde jazem aqueles
que o poder não corrompeu
Me enterrem com meu coração
na beira do rio
onde o joelho ferido
tocou a pedra da paixão*

Paulo Leminski – Para a liberdade e luta.

Resumo

Este artigo trata da inserção do Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT nas lutas sociais em Pernambuco no início dos anos 1960, tendo como fio condutor a breve militância de Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias, que foi assassinado quando liderava uma greve de trabalhadores rurais em Itambé, na Mata Norte do estado, em 8 de agosto de 1963. A evolução das propostas dos trotskistas para a questão do campo, as críticas deste agrupamento aos outros setores das esquerdas e os desdobramentos do caso Jeremias, antes e depois do golpe empresarial-militar de primeiro de abril de 1964, serão objetos de análise.

Palavras-chave: Trotskismo. Sindicalismo Rural. Esquerdas.

¹ Mestre e doutorando em história pela UFPE.

Introdução

Oito de agosto de 1963...

Tudo começou e tudo terminou naquele dia. Naquele ano que não acabou em dezembro. Pois o ano de 1963 só encontrou o seu fim num primeiro de abril posterior, mesclado de verde-oliva e sangue...

Foi num começo de tarde de agosto...

Tudo aconteceu no extremo norte da Zona da Mata pernambucana, no então distrito de Ferreiros, pertencente ao município de Itambé. De um lado Itambé. Do outro, Pedras de Fogo - já na Paraíba. O mesmo espaço urbano. Os mesmos latifundiários dominando secularmente a região...

A multidão já começava a se dispersar após uma assembléia na frente da subsede do sindicato de trabalhadores rurais, na qual foi aprovada a continuação da greve no Engenho Oriente devido ao atraso no pagamento do décimo-terceiro salário desde dezembro de 1962².

Os ventos de agosto... Os ventos, naquele distante 1963, traziam consigo uma tempestade social nunca antes vista no campo brasileiro. Essa tempestade era formada pela organização dos trabalhadores rurais e camponeses (Andrade, 1986)³, em sindicatos rurais (Abreu e Lima, 2005, p. 47)⁴ e Ligas Camponesas respectivamente. Estas organizações se multiplicavam às centenas por todo Brasil que tinha a maioria de sua população no meio rural (Gallindo, 2013, p. 35), apesar do crescente processo de urbanização.

² O décimo-terceiro salário foi criado em 13/07/1962, pela lei 4.090, sancionada pelo então presidente João Goulart.

³ Para este autor existe uma conceituação distinta para as expressões, camponês e trabalhador rural. O primeiro deve ser entendido como o trabalhador que ainda possui algum vínculo com o seu meio de produção, ou seja, a terra. O segundo termo refere-se àquele trabalhador despojado de seus meios de produção, que só possui sua força de trabalho como valor de troca no capitalismo.

⁴ Numa tabela produzida pela autora temos um dado significativo: entre 1961 e março de 1964 o número de sindicatos rurais em Pernambuco, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, subiu de sete para 71. Um aumento de quase 1000%!

E a consequência direta desse processo organizativo eram as lutas sociais no campo, que cresciam vertiginosamente, seja pelo direito de acesso à terra, contra a expulsão dos meeiros, foreiros e moradores de condição (Dabat, 2007, p. 84), que sofriam um processo de proletarização. Ou pelo cumprimento das leis trabalhistas, que, neste longo ano de 1963, tinham sido extendidas aos trabalhadores rurais, através do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) sancionado pelo então presidente João Goulart.

Esse processo teve em Itambé, naquele oito de agosto de 1963, um exemplo de como o latifúndio resolvia as questões trabalhistas.

De volta a Ferreiros...

De repente um chamado! Um emissário de José Borba, proprietário do Engenho Oriente, procurava por Jeremias. A mensagem chamava os trabalhadores rurais grevistas para comparecerem à sede do engenho, onde seria pago o décimo-terceiro salário atrasado na presença de um representante do Ministério do Trabalho.

Logo a notícia se espalha. Os trabalhadores ficam eufóricos. “Vitória! Dobramos o "velho" Borba. Se ele, que é o latifundiário mais reacionário da região, cedeu à pressão, quem irá resistir?”.

Jeremias, entretanto, sabia que estava sendo caçado pelos capangas a serviço do latifúndio. Principalmente depois de sua prisão pela Delegacia Auxiliar do governo de Miguel Arraes, sua situação havia se tornado crítica.

Quando ia do Recife para Itambé, nunca descia no mesmo ponto da estrada. Assim que descia do ônibus se embrenhava logo pelos canaviais. Só aparecia em público acompanhado de muitos trabalhadores rurais. Não dormia mais nas casas dos integrantes dos Conselhos de Camponeses, pois estas poderiam ser invadidas e atacadas. Quando chegava a noite, se despedia dos companheiros e procurava abrigo em alguma casa de farinha ou dormia, nas noites sem chuva, ao relento mesmo no meio do canavial.

Mas, apesar de saber tudo isso, ele havia chegado num ponto em que não poderia mais recuar. Sendo assim, segurou o braço do emissário para tentar garantir sua segurança e seguiu junto com seus companheiros.

Talvez ele desconfiasse que aquela pudesse ser sua última caminhada...

Na sinuosa estrada de terra batida, cercados por um verde e ondulante mar de canas de açúcar (regadas com suor e sangue), uma multidão com cerca de quinhentas pessoas, entre trabalhadores rurais e seus familiares, seguia ansiosa.

Entre cânticos e palavras de ordem, a massa camponesa se dirigia para o Engenho Oriente, de propriedade de José Borba.

Mal sabiam o que os aguardava...

Este artigo se propõe a discutir uma das alternativas políticas no campo das esquerdas em Pernambuco (o Trotskismo) no início dos anos 1960, que atuaram junto aos trabalhadores rurais. A atuação do Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT – terá como eixo a militância de Paulo Roberto Pinto – o Jeremias. Serão também analisados os desdobramentos deste objeto de pesquisa, bem como a reconstrução desta memória histórica.

Pernambuco em 1963 – O campo manchado de sangue

O ano de 1963 pode ser interpretado tendo como premissa uma temporalidade subjetiva, oriunda de uma percepção fundamentada em processos históricos e não na formalidade dos calendários.

Ele começou no dia 6 de janeiro e só acabou no primeiro de abril de 1964. O seu marco inicial foi a vitória do presidencialismo no referendo sobre sistema de governo, com cerca de 80% de aprovação dos votantes, enterrando de vez o parlamentarismo imposto pelas forças conservadoras e militares ao vice Jango como uma “solução de compromisso”, a fim de que ele pudesse assumir a Presidência da República após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. E este ano só terminou em primeiro de abril de 1964, com o golpe empresarial-militar⁵ que depôs o presidente Jango.

⁵ A expressão “ditadura empresarial-militar” tem origem na obra do sociólogo uruguaio Rene Dreyfuss, 1964 – *A conquista do Estado*, que realizou uma extensa pesquisa sobre a articulação dos setores internacionalizados da burguesia nacional no complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas Sociais/Instituto de Ação Democrática),

Este breve período, que teve aproximadamente 15 meses (janeiro de 1963 até abril de 1964) foi marcado por uma crescente polarização ideológica, característica do contexto internacional da Guerra Fria, e que se desenvolveu, no Brasil, num processo de acirramento político que também estava presente nas esquerdas, que disputavam a hegemonia dos movimentos sociais.

Como num caleidoscópio de múltiplas possibilidades, tudo isso acontecia simultaneamente, quando, naquele começo de tarde de agosto, a passeata composta por trabalhadores rurais em greve e seus familiares chegou ao Engenho Oriente.

Pistoleiros estavam dispostos em três pontos da entrada do latifúndio, além da porteira. Era uma ação militar premeditada. Segundo uma testemunha do massacre conhecido como a Chacina do Oriente, Tindara, que na época era um menino com 13 anos:

Minha família toda era do Oriente. Eu fui porque quis... Eu sabia porque minha tia trabalhava na cozinha do engenho, e quando ela chegou de noite, ela disse: “- Vocês vão se quiser! Agora descarregaram um caminhão de bala na bagaceira do engenho com 20 sacos de bala!”... tava cheio de hóme. E por trás do açude tava cheio de hóme!” (Gallindo, 2013, p. 116).

A multidão estancou diante da primeira porteira do engenho. A concentração humana tinha consciência de sua força de pressão e tal método de luta se multiplicava pelo Nordeste. Isso aterrorizava os latifundiários que estavam acostumados a ver seus trabalhadores como uma parte integrante de uma paisagem secular, desde os tempos da escravidão, tal qual a terra, o canavial, o açude, a moenda, o gado, etc. Mas aquela multidão era diferente, e para a elite agrária da região tudo mudara depois da chegada do estudante subversivo, o tal do Jeremias. Era preciso eliminá-lo, já que a sua prisão pela polícia semanas antes (Gallindo, 2013, p. 98) não o afastara da região.

em estreita ligação com a Escola Superior de Guerra (ESG). Tal aliança, que pretendia promover a derrubada do governo Jango e a repressão generalizada das lideranças sindicais e das esquerdas, se constituiu, segundo o autor, numa formulação gramsciana, num verdadeiro “partido político”/”bloco histórico” na luta pelo poder. Esta interpretação está atualmente sendo defendida por um grupo de historiadores, dentre os quais Demian Bezerra de Melo (UFF) que discute essa interpretação historiográfica crítica de um revisionismo que busca legitimar o movimento de 1964 no conceito de ditadura civil-militar, no artigo *Ditadura “civil-militar”?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiros no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. In: e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/download/.../6324

Jeremias avançou sozinho para a primeira porteira, onde um capanga do José Borba descansava o fuzil na ponta da bota. Sobre este momento o relato de Gilberto Angelo Monteiro, trabalhador rural na época, e que estava bem próximo de Jeremias é fundamental:

Então a gente largou o trabalho às 11 horas e veio pra cidade, pra vila. Quando chegamos na metade do caminho vinha uma multidão, mesmo muita gente. 1963, Dia 8 de agosto. O dia, a hora e o ano eu lembro, não esqueci... Eu podia ter fugido no meio do caminho, mas o pessoal que chamou era gente de bom coração. Então a gente andava de pés, que a gente andava de pés. Desceu uma caravana de gente. Quando chegamo na entrada do engenho, na estrada, na estrada de Itambé, parou a multidão de gente, e ele disse assim: "Eu sei que vou, mas não volto!", Acompanhemo, atravessemos, a primeira porteira que separa e quando chegamo no barro do açude, eu vendo de pé, perto de Jeremias. E eu perto, perto mesmo, juro a você, francamente, aí chegou o rapaz, menino da porteira e disse assim, eu vi, vi assim: "Só entra um!". De novo: "Só entra um!". Aí eu vi Jeremias em pé. Aí abriu os braços assim, (ele se levanta e abre os braços), mataram ele de braços abertos. Assim. Ele disse: "Eu quero paz!" (Gallindo, 2013, p. 110-111).

Neste extrato do relato, confirmado por inúmeros outros que estão presentes no inquérito sobre o assassinato de Jeremias, temos uma narrativa de seu assassinato. O primeiro tiro estava direcionado para ele, líder sindical. Em seguida começou a fuzilaria sobre a multidão que, desarmada, fugiu desesperadamente.

Até hoje não se sabe o número de mortos e feridos, entre os que pularam no açude para escapar da morte, ou entre os que, feridos, foram internados pelos hospitais da região e do Recife.

A cena final da "Chacina do Oriente" é bastante significativa do contexto social e político que então ocorria no Nordeste do Brasil.

De um lado existiam duas dimensões do movimento popular, ambas em crescimento: os camponeses (trabalhadores que ainda mantinham algum vínculo com a terra como meeiros, foreiros, moradores de condição, etc), organizados nas Ligas Camponesas; e os trabalhadores rurais (trabalhadores assalariados no campo que haviam sofrido um brutal processo de expulsão das terras e forçada proletarização), que se organizavam nos Sindicatos Rurais.

Num Brasil do início dos anos 1960, onde a maioria da população ainda era rural, as manifestações públicas dos dois movimentos eram geralmente massivas. Praticamente todos os dias os jornais locais publicavam matérias sobre passeatas, comícios, assembléias, greves, enfrentamentos e outras manifestações promovidas pelas Ligas Camponesas e pelos Sindicatos Rurais no Nordeste.

Naquele ambiente político tenso da Guerra Fria, certamente as elites nacionais deveriam ficar apavoradas com a massa de camponeses e de trabalhadores rurais, marchando sobre os engenhos, as usinas e as cidades com seus instrumentos de trabalho nas mãos, apontados para o céu, o qual parecia querer tomar de assalto.

Vemos um recorte dessa tática de luta na ida dos trabalhadores rurais até o Engenho Oriente. Os relatos variam sobre o quantitativo de participantes. Um número entre quinhentas a mil pessoas, expressivo naquele contexto. No outro lado, o latifúndio e um histórico de violências seculares contra os povos indígenas, os africanos escravizados e seus descendentes, os camponeses e os trabalhadores rurais.

Naquele contexto específico, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural e as lutas no campo para a sua aplicação, foi criada uma verdadeira situação pré-revolucionária no meio rural. Acostumados a um mando ancestral que incorporava os camponeses à paisagem rural, os latifundiários não aceitavam pagar os direitos trabalhistas.

Numa entrevista concedida à jornalista Débora Duque, do *Jornal do Comércio*, em 26 de agosto de 2013, o atual proprietário do Engenho Oriente, Vital Borba (filho mais novo do falecido José Borba), declarou que lembrava que seu pai afirmava para quem quisesse ouvir

que (depois da criação do décimo-terceiro salário): “- O ano só tem 12 meses! Eu não vou pagar nenhum décimo-terceiro!”⁶

No caso específico de Pernambuco, durante o breve governo de Miguel Arraes à frente do Executivo estadual, o uso tradicional da Polícia Militar na repressão aos movimentos sociais foi praticamente inexistente⁷.

Dessa forma, a elite agrária pernambucana não teve mais sob o seu controle direto as forças repressivas do estado. Então ela própria se armou, constituiu suas milícias particulares e executou as lideranças no campo.

A emboscada que vitimou Jeremias deve ser entendida neste quadro referencial. Além disso, ela teve um caráter de operação militar pela distribuição dos focos de pistoleiros em três posições na entrada do Engenho Oriente. Este evento pode ser visto também como exemplo de um possível padrão na repressão patronal no campo pernambucano e mesmo nordestino.

Cinco dias antes da Chacina do Oriente, foi noticiado no *Última Hora - Edição Nordeste* - que na Usina Santo André, no município de Rio Formoso, cerca de duzentos a 250 trabalhadores rurais foram convidados à administração da Usina para serem informados sobre o pagamento de seus salários.

Enquanto uma comissão de seis trabalhadores rurais era recebida pela administração, os demais eram ameaçados e atacados a tiros pelo administrador e seus capangas montados a cavalo. Houve confronto e um trabalhador rural foi morto e vários ficaram feridos (Gallindo, 2013, p. 106).

O famoso caso do assassinato de João Pedro Teixeira, presidente da Liga Camponesa de Sapé (PB), em 2 de abril de 1962, também ilustra esse possível padrão.

⁶ O autor esteve presente nesta entrevista.

⁷ Durante o governo de Miguel Arraes em Pernambuco (01/1963-04/1964), existiram oito presos políticos: Joel Câmara (estudante de Direito e integrante das Ligas Camponesas que foi preso no final do governo de Cid Sampaio), Carlos Montarroyos (POR-T), Cláudio Cavalcanti (POR-T), Aibirê Ferreira de Sá (POR-T), Joca Zeferino (POR-T), Júlio Santana (Sindicato Rural de Rio Formoso, Serinhaém e Barreiros), Antônio Joaquim de Medeiros / “Chapéu de Couro” e Abdias Soares dos Santos (estes dois últimos companheiros de Júlio Santana) (Gallindo, 2013, p. 144-145).

João Pedro era ameaçado pelos latifundiários do brejo paraibano devido a sua liderança. Morava com a família nas terras de seu sogro que o detestava e que tinha vendido essa propriedade para um latifundiário da região. Este queria expulsar João Pedro das terras. João Pedro entrou com uma ação afirmando que só sairia se recebesse uma indenização pelas benfeitorias realizadas na propriedade.

O caso estava na justiça e havia uma audiência de conciliação em João Pessoa. João Pedro compareceu, mas não o advogado do proprietário.

A audiência foi remarcada e João Pedro retornou para Sapé.

Na sua volta a emboscada já estava preparada...

O assassinato de Jeremias teve desdobramentos múltiplos para a história de Pernambuco, pois, apesar dele ser um dirigente de uma organização revolucionária, que a nível local era extremamente reduzida, sua morte repercutiu em diversas dimensões.

Caminhos do Trotskismo até Pernambuco

As origens do Trotskismo em Pernambuco remontam ao início dos anos 1960, precisamente ao ano de 1962, quando Jeremias foi deslocado para Recife pelo Partido Operário Revolucionário trotskista - POR-T, a fim de iniciar um trabalho político no campo. Entretanto esta corrente política do Marxismo tem uma trajetória histórica bem mais antiga.

O que se convencionou chamar de Trotskismo foi uma das correntes do Marxismo internacional, originada das lutas políticas nos anos 1920 no interior do Partido Bolchevique Russo, do Estado Soviético e na III Internacional Comunista, após a morte de Lenin em 1924.

Este conflito político resultou da oposição entre diferentes concepções de construção de Socialismo. De um lado, sob a liderança de Stálin (1878-1953), secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética – PCUS, a teoria do “Socialismo num só país”, e de outro lado a teoria da “Revolução Permanente” criada pelo antigo presidente do Soviete de São Petersburgo e criador do Exército Vermelho, Leon Trotsky (1879-1940).

Obviamente este era um dos pontos políticos em confronto. Mas, na disputa pela hegemonia no partido, o grupo stalinista classificou os partidários das posições defendidas por Trotsky como “trotskistas”. Em contrapartida, Trotsky e os militantes que se incorporaram às suas teses, a chamada Oposição de Esquerda, chamavam a si próprios de “marxistas-leninistas”. Havia obviamente uma disputa pelo espólio político do líder morto, e Stálin e seu grupo saíram vitoriosos.

A partir do exílio, Trotsky e seus partidários iniciaram as articulações para a criação de uma oposição de esquerda nos partidos comunistas e no interior da III Internacional, para eles, “burocratizada”. Esse movimento teve reflexos no Brasil, desde os fins dos anos 1920, com a criação de agrupamentos de oposição ao chamado stalinismo. A principal liderança dessa geração foi o pernambucano Mário Pedrosa (1900-1981), que participou do congresso de fundação da IV Internacional Trotskista em 1938. Neste período, a primeira geração do trotskismo no Brasil se organizou nos seguintes agrupamentos: Grupo Comunista Lenin – GCL- (1930-1931), Liga Comunista do Brasil – LC - (1931-1933), Liga Comunista Internacionalista – LCI – (1933-1937), e o Partido Operário Leninista – POL – (1937-1939) (Neto; Karepovs in Ridenti; Reis Filho, 202, p. 122-132).

No pós-guerra, surge a segunda geração trotskista, organizada no Partido Socialista Revolucionário – PSR – (1939-1952). Ela foi liderada pelo jornalista Hermínio Sachetta (1902-1982), e teve o jovem Florestan Fernandes entre seus quadros.

A terceira geração do Trotskismo brasileiro teve o seu início em 1952, com a fundação do Partido Operário Revolucionário Trotskista - POR-T (1952-1980). Este partido teve uma área inicial de atuação nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (Leal, 2004, p. 159). Desde sua fundação o seu dirigente máximo internacional foi o argentino J. Posadas (1912-1981).

A partir do início dos anos 1960, o POR-T teve uma presença no Nordeste nos estados de Pernambuco, Paraíba e Ceará. O crescimento dos movimentos sociais no campo foi decisivo para que o POR-T tivesse interesse em deslocar militantes para um dos centros da luta de classes no meio rural - Pernambuco.

Tal resolução foi tomada depois da participação do partido no I Congresso da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB, em novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte. Este encontro nacional reuniu cerca de 1200 delegados de 20 estados. A importância da questão rural era tamanha que a sessão final do encontro teve a presença do presidente João Goulart, de vários ministros (dentre eles o primeiro-ministro Tancredo Neves) e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Apesar de contar com uma minoria no evento, os integrantes das Ligas Camponesas, liderados pelo então deputado estadual Francisco Julião, conseguiram conquistar a maioria dos delegados do congresso com suas propostas radicais de “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”.

Neste encontro foi que o jovem Paulo Roberto Pinto⁸ conheceu de perto o embate de projetos para o movimento social no campo e travou os contatos que pouco depois o levariam a lançar as sementes do Trotskismo em Pernambuco.

Segundo depoimento prestado pelo militante trotskista uruguaio Pedro Makovsky Clemachuk (Gustavo) ao historiador Murilo Leal, em 10/05/1997, o deslocamento de militantes para o Recife foi uma decisão do Comitê Central do POR-T:

Para isso tivemos várias reuniões, inclusive no bureau político, para analisar isso aí. E foi aí que eu me encontrei com o Jeremias e o Fábio [Munhoz]. O Jeremias já tinha começado a fazer um trabalho, tinha

⁸ Paulo Roberto Pinto nasceu em 22/09/1940 em Minas Gerais. Ainda criança acompanhou a família para o interior do estado de São Paulo, na cidade de Mogi das Cruzes, onde o pai, Sebastião Pinto Santana, montou uma pequena oficina gráfica. Antes de ser um micro-empresário, o pai de Jeremias era simpatizante do PCB, chegando a ser preso sob a acusação de ser comunista nos anos 1950. Essa influência foi decisiva para o então adolescente Paulo Roberto. Entretanto, quanto mais prosperavam os negócios do pai, mais este se tornava capitalista, e mais crítico ficava o seu filho “Paulinho” como era chamado pela família. Até que este, que trabalhava na gráfica do pai, organizou os trabalhadores e juntos fizeram uma greve por melhores salários. Foi demitido e expulso de casa pelo pai/patrão. Foi trabalhar como metalúrgico na empresa Mineração Geral do Brasil em Mogi das Cruzes e se aproximou dos trotskistas do POR-T. Viajou para a Argentina a fim de auxiliar o partido trotskista local ligado ao posadismo nas eleições provinciais de 1961. Volta para São Paulo já como dirigente nacional do POR-T (as pequenas organizações revolucionárias possibilitavam uma ascensão rápida de jovens quadros para as direções partidárias, diferente dos partidos tradicionais de esquerda, como o PCB, que tinha cristalizado na sua direção, quadros bem mais idosos). Em fins de 1961, Jeremias vai numa atividade partidária para o congresso camponês em Belo Horizonte, onde trava contatos com um dos auxiliares diretos de Francisco Julião, o jovem estudante de direito Joel Câmara, e é, a partir desses contatos, informado à direção de seu partido, que decide enviá-lo para Recife, para iniciar uma atividade partidária que consiga se integrar ao movimento social no campo.

voltado pra São Paulo pra se encontrar com a gente... depois ele voltou de novo e eu fui com o Fábio para lá.⁹

Podemos observar que a ida de Jeremias e de mais dois militantes para Pernambuco foi objeto de uma intensa discussão por parte da direção nacional do POR-T sediada em São Paulo. A percepção de que existia todo um espaço político para ser disputado pelas forças de esquerda no campo nordestino devia ser muito evidente depois do congresso da UltaB em novembro de 1961. Nada melhor do que iniciar um trabalho partidário no estado que estava na vanguarda do movimento rural e que tinha uma histórica tradição de lutas sociais no campo, com as primeiras Ligas Camponesas, criadas ainda na segunda metade dos anos 1940 (1945/1947) pelo PCB (no seu curto tempo de legalidade, 1945/1947), e a famosa Liga Camponesa fundada em 1955, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (Abreu e Lima, 2005, p. 28-29)¹⁰, e que tinha Francisco Julião como seu maior expoente.

O início da organização trotskista em Pernambuco contava com três militantes: Jeremias em Itambé e Gustavo e Fábio Munhoz em Recife. Jeremias, que foi para Itambé por convite de Joel Câmara, passava a maior parte de seu tempo lá, retornando ao Recife para as reuniões do reduzido Comitê Regional do Nordeste. Gustavo, que não tinha a documentação de estrangeiro regularizada, vivia clandestinamente, não podendo fazer intervenções públicas. Fábio Munhoz não suportou a falta de recursos e retornou para São Paulo (Montarroyos, 1982).

Em Itambé o trabalho organizativo de Jeremias à frente do sindicato rural (que não existia legalmente, só politicamente, e só foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho em janeiro de 1964, quando estava sob intervenção federal) acumulou forças em poucos meses de atividade (entre quatro e cinco meses no primeiro semestre de 1963).

⁹ CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP. CEMAP/Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, Acervo POR-T.

¹⁰ As primeiras Ligas Camponesas, ligadas ao PCB, foram associações civis de trabalhadores rurais em cidades da Zona da Mata pernambucana e também no Grande Recife. Foram extintas com a ilegalidade do PCB e seus líderes perseguidos, presos e até assassinados. O movimento dos camponeses do engenho Galiléia, em 1955, contra a expulsão de suas moradas tradicionais e o aumento do foro, foi denominado por seus integrantes de Sociedade Agrícola dos Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – SAPPP. A grande imprensa local, no seu discurso anticomunista, batizou-o de Liga Camponesa, expressão que ficou consagrada ao movimento.

Segundo Aybirê Ferreira de Sá (1936-2012), militante do POR-T que foi deslocado para Itambé para continuar o trabalho político de Jeremias, a razão para o crescimento organizativo do movimento dos trabalhadores rurais de Itambé e o conseqüente crescimento da liderança de Jeremias na região deveu-se primordialmente a uma metodologia de organização da estrutura sindical, elaborada a partir de um referencial ideológico:

Jeremias aplicou métodos de luta revolucionários e mudou toda a concepção de organização sindical onde atuou. Não só impediu a formação de uma burocracia sindical na região, como deu ao sindicato, um caráter revolucionário. Desse modo no lugar de delegados sindicais, ele organizava Conselhos de Camponeses, eleitos diretamente pelos trabalhadores. Os integrantes desses Conselhos não recebiam salários especiais nem se afastavam da produção, e eram proporcionais à quantidade de camponeses de cada região... Além do mais, todos esses Conselhos eram eleitos para trabalhar por dois anos, mas com revogabilidade de mandato... Foi essa forma de organização revolucionária, que deu autoridade política a Jeremias... (Sá, 2007, p. 43-44).

O referencial teórico no qual foram criados os Conselhos de Camponeses foi o clássico livro de Trotsky, *Programa de transição para a revolução socialista*, de 1938, e que foi escrito para ser a base programática da IV Internacional Comunista, fundada no mesmo ano. Neste texto, é discutida a questão das comissões de fábrica, e o modelo proposto por Trotsky foi adaptado por Jeremias para a realidade arcaica da estrutura de exploração agrária nordestina. Essa forma de organização dos trabalhadores rurais, os Conselhos de Camponeses, pode ser considerada a contribuição mais original e importante do Trotskismo no Brasil para a história dos movimentos sociais no campo.

Foi, em certa medida, um contraponto à política praticada pelo PCB no sindicalismo rural, que era a eleição de delegados sindicais. Obviamente nem todos os delegados sindicais eram corrompidos pelo poder patronal, mas a experiência dos Conselhos de

Camponeses abriu novas possibilidades como um mecanismo de controle da base operária sobre suas lideranças.

Para podermos conhecer as polêmicas entre as diversas forças políticas de esquerda que atuavam na Zona da Mata pernambucana naquele período imediatamente anterior ao golpe empresarial-militar de 1964, retorno ainda a um trecho da autobiografia de Aybirê Ferreira de Sá:

O PCB, PC do B, a igreja e AP (Ação Popular) se organizavam sem consulta direta aos camponeses. Esses delegados passavam a não mais trabalhar na produção sob a alegação de que tinham de desenvolver um trabalho político-sindical... Para isto, o delegado era afastado da produção e recebia um salário feito por vaquinha, conhecido por cota do delegado sindical... Quanto mais trabalhadores tivesse o engenho, mais o delegado recebia (Sá, 2007, p. 42).

Mais uma vez o veterano militante do POR-T faz uma crítica feroz dos métodos organizativos das demais forças políticas que atuavam no campo em Pernambuco, destacando o processo de distanciamento da liderança por local de trabalho de sua base sindical. Certamente seria necessária uma análise mais aprofundada das práticas políticas das diversas organizações citadas para podermos fazer uma análise comparada entre elas, algo que foge ao escopo deste breve artigo, entretanto podemos perceber claramente a radicalidade do discurso trotskista no período abordado.

Tal crítica à burocratização do movimento operário urbano e rural será extensiva ao governo federal de então, como podemos ver, ainda, com Aybirê Ferreira de Sá (2007, p. 43): “Era com isso que o PC e o próprio Goulart contavam para controlar os sindicatos, ou seja, formando uma grande burocracia sindical no campo, como fez Getúlio com os sindicatos operários no Brasil”.

Crítica retrospectiva à política varguista no movimento operário, visando seu controle, e se reportando a tal prática como paradigma para o PCB e o presidente Jango.

Ampliando o quadro histórico das posições políticas e programáticas das esquerdas na época, entendidas como análises conjunturais que embasavam projetos revolucionários alternativos, reproduzimos a fala de um militante do POR-T, Martinho Leal Campos (militou entre os anos 1960 e 1970 no movimento estudantil e operário). Este, ao ser questionado sobre as diferenças políticas entre o POR-T e as demais forças da esquerda brasileira no período do início dos anos 1960, respondeu:

Sobre a posição política do PORT no período anterior ao golpe de 1964, esclareço que se diferenciava dos demais agrupamentos da esquerda brasileira, em primeiro lugar, pela sua caracterização de partido internacionalista, obviamente anti-stalinista, em luta contra a visão etapista da construção do socialismo defendida pelo PCB, que significava na prática estar a reboque do que esse partido denominava de "burguesia nacional progressista". O PORT analisava o quadro estrutural daquele momento como sendo de alto teor pré-revolucionário, o que demandava uma direção de esquerda desvinculada das limitações do governo nacionalista populista de João Goulart, bem como das deficiências programáticas do governo de Arraes e das contradições próprias do movimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião. Os trotskistas observavam com o olhar mais favorável as ações do movimento liderado por Leonel Brizola por verem nele maior aproximação com a dinâmica do nacionalismo revolucionário latino-americano, cuja linha deveria no processo encaminhar-se para uma posição socializante. Em geral, o PORT propunha a frente única de Operários, Camponeses e setores radicais da pequena burguesia, envolvendo ainda soldados, suboficiais e mesmo oficiais de esquerda dentro das Forças Armadas. No campo, tendo o Nordeste como base prioritária de atuação, o PORT defendia a aplicação imediata de um programa revolucionário voltado para organização dos sindicatos rurais, calcado nas lutas reivindicatórias típicas do contexto socioeconômico e político da situação agrária daquela região. Diferentemente do PCB e de Arraes,

que vislumbravam apenas a luta pelos direitos sindicais e outros do campesinato e dos assalariados rurais, sem apelar e mesmo tentando impedir quaisquer ações que pudessem agravar esse processo no sentido da luta revolucionária socialista.¹¹

O primeiro ponto desta análise, que reproduzi por extenso devido à dimensão histórica do registro e pela diversidade de pontos abordados, trata da diferenciação teórica entre o POR-T e as demais forças políticas de esquerda presentes no Brasil, notadamente o PCB.

Trata-se da concepção internacionalista do Trotskismo expressa no fato do POR-T ser a seção brasileira da IV Internacional Posadista. A III Internacional Comunista, fundada em 1919, no contexto político da vitória da revolução bolchevique na Rússia em 1917, e dissolvida por Stálin em 1943, inserida nas negociações da União Soviética com os governos capitalistas da Grã-Bretanha e dos EUA. Apesar do PCB continuar tendo um referencial político internacional que era a União Soviética, não existia mais uma organização revolucionária de caráter mundial.

Tal concepção do POR-T estava de acordo com o ideário da revolução permanente trotskista que preconizava o caráter internacional da revolução socialista. Também de acordo com essa elaboração teórica do Trotskismo, Martinho Leal Campos destaca uma segunda diferença com a política do PCB, ou seja, a temporalidade do processo revolucionário.

Para o PCB, seguindo a linha adotada desde quando a III Internacional, já sob a hegemonia stalinista, elaborou a política de Frentes Populares, em meados dos anos 1930, depois do desastre da linha política anterior de ultra-esquerdismo¹², a revolução socialista seguia um modelo conhecido como etapista. Este modelo, que caracterizava as sociedades de países como o Brasil como sociedades semifeudais, dividia o processo revolucionário em duas etapas, a primeira, visando a superação dos resquícios feudais e o desenvolvimento do

¹¹ Entrevista concedida ao autor em 24 de abril de 2014.

¹² Em 1933 o “jovem cabo da Boêmia”, Adolf Hitler, tornava-se chanceler na Alemanha. A chegada do Partido Nazista ao poder foi possível graças a divisão dos seus opositores, o Partido Comunista Alemão, o maior partido comunista do ocidente, e a Social-Democracia Alemã. Os comunistas, seguindo orientações da III Internacional, denominavam os sociais-democratas de “social-fascistas”, e minimizavam o perigo do Nazismo.

capitalismo sob a égide de uma fração da burguesia nacional progressista e anti-imperialista, seria implementada por uma aliança do PCB com estes setores da burguesia nacional.

A segunda etapa, marcada pela concepção da “coexistência pacífica”, idealizada em meados dos anos 1950, pelo sucessor de Stálin na secretaria-geral do PCUS, Nikita Khrushchev (1894-1971), seria, conseqüentemente, uma revolução pacífica.

Em outro ponto abordado na entrevista, podemos perceber mais uma diferença em relação à visão pecebista da política de alianças de classes, expressas na Frente Popular. Tal modelo de coligação política-partidária em Pernambuco nos anos 1950 e 1960 tomou a forma da Frente do Recife. Esta foi vitoriosa nas eleições para a prefeitura do Recife com Pelópidas Silveira e Miguel Arraes e, ao governo do estado, com Cid Sampaio em 1958 e Miguel Arraes em 1963.

O POR-T defendia uma aliança de frações da classe trabalhadora primordialmente, entre o operariado e o campesinato, tendo uma composição ampliada com os militares de baixa e média patentes, os estudantes e setores da pequena-burguesia urbana. Todos estes setores comporiam a Frente Única Operário-Camponesa.

Isso, entretanto, não impediu que, segundo os relatos de antigos militantes do PORT, Jeremias tenha apoiado as candidaturas de Miguel Arraes ao governo do estado e a de Francisco Julião à Câmara Federal em 1962. Também segundo o relato autobiográfico de Aybirê Ferreira da Silva, quando do golpe empresarial-militar de primeiro de abril de 1964, ele foi até a sede do governo estadual, o Palácio do Campo das Princesas, tentar falar com o governador Miguel Arraes, a fim de pedir armas para a resistência. Mas naquela altura dos acontecimentos a sede do governo já estava sob controle do IV Exército.

O POR-T identificava na figura do líder da ala radical do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – Leonel Brizola o representante de um radicalismo nacionalista que ultrapassaria as limitações políticas de outras lideranças da esquerda brasileira, tais como João Goulart, Miguel Arraes e Francisco Julião.

Os militantes do POR-T chegaram a fazer parte dos famosos “Grupos dos 11” idealizados por Brizola, a partir da percepção deste de que o brasileiro médio, apaixonado por futebol (cuja formação conta com 11 jogadores), integraria uma célula política radical

que enfrentaria a ameaça golpista. Depois de abril de 1964, já no exílio no Uruguai, Brizola, Jango e outros políticos formariam uma articulação política de oposição à ditadura empresarial-militar que contaria com a participação do POR-T.

Ao final, Martinho Leal Campos aprofunda as críticas às posições políticas no campo do PCB e do governo de Miguel Arraes.

É oportuno comparar essa crítica à esquerda das práticas políticas do governador de Pernambuco no período, Miguel Arraes, presentes num depoimento de um antigo militante trotskista, passado meio século dos acontecimentos, com a caracterização que Jeremias fazia do governo estadual em julho de 1963, e das relações deste com sua base nos movimentos sociais, o PCB, numa carta endereçada à direção nacional do POR-T, naquela que é considerada sua última comunicação por escrito com o partido:

A base política do P. Comunista que intervém no governo é o fator principal que determina a política de não intervenção. Arraes está desesperado. Corre a todo canto para que os camponeses não façam nada. Somente greve. É obrigado a reafirmar que a polícia no seu governo jamais intervirá, ele sabe que isso anima os camponeses a intervir cada vez mais, mas não tem outro jeito (Gallindo, 2013, p. 102).

Neste trecho de sua análise sobre a situação política em Pernambuco no governo de Miguel Arraes em meados de 1963, Jeremias destaca o papel do PCB na aliança partidária que dava sustentação social à administração comandada pela Frente Popular. Dentro da correlação de forças políticas presentes no governo, o setor mais à esquerda, o PCB, obrigava Arraes a não reproduzir as tradicionais práticas repressivas das polícias estaduais contra os movimentos sociais.

Entretanto o equilíbrio de forças dentro da coligação de partidos da Frente Popular, no qual a presença das elites econômicas do estado era hegemônica, o que ficava evidente na figura do vice-governador, Paulo Guerra, latifundiário e um dos maiores pecuaristas do Brasil, e que assumiu o Executivo estadual com a prisão de Arraes no golpe empresarial-militar de 1964.

Outro símbolo da presença do empresariado na Frente Popular era o senador José Ermírio de Moraes, latifundiário e um dos maiores empresários do Brasil, fundador do grupo Votorantin. Eleito senador pelo PTB em 1962, na chapa majoritária de Arraes, foi também integrante do ministério do presidente João Goulart, em 1963, estando à frente do Ministério da Agricultura, quando, em março, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural.

Tal correlação de forças no governo Arraes gerava uma constante instabilidade política, percebida por Jeremias quando afirmava que Arraes “estava desesperado”. O limite da legalidade para os latifundiários, que era a aplicação da nova legislação trabalhista, não era respeitado, e as organizações de classe, os sindicatos rurais, tinham suas lideranças perseguidas, sequestradas e assassinadas, pelas milícias particulares da elite agrária.

Nesse contexto, qualquer ocupação de terras pelo movimento rural e qualquer enfrentamento com o latifúndio colocava em perigo este tênue equilíbrio de forças antagônicas para os trotskistas. Para estes, Arraes atuava como um “bombeiro” da luta de classes, e estava fadado ao fracasso.

As críticas do POR-T ao governo Arraes só irão aumentar quando em 12/10/1963, no dia da abertura do Primeiro Congresso dos Camponeses de Itambé, três militantes do POR-T, deslocados para lá depois do assassinato de Jeremias e organizadores do evento anteriormente referido, são presos pela polícia militar, sendo posteriormente enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Foram eles: Aybirê Ferreira de Sá, Cláudio Cavalcanti e Carlos Montarroyos. Soltos depois de poucos meses, a sua prisão marcou o breve governo de Miguel Arraes, mostrando os limites da democracia naquele período bem como as contradições existentes nos governos de Frente Popular.

Propostas do POR-T para a questão do campo

Como vimos anteriormente, o ponto de inflexão para que o POR-T tomasse a decisão de intervir politicamente no movimento camponês foi o Congresso da ULTAB em novembro de 1961 em Belo Horizonte.

A partir desse momento, Jeremias foi sendo orientado pela direção do partido para assumir esta tarefa. Dessa forma, e como resultado de discussões internas sobre o tema,

antes mesmo de Jeremias ir para Pernambuco, o *Frente Operária*, periódico do POR-T, publicava o Plano Operário para o Nordeste. Entre outros pontos propunha a:

ocupação de terras; expropriação, sem indenização, de todos os latifúndios; trabalho coletivo nas grandes fazendas dirigidas por conselhos de camponeses; plano de irrigação; plano de diversificação das culturas; construção de estradas; planificação dos recursos nacionais dando prioridade ao Nordeste e outras regiões pobres; plano intensivo de instalação de indústrias destinadas a elaboração de maquinarias e utensílios agrícolas; pedido de ajuda à URSS e Estados Operários (agronômos, engenheiros, instalação de barragens, de indústrias, etc); e plano de moradias para os camponeses e de serviços sociais (Gallindo, 2013, p. 82).

Percebemos logo que foi um plano elaborado sem nenhuma experiência local, propondo um programa maximalista, bem distante da correlação de forças políticas no Brasil e particularmente no campo. Esse desconhecimento da realidade arcaica do meio rural pernambucano teria consequências fatais, pois, depois da prisão de Jeremias pelo governo Arraes em julho de 1963, ele seria caçado até a morte em Itambé, só por defender o cumprimento dos direitos trabalhistas no campo.

Após a chacina do Oriente, em agosto de 1963, quando foram deslocados três militantes do POR-T para Itambé, o trabalho político lá realizado iria ser aprofundado no congresso camponês em outubro. O que não ocorreu devido às prisões.

No manifesto convocatório elaborado pelos militantes do POR-T para o evento, e que foi a “prova” para o delegado auxiliar Fernando Souto prendê-los, podemos notar a radicalização de algumas propostas, como por exemplo: a criação de milícias camponesas, a instituição de tribunais populares para julgar e punir os crimes do latifúndio e a criação de uma escala móvel de salários de acordo com os índices inflacionários (Gallindo, 2013, p. 134).

Não houve tempo para a possível acumulação de forças do proletariado rural. Seja pela brutal repressão de classe dos latifundiários, prática secular no Brasil, seja pela

repressão pontual de governos populares como o de Miguel Arraes em Pernambuco. Em relação à escala móvel de salários, os trotskistas talvez tenham sido os pioneiros nesta bandeira de luta, pois ela ressurgirá nos anos 1980, rebatizada de gatilho salarial.

Cabe uma reflexão final neste ponto sobre a questão de acumulação de forças dos movimentos sociais pré-1964. Um dos principais elementos para se compreender a vitória das forças golpistas em abril de 1964 foi a análise da correlação de forças. Enquanto as elites civis e militares brasileiras acumulavam séculos de hegemonia política, econômica e cultural, a contrapartida, ou seja, os movimentos dos trabalhadores urbanos e rurais, conhecia a força da repressão e as dificuldades de organização da classe.

O curto período entre o fim do Estado Novo e o início dos anos 1960 foi marcado por um processo acelerado, mas insuficiente, de acumulação de força política e organizativa da classe trabalhadora brasileira. Uma análise histórica equilibrada deve se ater mais a esses aspectos mais que à discussão de atitudes individuais de governantes e outras figuras políticas de destaque naquele período. As ações de João Goulart, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, Gregório Bezerra, etc. expressaram mais os limites e contradições do avanço das forças reformistas/revolucionárias e das classes subalternas do que a chave para a compreensão do processo histórico daquele recorte temporal de nossa história republicana.

Ilustra bem essa linha interpretativa uma parte do depoimento do militante Gustavo (Pedro Macksy Clemachuk) do POR-T, quando indagado sobre como o partido recebeu o golpe de primeiro de abril de 1964:

Praticamente nos tomou... não que nos tomou de surpresa, nos tomou numa situação que a gente não tinha condições de fazer além daquilo que fez... Nosso crescimento ainda não era um crescimento sólido, ou seja, que estivesse, totalmente fortalecido, tá? Não tínhamos isso. Se tivessem nos dado tempo, de repente teríamos

conseguido. Ou seja, uma direção alternativa, pelo menos de alguns setores importantes. Mas não tivemos tempo para isso.¹³

Jeremias – 50 anos depois – A memória redescoberta

Existe um tema recorrente na minha vida acadêmica, que quase sempre esteve no centro de muitos debates. É a necessidade de que a produção de conhecimento acadêmico ultrapasse os muros da Universidade. Em virtude de um conjunto de circunstâncias, a dissertação sobre Jeremias e o POR-T em Pernambuco, transformada em livro posteriormente (e fonte de uma boa parte deste artigo), conseguiu esse intento.

Depois de décadas de silêncio em Itambé sobre o caso Jeremias, quando no período mais repressivo da ditadura era proibido registrar algum recém-nascido com este nome, desde o início das pesquisas, essa memória pôde ser livremente expressa. Jeremias é o nome de uma das três ocupações de sem-terra no município. Em agosto de 2013, cinquentenário do assassinato de Jeremias, foi realizado um ato político no distrito de Serrinha, em Itambé, com uma caminhada da subsede do sindicato rural até as antigas fundações do sindicato, e foi lançada a idéia de ali ser construído um memorial das lutas no campo na mata norte pernambucana – o Memorial Jeremias.

A própria família de Paulo Roberto Pinto guardava esse assunto como um tabu. Em dezembro de 2010 fui até Mogi das Cruzes (interior de São Paulo) entrevistar seus três irmãos: Lélia, Wilson e Edson. Ali não encontrei o Jeremias, mas o “Paulinho” (Paulo Roberto Pinto) como era carinhosamente chamado pelos irmãos. Foram quatro horas de um reencontro com a história familiar, a dor da perda do irmão e o desabafo contido pelo medo. O terror do Estado Policial durante a ditadura fez com que a família não tocasse no assunto. Pois nas dobras da memória o assassinato de Jeremias em Itambé e a violência pós-1964 eram parte de um mesmo tempo de dor e de medo.

Em decorrência desse encontro, a irmã do “Paulinho”, Lélia Maria Pinto, veio pela primeira vez para Pernambuco durante alguns dias em setembro de 2013. Ela queria

¹³ CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP. CEMAP/Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa – Acervo POR-T.

conhecer os lugares nos quais seu irmão viveu seus últimos meses. D. Lélia foi homenageada num evento no sindicato rural de Itambé, conheceu os caminhos que ele percorreu nas suas caminhadas e nos seus derradeiros momentos. Graças à repercussão de uma série de matérias num jornal local de grande circulação, ela foi recebida pela Comissão da Memória e da Verdade de Pernambuco – Dom Hélder Câmara, numa sessão pública que inexplicavelmente não contou com a presença da imprensa.

Também em virtude das reportagens, a filha do juiz do caso Jeremias, Dr. Edgar Sobreira, entrou em contato para tornar pública a história do pai. Dr. Edgar Sobreira era juiz da Comarca de Itambé em 1964 e acatou a denúncia da promotoria pública do estado de Pernambuco, que conduziu o primeiro inquérito conhecido no estado, talvez no Nordeste, sobre o assassinato de uma liderança sindical no campo. Esse inquérito foi realizado pelo promotor Dr. Murilo Barbosa da Silva, já falecido.

Dr. Edgar intimou o proprietário do engenho Oriente para depor em fevereiro de 1964 (entrevista concedida ao autor em outubro de 2013), o José Borba, que negou a chacina e declarou legítima defesa do patrimônio. Pouco depois veio o primeiro de abril e o juiz foi convidado no dia 2 para ir até a sede do IV Exército no Recife. Passou 58 dias preso sem acusação formal, entre o quartel do exército, a casa de detenção e o quartel da Polícia Militar. Retaliação do novo poder constituído em Pernambuco com o golpe, pois o governador dos militares golpistas, Paulo Guerra, era casado com Virgínia Borba, sobrinha de José Borba.

A Comissão da Verdade Rubens Paiva, da Assembléia Legislativa de São Paulo, realizou uma audiência pública sobre o caso Jeremias em 26 de maio de 2014, com a presença de antigos militantes do POR-T, dos três irmãos de Paulo Roberto Pinto, com minha presença e ampla cobertura da imprensa.

Elaborar um “acabamento” (Arendt, 2000, p. 32)¹⁴ da história de Jeremias e dos trotskistas em Pernambuco naquele decisivo ano de 1963 é desfazer um dos interditos da história local.

¹⁴ Sobre o conceito de acabamento: “O ponto em questão é que o acabamento que de fato todo acontecimento vivido precisa ter nas mentes dos que deverão depois contar a história e transmitir seu

Jeremias e o POR-T incomodaram politicamente no passado e a memória histórica dessas lutas e embates dentro da própria esquerda em Pernambuco incomoda igualmente no presente.

Retirar as camadas de esquecimento sob as quais estavam enterrados personagens como Jeremias, e tantos outros, é tarefa do historiador comprometido em “escovar a história a contrapêlo” (Benjamin, 1996, p. 225).

Referências

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural*. Recife: Editora Universitária – UFPE / Oito de Março Gráfica & Editora, 2005.

ANDRADE, Manoel Correia. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas – Magia e Técnica – Arte e Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP. CEMAP/Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa, Acervo POR-T.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2007.

GALLINDO, Felipe. *Jeremias – O Trotskismo no campo em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2013.

KAREPOVS, Dainis; NETO, José Castilho Marques; LOWY, Michael. Trotsky e o Brasil. In: MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil – Vol. II – Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

LEAL, Murilo. *A esquerda da esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

_____. Sidney, Olavo e Jeremias. In: SANTOS, Cecília M.; TELES, Edson; TELES, Janaína de Almeida. *Desarquivando a ditadura – Memória e Justiça no Brasil – Volume I*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009.

_____. O movimento trotskista e a República democrática (1946-1964). In: FERREIRA, Jorge; FILHO, Daniel Aarão Reis. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964) – 2 – As esquerdas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora LTDA, 1982.

significado deles se esquivou, e sem este acabamento pensado após o ato e sem a articulação realizada pela memória, simplesmente não sobrou nenhuma história que pudesse ser contada”.

NETO, José Castilho Marques; KAREPOVS, Dainis. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil – Volume V – Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

SÁ, Aybirê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – Memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

O caso do advogado dos trabalhadores rurais Gabriel Sales Pimenta e a injustiça da bala no estado do Pará

Mayara Rayssa da Silva Rolim¹

Girolamo Domenico Treccani²

Resumo

Desde o seu descobrimento, a disputa pela terra no Brasil sempre esteve acompanhada de conflitos com elevados índices de mortes de posseiros e seus defensores. Índices esses que se concentram, principalmente, na região Norte do país. Nesse contexto, o artigo ora apresentado aborda o assassinato do advogado das causas populares e líder sindical, Gabriel Sales Pimenta, que ocorreu durante a vigência do regime militar no país. Um caso que exemplifica a luta dos trabalhadores rurais do Sudeste do Pará, a inércia do Judiciário, a omissão do Estado e a impunidade do poder ruralista. Dessa forma, analisamos a formação da propriedade no país, com ênfase no período de vigência do regime militar, a região Sudeste do estado do Pará durante o período do assassinato, a morte de Gabriel Pimenta, a investigação do crime e suas respectivas ações judiciais.

Palavras-chave: Co Conflitos Agrários. Assassinato no campo. Poder ruralista. Impunidade. Justiça.

¹ Graduanda em direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), voluntária na Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (UFPA) no projeto de pesquisa intitulado Assassinatos por Conflitos Fundiários no Estado do Pará – 1964 - 1988. Contato: may.y.rolim@gmail.com

² Advogado, doutor em desenvolvimento sustentável do trópico úmido (NAEA – UFPA), professor da Faculdade de Graduação e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPA, pesquisador na Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (UFPA). Contato: jeronimotreccani@gmail.com

A formação da propriedade no Brasil como fato gerador dos conflitos agrários

A disputa pela terra no Brasil é marcada de norte a sul por lágrimas, sangue e coragem daqueles que lutam por justiça. A história mostra que os conflitos agrários no país não são recentes, remontam ao chamado “descobrimento do Brasil”, onde negros e índios eram impedidos de ter acesso à terra.

No Brasil as terras são originalmente públicas, uma vez que foram consideradas um direito de conquista de Portugal, por entenderem que os territórios brasileiros antes da chegada dos europeus eram “terras de ninguém” ou “terras sem dono”. As transferências dessas terras para os particulares ocorreram ao longo da história do país por meio, em geral, das concessões de sesmarias, compra/venda, permuta e legitimações de posse.

Ao analisar a história da constituição da propriedade privada no Brasil podemos perceber que essa sempre se fundou no privilégio, no que diz respeito a sua obtenção, e na ilegalidade em relação a sua configuração jurídica e formal.

As leis de terras surgidas ao longo da história do Brasil indicavam a maneira pela qual o poder estatal era levado a acomodar ou favorecer e contrariar, interesses das mais diversas categorias sociais envolvidas na luta pela posse e acesso à terra: índios, ex-escravos, camaradas, imigrantes, moradores, colonos, agregados, assalariados, sitiantes, posseiros, parceiros, meeiros, arrendatários, grileiros, latifundiários, fazendeiros, empresas (Ianni, 1978, p. 175).

Para ficar mais didático o entendimento sobre a história da formação da propriedade no Brasil vamos abordá-la citando suas fases mais relevantes. No período colonial temos a instituição das sesmarias que se estende até o início do século XIX, e se iniciam com a monocultura de cana-de-açúcar. O instituto de sesmarias no Brasil foi uma forma que Portugal encontrou de proteger seu território de conquista concedendo, para alguns privilegiados, espaços de terras para o cultivo mediante o cumprimento de certos requisitos definidos pela Coroa Portuguesa.

Pelo sistema sesmarial, a terra era concedida, apenas, aos amigos do rei (fidalgos arruinados e plebeus enriquecidos); os homens rústicos e

pobres, por sua vez, não tinham outra alternativa senão apoderar-se fisicamente de qualquer pedaço de terra remota e distante dos núcleos de povoamento e zonas populosas (Mattos Neto, 2006, p. 105).

Outra fase é o chamado período de vácuo legislativo em relação à questão fundiária, que se inicia em 1822 com a extinção do regime sesmarial e termina em 1850 com a promulgação da lei n. 601 (Lei de Terras), um período que, como a própria denominação diz, compreende uma lacuna onde a formação da propriedade não tinha normatização. Sobre esse período de omissão legislativa é importante esclarecer que, apesar de aparentar ter sido um momento propício a formação de pequenas e médias propriedades rurais, não o foi, pois nem os escravos recém-libertados e nem os imigrantes tinham o acesso à terra.

Outro momento relevante se inicia no ano de 1850 vigorando até 1889, com a instituição da lei n. 601 (Lei de Terras), texto que previa a delimitação da propriedade no Brasil e a forma de concessão de novas propriedades a partir dessa data, também prevendo a legitimação das sesmarias concedidas que não haviam caído em comisso, a legitimação de outras posses e a demarcação das terras devolutas. Proposta que não pretendia, como podemos perceber, fazer uma mudança na estrutura fundiária do país, mas apenas manter o velho regime de exclusão, uma verdadeira legitimação dos privilégios. Acrescenta-se também que em razão dessa nova legislação a terra deixa de ser apenas utilizada para o cultivo e passa a ser uma moeda de troca, aumentando as desigualdades fundiárias no país.

Durante o lapso temporal entre a lei n. 601/1850 (Lei de Terras) e a lei n. 4.504/1964 (Estatuto da Terra) se apresentaram também diversos projetos e códigos rurais ou agrários. Em 1914 temos o primeiro projeto de Código Rural de autoria de Joaquim Luís Osório. Em 1937 temos o segundo projeto de Código Rural de autoria de Borges de Medeiros. Em 1962 a Superintendência da Política Agrária – lei delegada n. 11, de 11 de outubro de 1962 e decreto n. 1.878-A, de 13 de dezembro de 1962. E em 1963 o projeto sobre o Estatuto da Terra de autoria de Milton Campos que fora rejeitado.

Enfim, em 30 de Novembro de 1964, durante o governo do presidente Castelo Branco, temos a instituição da lei n. 4.504 (Estatuto da Terra), produzida em resposta às lutas camponesas que começaram na segunda metade da década de 1950 exigindo a realização

da reforma agrária e que deram origem, em dezembro de 1963, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Sua criação está ligada ao clima de insatisfação no meio rural brasileiro e ao temor do governo e da elite conservadora pela eclosão de uma revolução camponesa. Assim, a criação do Estatuto da Terra e a promessa de uma reforma agrária foram as estratégias utilizadas pelos governantes para apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários. As metas do Estatuto, resumidamente, foram a execução de uma reforma agrária e a modernização da agricultura. Enquanto a primeira meta ficou só no papel, a segunda, como se tratava de um interesse capitalista, recebeu grande atenção do governo. Como poderemos observar no próximo título que vai tratar da questão fundiária no regime militar.

Em 1988, com instituição da “Constituição Cidadã”, temos também a legitimidade da desapropriação da terra para fins de reforma agrária e o reconhecimento da propriedade como um dos direitos fundamentais. Entretanto, não podemos abordar essa Constituição como uma evolução para o trato das questões agrárias, uma vez que trata a questão fundiária como algo que diz respeito exclusivamente à vida econômica, já que coloca os artigos sobre política agrícola e fundiária e sobre reforma agrária apenas como capítulo do título VII, Da Ordem Econômica e Financeira.

De acordo com Manfredo (2011), em 1993 o Congresso Nacional estabeleceu que a improdutividade das terras caracterizava o não cumprimento do caso previsto pela Constituição de 1988 de função social da propriedade; ficando estabelecido por lei que a improdutividade procederia à desapropriação. Esse entendimento é hoje um instrumento de grande relevância para os movimentos dos trabalhadores rurais, as ocupações de terra então tornaram-se o principal mecanismo de pressão sobre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para a execução dos processos de desapropriação e assentamentos. Infelizmente, apesar desse entendimento, o número de terras improdutivas desapropriadas foi muito pequeno e os conflitos em torno das ocupações dessas áreas ainda são constantes. Acrescenta-se também que a conquista desse entendimento do Congresso Nacional sobre a função social da propriedade se dá em razão, principalmente, das pressões feitas pelos movimentos sociais e ligas camponesas ao longo da história.

E assim, após a análise do desenvolvimento histórico da propriedade no Brasil, entende-se que os conflitos agrários surgem com o dito descobrimento do Brasil e sua colonização portuguesa, que se apossou indevidamente do território brasileiro e concedeu as terras conquistadas de forma desigual e privilegiada apenas para alguns setores da sociedade. Nesse sentido:

A questão agrária ganha, hoje, a dimensão de uma tragédia, pois a disputa pela posse da terra envolve milhões de pessoas em todos os recantos do Brasil. Apesar de ser um país continental, alguém ainda precisa morrer para ter um pedaço de chão onde possa plantar. As causas da situação atual remontam à maneira com a qual, desde os tempos coloniais, foi tratada a apropriação das terras (Treccani, 2001, p. 21).

Breve abordagem sobre a Política Fundiária do Regime Militar no Brasil

Na conjuntura do regime militar, certamente, a questão agrária era relevante, uma vez que a pobreza rural poderia vir a se constituir em base para uma possível revolução tal como as revoluções Chinesa ou Cubana. Durante esse período, a resistência dos trabalhadores rurais começa a ter novos contornos de organização e luta, e a politização desses grupos começa a assustar as elites brasileiras.

Apesar do discurso de reforma agrária divulgado pelo regime para “acalmar” a luta dos camponeses e evitar uma revolução, o Estado não estava realmente preocupado com a distribuição de terras ou mudança da estrutura fundiária do país, mas sim com o seu processo de desenvolvimento rural. Assim, a política fundiária dos governos militares foi apenas a continuidade, por outros meios, do mesmo processo de apropriação e legitimação privilegiadas que também aumentou significativamente a violência exercida pelo próprio Estado contra os camponeses que foram taxados como “inimigos internos” ou “agentes do comunismo internacional”.

Nesse período é instituída a lei n. 4.504 (Estatuto da Terra), que criava a possibilidade de o Executivo implementar o processo de regularização fundiária e de distribuição das

terras públicas, dependendo apenas das diretrizes de política econômica. Esse Estatuto apresentava implicitamente dois projetos de reforma agrária, o primeiro projeto seria de uma reforma distributivista que pretendia solucionar os problemas emergentes de pobreza e tensão social por meio da distribuição de terras, normalmente pequenas glebas³, reservando geralmente para os mais pobres os territórios desprovidos de infraestrutura. O outro projeto, destinado aos privilegiados, com áreas geralmente médias e grandes, se baseava em um programa de concessões, vendas e legitimações de terras e propriedades destinadas às empresas e sustentadas pelos instrumentos de políticas agrícolas.

Acrescenta-se que Estatuto da Terra, por meio das significações aplicadas aos latifúndios e outros institutos, acabou tornando essas grandes propriedades imunes a qualquer ameaça de expropriação ou “comisso”. Outras normas trazidas pelo Estatuto são: a disposição do preceito constitucional da função social da propriedade, a legitimação gratuita de posse de até cem ha, alienação com dispensa de licitação de áreas de até três mil ha, concessão com dispensa de licitação de áreas até seiscentas vezes o módulo rural, alienação com concorrência pública por licitação, alienação com licitação e direito de preferência e concessões especiais e ratificação dos títulos concedidos pelo Estado.

Assim, durante esse período, em razão do programa de destinação de terras e desenvolvimento rural apresentado no Estatuto da Terra, o regime militar concedeu inúmeros incentivos fiscais às atividades de pecuária através de órgãos e programas ligados aos Planos de Integração Nacional (PIN). Ressalta-se que esses incentivos só foram recebidos pelas grandes empresas e pela elite proprietária dos latifúndios.

Durante a vigência desse regime temos criações de institutos e programas importantes. No ano de 1966 cria-se a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) instituída com o objetivo de promover o desenvolvimento da região amazônica por meio da geração de incentivos fiscais e financeiros. Em 1971 a constituição, por meio do decreto-lei 1.179 de 6 de julho de 1971, do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) que se apresenta como forma de promover o acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego e fomentar a agroindústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE. Em

³ Porção de terra.

1980 temos a instituição, por meio do decreto-lei 1.767 de 1º de fevereiro de 1980, do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) que tinha por finalidade coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins.

Em relação às terras da Amazônia, um dos marcos fundamentais foi a intervenção federal ocorrida por meio do decreto-lei 1.164/1971, o qual entregava à União grande parte dessas terras, justificando a sua destinação como necessária à segurança e ao desenvolvimento nacional. O que, claro, na prática, serviu para a destinação dessas terras para os grandes empresários rurais e para a implantação dos grandes projetos.

Outro momento relevante em relação às terras da Amazônia, mais especificamente as localizadas no estado do Pará, é a instituição do decreto-lei estadual 57/69 (Estatuto de Terras no Pará) que abordava todos os meios necessários para a aquisição das terras públicas, inclusive, permitindo a revalidação de todos os títulos nulos.

Segundo Faidherb (2009), o Conselho Nacional de Segurança Nacional, em relação às terras da Amazônia destinadas à União, afirmou que havia a possibilidade de apropriação das terras devolutas⁴, sem critérios de licitação, de áreas de até 72.000 ha, afirmando essa que, além de infringir a normatização constitucional, abriu também espaço na legislação agrária de legalização de terras.

Em 1976, temos a instituição da lei 6.393, que abordava as possibilidades de intervenção no contexto fundiário nacional por meio da discriminação de terras como forma de regularização fundiária e normatizava os procedimentos exigidos como etapas ideais para essa discriminação. E foi por meio desse instrumento que o GETAT agregou como patrimônio da União terras que eram propriedades privadas e coletivas, contribuindo por meio dessa “grilagem especializada” para a eclosão de conflitos fundiários.

⁴ Terras públicas sem destinação pelo poder público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular.

A região Sudeste do Estado do Pará

A Região Sudeste do Pará, território no qual Gabriel Sales Pimenta articulou sua luta pelos posseiros, sempre fora marcada por uma cultura de violência no campo contra o camponês e todos aqueles que os defendessem. Durante o período de 1964 a 2014, segundo dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos seus relatórios anuais, foram feitos os registros de 722 assassinatos de trabalhadores rurais e seus apoiadores, relacionados com posse e exploração da terra naquela região, o que representa mais de 70% das mortes relacionadas a conflitos agrários no estado. Tudo isso sem contar as tentativas de assassinatos, ameaças de morte, prisões e agressões. Dados que colocam o estado do Pará na liderança nacional das mortes por conflito no campo e violação dos direitos dos trabalhadores rurais. Essa região ainda conta com a postura de um Estado omissor e repressor que tolera a grilagem de terras; a violência praticada contra os sindicalistas, religiosos, trabalhadores rurais e advogados e permite a impunidade dos criminosos do poder ruralista. Segundo o pesquisador Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto (2014, p. 246):

A grilagem de terras no Pará é um fator da segunda guerra e dela deriva a violência seu traço mais cruel. Trata-se agora de voltar ao argumento de que redes de favorecimento recíproco articulam indivíduos bem posicionados em lógicas de poder, produzindo um esquema que envolve a atuação facciosa das instituições públicas e de outras que prestam serviço público de maneira inidônea, como os cartórios de registro de terras – uma prática profundamente enraizada na nossa história.

Para ilustrar a situação da disputa pela terra na região, o advogado da Comissão Pastoral da Terra de Marabá, José Batista, afirma que, apesar da grande quantidade de assassinatos de trabalhadores rurais e seus defensores por questões de posse e exploração da terra, são poucos os processos tramitando na justiça com possibilidade de condenação dos responsáveis. Assevera ainda que, em média, em 70% dos casos não há sequer inquérito apurando a morte. Ou seja, ficaram totalmente impunes. A maioria deles possui mais de dez anos, acreditando, o advogado, na sua possível prescrição.

No início dos anos 1980, período ainda de vigência do regime militar no Brasil, o Sudeste do Pará, apesar de toda a propaganda do Governo Federal incentivando a ocupação da Amazônia, já não tinha mais tantas terras devolutas disponíveis. Inclusive, não havia terra para todos os que chegavam à região, pois grande parte do território já havia sido entregue as grandes empresas e latifundiários. Diante desse fato, as famílias de trabalhadores rurais que chegavam de todas as partes do Brasil, sem terra e sem emprego, segundo Pereira (2015), passaram a ocupar paulatinamente as grandes propriedades como forma de sobrevivência. Assim como ocuparam também terras arrecadadas pela União, mas que ainda não tinham sido destinadas. Ressalta-se que essas áreas ocupadas eram terras improdutivas, o que revela a injusta estrutura fundiária brasileira.

Diante das crescentes ocupações de terra ocorrendo nesse período, os “proprietários” e empresários rurais começaram a defender, com o emprego de violência, as terras que consideravam deles, apesar de, muitas vezes, baseados em matrículas fraudulentas. Uma das formas empregadas para esta defesa era a pistolagem. Durante esse período o poder ruralista também se reuniu para impedir a implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e procurou garantir na Constituição Federal de 1988 o direito civilista de propriedade. Assim, se intensificaram os conflitos pela terra na região e, dentro desse contexto, nasceu a atuação do advogado e militante Gabriel Sales Pimenta.

Quem foi o advogado Gabriel Sales Pimenta?

Gabriel Sales Pimenta nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 20 de novembro de 1954. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), se transferindo posteriormente para o Sudeste do Pará aonde escreveria sua história de luta. Pimenta foi defensor de direitos humanos e sócio fundador da Associação Nacional de Advogados dos Trabalhadores da Agricultura. Exerceu também o cargo de advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, no estado do Pará.

O advogado foi um homem de atuação social e política, motivado pelos seus ideais socialistas. Atuou também como militante no extinto partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o qual tinha como propósito apresentar um ideal de governo democrático

e popular que o fez, inclusive, abrigar os opositores do regime militar de 1964. Na sua atuação social, Gabriel sempre fora o advogado das causas populares e procurou disseminar por onde passou seus ideais libertários, democráticos, socialistas e humanitários.

A injustiça da bala no estado do Pará: o assassinato de Gabriel Pimenta, a impunidade do poder ruralista e a inércia do Judiciário paraense.

Nesse contexto, no ano de 1980, Manoel Cardoso Neto, conhecido como “Nelito”, e José Pereira da Nóbrega, o “Marinheiro”, adquiriram de Maria Moussalem Quadro, em sociedade, domínio de imóveis rurais pertencentes ao estado do Pará, próximos a cidade de Marabá, na região conhecida como Pau Seco. Todavia, parte dessa área já estava ocupada por famílias que viviam da atividade agropecuária de subsistência.

Não reconhecendo a posse das famílias que já ocupavam a área, “Nelito” e “Marinheiro” buscaram expulsar as famílias dos trabalhadores rurais a qualquer custo empregando, inclusive, serviços de pistolagem para ameaçar os camponeses. E ainda utilizaram-se da máquina judiciária do estado para conseguir a expulsão dos posseiros da área, por meio de uma liminar concedida pela comarca de Marabá.

No entanto, os posseiros da região do Pau Seco não ficaram sem assistência jurídica. Em 20 de novembro de 1981, duas semanas após a expulsão dos posseiros, Gabriel Pimenta impetrou um mandado de segurança – MS no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, o qual fora provido.

Assim, Pimenta foi o primeiro advogado no conflitante Sudeste do Pará a ganhar uma causa na Justiça em favor dos sem-terra, conseguindo cassar no Tribunal de Justiça uma liminar “ilegal e abusiva” da comarca de Marabá que resultou conseqüentemente na reintegração de posse das 158 famílias que ocupavam as terras da região de Pau Seco. Inclusive, é importante citar que Pimenta também exigiu, além da revogação da liminar, que a mesma polícia militar, que antes havia feito o despejo dos camponeses, os reconduzisse de volta à região que por direito havia sido conseguida.

Após essa vitória na Justiça em favor dos sem-terra, Gabriel entrou na lista dos “marcados para morrer” da região. Região esta com antecedentes de violência e constante

clima de insegurança em razão da disputa pela terra, clima este que sempre fora denunciado publicamente, com levantamento feito inclusive pela própria Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Social do Estado do Pará (SEGUP/PA), mas que não teve atenção devida por parte das autoridades públicas. E assim, depois de receber várias ameaças de morte por parte de Manoel Cardoso Neto e José Pereira da Nóbrega, para que parasse de atuar em favor dos trabalhadores, Pimenta foi covardemente assassinado com três tiros de arma de fogo, à queima-roupa, pelas costas, em via pública, no dia 18 de julho do ano de 1982, em Marabá, quando saía de um restaurante, após ter participado de uma reunião do partido político ao qual pertencia.

Crime esse presenciado por dois amigos de Pimenta, Edson Guimarães e Neuzila Cerqueira Guimarães, sem que o executor se preocupasse em esconder o rosto, mostrando a certeza da impunidade dos criminosos a favor dos grileiros, com a intenção de intimidação e mostra de poder, ou seja, visando expulsar e amedrontar camponeses e seus apoiadores.

O fazendeiro Manoel Cardoso Neto foi o mandante do crime, o “matador de aluguel” Crescêncio Oliveira de Souza foi o autor material e José Pereira da Nóbrega, o sócio da fazenda, foi o intermediário.

Em seguida ao fato, se instaurou o inquérito policial IPL n. 024/82. Essa investigação, de acordo com o Relatório n. 73/08 da Organização dos Estados Americanos (OEA), coletou as seguintes provas: declaração das pessoas suspeitas (Manoel Cardoso Neto, José Pereira da Nóbrega e Crescêncio Oliveira de Souza); exame cadavérico realizado em 20 de julho de 1982; busca na casa do Manoel Cardoso Neto; exame balístico, em 21 de julho de 1982, das armas (uma apreendida na casa de Manoel Cardoso Neto e a outra de propriedade de José Pereira da Nóbrega); investigação de compra, por Manoel Cardoso Neto, de um automóvel com características parecidas ao utilizado no assassinato e um parecer técnico dos peritos.

Com base nessas provas, segundo relatório n. 73/08 da OEA, a polícia concluiu, em 22 de julho de 1982, que “Nelito” e “Marinheiro” foram os autores intelectuais do assassinato. Posteriormente, em 8 de setembro de 1982, a polícia concluiu que Crescêncio Oliveira de Souza fora o executor dos disparos. Em 20 de julho de 1982, os acusados Manoel Cardoso Neto e José Pereira da Nóbrega foram detidos para investigação policial. Em 28 de julho de

1982, a juíza de direito da comarca de Marabá determinou a prisão preventiva dos dois acusados. Todavia, em 31 de julho de 1982, a juíza revogou sua decisão e determinou a liberdade dos acusados, mesmo diante de todos os indícios da autoria do crime, o que parece sugerir um Judiciário conivente com o criminoso poder ruralista da região.

O assassinato do advogado Gabriel Pimenta causou grande comoção na cidade de Marabá. Acrescenta-se que “Nelito” e “Marinheiro” foram presos não só por indícios de envolvimento dos dois no crime, mas também para escaparem do linchamento pretendido pela população local que, indignada, clamava por justiça fazendo manifestações por toda a cidade, inclusive na porta da delegacia onde estavam os suspeitos, que precisaram ser transferidos para Belém.

No dia 6 de agosto de 1982, uma testemunha identificou José Pereira da Nóbrega como a pessoa que dirigia o automóvel utilizado para o assassinato de Gabriel Pimenta. O delegado de polícia responsável pelo caso, para preservar a testemunha, menor de idade, pediu para que fosse decretada com urgência a prisão preventiva dos acusados. No entanto, a Juíza, em um ato de omissão, negou a prisão preventiva, que só voltaria a ser decretada em 20 de junho de 1984, coincidentemente com a ausência dos acusados à audiência.

Assim, no dia 19 de agosto de 1983 o Ministério Público do Estado do Pará, como titular da ação penal, apresentou denúncia contra as três pessoas identificadas, “Nelito”, “Marinheiro” e Crescêncio, na linha do relatório da investigação policial e individualizando a conduta delitiva, iniciando, assim, a ação penal n. 130/83.

Portanto, a tramitação do processo criminal pela morte do advogado Gabriel Sales Pimenta começou um ano depois da sua morte, em 1983, e se arrastou por longos anos, em razão da inércia estatal que não providenciou uma investigação rápida. Acrescenta-se que entre março de 1986 e março de 1987 o processo criminal fora dado como desaparecido, um verdadeiro desrespeito e mostra do descaso do Judiciário paraense para punir os criminosos do poder ruralista, e somente em 1988 fora realizada a audiência de qualificação e interrogatório.

Com toda a inércia e descaso do Estado para prosseguir com as investigações e posteriormente punir os criminosos, passados 24 anos do homicídio, nenhum dos acusados

sentou no banco dos réus. Em 2006, após a prisão de “Nelito”, que estava foragido e fora encontrado na Fazenda Rio Rancho, pertencente ao ex-governador do estado de Minas Gerais, Newton Cardoso (irmão do acusado), o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por requerimento do Ministério Público, decretou a prescrição punitiva em relação a “Nelito” nos autos do processo criminal n. 028.1986.000004-9.

O pistoleiro acusado de ser o executor do crime foi excluído do processo. O intermediário do crime, o “Marinheiro”, foi assassinado no final da década de 1990 em uma disputa com outro “matador de aluguel”. O fazendeiro “Nelito” ganhou a liberdade com a prescrição do crime e, segundo o advogado José Batista da CPT em Marabá, o fazendeiro vive tranquilamente em Minas Gerais sem ter recebido uma única punição.

Logo, em vista da revoltante e inegável desídia estatal, Maria da Glória Sales Pimenta, mãe do Gabriel, ingressou, em 22 de novembro de 2007, com o apoio da CPT de Marabá, com uma ação de indenização por danos morais no valor de setecentos mil reais, sob a alegação de morosidade processual, objetivando a responsabilização objetiva do estado do Pará, uma vez que este foi omissivo e inerte inúmeras vezes na sua atuação judiciária que ensejou a absurda prescrição punitiva do crime, sendo o pleito provido pela sentença de conhecimento proferida pela juíza titular de direito da 3ª Vara Cível de Marabá Maria Aldecy de Souza Pissolati em 30 de julho de 2012 (ação cível 0007348-91.2007.814.0028).

Ressalta-se que a decisão foi inédita e um marco na luta pela busca dos direitos dos trabalhadores rurais, uma vez que este fora o primeiro caso de condenação do estado do Pará por não punir responsáveis por crimes no campo. Todavia, é importante que não se esqueça de que, apesar dessa vitória na área cível, os criminosos que mataram covardemente o advogado Gabriel Sales Pimenta recebem do estado do Pará apenas a impunidade. Além disso, essa vitória ocorreu apenas na primeira instância e o estado recorreu da sentença, estando ainda o processo na instância de segundo grau, nas mãos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Ressalta-se que o processo está parado na instância de segundo grau há aproximadamente quatro anos.

No âmbito internacional, no mesmo ano da prescrição do processo criminal, em 2006, o Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá apresentaram uma denúncia à Organização dos Estados Americanos (OEA) que, em

outubro de 2008, admitiu o caso, à luz dos requisitos de admissibilidade. Mesmo após a contestação do Estado, alegando que não era responsável pelo assassinato. Em resumo, os motivos apresentados pela Comissão para a admissibilidade do caso são: a falta de diligência do Estado brasileiro em investigar de modo eficaz os fatos do caso do assassinato de Gabriel Sales Pimenta, a falta de punição dos responsáveis pelo crime e a suposta falta de prevenção da privação da vida da vítima.

Atualmente, segundo informações fornecidas pela equipe do CEJIL que acompanha o processo na OEA, o caso se encontra na etapa regular de apresentação de informações entre as partes para subsidiar o futuro Relatório de Mérito da CIDH.

Conclusão

A análise da formação da propriedade no Brasil mostrou que desde o seu descobrimento não se tem por parte do Estado um interesse na justa distribuição das terras. Assim, nota-se que desde a instituição do regime sesmarial, durante o Brasil Colônia, até a instituição do Estatuto da Terra, no regime militar, o Estado vem transferindo suas terras para os particulares de forma privilegiada, excluindo as camadas mais pobres da sociedade. Situação essa que vai ser responsável pela eclosão dos conflitos fundiários.

No regime militar, além da instituição do Estatuto da Terra, muitos institutos são criados para tentar administrar a questão fundiária. Todavia, nenhum deles apresenta uma proposta para mudar socialmente a distribuição das terras, possuem na verdade uma ênfase na “modernização” dos latifúndios improdutivos, favorecendo a grilagem e a concentração de propriedade. Neste período, a luta dos camponeses adquire novos contornos e sua politização assombra o regime que vê os trabalhadores rurais como uma ameaça de revolução, fundamentando por esse receio sua postura violenta com esses trabalhadores.

A situação não é diferente na Região Sudeste do estado do Pará, muito pelo contrário, é ainda mais conturbada. As terras públicas da região não estão disponíveis para as camadas mais pobres que chegam, sem terra e sem emprego, iludidas com a ideia de terra disponível, mas são concedidas por meio de grilagem aos grandes latifundiários que agem com violência em relação aos trabalhadores rurais que reivindicam as áreas para produção e subsistência.

Neste contexto, temos a atuação do advogado das causas populares Gabriel Sales Pimenta que trouxe muitos avanços para a luta dos trabalhadores rurais da região e que por isso foi covardemente assassinado, sem que o executor se preocupasse em ao menos esconder seu rosto, utilizando o assassinato como forma de intimidação dos camponeses e seus apoiadores.

O assassinato de Pimenta é uma prova da impunidade do poder ruralista da região e da omissão do Estado. Sua investigação e andamento processual foram negligenciados, os assassinos nunca foram punidos e o Estado ainda busca evitar, judicialmente, o pagamento da indenização por danos morais, em razão da morosidade processual. Mas, a OEA já admitiu o caso e vai julgar o Estado brasileiro. A atuação de Gabriel foi um exemplo de luta pelas causas populares e por isso merece não só o respeito, mas também a gratidão do Estado brasileiro, principalmente do estado do Pará.

Referências

ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. *A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ESTRUTURA-FUNDI%C3%81RIA-ze-luispara-pdf.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ALFONSIN, Jacques Távora. *Negros e índios. Exemplos de um Direito popular de desobediência, hoje refletidos nas "invasões" de terra*. In: AJP/FASE, *Negros e índios no cativo da terra*. Instituto Apoio Jurídico Popular/FASE, Rio de Janeiro, 1989 (Coleção Seminários 2).

A NOVA DEMOCRACIA. E o mandante continua solto. In: *A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática*. Ano I, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1445-e-o-mandante-continua-solto>>.

Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. OEA julgará governo brasileiro pela morte do advogado Gabriel Pimenta. In: *A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática*. Ano VII, n. 50, 2009. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br/no-50/2049-oea-julgara-governo-brasileiro-pela-morte-do-advogado-gabriel-pimenta>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. Justiça premia assassino. In: *A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática*. Ano V, n. 30, 2006>. Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. 30 anos do assassinato do advogado do povo Gabriel Pimenta. In: *A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática*. Ano X, n. 90, 2012. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-30/461-justica-premia-assassino> Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 13 jan. 2016.

_____. *Lei de Terras n. 601, de 18 de setembro de 1850*. Disponível em: <<http://cidh.ufpa.br/legislacao/>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

_____. *Estatuto da Terra Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964*. Disponível em: <<http://cidh.ufpa.br/legislacao/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. *Decreto – Lei n. 1.179, de 06 de julho de 1971*. Disponível em: <<http://cidh.ufpa.br/legislacao/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

_____. *Decreto – Lei n. 1.767, de 01 de fevereiro de 1980*. Disponível em: <<http://cidh.ufpa.br/legislacao/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

_____. *Decreto – Lei n. 1.164, de 01 de abril de 1971*. Disponível em: <<http://cidh.ufpa.br/legislacao/>>. Acesso em: 09 dez. 2015.

PARÁ. *Decreto – Lei Estadual n. 57, de 22 de agosto de 1969*. Disponível em: <<http://cidh.ufpa.br/legislacao/>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BOGO, Ademar. *Lições da luta pela terra*. Salvador: Memorial das Letras, 1999.

CAROZZA, Paolo G.; MEJIA, Luz Patricia; GONZÁLEZ, Felipe; ROBERTS, Clare K.; ABRAMOVICH, Víctor. *RELATÓRIO Nº73/08 PETIÇÃO 1236/06 ADMISSIBILIDADE GABRIEL PIMENTA SALES BRASIL*. Washington, D.C, 2008. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/annualrep/2008port/Brasil1236.06port.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. *Relatório Final: violações de direitos no campo 1946 a 1988*. Brasília, 2014.

_____. *OEA julgará Governo Brasileiro pela morte do Advogado Gabriel Pimenta*.

Marabá/Rio de Janeiro, 2009.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. *As ocupações de terra e a produção do Direito*. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus Três Lagoas, Três Lagoas, 2001 (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC).

FAIDHERB, Sandy Rodrigues. *Regularização Fundiária de áreas rurais na Amazônia: uma análise da Lei 11.952 de 25 de junho de 2009*. Universidade Federal do Pará - Campus Belém, Belém, 2009 (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) Disponível em: <<http://www.pt.slideshare.net/sdynha20/tcc-regularizao-fundiria-lei-111952-sandy>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

IANNI, Octavio. *A luta pela terra*. Petrópolis, Vozes, 1978.

JONES, Alberto da Silva. *Política fundiária do regime militar: legitimação privilegiada e grilagem especializada (do instituto de sesmaria ao estatuto da terra)*. SãoPaulo, FFLCH-USP, 1997 (Tese de Doutorado).

JORDÃO, Paulo. *Três advogados mortos pelo poder ruralista*. Mandantes impunes. 2011, Disponível em: <<http://paulofontelesfilho.blogspot.com.br/2011/09/tresadvogados-mortos-pelo-poder.html>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

MANFREDO, Maria Teresa. Os conflitos pela terra no Brasil. *ComCiência*, Campinas, n. 133, 2011. Disponível em http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151976542011000900005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 fev. 2016.

MATTOS NETO, Antônio José de. *A questão agrária no Brasil: aspecto sócio-jurídico*. Projeto História, São Paulo, n. 33, p. 97-118, dez. 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 17a. edição, São Paulo: Malheiros, 1992.

NUNES, Ana Lúcia. Justiça premia assassino. In: *A Nova Democracia Apoie a imprensa popular e democrática*. Ano V.nº30. 2006. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-30/461-justica-premia-assassino>. Acesso em: 12 mar. 2016.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. *Consulta Processual*. Disponível em: <http://wsconsultas.tjpa.jus.br/consultaprocessoportal/consulta/principal?detalhada=true#> Acesso em: 28 mar. 2016.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. *A guerra que veio depois da guerrilha*. Disponível em: <<http://www.linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/673>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

PEREIRA, Airton dos Reis. *Conflitos e violência nas disputas por terra no sul e no sudeste do Pará*. Disponível em: <http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1421500565_ARQUIVO_ArtigoAirtondosReisPereira_IICongressoInternacionaldeHistoriaPontaGrossa.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ROCHA, Ibraim et al. *Manual de Direito Agrário constitucional: lições de direito agroambiental*. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

TRECCANI, Girolamo Domenico. *Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará*. Belém: UFGA/ITERPA, 2001.

**PROGRAMA DO 4º SEMINÁRIO INTERNACIONAL O MUNDO DOS
TRABALHADORES E SEUS ARQUIVOS:
MEMÓRIA, VERDADE, JUSTIÇA E REPARAÇÃO**

**SÃO PAULO – BRASIL
08 A 10 DE JUNHO DE 2016**

08/06/2016 – Quarta-feira

8h - Início do credenciamento e entrega dos materiais

9h às 10h - Ato de abertura

Coordenação: Sérgio Nobre – Secretário-geral da CUT – São Paulo – Brasil

- José Ricardo Marques – Diretor-geral do Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil
- Vagner Freitas – Presidente nacional da CUT – São Paulo – Brasil

10h às 12h - Conferência: Arquivos, justiça, reparação e direitos humanos

Coordenação: *Ana Maria de Almeida Camargo* – Universidade de São Paulo – São Paulo – Brasil

- *Ramon Alberch Fugueras* – Universidad Autónoma de Barcelona y Archiveros sin Fronteras – Barcelona – Espanha

12h às 14h - Almoço

14h às 18h - Mesa Redonda: Memória, verdade, justiça e reparação na América Latina

Coordenação: *Sonia Maria Troitiño Rodriguez* – Centro de Documentação e Memória Cedem/Unesp – São Paulo - Brasil

- *María Luisa Ortiz Rojas* – Museo de la Memoria y los Derechos Humanos – Santiago – Chile

- *Rosa M Palau* – Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos – Assunção – Paraguai
- *Valeria Barbuto* – Memoria Abierta – Buenos Aires – Argentina
- *Velia Muralles* – Archivo Histórico de la Policia Nacional de Guatemala – Cidade de Guatemala – Guatemala
- *Vicente A C Rodrigues* – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – Brasil

09/06/2016 – Quinta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: As Comissões da Verdade e os trabalhadores

Coordenação: *Marco Aurélio Santana* – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- *Adriano Diogo* – Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo – São Paulo – Brasil
- *Girolamo Domenico Treccani* – Universidade Federal do Pará – Belém – Brasil
- *Márcio Kieller* – Comissão Estadual da Verdade do Paraná Teresa Urban e Central Única dos Trabalhadores – Curitiba – Brasil
- *Rafael Leite Ferreira* – Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara – Recife – Brasil
- *Rosa Maria Cardoso da Cunha* – ex-integrante da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 18h – Sessões de Comunicações

Sessão de Comunicações I – Os arquivos do mundo dos trabalhadores da cidade e do campo Coordenação: *Antonio José Marques* – Centro de Documentação e Memória Sindical – Cedoc/CUT – São Paulo – Brasil

Sessão de Comunicações II – Justiça, reparação e direito dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Martinho Guedes dos Santos Neto* – Universidade Estadual da Paraíba – Guarabira – Brasil

Sessão de Comunicações III – Trabalho, gênero, raça e sociabilidade no mundo dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Lorena Almeida Gill* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

Sessão de Comunicações IV – Repressão, resistência e memória dos trabalhadores da cidade e do campo

Coordenação: *Inez Stampa* – Centro de Referência Memórias Reveladas/Arquivo Nacional e PUC-Rio – Rio de Janeiro – Brasil

10/06/2016 – Sexta-feira

9h às 12h30 – Mesa Redonda: A aliança empresarial-policial durante as ditaduras

Coordenação: *San Romanelli Assumpção* – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil

- *Pedro Henrique Pedreira Campos* – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Brasil
- *Rubén Vega García* – Universidad de Oviedo – Oviedo – Espanha
- *Victoria Basualdo* – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Buenos Aires – Argentina
- *Demian Bezerra de Melo* – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro – Brasil

12h30 às 14h - Almoço

14h às 17h - Mesa Redonda: Trabalho, gênero, raça e sociabilidade

Coordenação: *Beatriz Ana Loner* – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas – Brasil

- *Alvaro Pereira do Nascimento* – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu – Rio de Janeiro

- *Rafael Soares Gonçalves* – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) – Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
- *Lídia Maria Vianna Possas* – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – Marília – São Paulo

17h às 18h30 - Conferência de encerramento

Coordenação: *Leonilde Servolo de Medeiros*

- *Marlon Alberto Weichert* – Procurador regional da República – Ministério Público Federal – São Paulo – Brasil

18h30 - Ato de encerramento

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT – GESTÃO 2015/2019

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-Presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Ariovaldo de Camargo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo

Rosana Sousa Fernandes

Secretário de Comunicação

Roni Anderson Barbosa

Secretário-Adjunto de Comunicação

Admirson Medeiros Ferro Junior (Greg)

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretária-Adjunta de Cultura

Annyeli Damião Nascimento

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Edjane Rodrigues

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais

Janeslei Albuquerque

Secretária da Mulher Trabalhadora

Juneia Martins Batista

Secretário de Organização e Política Sindical

Ari Aloraldo do Nascimento

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Eduardo Guterra

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Relações de Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Madalena Margarida da Silva

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Maria de Fátima Veloso Cunha

Diretoras e Diretores Executivos

Ângela Maria de Melo

Cláudio da Silva Gomes

Elisângela dos Santos Araújo

Francisca Trajano dos Santos

Ismael José Cesar
José de Ribamar Barroso
Juliana Salles de Carvalho
Julio Turra Filho
Juvândia Moreira Leite
Mara Feltes
Marcelo Fiorio
Maria Izabel Noronha (Bebel)
Milton dos Santos Rezende
Rogério Pantoja
Virginia Berriel
Vitor Carvalho

Conselho Fiscal – Efetivo

Adriana Maria Antunes
Dulce Rodrigues Sena Mendonça
Francisco Chagas (Chicão)
Jose Mandu Amorim

Conselho Fiscal – Suplentes

Amanda Corcino
Juseleno Anacleto
Nelson Morelli
Raimunda Audinete de Araújo



DEMOCRACIA E SERIEDADE
É NÃO MATAR
TRABALHADORES
COM ASSASSINATO
DE TRABALHADORES
NÃO HÁ DEMOCRACIA

PROMOÇÃO



APOIO



ORGANIZAÇÃO



ISBN 978-85-60207-86-2



9 788560 207862

ISBN 978-85-89210-63-8



9 788589 210638